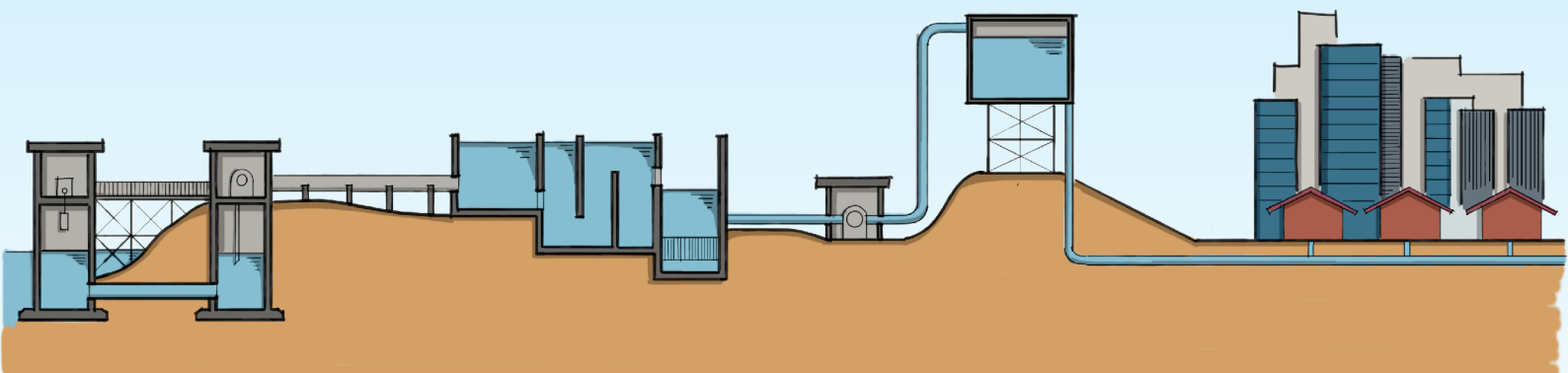


REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE  
SANEAMENTO BÁSICO ESPECÍFICOS DOS SERVIÇOS DE  
ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO,  
DOS MUNICÍPIOS REGULADOS E FISCALIZADOS PELA ARSESP

**PRODUTO 2 (P2)**



Município: **Lorena**



**Rodrigo Garcia**  
Governador do Estado

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - SIMA**

**Fernando Chucre**  
Secretário de Estado de  
Infraestrutura e Meio Ambiente

**Cassiano Ávila**  
Subsecretário de  
Infraestrutura

**Evaldo Azevedo**  
Coordenador de Saneamento

**Equipe técnica - CSAN**

Ana Laura Pires Nalesso  
Diogo Sarmiento de Azevedo Lessa  
Ivete Retzer  
Luiz Guilherme Nunes Dias  
Maíra Ribeiro Morsa  
Maria Aparecida de Campos  
Mario de Almeida

**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARSESP**

**Gustavo Zarif Frayha**  
Diretor de Regulação Técnica e  
Fiscalização dos Serviços de  
Saneamento Básico

**Rodolfo Gustavo Ferreras**  
Superintendente de  
Fiscalização de Saneamento  
Básico

**Marcelo Bispo da Conceição**  
Gerente Administrativo e de  
Contratos

**Equipe técnica**

Bruno Cruz Silva  
Bruno Delvaz Linhares  
Camila Pedron  
Carina A. Lopes Couto  
Elaine Cristina Eder  
Erik Nunes Junqueira

Luiz Antônio de Oliveira Junior  
Mariana Terra Castellotti  
Regislany Maria Ribeiro  
Vladimir Pinharvel de Lima  
Vladimir Tomiate

**MUNICÍPIO DE LORENA**

**Sylvio Ballerini**  
Prefeito Municipal

**Grupo Executivo Local - GEL**

André Henrique de Oliveira Ávila  
Bárbara Sparenberg Juliano Nunes  
Cibele dos Santos Peretta - Coordenadora  
Ingrid Elena Schonoor Nunes  
Luciane Alexandre de Oliveira  
Mayara Faustino Ramos

Paula Cristina Martinelli  
Radamés Lázaro de Carvalho Corrêa  
Emilio Leonardo Gomes Moreira - Suplente  
Jaci Mara dos Santos Lopes - Suplente  
Renata da Silva Malerbo - Suplente  
Roberta Marques Ramalho Bustamante

### Consórcio Engecorps▲Maubertec

#### Representante Legal do Consórcio

Danny Dalberson de Oliveira

#### Coordenação Geral

Marcos Oliveira Godoi

#### Coordenação Executiva

André Luiz de Medeiros Monteiro de Barros

José Manoel de Moraes Junior

Renata Cesar Adas Garcia

#### Coordenação Técnica

Luciano Afonso Borges

Maria Bernardete Sousa Sender

#### Equipe técnica

Aída Maria Pereira Andrezza

Alexandre Brito Prates Queiroz

Beatriz Furtunato da Silva

Bruna Cristina Gama Campagnuci

Christiane Spörl de Castro

Cleber Fernando de Souza

Cristiano Roberto de Souza

Cristiano Luchesi Niciura

Daniel Cortinove

Dora Heinrici

Emerson Massaiti Haro

Gabriel Bombassei Amaral

Gabriela Barbosa da Costa

Gabriela Medeiros de Almeida

Guilherme Hamana Sutti

Guilherme Tavares da Silva

Henrique Alessando de Almeida Ramos

Isadora Jamardo Rocco

José Geraldo Sartori Brandão

Jefferson Chubba dos Santos

Kamilla Mendes Nani Bonfadini

Leonardo Leonel Rodrigues

Lucas Bernardo Araújo Moraes

Mara Borges e Borges Perla

Maria Clara Cardoso Gonçalves Goldman

Maria Luiza do Amaral Rizzotti

Maria Luiza Granziera Machado

Mariana Beltrami Castilho

Marília Tupy de Godoy Pincinato

Miguel Fontes de Souza

Otávio José Souza Pereira

Natalia Fischer

Nayara Batista Borges

Nelma Cristina Mendonça

Paulo Roberto Campanário

Rafael Almeida Moraes

Rafaela Fernanda Mendonça Gomes

Raissa Martins Lourenço

Renata Vitor Chaves da Silva Guimarães Francisco

Rodrigo Borges Pereira

Sibele Lima Dantas

Thaís Tiemy Irokawa

Ualfrido Del Carlo Junior



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - SIMA

REV.	DATA	MODIFICAÇÃO	CLIENTE	
			VERIFICAÇÃO	APROVAÇÃO
5	30/11/2022	Emissão Final		
4	29/07/2022	Revisão Geral		
3	08/11/2021	Emissão Final		
2	24/09/2021	Revisão Geral		
1	14/06/2021	Revisão Geral		
0	24/02/2021	Emissão Inicial		

**ENGE**CORPS **maubertec**

**REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO  
ESPECÍFICOS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E  
ESGOTAMENTO SANITÁRIO, DOS MUNICÍPIOS REGULADOS E  
FISCALIZADOS PELA ARSESP**

**Produto 2 (P2) – Revisão/Atualização dos Planos Municipais de  
Saneamento Básico dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e  
Esgotamento Sanitário**

**Município – Lorena – Bloco 01**

**UGRHI 02 – Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul**

ELABORADO:	MBC/NFI	APROVADO:	Maria Bernardete Sousa Sender ART Nº 28027230210311983 CREA Nº 0601694180-SP	
VERIFICADO:	JMJ	COORDENADOR GERAL:	Marcos Oliveira Godoi ART Nº 28027230210282871 CREA Nº 0605018477-SP	
Nº (CLIENTE):		DATA:	30/11/2022	FOLHA:
Nº ENGECORPS:	1442-SMA-01-SA-RT-1018	REVISÃO:	R5	1/302

---

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**

---

*SIMA*

**Revisão/Atualização de Planos Municipais de Saneamento Específicos dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, dos Municípios Regulados e Fiscalizados pela ARSESP**

---

***PRODUTO 2 (P2) – REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO***

***MUNICÍPIO: LORENA***

***BLOCO 01***

***UGRHI 02 – BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL***

**CONSÓRCIO ENGECORPS▲MAUBERTEC**

1442-SMA-01-SA-RT-1018-R5

NOVEMBRO / 2022

## ÍNDICE

	<i>PÁG.</i>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. ESTUDOS, PLANOS E PROJETOS RELEVANTES.....</b>	<b>14</b>
2.1 PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO VIGENTE .....	14
2.2 CONTRATO DE PROGRAMA SABESP.....	16
2.3 PLANO DE BACIA DA UGRHI 02 – PARAÍBA DO SUL .....	19
2.4 PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO BÁSICO DOS MUNICÍPIOS OPERADOS PELA SABESP NA UGRHI 2 – RIO PARAÍBA DO SUL.....	24
2.5 PLANO DIRETOR MUNICIPAL .....	29
2.6 ATUALIZAÇÕES DAS NORMAS DE REFERÊNCIA DECORRENTES DO NOVO MARCO LEGAL .....	30
<b>3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE LORENA.....</b>	<b>33</b>
3.1 ASPECTOS FÍSICOS TERRITORIAIS .....	33
3.2 ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS.....	42
<b>4. DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO DE LORENA.....</b>	<b>48</b>
4.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EXISTENTE.....	48
4.2 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EXISTENTE.....	69
<b>5. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, COMERCIAL E OPERACIONAL DO PRESTADOR.....</b>	<b>77</b>
5.1 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS - FORMATOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS .....	77
5.2 QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS .....	77
5.3 GESTÃO DO SISTEMA COMERCIAL E ATENDIMENTO AO PÚBLICO .....	78
<b>6. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>79</b>
6.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	79
6.2 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	81
6.3 INFORMAÇÕES COMERCIAIS .....	83
6.4 INVESTIMENTOS PREVISTOS .....	84
<b>7. ESTUDO POPULACIONAL E DE DEMANDAS E CONTRIBUIÇÕES.....</b>	<b>85</b>
7.1 ESTUDO POPULACIONAL .....	85
7.2 ESTUDO DE DEMANDAS.....	89
7.3 ESTUDO DE CONTRIBUIÇÕES.....	107
<b>8. DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>117</b>
8.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	117
8.2 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - A.....	117
8.3 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - B.....	124
8.4 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - C.....	128
8.5 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - D .....	132
8.6 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - SEDE.....	136

8.7	ANÁLISE DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO .....	140
<b>9.</b>	<b>OBJETIVOS E METAS.....</b>	<b>142</b>
9.1	ABORDAGEM GERAL SOBRE OS OBJETIVOS E METAS PARA OS SISTEMAS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO .....	142
9.2	CONDICIONANTES E DIRETRIZES GERAIS ADVINDAS DE DIAGNÓSTICOS .....	142
9.3	OBJETIVOS E METAS.....	143
<b>10.</b>	<b>FORMULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE PROPOSTAS ALTERNATIVAS – PROGNÓSTICOS ...</b>	<b>146</b>
10.1	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - A.....	146
10.2	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - B.....	147
10.3	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - C .....	149
10.4	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - D .....	150
10.5	RESUMO DAS INTERVENÇÕES NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	152
10.6	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - SEDE.....	158
10.7	RESUMO DAS INTERVENÇÕES PRINCIPAIS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO .....	159
10.8	ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO COM SOLUÇÕES INDIVIDUAIS .....	162
<b>11.</b>	<b>ESTIMATIVA DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS E AVALIAÇÃO DAS DESPESAS DE EXPLORAÇÃO .....</b>	<b>165</b>
11.1	METODOLOGIA PARA ESTIMATIVA DE CUSTOS – INVESTIMENTOS – SOLUÇÕES COLETIVAS .....	165
11.2	METODOLOGIA PARA ESTIMATIVA DOS INVESTIMENTOS NO PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS ...	165
11.3	METODOLOGIA PARA A ESTIMATIVA DAS DESPESAS DE EXPLORAÇÃO (DEX).....	166
11.4	METODOLOGIA PARA ESTIMATIVA DE CUSTOS – INVESTIMENTOS – SOLUÇÕES INDIVIDUAIS.....	166
11.5	ESTIMATIVA DE CUSTOS E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO .....	167
<b>12.</b>	<b>ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS SOLUÇÕES ADOTADAS .....</b>	<b>174</b>
<b>13.</b>	<b>FORMULAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICÁCIA DAS AÇÕES PROGRAMADAS .....</b>	<b>179</b>
13.1	MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA.....	179
13.2	INDICADORES DE DESEMPENHO.....	183
13.3	CARACTERÍSTICAS DOS INDICADORES – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA .....	188
13.4	CARACTERÍSTICAS DOS INDICADORES – SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO .....	189
13.5	ATUALIZAÇÕES NOS INDICADORES DECORRENTES DO NOVO MARCO LEGAL .....	189
<b>14.</b>	<b>PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES .....</b>	<b>190</b>
14.1	PROJETO COM+ÁGUA 2 .....	190
14.2	PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO RACIONAL DE ÁGUA – PURA.....	192
14.3	PROGRAMA DE REÚSO DA ÁGUA.....	193
14.4	PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL.....	193
14.5	PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	194
14.6	PROGRAMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA .....	196
14.7	PROGRAMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	197

<b>15.</b>	<b>PROGRAMAS ESPECÍFICOS APLICÁVEIS À ÁREA RURAL .....</b>	<b>198</b>
15.1	PROGRAMA ÁGUA É VIDA .....	198
15.2	PROGRAMA SANEAMENTO BRASIL RURAL.....	200
15.3	PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA.....	201
15.4	OUTROS PROGRAMAS E EXPERIÊNCIAS APLICÁVEIS À ÁREA RURAL .....	201
<b>16.</b>	<b>PROGRAMAS DE FINANCIAMENTOS E FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....</b>	<b>203</b>
16.1	CONDICIONANTES GERAIS .....	203
16.2	FORMAS DE OBTENÇÃO DE RECURSOS .....	204
16.3	FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS .....	204
16.4	LISTAGEM DE VARIADOS PROGRAMAS E FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O SANEAMENTO .....	205
16.5	DESCRIÇÃO RESUMIDA DE ALGUNS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTOS DE GRANDE INTERESSE PARA IMPLEMENTAÇÃO DA REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO .....	209
16.6	INSTITUIÇÕES COM FINANCIAMENTOS ONEROSOS .....	216
<b>17.</b>	<b>PREVISÃO DE EVENTOS DE CONTINGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS.....</b>	<b>223</b>
17.1	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	223
<b>18.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>227</b>

**ANEXO I - BASES E FUNDAMENTOS LEGAIS DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO**

**ANEXO II - MINUTA DE LEI PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**



---

## SIGLAS

---

AAB – Adutora de Água Bruta  
AAT – Adutora de Água Tratada  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico  
ARSESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo  
BDI – Benefícios e Despesas Indiretas  
BEI – Banco Europeu de Investimentos  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
BM – Banco Mundial  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BNDES FINEM – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social | Financiamento a Empreendimentos  
CAF – Corporação Andina de Fomento  
CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará  
CBH- PS – Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo  
CF/88 – Constituição Federal de 1988  
CII – Corporação Interamericana de Investimentos  
CIRRA – Centro Internacional de Referência em Reuso da Água  
COFIEIX – Comissão de Financiamentos Externos  
COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CONSÓRCIO – CONSÓRCIO Engecorps▲Maubertec  
COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais  
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais  
CSAN – Coordenadoria de Saneamento  
CSD - Cadastramento Sanitário Domiciliar  
DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica  
DBO<sub>5,20</sub> – Demanda Bioquímica de Oxigênio  
DENSP – Departamento de Engenharia de Saúde Pública  
DEX – Despesas de Exploração

DF – Distrito Federal  
DN – Diâmetro Nominal  
EEAB – Estação Elevatória de Água Bruta  
EEAT – Estação Elevatória de Água Tratada  
EEE – Estação Elevatória de Esgoto  
EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ETA – Estação de Tratamento de Água  
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto  
FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador  
FECOP – Fundo Estadual de Controle de Poluição  
FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FONPLATA – Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata  
FUMIN – Fundo Multilateral de Investimentos  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
GEF – Global Environment Facility  
GEL – Grupo Executivo Local  
IAA – Indicador de Avaliação Ambiental  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICTEM – Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDQAd – Índice de Desempenho da Qualidade de Água Distribuída  
IFC – Corporação Internacional de Financiamento  
INCC – Índice Nacional do Custo da Construção  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IPAS – Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas  
IPDt – Índice de Perdas Totais na Distribuição  
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas  
IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social  
IQA – Índice de Qualidade da Água  
IWA – International Water Association  
JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão  
KFW – Kreditanstalt Für Wiederaufbau  
LDO – Leis das Diretrizes Orçamentárias

LIC – Limites Inferiores de Consumo  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
LR – Linha de Recalque  
LSC – Limites Superiores de Consumo  
MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional  
MIAF – Manifestação de Interesse pelo Agente Financeiro  
MIGA – Agência Multilateral de Garantias de Investimento  
NBR – Norma Brasileira  
NDB - New Development Bank  
NEP – Nível Econômico de Perdas  
OGU – Orçamento Geral da União  
OSC – Organização de Sociedade Civil  
PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos  
PESB – Plano Estadual de Saneamento Básico  
PIB – Produto Interno Bruto  
PLANASA – Plano Nacional de Saneamento  
PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico  
PMSB – Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico  
PPA – Programa Produtor de Água  
PRISB – Plano Regional Integrado de Saneamento Básico  
PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental  
PROPARCO – Sociedade para Promoção e Participação na Cooperação Econômica  
PSA – Pagamento por Serviços Ambientais  
PSBR – Programa Saneamento Brasil Rural  
PURA – Programa de Utilização Racional de Água  
PVC – Policloreto de Vinila  
RG – Região de Governo  
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo  
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
SAA – Sistema de Abastecimento de Água  
SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo  
SAIN/MF – Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda  
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados  
SEGREHs – Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SES – Sistema de Esgotamento Sanitário  
SIG – Sistema de Informações Georreferenciadas  
SIGRH – Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo  
SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos  
SINISA – Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico  
SISAN – Sistema de Informação de Saneamento do Estado de São Paulo  
SISAR – Sistema Integrado de Saneamento Rural  
SMA – Secretaria do Meio Ambiente  
SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos  
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
SSRH – Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos  
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TEV – Departamento de Valoração para Empreendimentos  
TLP – Taxa de Longo Prazo  
TR – Termo de Referência  
UGRHI – Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
UGRHI 02 – Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Paraíba do Sul  
UC – Unidade de Conservação  
UN – Unidade de Negócio  
UPGRH – Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos  
USI – Unidade Sanitária Individual

## **APRESENTAÇÃO**

A Revisão/Atualização dos Planos Municipais de Saneamento Específicos dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, dos municípios regulados e fiscalizados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) decorre de uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), em oferecer apoio técnico para a elaboração, revisão, atualização e consolidação de seus planos, em conformidade com o artigo 19, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 11.445/2007.

A partir da conjugação de esforços entre a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo e a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo foi celebrado em 09 de maio de 2019 o Convênio nº 01/2019, visando à revisão e atualização de Planos Municipais de Saneamento Específicos dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário de municípios regulados e fiscalizados pela ARSESP.

Para esse fim, o Governo de São Paulo, por intermédio da SIMA, celebrou convênios com municípios paulistas regulados e fiscalizados pela ARSESP.

Assim, em 30 de setembro de 2019, foi celebrado com o município de Lorena o Convênio nº 124/2019, cabendo ao município selecionar equipe técnica e coordenador para integrar o Grupo Executivo Local (GEL), responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de atualização e revisão do Plano Municipal de Saneamento dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário. Compete ao GEL disponibilizar informações necessárias para a realização do trabalho, além de analisar os produtos elaborados pelo CONSÓRCIO ENGECORPS▲MAUBERTEC.

O CONSÓRCIO foi contratado pela SIMA para realização das referidas Revisão/Atualização dos Planos, conforme contrato nº 12/2020/GS firmado em 21 de setembro de 2020 e a Ordem de serviço emitida em 14 de outubro de 2020.

O presente documento refere-se à emissão final do Produto P2 – Plano Municipal de Saneamento Básico dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário do Município de Lorena, pertencente à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Paraíba do Sul – UGRHI 02.

Para a elaboração desta Revisão/Atualização foram considerados a Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, o novo Marco Legal do Saneamento - Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, o Termo de Referência da Concorrência 01/2020/GS, a Proposta Técnica do CONSÓRCIO, as diretrizes emanadas de reuniões prévias entre técnicos da Coordenadoria de Saneamento da SIMA/CSAN e do CONSÓRCIO, e as premissas e os procedimentos apresentados na Reunião de Partida realizada em 02 de dezembro de 2020, e no Produto 1 (P1) – Plano Detalhado de Trabalho aprovado pela CSAN.

Visando otimizar o conhecimento de dados e informações existentes relacionados aos serviços de saneamento objeto deste Plano Municipal, foram também analisados os principais estudos, planos, projetos, levantamentos e licenciamentos ambientais existentes, em que o município de Lorena se insere direta ou indiretamente.

Assim, foram analisados o Plano de Bacia (2016 – 2027) - UGRHI 02, o Contrato de Programa nº 089/2008 com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, o Plano Municipal de Saneamento vigente, o Plano Diretor de Saneamento Básico dos Municípios Operados pela SABESP na UGRHI 02 e o Plano Diretor do município.

O processo de elaboração desta Revisão/Atualização considerou também as diretrizes sugeridas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR, através do Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento (MCidades, 2011):

- ✓ Integração de diferentes componentes da área de Saneamento Ambiental e outras que se fizerem pertinentes;
- ✓ Promoção do protagonismo social a partir da criação de canais de acesso à informação e à participação, que possibilite a conscientização e a autogestão da população;
- ✓ Promoção da saúde pública;
- ✓ Promoção da educação sanitária e ambiental que vise à construção da consciência individual e coletiva e de uma relação mais harmônica entre o homem e o ambiente;
- ✓ Orientação pela bacia hidrográfica;
- ✓ Sustentabilidade;
- ✓ Proteção ambiental; e,
- ✓ Inovação tecnológica.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento atende ao preconizado na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e ao novo Marco Legal do Saneamento - Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que vem aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país. Ainda, estas leis trazem os princípios fundamentais a serem observados na prestação dos serviços de saneamento básico, dentre os quais, pode-se destacar: a universalização do acesso e efetiva prestação do serviço de saneamento básico; propiciar à população o acesso aos serviços em conformidade com suas necessidades e maximizar a eficácia das ações e dos resultados; eficiência e sustentabilidade econômica; segurança, qualidade, regularidade e continuidade; integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Observa-se que este trabalho de Revisão/Atualização do Plano Municipal Específico dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário foi realizado em conjunto com os municípios mediante a constituição do Grupo Executivo Local - GEL, com a participação dos representantes da prestadora dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como com a articulação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA e da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP.

Os resultados das atividades realizadas são apresentados nos itens subsequentes, destacando-se o diagnóstico e análise dos sistemas existentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como aspectos administrativo-econômico-financeiros da prestação dos serviços.

Ainda, são formulados cenários de crescimento populacional, de demanda para o serviço de abastecimento de água e de contribuição do esgotamento sanitário, a fim de subsidiar a elaboração e proposição dos objetivos e metas a serem alcançados ao longo do horizonte de planejamento (20 anos) em relação ao nível de cobertura, padrões de atendimento e as medidas necessárias para atingir a universalização na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

As atividades desenvolvidas na elaboração deste Produto P2 são listadas a seguir:

### ***Produto P2 – Diagnóstico e Estudo de Demandas***

#### *Diagnóstico e Estudo de Demandas*

- ✓ Coleta de dados gerais, de legislação, sistemas existentes, informações organizacionais e financeiras;
- ✓ Análise de planos e estudos existentes;
- ✓ Estudo populacional;
- ✓ Estudo de demandas;
- ✓ Identificação de indicadores.

Objetivos e Metas

- ✓ Definições de objetivos e metas de curto, médio e longo prazo;
- ✓ Formulação de propostas de soluções;
- ✓ Avaliação de benefícios e custos;
- ✓ Avaliação de sustentabilidade econômico-financeira;
- ✓ Levantamento de possíveis fontes de recursos.



## 2. ESTUDOS, PLANOS E PROJETOS RELEVANTES

### 2.1 PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO VIGENTE

O último Plano Integrado de Saneamento Básico do Município de Lorena foi elaborado pelo Consórcio PLANOSAN 123 (2011-2012) e trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado de SP, por intermédio da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH, atual SIMA), em oferecer apoio técnico aos municípios para a elaboração de seus planos em conformidade com o artigo 19 da Lei Federal nº 11.445/2007.

O Plano focou na universalização dos quatro componentes do saneamento básico, com o objetivo de fornecer aos representantes municipais os instrumentos necessários ao acesso de toda população aos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos e, por fim, aos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, garantindo o uso sustentável dos recursos hídricos e preservando o meio ambiente.

As metas estabelecidas nesse Plano Integrado de Saneamento Básico do Município de Lorena dizem respeito a:

- ✓ Ampliação e máxima cobertura dos sistemas;
- ✓ Sustentabilidade ambiental da prestação dos serviços, que implica, dentre outras coisas, o uso racional dos recursos hídricos (redução das perdas) e proteção dos recursos hídricos;
- ✓ Qualidade, regularidade e eficiência da prestação dos serviços, que inclui qualidade da água distribuída e do esgoto tratado;
- ✓ Otimização das instalações existentes e das intervenções programadas, adoção de metas progressivas e graduais de universalização do acesso aos serviços e a utilização de recursos e soluções disponíveis localmente.
- ✓ Eficiência no atendimento às ocorrências e reclamações; e,
- ✓ Eficácia das ações emergenciais, preventivas e corretivas.

As proposições e a programação de investimentos para o alcance das metas estabelecidas foram divididas em caráter emergencial, curto prazo (2011-2014), médio prazo (2015-2018) e longo prazo (2019-2040).

Para o sistema de abastecimento de água, o Plano indicou as seguintes conclusões em função da análise da capacidade das unidades e do apontamento das necessidades em termos de obras e intervenções:

- ✓ O índice de abastecimento de água, à época, era de 100%. Assim, o foco das ações definidas para o sistema de abastecimento de água foi a melhoria do atendimento visando sua ampliação para universalização do atendimento, conforme o crescimento vegetativo do município;

- ✓ Propôs-se a melhoria da gestão do sistema, e redução do índice de perdas de água na distribuição. Em 2010, as perdas chegavam a 49,7 %. Foi proposta a redução do índice para 43,1 % até 2018, e 25 % até 2040;

Para o sistema de esgotamento sanitário, o Plano indicou as seguintes conclusões em função da análise de capacidade das unidades e do apontamento das necessidades em termos de obras e intervenções:

- ✓ O sistema de esgotamento sanitário da sede urbana de Lorena apresentava o índice de coleta de esgoto de 100%, e de tratamento de esgoto de 100%. No planejamento dos investimentos, foram estabelecidas as metas de manutenção destes índices e a ampliação do sistema conforme o crescimento vegetativo da população;
- ✓ Admitiu-se que os coletores-troncos, interceptores, estação elevatória, linha de recalque e emissário final são capazes de atender à vazão de final de plano da Sede do município (2040);
- ✓ O esgoto coletado no município é conduzido para tratamento na ETE Lorena, constituída de duas lagoas anaeróbias e duas lagoas facultativas, com vazão nominal de 568 L/s. A ETE operava, à época da elaboração do Plano, com a vazão de 290 L/s;
- ✓ Para os núcleos habitacionais isolados foram propostas duas alternativas:
- ✓ Fornecimento de fossas sépticas individuais;
- ✓ Instalação de sistema de rede coletora e fossa-filtro comunitário;

No **Quadros 2.1** e **2.2** estão apresentados os resumos previstos para as obras e intervenções para o sistema de abastecimento de água e para o sistema de esgotamento sanitário, respectivamente, ao longo do período de planejamento estabelecido.

**QUADRO 2.1 – OBRAS E INTERVENÇÕES PREVISTAS PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

<i>Discriminação</i>	<i>Emergencial</i>	<i>2011-2014</i>	<i>2015-2018</i>	<i>2019-2040</i>
<b>SISTEMAS A, B, C, D</b>				
Bomba reserva para EEAT do sistema A com vazão de 25,2 m <sup>3</sup> /h e altura manométrica de 36,5 mca	1 un			
Bomba reserva para EEAT do sistema C com vazão de 180 m <sup>3</sup> /h e altura manométrica de 24 mca	1 un			
Bomba reserva para EEAT do sistema D – booster de 16 CV	1 un			
Redes de Distribuição		7.505 m	6.674 m	20.609 m
Ligações de Água		2.986 un	3.040 un	13.070 un
<b>SISTEMA SANTA LUCRÉCIA</b>				
Perfuração de poço e conjunto submersível		2 m <sup>3</sup> /h		
Sistema de desinfecção e fluoretação		1 un		
Reservatório de distribuição		15 m <sup>3</sup>		
Redes de Distribuição		468 m	21 m	111 m
Ligações de Água		93 un	4 un	22 un

<i>Discriminação</i>	<i>Emergencial</i>	<i>2011-2014</i>	<i>2015-2018</i>	<i>2019-2040</i>
<b>LORENA – BAIRRO CAMPINHO</b>				
Perfuração de poço e conjunto submersível		3 m <sup>3</sup> /h		
Sistema de desinfecção e fluoretação		1 un		
Reservatório de distribuição		28 m <sup>3</sup>		
Redes de Distribuição		926 m	52 m	209 m
Ligações de Água		93 un	4 un	22 un

Fonte: LORENA, 2011.

### **QUADRO 2.2 – OBRAS E INTERVENÇÕES PREVISTAS PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

<i>Discriminação</i>	<i>Emergencial</i>	<i>2011-2014</i>	<i>2015-2018</i>	<i>2019-2040</i>
<b>SISTEMA A, B, C, D</b>				
Redes Coletoras		7.221 m	6.421 m	17.373 m
Ligações de Esgoto		2.982 un	3.035 un	10.950 un
Bombas reserva de recalque de 30 L/s	11 un			
<b>SISTEMA SANTA LUCRÉCIA</b>				
Redes Coletoras		450 m	21 m	111 m
Ligações de Esgoto		47 un	4 un	22 un
Sistema de Tratamento – ETE composta de fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, para vazão estimada de 0,5 L/s		1 un		
<b>BAIRRO CAMPINHO</b>				
Sistema de Tratamento (sistemas individuais de tanque séptico, filtro anaeróbio e sumidouro)				89 un

Fonte: LORENA, 2011.

Cabe salientar que embora estejam apresentadas no Plano soluções alternativas de abastecimento de núcleos isolados, as mesmas não foram previstas nas intervenções e custos, com a justificativa que deveriam ser tratadas caso a caso, pois exigem interação entre a comunidade dos mesmos, o Poder Público (por meio de suas Secretarias) e a Operadora dos serviços públicos.

## **2.2 CONTRATO DE PROGRAMA SABESP**

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – ARSESP é uma autarquia de regime especial, vinculada à Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007, e regulamentada pelo Decreto nº 52.455, de 07 de dezembro de 2007, com o objetivo de regular, controlar e fiscalizar os serviços de gás canalizado e de saneamento básico de titularidade estadual, e fiscalizar os serviços e atividades de energia elétrica, de competência da União, ou de saneamento básico, de competência municipal, delegados ao Estado de São Paulo pelos órgãos competentes.

O Contrato de Programa é o instrumento pelo qual um ente federativo transfere a outro a execução de serviços. No caso do Saneamento Básico, em que os serviços são comumente prestados por companhias estaduais (a SABESP, em São Paulo), o Contrato de Programa é celebrado entre o Município e a Companhia. É neste contrato que são detalhadas as regras para a prestação dos serviços, a política tarifária, as obrigações de cada parte, entre outros aspectos.

Para os contratos de programa, a Lei nº 11.445/07 estabelece informações adicionais que devem constar das normas de regulação, conforme segue:

- ✓ Autorização para a contratação, indicando prazos e a área a ser atendida;
- ✓ Inclusão no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;
- ✓ As prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;
- ✓ As condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo: o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas; a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas; e, a política de subsídios;
- ✓ Mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços; e,
- ✓ As hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

O município de Lorena firmou, em 18 de dezembro de 2007, o Contrato de Programa nº 089/2008 da SABESP, transferindo a execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o território do município para a SABESP, delegando à ARSESP, por meio do Convênio de Cooperação nº 1.468/2007, celebrado com o Estado de São Paulo, as competências de regulação e fiscalização desses serviços, inclusive tarifárias.

Este Contrato de Programa tem o prazo de 30 anos, contado de sua assinatura, prorrogável por igual período, e abrange as seguintes atividades: captação, adução e tratamento de água bruta; adução, reservação e distribuição de água tratada; coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgoto sanitário.

De acordo com a Cláusula Primeira – Do Objeto, item 1.1, a SABESP é responsável por prestar serviços em todo o território do município.

Na cláusula 1.2 determina que a prestação dos serviços deverá cumprir o estabelecido no anexo “Metas de Atendimento e Qualidade dos Serviços”, o qual segundo a Cláusula 1.2.1 deverá ser revisado a cada 4 anos juntamente com a Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico.

A forma e as condições da prestação dos serviços pela SABESP, durante todo o período em que o Contrato estiver vigente, deverá ser adequada, em condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade tarifária, de acordo com a legislação pertinente, o Convênio de Cooperação e as Metas de Atendimento e Qualidade dos Serviços.

As metas estabelecidas para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário estabelecidas para todo o horizonte de contrato, de 2007 até o ano de 2037, estão apresentadas no **Quadro 2.3**.

**QUADRO 2.3 – METAS PARA OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

ANO	Abastecimento de Água		Esgotamento Sanitário	
	Cobertura mínima do serviço (%)	Controle de Perdas (L/lig.dia)	Cobertura mínima do serviço (%)	Tratamento (%)*
2007	>98,0	<445	>95,0	>97,0
2010	>99,0	<400	>95,0	>97,0
2015	>99,0	<350	>95,0	>97,0
2020	>99,0	<300	>95,0	>97,0
2025	>99,0	<250	>95,0	>97,0
2030	>99,0	<200	>95,0	>97,0
2037	>99,0	<170	>95,0	>97,0

\*Quantidade de esgoto tratado em relação ao coletado  
Fonte: SABESP, 2008.

Os índices de coberturas mínimas do serviço são os indicadores utilizados pela SABESP para planejamento e atendimento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios e estão relacionados à área atendível estabelecida nos contratos de programa. Para o município de Lorena, a SABESP é responsável por prestar serviços em todo o território do município, como já apresentado anteriormente.

Os índices de cobertura dos serviços do relatório gerencial de desempenho enviado à ARSESP relativos ao ano de 2019 podem ser observados no **Quadro 2.4**.

**QUADRO 2.4 – COBERTURA DOS SERVIÇOS**

Cobertura dos Serviços	Índice 2019
Abastecimento ao Cliente (%)	99,5
Coleta de Esgotos (%)	98,5
Tratamento de Esgotos (%)	100

Fonte: SABESP, 2019.

Além disso, também foram previstas as seguintes metas para a qualidade dos serviços de água e esgoto:

- ✓ Qualidade da água: atender a Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde, em relação aos padrões e parâmetros de potabilidade da água e quantidade de amostras e análises previstas;

- ✓ Atendimento ao cliente: Elaborar pesquisa de satisfação dos clientes qualitativa e quantitativa, e plano de melhorias de atendimento ao cliente a cada 2 anos;
- ✓ Qualidade dos serviços: os serviços de operação, manutenção e reposição serão executados de acordo com as Normas Técnicas.

Para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos da SABESP, o Contrato de Programa elenca Indicadores das Metas de Atendimento e Qualidade dos Serviços, para medir a quantidade de domicílios com disponibilidade de acesso aos sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, quantificar as economias residenciais ligadas no sistema de coleta de esgoto que contam com tratamento, medir o índice de perdas totais por ramal de distribuição ativo. Para a qualidade da água distribuída a SABESP dispõe como forma de acompanhamento e avaliação da água distribuída um índice próprio denominado IDQAd (Índice de Desempenho da Qualidade de Água Distribuída). Este indicador tem como objetivo principal verificar o atendimento a Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde. A pesquisa de satisfação tem por objetivo verificar de forma representativa a opinião dos consumidores no município, avaliar os serviços, qualidade e disponibilidade de água, tarifas, imagem e atendimento da SABESP.

### **2.3 PLANO DE BACIA DA UGRHI 02 – PARAÍBA DO SUL**

O Plano de Bacia da UGRHI 02 foi elaborado sobre dois pilares:

- ✓ Comitê de Bacia;
- ✓ Mobilização Social e Articulação Institucional.

Criado em 1994 pela Lei nº 9034, o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) é um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado e São Paulo (SIGRH) e é constituído por representantes de órgãos estaduais e municipais e da sociedade civil.

Na mobilização social e articulação institucional foram realizadas 16 reuniões e oficinas ao longo da elaboração do Plano de Bacias com o objetivo de apresentar o desenvolvimento dos trabalhos, de consulta às partes envolvidas e de aprovação, contando sempre com a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão.

A UGRHI 02 está localizada a leste do Estado de São Paulo, faz divisa com os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e tem como limite a UGRHI 03 - Litoral Norte; UGRHI 06 - Alto Tietê; UGRHI 05 - Piracicaba/Jundiaí/Capivari e a UGRHI 01 - Serra da Mantiqueira.

O Plano de Bacia foi estruturado em: Diagnóstico, com a situação atual da UGRHI; o Prognóstico, no qual é apresentado num horizonte de 12 anos (2016-2027) um cenário tendencial para a situação dos recursos hídricos; e o Plano de Ação, no qual é elencado um conjunto de metas, ações e investimentos para que o proposto seja alcançado nos horizontes previstos.

Com área de aproximadamente 14,4 mil km<sup>2</sup>, a UGRHI 02 tem em seus limites 39 municípios, sendo que apenas cinco apresentam as sedes fora de seu território.

As principais atividades econômicas estão ligadas a agropecuária, com destaque para o cultivo de arroz. Ao setor industrial que se desenvolveu ao longo da Rodovia Presidente Dutra que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, principalmente nos municípios de São José dos Campos e Taubaté, destacando-se as indústrias de pesquisa e tecnologia aeroespacial e automobilística, também as indústrias de papel e celulose, química, mecânica, eletrônica e mineração de areia.

A vegetação nativa cobre aproximadamente 33% da área da UGRHI com maior ocorrência de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista, ainda quanto à preservação ambiental, a UGRHI apresenta nove Unidades de Conservação de Proteção Integral e 22 Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Seus principais cursos da água são os Rios Paraíba do Sul, Paraibuna, Paraitinga, Jaguari, Una, Buquira/Ferrão, Embaú/Piquete, da Bocaina e Pitangueiras/Itagaçaba e os Reservatórios Paraibuna/Paraitinga, Santa Branca e Jaguari. Os aquíferos em seus limites são Pré-Cambriano e Taubaté. As disponibilidades hídricas superficiais apresentam vazão média de 216 m<sup>3</sup>/s, vazão Q<sub>95%</sub> de 93 m<sup>3</sup>/s e vazão Q<sub>7,10</sub> de 72 m<sup>3</sup>/s. Já a disponibilidade hídrica subterrânea tem vazão explorável de 21 m<sup>3</sup>/s.

Os estudos de demanda mostraram que ao longo dos anos de 2007 e 2014 está ocorrendo uma tendência de redução na relação entre demanda e disponibilidade hídrica superficial Q<sub>95%</sub>. Em relação à demanda por água subterrânea, apesar de uma pequena variação ao longo do período, nota-se que se manteve estável, conforme mostram as Figuras 2.1 e 2.2.

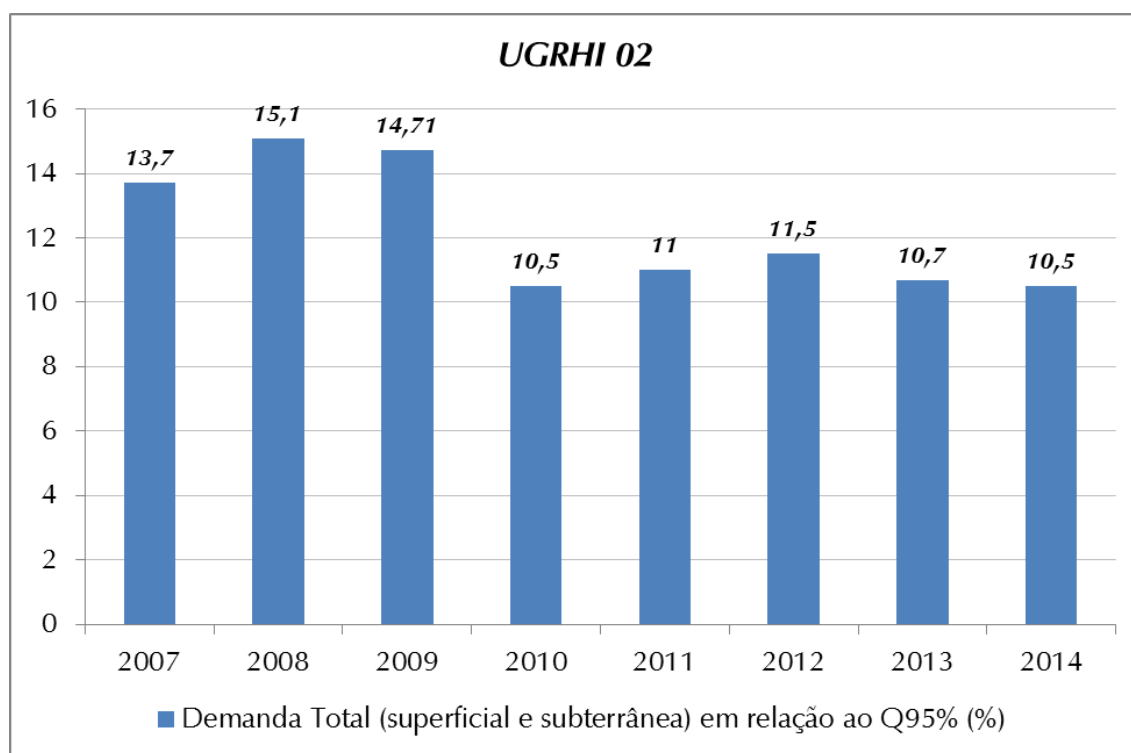
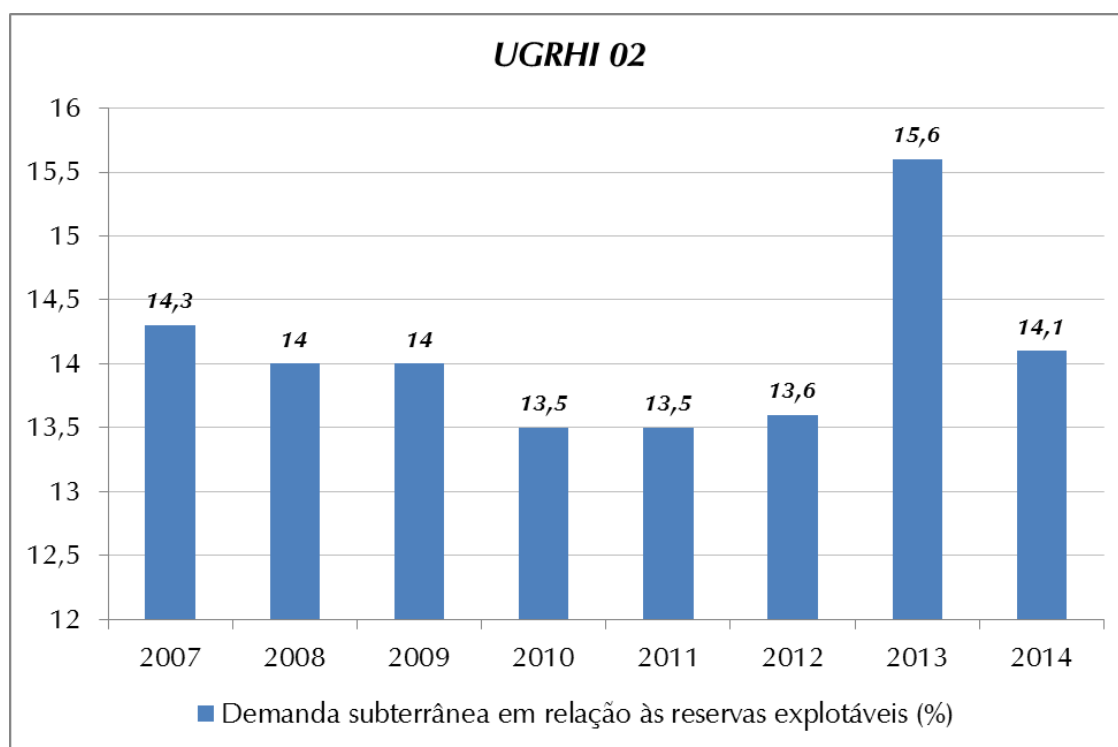


Figura 2.1 - Demanda Total e Subterrânea em Relação a Q<sub>95%</sub>

Fonte: CBH-PS, 2016.



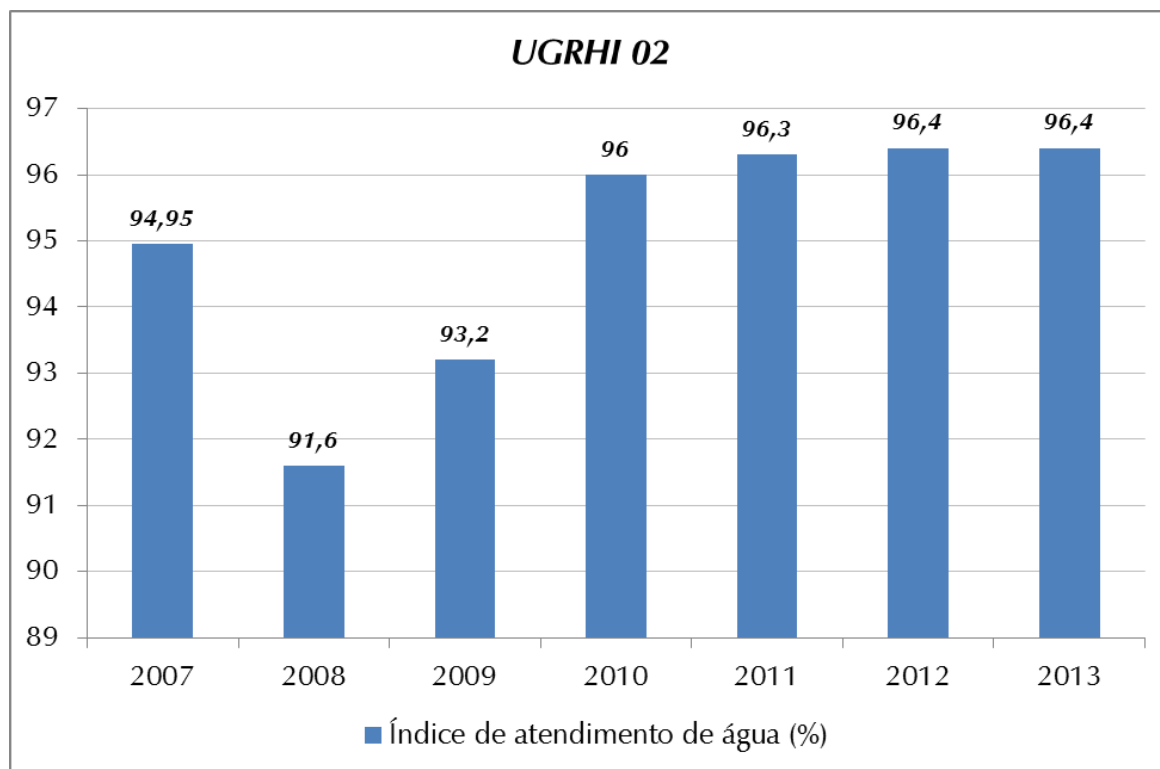
**Figura 2.2 - Demanda Subterrânea em Relação Às Reservas Exploráveis**

Fonte: CBH-PS, 2016.

Destacam-se as captações subterrâneas concentradas no compartimento CP1 - Região do Paraíba do Sul, onde estão localizados os municípios mais urbanizados e populosos. A expressiva demanda por captações subterrâneas justifica-se não somente pelo grande contingente populacional, mas principalmente porque nessa região as condições hidrogeológicas são favoráveis à exploração de águas subterrâneas, e porque a qualidade das águas superficiais não atende aos padrões considerados adequados. A elevada densidade de poços, por sua vez, acarreta maior vulnerabilidade aos aquíferos locais, em decorrência da grande quantidade de empreendimentos poluidores, sobretudo nas áreas urbanas e industrializadas existentes na região. Por essa razão, o eixo de conurbação entre os municípios de Jacareí e São José dos Campos foi definido como “área com restrição”, para as quais foram definidas diretrizes específicas para utilização e proteção das águas subterrâneas.

Os municípios de São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, apresentaram índices de atendimento do abastecimento público de água de 100%, sendo que para a UGRHI, ao longo dos anos entre 2007 e 2013 é apresentado um índice de abastecimento de água estável nos últimos anos, em aproximadamente 96%, conforme a Figura 2.3.





**Figura 2.3 – Índice de Atendimento de Água**

Fonte: CBH-PS, 2016.

Em relação ao índice de perdas, sete municípios estavam acima dos 40% e seis municípios abaixo dos 20%. Para dez municípios não foram apresentados os resultados.

O índice de atendimento por redes coletoras de esgoto mostrou-se superior a 90% para apenas oito municípios, entre eles estão Taubaté e São José dos Campos, contudo oito municípios apresentaram resultados abaixo de 50% de cobertura por rede coletora de esgoto. Entre os anos de 2007 e 2014 houve um incremento na porcentagem de esgoto coletado em relação ao gerado. Neste mesmo período também houve um aumento significativo no índice de tratamento de esgoto, porém com índice baixo, de apenas 68% do esgoto gerado total, conforme as Figuras 2.4 e 2.5.

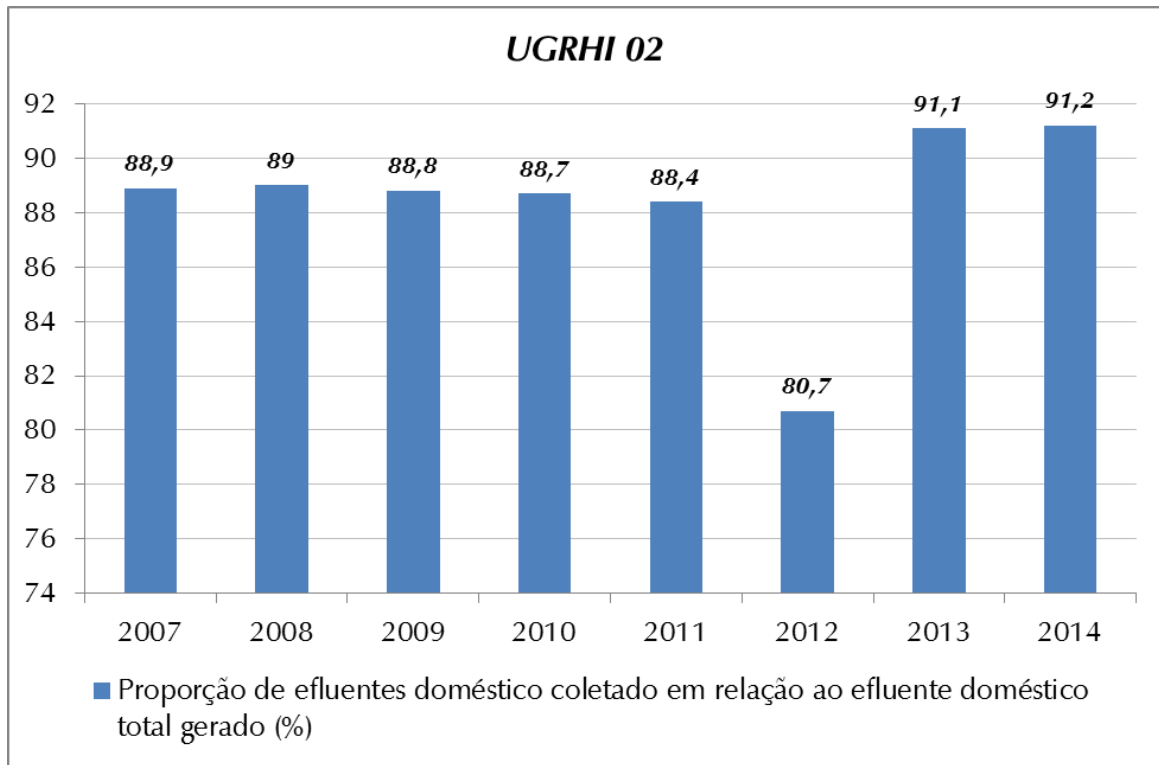


Figura 2.4 – Proporção de Efluente Doméstico Coletado em Relação ao Efluente Doméstico Gerado Total  
Fonte: CBH-PS, 2016.

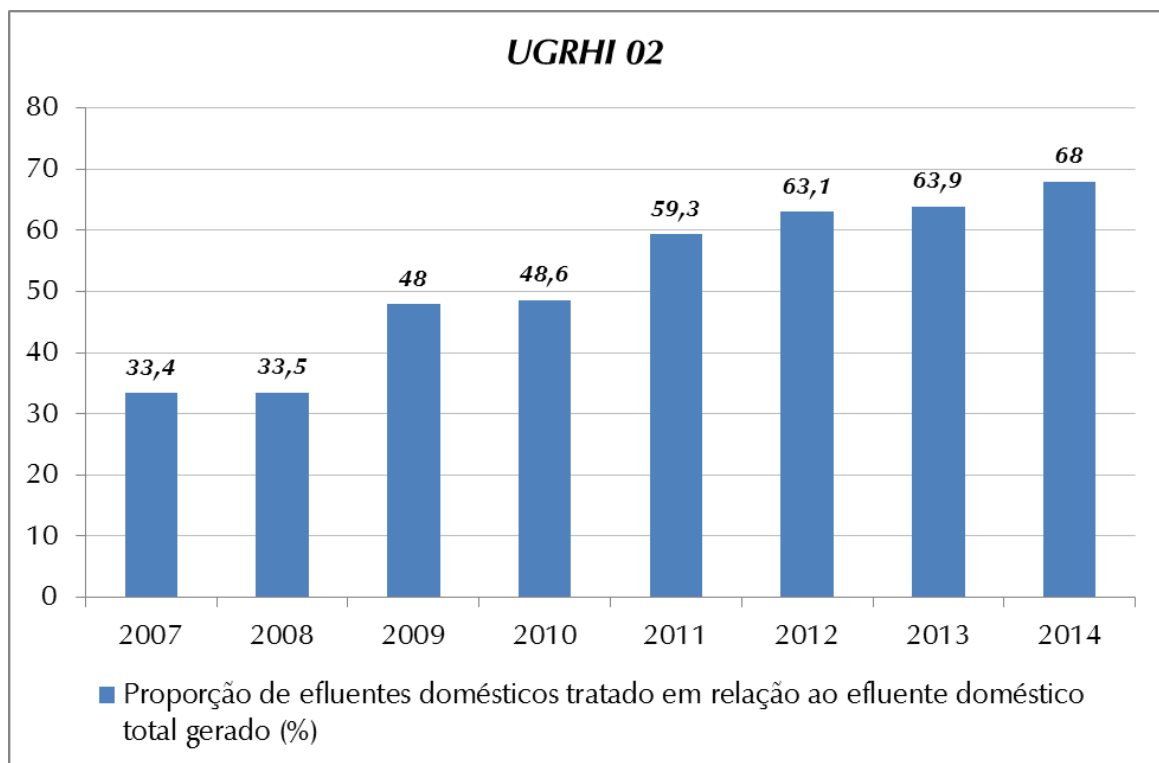


Figura 2.5 - Proporção de Efluente Doméstico Tratado em Relação ao Efluente Doméstico Gerado Total  
Fonte: CBH-PS, 2016.

Ao longo do trabalho de elaboração do Plano de Bacias da UGRHI 02, foram identificados temas prioritários para a gestão dos recursos hídricos, conforme o **Quadro 2.5**.

**QUADRO 2.5 - TEMAS PRIORITÁRIOS PARA A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 02**

<i>Tema</i>	<i>Proposição</i>
1	Melhoria do Sistema de Informações Geográficas da UGRHI 02
2	Preenchimento de lacunas de conhecimento e/ou detalhamento de tópicos de interesse para gestão dos recursos hídricos
3	Ampliação da cobertura vegetal nativa
4	Melhoria do saneamento básico
5	Controle de macrófitas aquáticas
6	Melhoria nas redes de monitoramento
7	Melhoria do processo de outorga
8	Melhoria do enquadramento de corpos d'água
9	Melhoria no sistema de cobrança de uso da água
10	Melhoria no processo de gestão das bacias da UGRHI 02
11	Evidenciar a situação da UGRHI 02 quanto à disponibilidade hídrica
12	Difusão de informação e educação ambiental com foco em recursos hídricos

Fonte: CBH-PS, 2016.

## **2.4 PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO BÁSICO DOS MUNICÍPIOS OPERADOS PELA SABESP NA UGRHI 2 – RIO PARAÍBA DO SUL**

O Plano Diretor de Saneamento Básico dos Municípios operados pela SABESP nas Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (UGRHI 02) e Serra da Mantiqueira (UGRHI 01) foi estruturado tomando-se as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI como unidade de planejamento. Assim, estas foram agrupadas de maneira a se obter a melhor adequação aos limites geográficos das Unidades de Negócio da SABESP – UN.

No Plano Diretor em questão tem-se o agrupamento das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (UGRHI 02) e Serra da Mantiqueira (UGRHI 01), cujos municípios pertencem à Unidade de Negócio Vale do Paraíba.

Primeiramente, é apresentada a situação na área de abrangência do plano, incluindo a caracterização nas áreas das bacias hidrográficas e a descrição dos sistemas existentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Na sequência, apresentam-se as principais informações disponíveis no Plano para a UGRHI 02.

### **✓ UGRHI 02**

A UGRHI 02 corresponde à porção paulista da bacia do rio Paraíba do Sul, que se estende pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A UGRHI abrange 503 sub-bacias afluentes ao rio Paraíba do Sul. Conta com 34 municípios inseridos na sua área de influência.

Em termos de disponibilidade hídrica superficial, a UGRHI 02 apresenta  $Q_{MÉDIA}$  igual a 214,2 m<sup>3</sup>/s, e  $Q_{7,10}$  igual a 71,2 m<sup>3</sup>/s.

Quanto aos mananciais subterrâneos, a UGRHI em questão abrange o sistema das coberturas sedimentares cenozóicas (Formações Caçapava e Tremembé) e os sedimentos quaternários (Sistema Aquífero Taubaté e Sistema Aquífero Cristalino), sendo os terrenos sedimentares cenozoicos o aquífero mais explorado.

A disponibilidade hídrica, de acordo com o DAEE (1979), dos aquíferos sedimentar e cristalino são de 3,5 m<sup>3</sup>/s e 16,6 m<sup>3</sup>/s, respectivamente. A vazão extraída de tais aquíferos, de acordo com o Consórcio ICF KAISER LOGOS (1999), é de 2,8 m<sup>3</sup>/s para o aquífero sedimentar e 0,3 m<sup>3</sup>/s para o cristalino.

Considerando uma demanda atual, na UGRHI 02, de 16,4 m<sup>3</sup>/s em 2000, e uma projeção de demanda de 51,0 m<sup>3</sup>/s para o ano de 2010, conclui-se que a UGRHI se encontra numa situação confortável no quesito demanda/disponibilidade da bacia. Contudo, a segurança hídrica da bacia pode vir a sofrer algum comprometimento no futuro devido à degradação ambiental.

O esgoto doméstico não tratado é responsável por grande parte da contaminação dos mananciais superficiais da UGRHI 02. Cerca de 70% das cargas de DBO são lançadas sem tratamento. Assim como as cargas orgânicas industriais, cuja carga remanescente é da ordem de 24% da carga orgânica total.

#### ✓ *Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário*

No **Quadro 2.6** são apresentadas informações gerais sobre o sistema de saneamento básico de cada município atendido pela SABESP na UGRHI 02.

**QUADRO 2.6 - CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS MUNICÍPIOS DA UGRHI 02**

Município	Localidade	Manancial Superficial	Manancial Subterrâneo	
		Q. Captada (m <sup>3</sup> /dia)	Número de Poços	Q. Captada (m <sup>3</sup> /dia)
Arapeí	Sede	325	-	-
Bananal	Sede	1.952	-	-
	Rancho Grande	-	1	39
Caçapava	Sede	-	23	16.321
Cachoeira Paulista	Sede	7.205	-	-
	Embaú	-	1	600
	Quilombo	-	-	-
Canas	Sede	-	2	679
Guarema	Sede	3.215	-	-
	Guanabara	-	1	122
	Luis Carlos	-	2	18
	Parateí	-	2	253
Igaratá	Sede	1.150	-	-
Jambeiro	Sede	-	1	546

Município	Localidade	Manancial Superficial	Manancial Subterrâneo	
		Q. Captada (m <sup>3</sup> /dia)	Número de Poços	Q. Captada (m <sup>3</sup> /dia)
	Canaã	-	1	136
Lagoinha	Sede	491	-	-
Lavrinhas	Sede	1.213	-	-
Lorena	Sede	5.316	11	14.655
Monteiro Lobato	Sede	315	-	-
	S. Benedito	36	-	-
	Sousas	86	-	-
Pindamonhagaba	Sede	29.891	-	-
	Moreira César	-	-	-
	Araretama	-	-	-
Queluz	Sede	2.243	-	-
Redenção da Serra	Sede	230	1	56
Roseira	Sede	-	4	1.025
	Roseira Velha	-	-	-
S Luis do Paraitinga	Sede	1.022	-	-
	Catuçaba	111	-	-
São José dos Campos	Sede	92.688	40	30.500
	Buquirinha	403	-	-
	Costinha	-	1	194
	E. de Melo	-	27	21.169
	S. F. Xavier	445	-	-
	Urbanova	1.325	-	-
Silveiras	Sede	477	2	10
	Macacos	-	1	56
Taubaté	Sede	75.762	-	-
	Quiririm	-	-	-
Tremembé	Sede	-	-	-

Fonte: SABESP, 2003.

Os índices de atendimento, tanto dos sistemas de abastecimento de água quanto dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios operados pela SABESP na UGRHI 02 estão apresentados no **Quadro 2.7**.

**QUADRO 2.7 - ÍNDICES DE ATENDIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA UGRHI 02**

Município	Índice de Atendimento do SAA (%)	Índice de Atendimento SES (%)	
		Coleta	Tratamento
Arapeí	100	62	0
Bananal	100	88	100
Caçapava	100	90	87
Cachoeira Paulista	100	83	0
Canas	88	52	0

Município	Índice de Atendimento do SAA (%)	Índice de Atendimento SES (%)	
		Coleta	Tratamento
Guararema	70	39	0
Igaratá	55	51	100
Jambeiro	100	80	80
Lagoinha	100	84	100
Lavrinhas	98	52	0
Lorena	100	96	85
Monteiro Lobato	100	62	88
Pindamonhangaba	100	91	87
Queluz	100	71	0
Redenção da Serra	95	67	100
Roseira	96	96	75
São José dos Campos	95	88	44
São Luis do Paraitinga	95	71	8
Silveiras	90	94	100
Taubaté	100	92	0
Tremembé	97	82	0

Fonte: SABESP, 2003.

Analisando os índices de atendimento de abastecimento de água, 11 municípios possuem 100% de atendimento; 6 possuem índice entre 90% e 100%; e 3 atendem a menos de 90% da demanda. Em relação aos índices de coleta de esgoto, observa-se que nenhum município tem 100% de seu esgoto coletado e apenas 6 possuem índice superior a 90%. Quanto aos índices de tratamento do esgoto coletado, 5 municípios possuem 100% de atendimento e 8 municípios não tratam o esgoto. O restante possui índices de atendimento inferior a 90%.

#### ✓ **Pré-dimensionamento e estimativas de custo dos sistemas**

O horizonte de planejamento do estudo em questão é de 2002 a 2025.

Primeiramente foi feita uma projeção das populações incluídas nos setores de abastecimento das UGRHs consideradas no plano diretor. Foram projetados os municípios e seus respectivos distritos, além de suas populações urbanas e rurais.

Em seguida, foram determinadas as vazões de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, com base nas projeções de domicílios abastecíveis (municípios ocupados por população residente ou flutuante, em área legalmente “urbana” ou “rural”, desde que implantados em área passível de abastecimento a partir da rede pública), e em diversos parâmetros, tais como consumo específico, índice de retorno, coeficiente de infiltração e índices de atendimento.

Considerando o final do plano (2025), quando a demanda calculada superou a capacidade instalada, foram determinados os incrementos necessários e seus respectivos prazos de implantação.

O resumo dos investimentos totais para os sistemas de abastecimento de água na UGRHI 02 para o período de 2003 a 2025 está indicado **Quadro 2.8**.

**QUADRO 2.8 - RESUMO DOS CUSTOS DE INVESTIMENTOS TOTAIS PREVISTOS PARA OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA UGRHI 02 (R\$)**

<i>Áreas de investimento</i>	<i>2003 a 2007</i>	<i>2008 a 2025</i>
Arapeí	220.520,00	231.170,00
Bananal	761.338,00	1.733.532,00
Caçapava	592.457,13	1.766.965,53
Cachoeira Paulista	901.106,72	683.470,66
Canas	413.130,00	198.060,00
Guararema	3.311.120,00	1.391.080,00
Igaratá	79.800,00	270.310,00
Jambeiro	278.579,95	163.162,93
Lagoinha	30.470,00	67.800,00
Lavrinhas	233.200,00	167.960,00
Lorena	1.139.720,00	1.472.180,00
Monteiro Lobato	29.554,17	106.733,33
Pindamonhangaba	2.546.535,53	3.972.808,93
Queluz	145.100,00	461.470,00
Redenção da Serra	69.330,95	53.267,95
Roseira	230.744,36	525.403,42
São José dos Campos	27.186.609,08	14.474.377,47
São Luis do Paraitinga	276.838,45	283.832,64
Silveiras	313.905,00	290.650,00
Taubaté	7.720.160,00	5.346.060,00
Tremembé	980.700,00	1.323.680,00
<b>Total</b>	<b>47.460.919</b>	<b>34.983.974,86</b>

Fonte: SABESP, 2003.

Para os sistemas de esgoto, o resumo dos investimentos totais para os períodos de 2003 a 2025 encontra-se no **Quadro 2.9**.

**QUADRO 2.9 - RESUMO DOS CUSTOS DE INVESTIMENTOS TOTAIS PREVISTOS PARA OS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA UGRHI 02 (R\$)**

<i>Áreas de investimento</i>	<i>2003 a 2007</i>	<i>2008 a 2025</i>
Arapeí	2.091.303,50	578.984,50
Bananal	5.843.450,00	2.725.675,00
Caçapava	19.338.989,14	3.392.858,25
Cachoeira Paulista	8.285.139,15	2.061.973,60
Canas	1.624.750,00	346.475,00
Guararema	10.740.375,00	3.687.350,00

<i>Áreas de investimento</i>	<i>2003 a 2007</i>	<i>2008 a 2025</i>
Igaratá	1.156.200,00	2.336.375,00
Jambeiro	794.685,95	310.284,86
Lagoinha	371.225,00	250.900,00
Lavrinhas	5.095.724,75	582.500,00
Lorena	14.692.935,69	3.278.038,50
Monteiro Lobato	1.254.860,93	282.385,59
Pindamonhangaba	27.851.208,84	10.656.306,06
Queluz	4.510.000,00	646.925,00
Redenção da Serra	531.200,22	147.604,78
Roseira	2.772.972,58	605.942,74
São José dos Campos	28.416.325,00	92.867.355,00
São Luis do Paraitinga	2.474.931,80	755.418,66
Silveiras	2.036.525,00	502.775,00
Taubaté	60.757.775,00	25.581.025,00
Tremembé	4.777.025,00	3.316.500,00
<b>Total</b>	<b>205.417.502,56</b>	<b>154.913.652,54</b>

Fonte: SABESP, 2003.

Nos casos em que se fez necessária a implantação de um tratamento complementar além do tratamento convencional nas ETes, os investimentos foram apresentados à parte, totalizando, para as UGRHs 01 e 02, no período de 2003 a 2025, um investimento da ordem de R\$ 65.000.000,00, o que representa um acréscimo de 20% em relação aos investimentos previstos para os sistemas de esgotamento sanitário do plano em questão.

## **2.5 PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

O Plano Diretor do Município de Lorena foi instituído pela Lei nº 2191, de 19 de abril de 1995, atualizado pela Lei Complementar nº 82, de 05 de abril de 2010 e revisado pela Lei Complementar nº 244, de 15 de dezembro de 2016. O Plano Diretor abrange todo o território do município e é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município, além de contribuir com o planejamento municipal, uma vez que suas prioridades e diretrizes devem ser incorporadas pelo plano plurianual, diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual. A lei que dispõe o Plano Diretor deve ser revista, no máximo, a cada 10 (dez) anos, como determina o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

O Plano prevê que o planejamento metropolitano de Lorena deve se articular com os planos dos demais municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RM Vale), sobretudo com os municípios vizinhos.

Para efeitos de planejamento urbano, o Plano Diretor de Lorena dividiu o território do município em:



- ✓ Macrozona Urbana: correspondente ao perímetro delimitado pela Lei Complementar nº 181 de 27 de junho de 2014;
- ✓ Macrozona Rural: definida por exclusão do perímetro que compõe a Macrozona Urbana.

Na Macrozona Urbana ficam estabelecidas as seguintes Macroáreas, Áreas e Zonas Especiais: Macroárea de Interesse Industrial, Macroárea de Preservação Ambiental, Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Socioterritorial, Área Especial de Interesse Histórico, Área Prioritária para Urbanização e Zona Especial de Interesse Social. O município ainda conta com Zonas Especiais de Patrimônio Cultural e Zonas Especiais de Patrimônio Ambiental.

O zoneamento visa garantir a melhor distribuição dos diferentes usos e ocupações do solo no município, visando garantir a diversidade de usos e evitar a proximidade de usos incompatíveis e incômodos, promover condições adequadas de conforto ambiental e garantir acessibilidade plena às edificações e espaços de uso público e coletivo, entre outros. Para tal, o Plano preconiza que o município deverá promover a revisão da Lei Municipal nº 1.963 de 24 de fevereiro de 1992 (Lei Municipal de uso e ocupação do solo urbano), para dar origem à Lei Municipal de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano, de acordo com os objetivos e as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor. Na ocasião da elaboração deste Plano, a revisão da referida lei se encontrava em desenvolvimento.

Em relação aos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, no Art. 115, são estabelecidos como objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente a universalização do abastecimento de água potável, da coleta, afastamento e tratamento de esgoto sanitário e do manejo dos resíduos sólidos, juntamente com direito à redução da contaminação ambiental em todas as suas formas e a garantia de proteção dos recursos hídricos e mananciais de abastecimento, entre outros.

O Capítulo V do Plano Diretor estabelece as diretrizes da Política e Sistema de Saneamento Ambiental do município, que entre outros, estabelece a promoção à universalização dos serviços de água e esgoto, a garantia da qualidade, segurança e regularidade dos sistemas de captação, armazenamento, distribuição e abastecimento de água, a fiscalização e garantia da segurança dos poços de captação de água e a manutenção periódica das redes de distribuição, fomentando, inclusive, uma política de controle de perdas físicas na captação, armazenamento, distribuição e abastecimento de água.

## **2.6 ATUALIZAÇÕES DAS NORMAS DE REFERÊNCIA DECORRENTES DO NOVO MARCO LEGAL**

Em decorrência da atualização do marco legal do saneamento básico, Lei Federal nº 14.026/2020, cabe a ANA a regulamentação do setor de saneamento através da edição de Normas de Referência que possibilitem: a criação de um sistema de avaliação de desempenho das prestadoras de serviço de saneamento; a garantia da qualidade dos serviços; uniformização e padronização dos indicadores de qualidade; dentre outros benefícios que um sistema consolidado é capaz de assegurar.

Está previsto, pela ANA, a edição de 19 normas de referências para o setor de saneamento até o ano de 2023, conforme é indicado no **Quadro 2.10**.

**QUADRO 2.10 – CALENDÁRIO DE EDIÇÃO DAS NORMAS DE REFERÊNCIA**

Período	Normas de Referência Prevista
2º semestre de 2021 (1 norma)	Conteúdo mínimo de aditivos aos contratos de programa e de concessão para água e esgoto.
1º semestre de 2022 (4 normas)	Procedimento transitório de monitoramento das normas.
	Indenização de ativos para água e esgoto.
	Padrões e indicadores de qualidade e eficiência e avaliação da eficiência e eficácia para água e esgoto.
	Diretrizes para definição do modelo de regulação para água e esgoto.
2º semestre de 2022 (5 normas)	Modelo organizacional das agências reguladoras infranacionais, transparência e <i>accountability</i> .
	Procedimentos para mediação e arbitragem.
	Matriz de riscos de contratos para água e esgoto.
	Diretrizes para metas progressivas de cobertura para água e esgoto e sistema de avaliação.
	Condições gerais de prestação dos serviços de resíduos sólidos urbanos.
1º semestre de 2023 (2 normas)	Critérios para a contabilidade regulatória privada para os serviços de água e esgoto.
	Estrutura tarifária para água e esgoto.
2º semestre de 2023 (6 normas)	Padronização dos contratos de concessão para água e esgoto.
	Procedimentos para comprovação da adoção das normas de referência.
	Condições gerais para prestação dos serviços, atendimento ao público e medição, faturamento e cobrança dos serviços de água e esgotos.
	Diretrizes para definição de modelo de regulação de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.
	Reajuste tarifário para água e esgoto.
	Padrões e indicadores de qualidade e eficiência e avaliação da eficiência e eficácia para resíduos sólidos urbanos.

Fonte: Adaptado. ANA, 2021.

A Resolução ANA nº 106/2021 aprovou a Norma de Referência nº 2 que dispõe sobre os aditivos aos contratos de programa e contratos de concessão relativos às metas previstas no Art. 11-B, § 1º da Lei Federal nº 11.445/2007, na qual é prevista a universalização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A adoção das medidas pelas Entidades Reguladoras será facultativa e deverá ocorrer de modo progressivo

As metas de universalização deverão garantir, até 31 de dezembro de 2033, o atendimento de água de 99% da população e esgotamento sanitário de 90% da população, no qual é incluído o serviço de coleta e tratamento. A Norma considera como a área de abrangência do prestador de serviços aquela definida em contrato ou outro instrumento legal, na qual é de responsabilidade do prestador de serviços o abastecimento de água e esgotamento sanitário, seja de forma individual (atendimento restrito a um domicílio) ou conjunto (atendimento a mais de um domicílio), de acordo com definição do objeto de contrato.

A aferição do cumprimento das metas deverá ser realizada a partir dos seguintes indicadores:

- ✓ **Índice de economias residenciais com rede de abastecimento de água na área de abrangência do prestador de serviços:** o índice relaciona o número de economias residenciais na área de abrangência do prestador de serviços com o número de domicílios com ligações ativas e inativas conectadas à rede de abastecimento de água;
- ✓ **Índice de economias residências atendidas com rede coletora de esgoto na área de abrangência do prestador de serviços:** o índice relaciona o número de economias residenciais na área de abrangência do prestador de serviços com o número de domicílios com ligações ativas e inativas conectadas à rede coletora de esgoto;
- ✓ **Índice de economias residenciais atendidas com rede coletora e tratamento de esgoto na área de abrangência do prestador de serviços:** o índice relaciona o número de economias residenciais na área de abrangência do prestador de serviços com o número de domicílios com ligações ativas e inativas conectadas à rede coletora de esgoto e, posteriormente, a uma unidade de tratamento de esgoto.

### 3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE LORENA

A seguir estão relacionados os aspectos geográficos, político-administrativos, fisiográficos, sociais e econômicos que caracterizam o território do município de Lorena.

#### 3.1 ASPECTOS FÍSICOS TERRITORIAIS

##### 3.1.1 Aspectos Gerais

O município de Lorena localiza-se no setor leste do Estado de São Paulo, estendendo-se por cerca de 414,1 km<sup>2</sup>, com altitude média de 524 m acima do nível do mar. Sua sede situa-se nas coordenadas 22°41'15" de latitude sul e 45°03'45" de longitude oeste.

Lorena pertence à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e está inserida na Região Administrativa de São José dos Campos, fazendo divisa com os municípios de Piquete ao Norte, Cachoeira Paulista e Canas a Leste, Guaratinguetá a Oeste e Cunha ao Sul.

Distante 182 km da capital paulista, o acesso ao município pode ser feito através da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), principal rodovia brasileira que interliga as regiões nordeste e sul, cortando o interior de dez estados brasileiros; pela Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira (BR-459), rodovia que liga o município de Lorena à Itajubá em Minas Gerais, com planejamento para ir até Angra dos Reis, no Rio de Janeiro; e finalmente, através da Rodovia Prefeito Aristeu Vieira Vilela (SP-062) que liga a cidade de Guaratinguetá até Lorena, conforme pode ser observado na **Figura 3.1**. Sua localização estratégica tem contribuído para investimentos e industrialização da cidade.

Lorena foi criado como distrito com a denominação de Nossa Senhora da Piedade por Provisão de 1718, subordinado ao município de Guaratinguetá. Foi elevado à categoria de vila com a denominação de Lorena por Portaria de 1788, constituído do distrito sede. Em 1842, pelo Decreto nº 180, Lorena foi anexado à província do Rio de Janeiro. No mesmo ano, pelo Decreto nº 216/1842, é anexado à província de São Paulo. Em 1856, através da Lei Provincial nº 21/1856, foi elevado à categoria de cidade com a denominação de Lorena. Em 1875, é criado o distrito de São Miguel do Piquete e anexado ao município de Lorena. Mediante Decreto-lei Estadual nº 166 de 1891, o distrito de Vila Vieira de Piquete é desmembrado do município de Lorena, sendo elevado à categoria de vila. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o município de Lorena é constituído do distrito sede, assim permanecendo.

De acordo com dados do último Censo Demográfico do IBGE, em 2010, residiam no município de Lorena 82.537 habitantes, sendo que 80.173 estavam concentrados na Sede do município, e 2.364 habitantes encontravam-se dispersos em aglomerados rurais, especialmente na porção sul do município e as margens da Rodovia Lorena-Itajubá (BR-459), como mostra a **Figura 3.1**. De acordo com definição do IBGE, "Aglomerado Rural" é uma localidade situada em área não definida legalmente como urbana e caracterizada por um conjunto de edificações

permanentes e adjacentes, formando área continuamente construído, com arruamentos reconhecíveis e dispostos ao longo de uma via de comunicação.

Em relação à ocupação do município é importante ressaltar que, de acordo com dados do IBGE (2020), existe um (01) aglomerado subnormal no município de Lorena nomeado Parque Rodovias, que abrange cerca de 180 domicílios irregulares distribuídos à margem esquerda da rodovia Presidente Dutra (BR-116), próximo aos limites da sede municipal. Segundo informações da Prefeitura Municipal, a área de ocupação do bairro Parque Rodovias foi regularizada em 2020, por meio de convênio com a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo e do Programa Cidade Legal, que tem como objetivo acelerar e desburocratizar a regularização fundiária, sem custo ao município e aos moradores de áreas consideradas de núcleos de interesse social (como é o caso da área do Parque das Rodovias).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entende-se por assentamentos irregulares ou aglomerados subnormais o conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostos, em geral, de forma desordenada e densa.

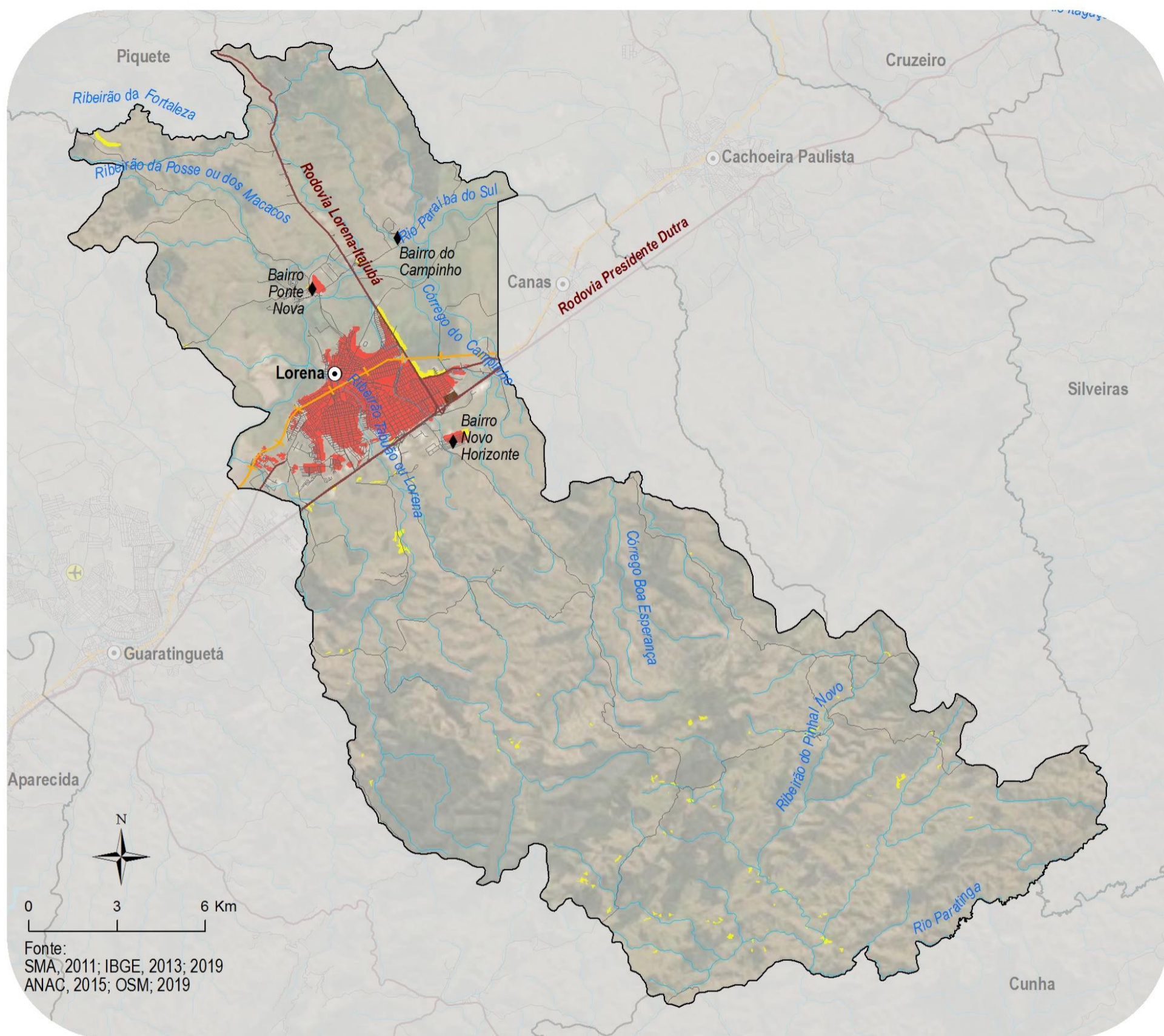
Além da carência de serviços públicos, outro aspecto que caracteriza os aglomerados subnormais é a irregularidade fundiária, que se dá pela ocupação de terrenos de propriedade alheia ou localizados em áreas de proteção ambiental, tal como nas margens de rios, estuários, encostas e topos de morro. Nesse caso, a irregularidade fundiária dificulta ou até mesmo impede que serviços públicos, dentre eles os de saneamento básico, sejam ofertados de forma adequada à esta população.

Com a regularização do Parque Rodovias, conforme informações do GEL relativas a 2021, a população poderá requerer rede de água e esgoto, e outros serviços essenciais necessários, processos que já foram reivindicados pela Prefeitura Municipal com demais órgãos responsáveis. O Parque Rodovias foi dividido em quatro núcleos, onde

- ✓ Os núcleos 1 e 2 possuem rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- ✓ O núcleo 3 contempla 246 imóveis, sem rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes serviços encontram-se em processo de licitação pela SABESP;
- ✓ O núcleo 4 contempla a última rua do bairro, intitulada “Scyllas Tomé de Souza”, que possui rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com exceção de um trecho de 150 m.

Para o presente estudo, foram adotados os dados de projeção populacional fornecidos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, sendo que a definição de área rural do município foi feita a partir do levantamento do IBGE de 2010, na ausência de informações mais recentes. A metodologia detalhada é apresentada no Capítulo 7. Assim, segundo projeções da SEADE, em 2020, houve um crescimento da população de Lorena (5%), totalizando 86.639 habitantes. Esse aumento foi um pouco mais intenso na área urbana, que

aumentou em 5,4% seu contingente populacional, passando a abrigar 84.522 habitantes. Entretanto, nos aglomerados rurais, houve um decréscimo de cerca de -10,4%, passando a concentrar 2.117 habitantes.

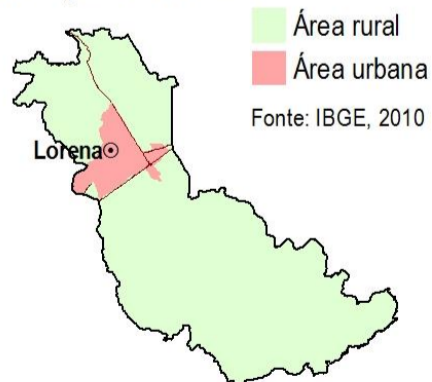


**LEGENDA**

- ⊙ Sede municipal
- ▭ Limite municipal
- ◆ Localidade
- ⊕ Aglomerado rural
- ⊕ Área urbana
- ⊕ Aglomerado subnormal

- ~ Curso d'água
- ☁ Massa d'água
- Sistema de transporte**
- Arruamento local
- Rodovia
- Ferrovia
- ⊕ Aeroporto/Aeródromo

**SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO**



**LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E RESPECTIVA UGRHI NO ESTADO DE SÃO PAULO**



Figura 3.1 – Localização e Acessos do Município de Lorena

1  
2

### 3.1.2 Geologia

O município de Lorena está inserido no contexto geológico da Província Mantiqueira. Essa Província instalou-se a leste dos crátons São Francisco e Rio de la Plata/Paraná no final do Neoproterozoico e Início do Paleozoico, se estendendo por cerca de 3.000 km com orientação NNE-SSW ao longo da costa atlântica, de Montevideu (Uruguai) ao sul da Bahia.

Segundo o Mapa Geológico do Estado de São Paulo na escala 1:750.000 publicado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM (PERROTTA *et al*, 2006), a área abrangente do município apresenta dois grandes grupos de rochas: embasamento cristalino (rochas metamórficas e ígneas) na porção centro-sul; e sedimentar – porção centro-norte do município.

As rochas metamórficas são representadas pelas unidades geológicas Xistos – localmente migmatíticos, Paragnáissica e Ortognáissica do complexo Embu. Na unidade Xistos – localmente migmatíticos há predomínio de mica xistos e quartzo xistos alternados ritmicamente. Localmente, a este conjunto predominante, intercalam-se rochas calcissilicáticas, anfíbolitos e rochas metaultramáficas. A unidade Paragnáissica é composta por muscovita-granada-sillimanita-biotita gnaisses migmatíticos, com aspecto nebulítico ou schlieren, e biotita gnaisses de composição tonalítica a granodiorítica na unidade. A unidade Ortognáissica é constituída, predominantemente, por biotita gnaisses homogêneos, de composição granodiorítica a tonalítica (PERROTTA *et al*, 2006).

As rochas ígneas são representadas pelos Granitos Quebra Cangalha, Lagoinha e Três Barras que fazem parte dos granitóides foliados peraluminosos, tipo S, pré a sincolisionais, do Terreno Embu. Normalmente estão encaixados na unidade paragnáissica e na unidade de xistos, localmente migmatíticos do Complexo Embu (PERROTTA *et al*, 2006).

As rochas sedimentares estão localizadas na Bacia de Taubaté. Essa bacia é do tipo rift, que apresenta sintectônica, com depósitos sedimentares de granulometria grossa nas bordas falhadas da bacia, além de depósitos arenosos e argilosos, na parte central da bacia, ligados a ambientes de sedimentação fluvio-lacustres. As unidades geológicas encontradas da Bacia de Taubaté distribuídas no município são: Formação Resende e Depósitos Aluvionares.

### 3.1.3 Geomorfologia

O município de Lorena situa-se no contexto geomorfológico do Planalto Atlântico, de acordo com o mapa geomorfológico do IPT (1981). Na região do município, o Planalto Atlântico é dividido entre Médio Vale do Paraíba e Planalto de Paraitinga.

A porção norte e central do município está localizada a unidade Médio Vale do Paraíba, onde predominam formas de relevo constituídos por colinas de topos convexos, terrenos baixos e altimetrias predominantes de 600 m e 700 m com declividade entre 5% e 20% (IPT, 1981/ROSS; MOROZ, 1997).



O Planalto de Paraitinga está situado na porção centro-sul de Lorena. Essa unidade é caracterizada pelo relevo de morros com topos arredondados, vertentes com perfis retilíneos a convexos com altimetrias variando entre 700 m e 1.200 m, com declividades médias a altas (superiores a 15%) e drenagem de alta densidade (IPT, 1981).

A amplitude topográfica de Lorena é de aproximadamente 753 m, com cotas variando entre 510 m na várzea do Rio Paraíba do Sul e 1.263 m na Serra das Pedrinhas - porção sul município. A concentração urbana está assentada entre as cotas de 520 m e 540 m.

### **3.1.4 Pedologia**

A diversidade de relevo e geologia de Lorena dá origem a uma variedade diversa de solos. No município são encontrados Cambissolos Háplicos e Argissolos Vermelho-Amarelos na porção sul; Latossolos Amarelos e Vermelho-Amarelos nas porções norte e central do município; e Gleissolos Melânicos na porção central (planície do rio Paraíba do Sul), conforme apresentado no Mapa Pedológico do Estado de São Paulo (ROSSI, 2017), realizado pelo Instituto Florestal na escala 1:250.000.

Os Cambissolos Háplicos são solos que não apresentam horizonte superficial A húmico. A principal limitação para uso desse tipo de solo é a presença em relevo com declives acentuados. (EMBRAPA, 2013).

Os Argissolos Vermelho-Amarelos são constituídos por argila de atividade baixa e horizonte B textural (Bt) imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte superficial. Em Lorena se apresenta tanto como distrófico típico, com horizonte A moderado, textura média a argilosa em relevo forte ondulado (ROSSI, 2017).

Os Latossolos são solos minerais profundos, bem drenados, com pouca diferenciação entre os horizontes e cor homogênea. Os Latossolos Amarelos, são desenvolvidos de materiais argilosos. Esse tipo de solo está localizado relevo plano ou suavemente ondulado, apresentando boas condições físicas de retenção de umidade, o que favorece a mecanização agrícola e a sua utilização na agropecuária. Os Latossolos Vermelho-Amarelos são profundos e porosos, apresentam condições adequadas para um bom desenvolvimento radicular em profundidade, e, também, são muito utilizados para agropecuária. Suas limitações são de ordem química, em condições naturais, os teores de fósforo são baixos, sendo indicada a adubação fosfatada (EMBRAPA, 2013).

Os Gleissolos Melânicos são solos formados em condições de saturação com água, presentes principalmente em planícies ou várzeas inundáveis. Com alto teor de matéria orgânica, esses solos apresentam horizonte A escuro relativamente espesso e logo abaixo uma camada de cor acinzentada. No município se apresenta como Distrófico e textura argilosa (ROSSI, 2017).

### 3.1.5 Clima

Segundo a classificação de Köppen, o clima de Lorena se enquadra no tipo Cwa (ALVARES *et al*, 2013), isto é clima subtropical úmido, com estação seca no inverno e verões quentes e chuvosos, com a temperatura média igual 20,1°C, oscilando entre os 9,4°C em julho, o mês mais frio e 28,3°C nos meses mais quentes, entre outubro e abril. A precipitação média anual é de 1.385 mm.

#### ✓ Pluviosidade

Segundo o Departamento de Água e Energia Elétrica - DAEE, o município de Lorena possui seis estações pluviométricas, com os prefixos D2-032, D2-034, D2-035, D2-062, D2-081, D2-097, conforme consulta no banco de dados por meio do endereço eletrônico (<http://www.hidrologia.daee.sp.gov.br/>). As informações das referidas estações encontram-se no Quadro 3.1.

**QUADRO 3.1 – DADOS DAS ESTAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS DO MUNICÍPIO LORENA**

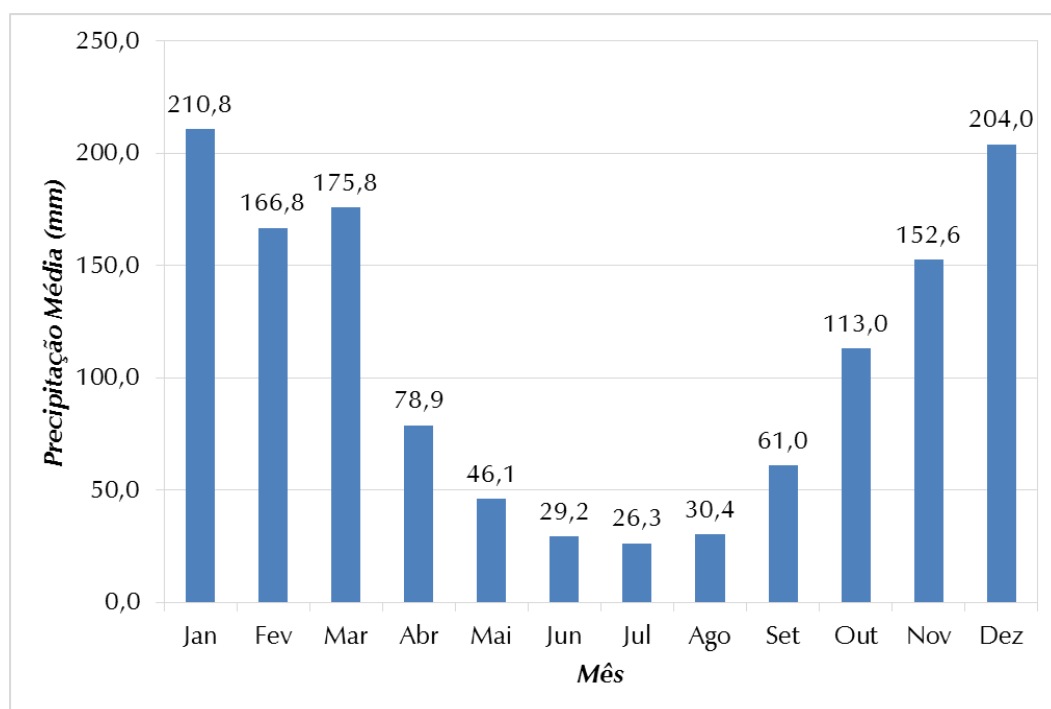
<i>Município</i>	<i>Prefixo</i>	<i>Altitude (m)</i>	<i>Latitude</i>	<i>Longitude</i>
Lorena	D2-032	800	22° 49' 00"	45° 00' 00"
Lorena	D2-034	640	22° 51' 00"	45° 04' 00"
Lorena	D2-035	540	22° 44' 00"	45° 05' 00"
Lorena	D2-062	540	22° 46' 00"	45° 07' 00"
Lorena	D2-081	520	22° 43' 00"	45° 05' 00"
Lorena	D2-097	780	22° 48' 00"	45° 00' 00"

Fonte: DAEE, 2021.

A análise das precipitações foi elaborada com base nos dados do posto pluviométrico D2-035 com série histórica entre 1957 e 2020.

A **Figura 3.2** possibilita análise temporal das características das chuvas, apresentando a sua distribuição ao longo do ano, bem como os períodos de maior e menor ocorrência. Verifica-se variação sazonal da precipitação média mensal com duas estações representativas, uma mais seca, mesmo com alta pluviosidade, e outra predominantemente chuvosa.

O período mais chuvoso ocorre de novembro a março, quando os índices de precipitação média mensal são superiores a 150 mm, enquanto o mais seco corresponde aos meses de maio a outubro com destaque para junho e julho, que apresentam médias menores que 30 mm. Ressalta-se que os meses de dezembro e janeiro apresentam os maiores índices de precipitação, atingindo uma média de 204 mm e 210,8 mm, respectivamente.



**Figura 3.2 - Precipitação Média Mensal no Período de 1957 a 2020, Estação D2-035**

Fonte: DAEE, 2021.

### 3.1.6 Recursos Hídricos

O município é banhado pelo Rio Paraíba do Sul, cujo curso d'água em território loreense é de 16 km e largura média de 100 m, sendo seus afluentes: ribeirão São João, córrego Farroupilha, ribeirão Taboão, córrego Quatinga, córrego dos Passos, córrego da Fazenda do Porto do Meira, Ribeirão das Posses, Ribeirão da Limeira, córrego do Campinho, córrego Fazenda Vista Alegre, córrego Fortaleza e ribeirão Mandi. Na porção sul do seu território, no entanto, a drenagem é parte da bacia do rio Paraitinga. Sua posição o insere integralmente na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) 2 – Paraíba do Sul, conforme apresentado na **Figura 3.1**.

Em Lorena existem 297 outorgas para uso da água, de acordo com dados disponibilizados pelo DAEE. Desse total, 99 são para captações subterrâneas e 30 para captações superficiais. Estão cadastradas 53 outorgas de lançamento, 14 para barramento de cursos d'água, duas para canalização, 17 para desassoreamento, nove para extração de água subterrânea, uma para extração mineral, duas para reservação, duas para proteção de leito e margens e 68 para travessias, dentre as quais se encontram travessia área e subterrânea.

Em relação à finalidade dos usos, para a vazão total de captação outorgada dentro do município (374,05 L/s – 17,12% subterrâneos e 82,88% superficiais), a maioria corresponde ao uso urbano (54,6%), seguido pelo uso industrial (40,8%), pelo uso rural (3,3%), e outros usos (1,3%). De acordo com a metodologia empregada para a contabilização das outorgas (onde só foram computados os registros de outorga que apresentaram dados de quantidades de horas diárias, bem como de quantidades de dias por mês de operação) os usos para fins sanitários e de irrigação representam, 3,3%, cada um.

As captações subterrâneas no município exploram águas principalmente dos aquíferos Grupo Taubaté, que corresponde a 32,6% das outorgas e do Cristalino (9,78%). As demais outorgas estão distribuídas entre Formação Caçapava (5,7%), captações no lençol Freático (6,5%) e os 5,23% dos registros restantes divididos entre o grupo Tubarão, Sistema Terciário (Formação São Paulo), Cenozoico/Intrusiva e formação Adamantina.

O sistema de abastecimento de água do núcleo urbano de Lorena utiliza dois mananciais superficiais, Ribeirão das Posses e córrego Fortaleza.

Segundo CETESB (2021), o município de Lorena possui potencial de produção de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO<sub>5,20</sub>) de 4.675 kg/dia e carga remanescente de 1.603 kg/dia, tendo como principais corpos receptores o rio Paraíba do Sul e ribeirão Taboão.

O município de Lorena contém em seu território um ponto da rede de monitoramento de qualidade de água superficial da rede da CETESB localizado no rio Paraíba do Sul (PARB02700) que apresentou, para a campanha realizada para o ano de 2020, um resultado de IQA classificado como bom.

É importante destacar que todos os corpos hídricos do território municipal, contidos na sub-bacia do rio Paraitinga (porção sul) estão enquadrados na Classe 1, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 10.755/77, de acordo com o estabelecido no Decreto Estadual nº 8.468/76.

### **3.1.7 Vegetação**

O território de Lorena encontra-se completamente inserido no Bioma Mata Atlântica. Da sua área total 41.402 ha, originalmente ocupados por este bioma, restam 8.752 ha recobertos por fragmentos de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semidecidual e Savana, o que totaliza 21,1% da área municipal, de acordo com dados do Inventário Florestal do Estado de São Paulo (SIFESP, 2020).

Quando comparados aos 22,9% correspondentes à cobertura vegetal original do Estado de São Paulo, decorrente da somatória de mais de 485 mil fragmentos (SIFESP, 2020), pode-se afirmar que a vegetação original remanescente do município de Lorena está próxima a média do Estado.

Estes remanescentes florestais não estão distribuídos de forma homogênea, com maior predominância da Floresta Ombrófila Densa ao sul e a Floresta Estacional Semidecidual ao norte, com pontos localizados de Savana na região central no município. Com localização preferencial nas proximidades dos rios, nascente ou nas áreas de várzeas.

O município de Lorena conta com uma Unidade de Conservação (UC), a Floresta Nacional de Lorena, considerada de uso sustentável pela portaria nº 246, de 18 de julho de 2001. Localizada entre as serras da Mantiqueira e do Mar, com uma área de 249,3 ha, situa-se à Leste da área urbana, é cortada pelo Ribeirão dos Passos.

### **3.1.8 Uso e Ocupação do Solo**

O uso e ocupação da terra são o reflexo de atividades econômicas, como a industrial e comercial entre outras, que são responsáveis por alterações na qualidade da água, do ar, do solo e de outros recursos naturais, que interferem diretamente na qualidade de vida da população.

O município de Lorena apresenta uma paisagem fortemente antropizada, cerca de 63% de seu território é composto por pastagens (SMA, 2010) que ocorrem por toda a extensão do município. A segunda classe mais representativa no município é a cobertura vegetal, que tem 21,1% de seu território recoberto por fragmentos florestais (SIFESP, 2020), como visto anteriormente.

Segundo o mapeamento de Cobertura da Terra do Estado de São Paulo (SMA, 2010), a área urbana de Lorena ocupa 3,5% de seu território, concentrada na porção norte do município, junto a Rodovia Presidente Dutra. O município é constituído apenas pelo Distrito Sede, com 35 bairros distribuídos em seu território.

A economia do município está baseada no setor de serviços. Em 2017 o PIB – Produto Interno Bruto do município foi de 2,5 bilhões de reais, dos quais 69% foram do setor de serviços incluindo a administração pública (IBGE, 2017).

A indústria também tem uma participação importante no PIB, 30%. Lorena possui uma boa gama de indústrias, com diversos ramos. Sua localização estratégica incentiva a atividade industrial na região.

A produção agropecuária tem participação muito pequena no PIB, 0,4%, sendo que o principal produto agropecuário de Lorena é o milho, além de um efetivo com mais de 38.000 cabeças de bois.

Lorena possui uma unidade da Universidade de São Paulo (USP) em seu território, sendo esta a única unidade da USP do Vale do Paraíba Paulista.

## **3.2 ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS**

### **3.2.1 Dinâmica Populacional**

Este item visa analisar o comportamento populacional, tendo como base os seguintes indicadores demográficos:

- ✓ Porte e densidade populacional;
- ✓ Taxa geométrica de crescimento anual da população; e,
- ✓ Grau de urbanização do município.

Em termos populacionais, Lorena pode ser considerado um município de médio porte. Com uma população de 86.952 habitantes, representa 25,15% do total populacional da Região de Governo (RG) de Guaratinguetá com 345.757 habitantes. Sua extensão territorial de 414,16 km<sup>2</sup> impõe uma densidade demográfica de 209,95 hab/km<sup>2</sup>, superior às densidades da RG de 102,07 hab/km<sup>2</sup> e do Estado, de 180,86 hab/km<sup>2</sup>.

Na dinâmica da evolução populacional, Lorena apresenta uma taxa geométrica de crescimento anual de 0,48% ao ano (2010-2021), superior à média da RG de 0,46% a.a., porém inferior à do Estado, de 0,78% a.a.

Com uma taxa de urbanização de 97,58%, o município de Lorena apresenta índice superior à RG, de 91,96% e ao Estado, de 96,56%. O **Quadro 3.2** apresenta os principais aspectos demográficos.

**QUADRO 3.2 – PRINCIPAIS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO, REGIÃO DE GOVERNO E ESTADO – 2021**

<i>Unidade territorial</i>	<i>População total (hab.)</i>	<i>População urbana (hab.)</i>	<i>População rural (hab.)</i>	<i>Taxa de urbanização (%)</i>	<i>Área (km<sup>2</sup>)</i>	<i>Densidade (hab./km<sup>2</sup>)</i>	<i>Taxa geométrica de crescimento 2010-2021 (% a.a.)</i>
Lorena	86.952	84.852	2.100	97,58	414,16	209,95	0,48
RG de Guaratinguetá	345.757	317.968	27.789	91,96	3.387,50	102,07	0,46
Estado de São Paulo	44.892.912	43.348.195	1.544.717	96,56	248.219,94	180,86	0,78

Fonte: Fundação SEADE, 2021.

### 3.2.2 Características Econômicas

Visando conhecer os segmentos econômicos mais representativos do município, em termos de sua estrutura produtiva, e o peso dessa produção no total do Estado, foi realizada uma breve análise comparativa entre as unidades territoriais, privilegiando a participação dos setores econômicos no que tange ao Valor Adicionado Setorial (VA) na totalidade do Produto Interno Bruto (PIB), sua participação no Estado, e o PIB per capita.

O município de Lorena apresenta o setor de serviços contribuindo para a maior parcela do PIB do município, seguido pela indústria e agropecuária. Situação similar é verificada na RG e no Estado, conforme pode ser observado no **Quadro 3.3**.

O valor do PIB *per capita* em Lorena (2018) é de R\$ 32.930,46 por hab/ano, muito próximo ao da RG, de R\$ 32.871,21 por hab/ano, porém inferior ao PIB *per capita* estadual, de R\$ 50.247,86 por hab/ano.

A representatividade de Lorena no PIB do Estado é de 0,13%, o que demonstra baixa expressividade, assim como a RG de Guaratinguetá, que participa apenas com 0,51%.

**QUADRO 3.3 – PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO SETORIAL NO PIB TOTAL E O PIB PER CAPITA – 2018**

Unidade territorial	Participação do Valor Adicionado (%)			PIB (a preço corrente)		
	Serviços	Agropecuária	Indústria	PIB (mil reais)	PIB per capita (reais)	Participação no Estado (%)
Lorena	69,22	0,36	30,42	2.826.717,96	32.930,46	0,13
RG de Guaratinguetá	70,48	0,83	28,69	11.229.395,99	32.871,21	0,51
Estado de São Paulo	77,17	1,71	21,12	2.210.561.949,48	50.247,86	100

Fonte: Fundação SEADE, 2021.

### 3.2.3 Emprego e Renda

Neste item são relacionados os valores referentes ao mercado de trabalho e ao poder de compra da população de Lorena.

Segundo estatísticas do Cadastro Central de Empresas de 2018, em Lorena há um total de 2.251 unidades locais, considerando que 2.181 são empresas atuantes, com um total de 16.618 pessoas ocupadas, sendo, destas, 16.009 assalariadas, com salários e outras remunerações somando 519.924 mil reais. O salário médio mensal por pessoa assalariada no município é de 2,6 salários-mínimos.

Ao comparar a participação dos vínculos empregatícios dos setores econômicos, ao total de vínculos, em Lorena observa-se que a maior representatividade fica por conta do setor de serviços com 46,49%, seguido pelo setor da indústria com 24,78%, do comércio com 22,72%, da construção civil com 4,03% e, por fim, da agropecuária com 1,98%. Na RG e no Estado, a maior representatividade é do setor de serviços, seguido do comércio, da indústria, construção civil e agropecuária. O **Quadro 3.4** apresenta a participação dos vínculos empregatícios nos setores econômicos.

**QUADRO 3.4 – PARTICIPAÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR SETOR (%) - 2018**

Unidade territorial	Agropecuário	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços
Lorena	1,98	22,72	4,03	24,78	46,49
RG de Guaratinguetá	2,69	22,18	6,20	16,42	52,50
Estado de São Paulo	2,38	19,91	4,09	17,50	56,12

Fonte: Fundação SEADE, 2021.

Dentre as unidades, os rendimentos médios dos setores de indústria e serviços apresentam os maiores valores no Estado e RG, enquanto a indústria e construção civil apresentam os maiores rendimentos no município. Quanto ao rendimento médio total, Lorena detém valor muito próximo ao da RG, porém menor que do Estado, como mostra o **Quadro 3.5**.

**QUADRO 3.5 – RENDIMENTO MÉDIO NOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR SETOR (EM REAIS CORRENTES) - 2018**

<i>Unidade territorial</i>	<i>Agropecuário</i>	<i>Comércio</i>	<i>Construção Civil</i>	<i>Indústria</i>	<i>Serviços</i>	<i>Rendimento Médio no Total</i>
Lorena	1.296,61	1.914,33	2.757,61	3.345,03	2.538,70	2.581,24
RG de Guaratinguetá	1.319,84	1.822,15	2.082,95	3.983,80	2.520,02	2.546,18
Estado de São Paulo	2.037,83	2.602,64	2.726,19	3.839,75	3.614,10	3.378,98

Fonte: Fundação SEADE, 2021.

### 3.2.4 *Finanças Públicas Municipais*

A análise das finanças públicas está fortemente vinculada à base econômica dos municípios, ou seja, o patamar da receita orçamentária e de seus dois componentes básicos, a receita total e a receita tributária, bem como a receita municipal de impostos (IPTU, IRRF, ISSQN, ITBI) são funções diretas do porte econômico e populacional dos municípios.

Para tanto, convencionou-se analisar a participação das receitas tributária e de impostos na receita total do município, em comparação ao que ocorre na RG.

De início, nota-se que a participação da receita tributária é uma fonte de renda de relevância no município, apesar de inferior à participação verificada tanto na RG como no Estado. Ao comparar os percentuais de participação, em Lorena a receita tributária representa 25,53% da receita total, sendo 20,34% proveniente de impostos. Já na RG e Estado, a participação da receita tributária situa-se em 22,17% e 32,99%, respectivamente.

Situação semelhante ocorre com a participação da arrecadação de impostos nas receitas totais da Região de Governo e do Estado.

O **Quadro 3.6** apresenta os valores das receitas do Município, na Região de Governo e no Estado, obtidos da Fundação SEADE, para o ano de 2019.

**QUADRO 3.6 – PARTICIPAÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA E DOS IMPOSTOS NA RECEITA TOTAL – 2019**

<i>Unidade Territorial</i>	<i>Receita Total (R\$)</i>	<i>Receita Tributária Total (R\$)</i>	<i>Receita de Impostos (IPTU, IRRF, ISSQN, ITBI) (R\$)</i>	<i>Participação da Receita Tributária no Total da Receita (%)</i>	<i>Participação da receita de Impostos na Receita (%)</i>
Lorena	214.006.888,86	54.634.511,06	43.519.911,05	25,53	20,34
RG de Guaratinguetá	1.000.247.955,15	221.787.346,05	183.479.584,39	22,17	18,34
Estado de São Paulo	117.410.791.025,08	38.737.414.023,10	34.289.625.731,81	32,99	29,20

Fonte: Fundação SEADE, 2021.

### 3.2.5 *Infraestrutura Urbana e Social*

A seguir são relacionadas as estruturas disponíveis à circulação e dinâmica das atividades sociais e produtivas, além da indicação do atendimento às necessidades básicas da população pelo setor público em Lorena.



### ✓ **Energia**

Segundo a Fundação SEADE, o município de Lorena registrou em 2019 um total de 35.604 consumidores de energia elétrica, que fizeram uso de 246.103 MWh. Em 2018, foi registrado um total de 35.047 consumidores e uso de 232.770 MWh.

Entre 2018 e 2019, houve um aumento de 1,59% no número de consumidores no município, abaixo dos 1,62% apresentados na RG e dos 1,79% do Estado. O aumento no consumo de energia no mesmo período foi de 5,73% no município, inferior ao valor da RG, de 5,84%, e superior ao valor do Estado, de 0,69%.

### ✓ **Saúde**

Em Lorena, segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2020), há cinco estabelecimento de saúde públicos, sendo que todos são geridos pelo governo municipal e atendem ao SUS.

Em relação à taxa de mortalidade infantil, destaca-se o fato de Lorena apresentar aumento na taxa, atingindo 11,95 óbitos por mil nascidos em 2019. Na RG as taxas de mortalidade apresentaram certa estabilidade durante o período, como é mostrado no **Quadro 3.7**.

**QUADRO 3.7 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (ÓBITOS POR MIL NASCIDOS) – 2017, 2018 E 2019**

<i>Unidade territorial</i>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Lorena	8,16	10,61	11,95
RG de Guaratinguetá	13,04	8,56	11,32
Estado de São Paulo	10,74	10,70	10,93

Fonte: Fundação SEADE, 2021.

### ✓ **Ensino**

Segundo informações do INEP (2021), em 2020 o município contava com 34 estabelecimentos de ensino pré-escolar, sendo 19 públicos municipais, os quais receberam 1.983 matrículas e contavam com 152 docentes. Os outros 15 estabelecimentos são privados e receberam 571 matrículas, contando com 60 docentes.

Os anos iniciais do ensino fundamental são oferecidos em 33 estabelecimentos, sendo 22 públicos municipais, um público estadual e 10 privados. Os anos finais são oferecidos em 24 estabelecimentos, sendo 10 públicos municipais, oito públicos estaduais e seis privados. Ao todo somam 10.348 matrículas e contam com 656 docentes.

Há apenas 15 escolas com ensino médio em Lorena, sendo nove de administração pública estadual e seis de ensino privado. No total receberam 2.909 matrículas, contando com 313 professores.

A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade permite traçar o perfil municipal em relação à educação. Assim, Lorena, com uma taxa de 3,68%, possui menor número de analfabetos do que a RG e o Estado. Os valores das taxas das três unidades territoriais estão apresentados no **Quadro 3.8**.

**QUADRO 3.8 – TAXA DE ANALFABETISMO – 2010**

<i>Unidade territorial</i>	<i>Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos ou mais (%)</i>
Lorena	3,68
RG de Guaratinguetá	6,70
Estado de São Paulo	4,33

Fonte: Fundação SEADE, 2021.

Segundo o índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (2019), indicador de qualidade educacional do ensino público, que combina rendimento médio (aprovação) e o tempo médio necessário para a conclusão de cada série, em Lorena o índice obtido foi de 6,7 para 4ª série / 5º ano, 5,1 para 8ª série / 9º ano e 4,4 para a 3ª série do Ensino Médio.

### 3.2.6 *Qualidade de Vida e Desenvolvimento Social*

O perfil geral do grau de desenvolvimento social de um município pode ser avaliado com base nos indicadores relativos à qualidade de vida, representados também pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS. Os indicadores do IPRS permitem analisar a situação do município no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade. Em sua presente edição, versão 2019, a Fundação SEADE divulgou os dados finais para 2014 e 2016 e estimativas para 2018. Esse índice é um instrumento de políticas públicas desenvolvido pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, numa parceria entre o seu Instituto do Legislativo Paulista (ILP) e a Fundação SEADE. Reconhecido pela ONU e outras unidades da federação, permite a avaliação simultânea de algumas condições básicas de vida da população.

O IPRS, como indicador de desenvolvimento social e econômico, foi atribuído aos 645 municípios do Estado de São Paulo, classificando-os em cinco grupos. Nos anos de 2016 e 2018, Lorena classificou-se no grupo “Vulneráveis”, que agrega os municípios que apresentam baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade.

Em síntese, no âmbito do IPRS, o município registrou avanço nos indicadores longevidade e escolaridade. Ainda assim, em termos de dimensões sociais, os indicadores escolaridade e riqueza são inferiores à média do Estado. No quesito longevidade, o escore é próximo à média estadual. O **Quadro 3.9** apresenta o IPRS do município e do Estado.

**QUADRO 3.9 – ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS, ANO DE 2014, 2016 E 2018**

<i>IPRS</i>	<i>Lorena</i>			<i>Estado</i>			<i>Comportamento das variáveis</i>
	<i>2014</i>	<i>2016</i>	<i>2018</i>	<i>2014</i>	<i>2016</i>	<i>2018</i>	
Riqueza	37	36	37	46	44	44	O município apresentou estabilidade nesta dimensão, porém os valores são inferiores ao Estado.
Longevidade	65	68	68	70	72	72	O município apresentou pouco inferiores aos do Estado
Escolaridade	37	40	47	45	51	53	O município realizou avanços nesta dimensão, mas ainda apresenta índices inferiores ao Estado.

Fonte: Fundação SEADE, 2021.

## **4. DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO DE LORENA**

### **4.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EXISTENTE**

O abastecimento de água em Lorena pode ser dividido em soluções coletivas e individuais. A primeira caracteriza-se pelo atendimento de um conjunto de domicílios, sendo de responsabilidade da SABESP. Já as soluções individuais, realizadas em geral por poços semiartesianos, atendem a apenas um domicílio e são localizadas dentro das propriedades atendidas.

#### **4.1.1 Características Gerais do Sistema de Abastecimento de Água Existente**

O atendimento à Sede do município é realizado por quatro sistemas de abastecimento de água operados pela SABESP, nomeados A, B, C e D.

Para caracterização dos sistemas de abastecimento de água existentes, foram utilizadas as informações da prestadora de serviço (SABESP), bem como alguns indicadores do SNIS divulgados em 2020, referentes ao ano de 2019 e dados oficiais levantados no Censo de 2010 do IBGE.

O Índice de Atendimento Urbano de Água<sup>1</sup> é de 100% - IN023 (SNIS, 2020) e o Índice de Hidrometração<sup>2</sup> é de 100% - IN009 (SNIS, 2020).

Segundo dados fornecidos pela SABESP, o índice de perdas na distribuição (IPDt) no município de Lorena, no ano de 2020, foi de 207 L/lig.dia.

Todos os sistemas são constituídos de manancial, captação, elevação e adução de água bruta, tratamento de água, reservação, elevação e adução de água tratada e rede de distribuição, conforme detalhado nos itens seguintes. Os sistemas A e D são independentes. Já os sistemas B e C são interligados, permitindo que um dos poços do sistema B também abasteça um reservatório do sistema C.

#### **4.1.2 Sistema de Abastecimento de Água A**

As características gerais do sistema A, conforme dados disponibilizados pela SABESP em novembro de 2020 referentes ao ano de 2019, encontram-se apresentadas a seguir:

- ✓ Extensão da Rede de Água..... 91,5 km;
- ✓ Volume Anual Produzido Total ..... 2.787.897 m<sup>3</sup>;
- ✓ Volume Anual Micromedido Total ..... 1.711.504 m<sup>3</sup>;

<sup>1</sup> O índice de atendimento de água refere-se à relação entre as economias cadastradas residenciais ativas de água ao total de domicílios a serem atendidos no município.

<sup>2</sup> O índice de hidrometração refere-se à quantidade de ligações ativas de água micromedidas em relação às ligações ativas de água (Dado referente a 2019, publicado pelo SNIS e, 2020). O valor de 100% indica que todas as ligações ativas possuem hidrômetro, o que é bastante favorável para a medição e o monitoramento do consumo.

- ✓ Volume Anual Faturado Total ..... 1.982.095 m<sup>3</sup>;
- ✓ Quantidade de Ligações Ativas de Água ..... 10.561 ligações;
- ✓ Quantidade de Economias Ativas de Água..... 11.560 economias;
- ✓ Volume Total de Reservação..... 3.100 m<sup>3</sup>.

O Sistema A utiliza água de cinco mananciais subterrâneos, conta com tratamento de água por simples desinfecção e fluoretação, três reservatórios, uma estação elevatória de água tratada (EEAT) e cerca de 91,5 km de rede de distribuição. É responsável por 36,2% do volume produzido em Lorena.

O sistema atende aos bairros: Aterrado, Brisas do Campo, Jardim Primavera, Nassif, Parque Mondesir, Industrial, Hepacaré, Vila Buck, Matadouro Velho, Vila Cida, Vila Isabel, Cecap, Comercários I e II, Santo Antonio, Vila Neide, São Roque, Vila Rica, Portal das Palmeiras e Campos dos Ipês, conforme informações do Relatório Anual de Qualidade da Água de 2020, publicado pela SABESP.

#### 4.1.2.1 Manancial, Captação e Adução de Água Bruta

A captação é realizada por cinco poços profundos, cujas principais características operacionais estão apresentadas no **Quadro 4.1**, enquanto as características das outorgas são apresentadas no **Quadro 4.2**.

**QUADRO 4.1 - CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DA CAPTAÇÃO**

Manancial	Vazão operacional (L/s)	Tempo de funcionamento (h/d)	Vazão média diária* (L/s)	Profundidade (m)	Coordenadas de Captação		
					Norte (km)	Leste (km)	Zona
Poço Mondesir	27,2	20,0	22,7	226,0	7.485,97	488,37	23
Poço 24	16,9	18,0	12,7	232,0	7.483,10	486,68	23
Poço Guarani III	42,8	20,4	36,4	253,0	7.487,37	487,23	23
Poço Guarani IV	7,2	20,3	6,1	248,0	7.484,20	486,72	23
Poço São Roque	19,2	20,4	16,3	350,0	7.485,71	486,82	23

\*Vazão média diária: se refere à vazão normalizada para 24 horas por dia (vazão operacional x tempo de funcionamento/24 horas).  
Fonte: SABESP, 2020.

**QUADRO 4.2 - CARACTERÍSTICAS DAS OUTORGAS DAS CAPTAÇÕES**

Poço	Nº da outorga	Validade da outorga	Vazão outorgada (L/s)	Tempo de Operação da Outorga (h/dia)
Poço Mondesir	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	23,7	20,0
Poço 24	Protocolada	Protocolada	20	20,0
Poço Guarani III	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	50,4	20,0
Poço Guarani IV	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	16,5	20,0
Poço São Roque	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	21,7	20,0

Fonte: DAEE, 2021.

Segundo a SABESP, é realizado monitoramento da água bruta conforme a Portaria de Consolidação nº 05/17 do Ministério da Saúde (Anexo XX). Não ocorreu nenhuma alteração na qualidade que motivasse informar aos órgãos ambientais, de recursos hídricos e saúde pública, conforme Art. 13 do Anexo XX<sup>3</sup> da Portaria. Além disso foi informado que não é necessário serviço de limpeza nos poços.

A água captada nos poços é aduzida ao reservatório RA-A02. As características das adutoras são apresentadas no **Quadro 4.3**.

**QUADRO 4.3 – CARACTERÍSTICAS DAS ADUTORAS DE ÁGUA BRUTA**

<i>Denominação</i>	<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Material</i>	<i>Sistema de proteção de transiente</i>
Poço Mondezir	ND	150	Ferro Galvanizado	ND
Poço 24	ND	150	DEFoFo	ND
Poço Guarani III	ND	300	Ferro Fundido	ND
Poço Guarani IV				
Poço São Roque	ND	200	DEFoFo	ND

DEFoFo: tubulação em PVC modificado que possui diâmetro externo compatível com as conexões e tubulações de ferro fundido.

ND: Não disponível

Fonte: SABESP, 2020.

#### 4.1.2.2 Tratamento de Água

O sistema de tratamento consiste apenas em desinfecção e fluoretação, realizadas na entrada do reservatório RA-A02. A desinfecção é realizada com a aplicação de hipoclorito de sódio, e para fluoretação é usado o ácido fluossilícico.

Segundo informações da SABESP, a água captada não necessita de tratamento específico, como filtração ou oxidação de metais.

#### 4.1.2.3 Reservação

A água tratada é encaminhada a dois reservatórios interligados entre si, denominados RA-A e RA-A02, que abastecem o RE-A1 por meio da EEAT-A. O volume total de reservação é de 3.100 m<sup>3</sup>. No **Quadro 4.4** são apresentadas as suas características.

**QUADRO 4.4 - CARACTERÍSTICAS DOS RESERVATÓRIOS**

<i>Denominação</i>	<i>Capacidade (m<sup>3</sup>)</i>	<i>Tipo</i>	<i>Material</i>	<i>Instalação antecessora</i>	<i>Instalação sucessora</i>
RA-A02	1.500	Apoiado	Concreto Armado	Poço de captação	EEAT Sistema A
RA-A	1.300	Apoiado	Concreto Armado	RA-A02	-
RE-A1	300	Elevado	Concreto Armado	EEAT Sistema A	Rede de Distribuição

Fonte: SABESP, 2020.

O controle de nível dos reservatórios é realizado através de medidor online, e todos possuem ponto de abastecimento para caminhão pipa, com controle de volume. Não existe frequência de limpeza definida, sendo realizada conforme a necessidade.

<sup>3</sup> O Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/17 do Ministério da Saúde foi alterado pela Portaria GM/MS nº 888/21.

#### 4.1.2.4 Elevação e Adução de Água Tratada

O sistema A conta com uma EEAT para alimentação do reservatório elevado (RE-A1), sendo que as principais características operacionais dos conjuntos motobombas são apresentadas no **Quadro 4.5**. Os conjuntos motobombas possuem acionamento automático por nível e contam com proteção por meio de relé térmico. Não foram apresentadas as informações da linha de recalque.

**QUADRO 4.5 – CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DA EEAT**

Denominação	Quantidade de conjuntos motobombas	Tipo	Capacidade nominal (L/s)	Altura manométrica (m.c.a.)	Potência do motor (cv)
EEAT.A	1O+2RI	Submersível	Bomba 1: 115,0 Bomba 2: 55,0 Bomba 3: 55,0	Bomba 1: 36,5 Bomba 2: 15,3 Bomba 3: 15,3	Bomba 1: 60,0 Bomba 2: 40,0 Bomba 3: 30,0

O: Operação e RI: Reserva Instalada  
Fonte: SABESP, 2020.

As bombas são alternadas conforme demanda de forma que, em períodos de baixo consumo operam bombas de menor vazão e em períodos de maior consumo são acionadas bombas de maior vazão.

Três adutoras são responsáveis pela distribuição de água tratada para os bairros. As adutoras estão caracterizadas no **Quadro 4.6** em função do diâmetro, comprimento, tipo de material e sistema de proteção.

**QUADRO 4.6 – CARACTERÍSTICAS DAS ADUTORAS DE ÁGUA TRATADA**

Denominação	Extensão (m)	Diâmetro (mm)	Material	Sistema de proteção de transiente
Ø 200	3.600,00	200	Ferro Fundido	Não se aplica
Ø 100	1.150,00	300	Ferro Fundido	ND
Ø 100	1.700,00	150	DEFoFo	ND

DEFoFo: tubulação em PVC modificado que possui diâmetro externo compatível com as conexões e tubulações de ferro fundido.  
ND: Não disponível  
Fonte: SABESP, 2020.

#### 4.1.2.5 Redes de distribuição

De acordo com informações fornecidas pela SABESP, para distribuição de água tratada o SAA A contava com 91,5 km de rede em 2019, com diâmetros de 50 mm, 75 mm e 100 mm, conforme pode ser observado no **Quadro 4.7**.

**QUADRO 4.7 – CARACTERÍSTICAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO SISTEMA A**

<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Material</i>
26.826,40	50	Ferro Fundido
49.735,12	50	PVC
341,15	75	Ferro Fundido
7.975,82	75	PVC
2.515,68	100	Ferro Fundido
4.103,57	100	PVC
7.500,95	ND	ND

ND: Não disponível  
 Fonte: SABESP, 2020.

### ✓ **Controle de Perdas**

Os índices de perdas são avaliados mensalmente, através do indicador de perdas totais por ligação na distribuição. O indicador consolida a medição de dois processos: perdas reais e perdas aparentes. São definidas metas a serem atingidas para cada ano e avaliadas no mês de dezembro. Os valores de referência dos meses intermediários são para análise de tendência. Caso, durante três meses consecutivos, o valor real do indicador não atinja o valor de referência, a SABESP deve realizar e evidenciar a correspondente análise crítica, com a adoção de ações corretivas, se necessário.

De acordo com as informações da SABESP, o índice de perdas na distribuição para o município em 2020 foi de 207 L/lig.dia.

#### 4.1.2.6 *Geração, Tratamento e Disposição dos resíduos sólidos gerados pelo SAA*

O sistema de abastecimento de água A utiliza exclusivamente água de manancial subterrâneo provindo de Poços profundos, assim, não existe geração de resíduos na captação, tratamento, reservação e distribuição.

A **Figura 4.1** apresenta o croqui do sistema de abastecimento de água A de Lorena.

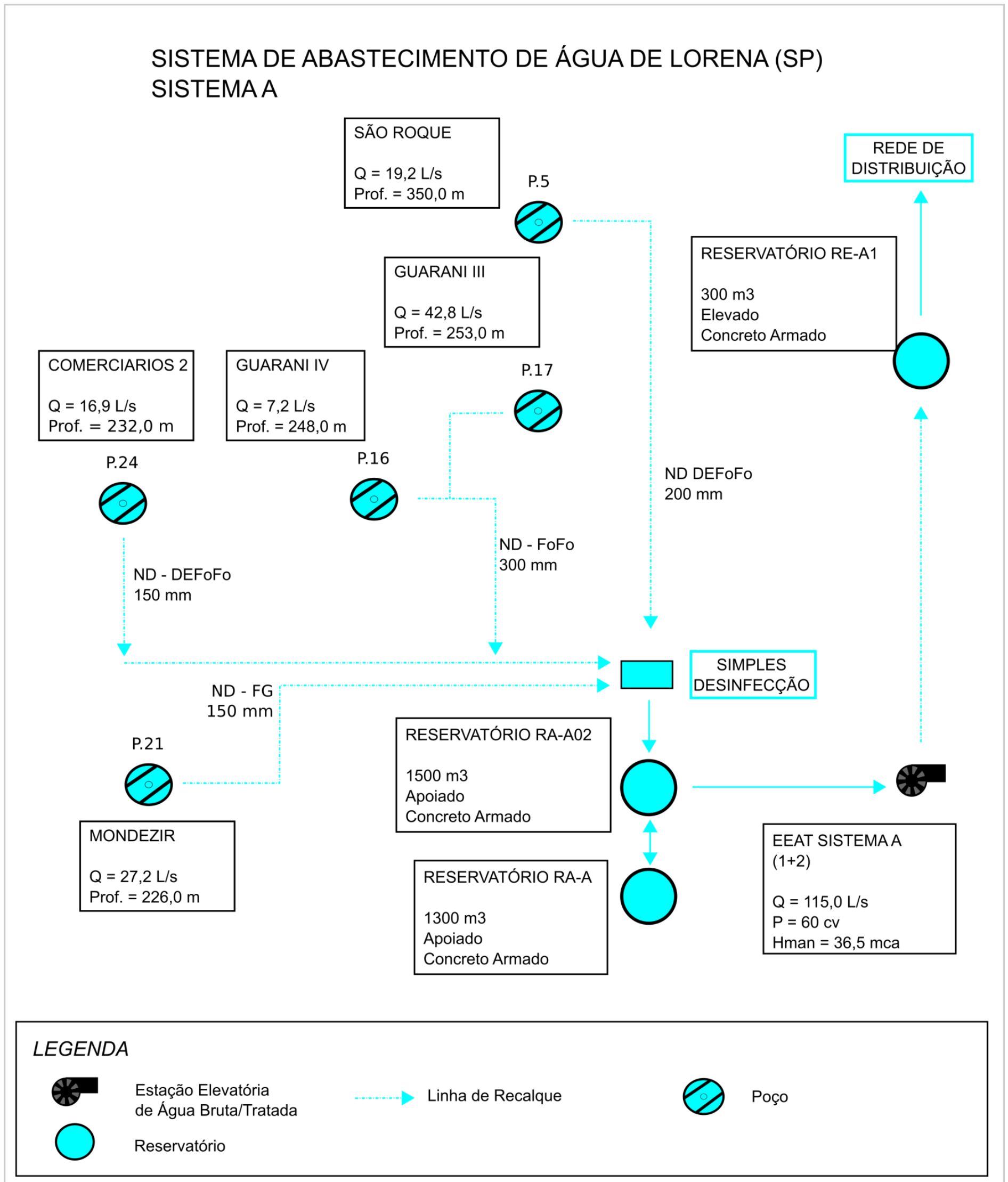


Figura 4.1 – Croqui do Sistema de Abastecimento de Água A  
Fonte: SABESP, 2020.



### 4.1.3 Sistema de Abastecimento de Água B

As características gerais do sistema B, conforme dados disponibilizados pela SABESP em novembro de 2020 referentes ao ano de 2019, encontram-se apresentadas a seguir:

- ✓ Extensão da Rede de Água..... 56,4 km;
- ✓ Volume Anual Produzido Total ..... 2.505.670 m<sup>3</sup>;
- ✓ Volume Anual Micromedido Total ..... 1.600.617 m<sup>3</sup>;
- ✓ Volume Anual Faturado Total ..... 1.928.592 m<sup>3</sup>;
- ✓ Quantidade de Ligações Ativas de Água ..... 10.389 ligações;
- ✓ Quantidade de Economias Ativas de Água..... 11.068 economias;
- ✓ Volume Total de Reservação.....2.200 m<sup>3</sup>.

O SAA B utiliza água de manancial superficial (uma captação no Córrego Fortaleza) e subterrâneo (quatro poços profundos) e conta com tratamento por filtração pressurizada e simples desinfecção, um reservatório, uma estação elevatória de água tratada e cerca de 56,4 km de rede de distribuição. É responsável por 32,5% do volume produzido em Lorena.

O sistema atende aos bairros: Cabelinha, Jardim Margarida, Vilage das Palmeiras, Vila Zélia, Vila Celeste, Vila Geny, Vila Nunes, Vila Brito, Vila Aparecida, Centro, Nova Lorena, Vila Normandia, conforme informações do Relatório Anual de Qualidade da Água de 2020, publicado pela SABESP.

#### 4.1.3.1 Manancial, Captação e Adução de Água Bruta

A captação de água bruta do Sistema B é realizada por meio de um manancial superficial, a Captação Fortaleza, e de quatro mananciais subterrâneos.

A Captação Fortaleza consiste em uma barragem de elevação de nível no Córrego Fortaleza, com captação a fio d'água. O corpo d'água é enquadrado em Classe 1, pelo Decreto Estadual nº 10.755, de 22 de novembro de 1977, de acordo com o estabelecido no Decreto Estadual nº 8.468, de 08 de setembro de 1976. Sua Q<sub>7,10</sub> não foi informada pela SABESP. Suas principais características estão apresentadas no **Quadro 4.8**.

**QUADRO 4.8 - CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DA CAPTAÇÃO SUPERFICIAL – SISTEMA B**

Manancial	Vazão Captada (L/s)	Tempo de Operação (h/d)	Vazão outorgada (L/s)	Coordenadas UTM (km)		
				Norte (km)	Leste (km)	Zona
Captação Fortaleza	33,0	20,0	33,0	7.496,57	476,17	23

Fonte: SABESP, 2020

O SAA B também é abastecido por água proveniente de manancial subterrâneo, cujas características são apresentadas no **Quadro 4.9**.

**QUADRO 4.9 - CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DA CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA**

Manancial	Vazão de captação (L/s)	Tempo de funcionamento (h/d)	Vazão média diária* (L/s)	Profundidade (m)	Coordenadas de Captação		
					Norte (km)	Leste (km)	Fuso
Poço Rosendo	20,3	20,0	16,9	182,0	7.485,97	488,37	23
Poço Vila Zélia	12,8	20,0	10,6	247,0	7.485,52	488,71	23
Poço 23†	12,7	13,0	6,9	223,5	7.485,86	489,03	23
Poço 25	ND	ND	ND	ND	7.488,36	486,73	23

\*Vazão média diária: se refere à vazão normalizada para 24 horas por dia (vazão operacional x tempo de funcionamento/24 horas).

†: O poço 23 também faz parte do SAA C.

ND: Não Disponível

Fonte: SABESP, 2020.

As captações do sistema, superficial e subterrâneas, possuem outorga emitida pelo DAEE, conforme apresentado no **Quadro 4.10**.

**QUADRO 4.10 - CARACTERÍSTICAS DAS OUTORGAS DAS CAPTAÇÕES**

Captação	Nº da outorga	Validade da outorga	Vazão outorgada (L/s)	Tempo de Operação da Outorga (h/dia)
Captação Fortaleza	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	33,0	24,0
Poço Rosendo	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	23,1	20,0
Poço Vila Zélia	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	18,9	20,0
Poço 23	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	22,2	18,0
Poço 25	Portaria DAEE nº 7.622/2020	28/12/2030	7,3	20,0

Fonte: DAEE, 2021/ANA, 2021

Segundo a SABESP, é realizado monitoramento da água bruta conforme a Portaria de Consolidação nº 05/17 do Ministério da Saúde (Anexo XX)<sup>4</sup>. Não ocorreu nenhuma alteração na qualidade que motivasse informar aos órgãos ambientais, de recursos hídricos e saúde pública, conforme Art. 13 do Anexo XX da Portaria. Além disso, foi informado que não é necessário serviço de limpeza nos poços.

A água captada no Córrego Fortaleza é conduzida por gravidade para tratamento por meio de uma tubulação de ferro fundido de 200 mm de diâmetro, conforme apresentado no **Quadro 4.11**. Também são apresentadas as características das adutoras responsáveis pelo encaminhamento da água dos poços até o reservatório do sistema.

<sup>4</sup> O Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/17 do Ministério da Saúde foi alterado pela Portaria GM/MS nº 888/21.

**QUADRO 4.11 – ADUTORAS DE ÁGUA BRUTA**

<i>Denominação</i>	<i>Tipo</i>	<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Material</i>	<i>Possui sistema de proteção de transiente?</i>
Captação Fortaleza	Gravidade	18.896,00	200	Ferro Fundido	ND
Poço Rosendo	Recalque	690,00	250	Ferro Fundido	ND
Poço Vila Zélia	Recalque	770,00	300	Ferro Fundido	ND
Poço 23	Recalque	90,00	200	Ferro Fundido	ND
Poço 25+ Captação Fortaleza	Gravidade	3.500,00	200	Ferro Fundido	ND

ND: Não Disponível  
Fonte: SABESP, 2020.

#### 4.1.3.2 Tratamento de Água

O tratamento da água subterrânea consiste apenas em desinfecção e fluoretação. A aplicação de cloro e flúor é feita diretamente na entrada do reservatório de abastecimento.

A água proveniente da captação Fortaleza também é submetida à filtração, por meio de filtros pressurizados, previamente à desinfecção e fluoretação. A vazão nominal dos filtros é de 33,0 L/s. A água filtrada é submetida à desinfecção e fluoretação antes da distribuição.

A desinfecção é realizada com a aplicação de hipoclorito de sódio. Para fluoretação é usado o ácido fluossilícico.

#### 4.1.3.3 Reservação

O sistema B possui um reservatório de armazenamento de água tratada, denominado RA-B. Este é do tipo apoiado, construído em alvenaria, e com capacidade de 2.200 m<sup>3</sup>. Suas principais características estão disponibilizadas no **Quadro 4.12**.

**QUADRO 4.12 - CARACTERÍSTICAS DOS RESERVATÓRIOS**

<i>Denominação</i>	<i>Capacidade (m<sup>3</sup>)</i>	<i>Tipo</i>	<i>Material</i>	<i>Instalação antecessora</i>	<i>Instalação sucessora</i>
RA-B	2.200	Apoiado	Alvenaria	Captação	EEAT-B

Fonte: SABESP, 2020.

O controle de nível do reservatório é realizado através de medidor de nível, e possui ponto de abastecimento para caminhão pipa sem controle de volume. Não existe frequência de limpeza definida, sendo realizada conforme a necessidade.

#### 4.1.3.4 Elevação e Adução de Água Tratada

O sistema B possui uma estação elevatória de água tratada denominada EEAT-B. A EEAT recalca água do reservatório RA-B para o abastecimento de bairros desse setor. A EEAT conta com três bombas submersíveis, sendo que uma delas possui inversor de frequência. Uma das bombas opera como principal, a outra como auxiliar (operando em paralelo) e a restante como reserva. As principais características operacionais dos conjuntos motobombas encontram-se no **Quadro 4.13**.

**QUADRO 4.13 – CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DA EEAT**

<i>Denominação</i>	<i>Quantidade de conjuntos motobombas</i>	<i>Tipo</i>	<i>Capacidade nominal (L/s)</i>	<i>Altura manométrica (m.c.a.)</i>	<i>Potência do motor (cv)</i>
EEAT B	2O+1RI	Submersível	75,0 (cada bomba)	20,0 (cada bomba)	40,0 (cada bomba)

O: Operação e RI: Reserva Instalada

Fonte: SABESP, 2020.

As bombas possuem acionamento manual remoto e sistema de proteção através de chave seccionadora (fusível) e relê térmico de proteção.

O **Quadro 4.14** apresenta as características das adutoras de água tratada, responsáveis pela distribuição aos bairros, todas têm origem na EEAT-B. Não foi informada a quantidade de ligações atendidas por cada adutora.

**QUADRO 4.14 – CARACTERÍSTICAS DAS ADUTORAS DE ÁGUA TRATADA DO SISTEMA B**

<i>Denominação</i>	<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Material</i>	<i>Sistema de proteção de transiente</i>
AAT 1	7.601,42	150	Ferro fundido	Não se aplica
AAT 2	863,80	150	PVC	ND
AAT 3	3.829,26	200	Ferro fundido	ND
AAT 4	1.152,86	250	Ferro fundido	ND
AAT 5	817,09	300	Ferro fundido	ND

ND: Não disponível

Fonte: SABESP, 2020.

#### 4.1.3.5 Redes de distribuição

De acordo com informações fornecidas pela SABESP, para distribuição de água tratada o SAA B contava com 56,4 km de rede em 2019, com diâmetro variando entre 50 mm e 125 mm, conforme pode ser observado no **Quadro 4.15**.

**QUADRO 4.15 – CARACTERÍSTICAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO SISTEMA B**

<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Material</i>
38.340,25	50	PVC
7.962,66	50	Ferro fundido
3.880,52	75	PVC
62,0	75	Ferro fundido
1.809,42	100	PVC
2.660,57	100	Ferro fundido
1.684,58	125	Ferro fundido
4.622,68	ND	ND

ND: Não disponível

Fonte: SABESP, 2020.

De acordo com as informações da SABESP, o índice de perdas na distribuição para o município em 2020 foi de 207 L/lig.dia.

#### 4.1.3.6 Geração, Tratamento e Disposição dos resíduos sólidos gerados pelo SAA

O sistema de abastecimento de água B utiliza água de manancial subterrâneo e superficial. A água captada passa pelo processo de tratamento através de desinfecção e fluoretação e a água captada pelo manancial superficial passa também por filtração, assim, não existe geração de resíduos na captação, tratamento, reservação e distribuição.

A **Figura 4.2** apresenta o croqui do sistema de abastecimento de água B de Lorena.

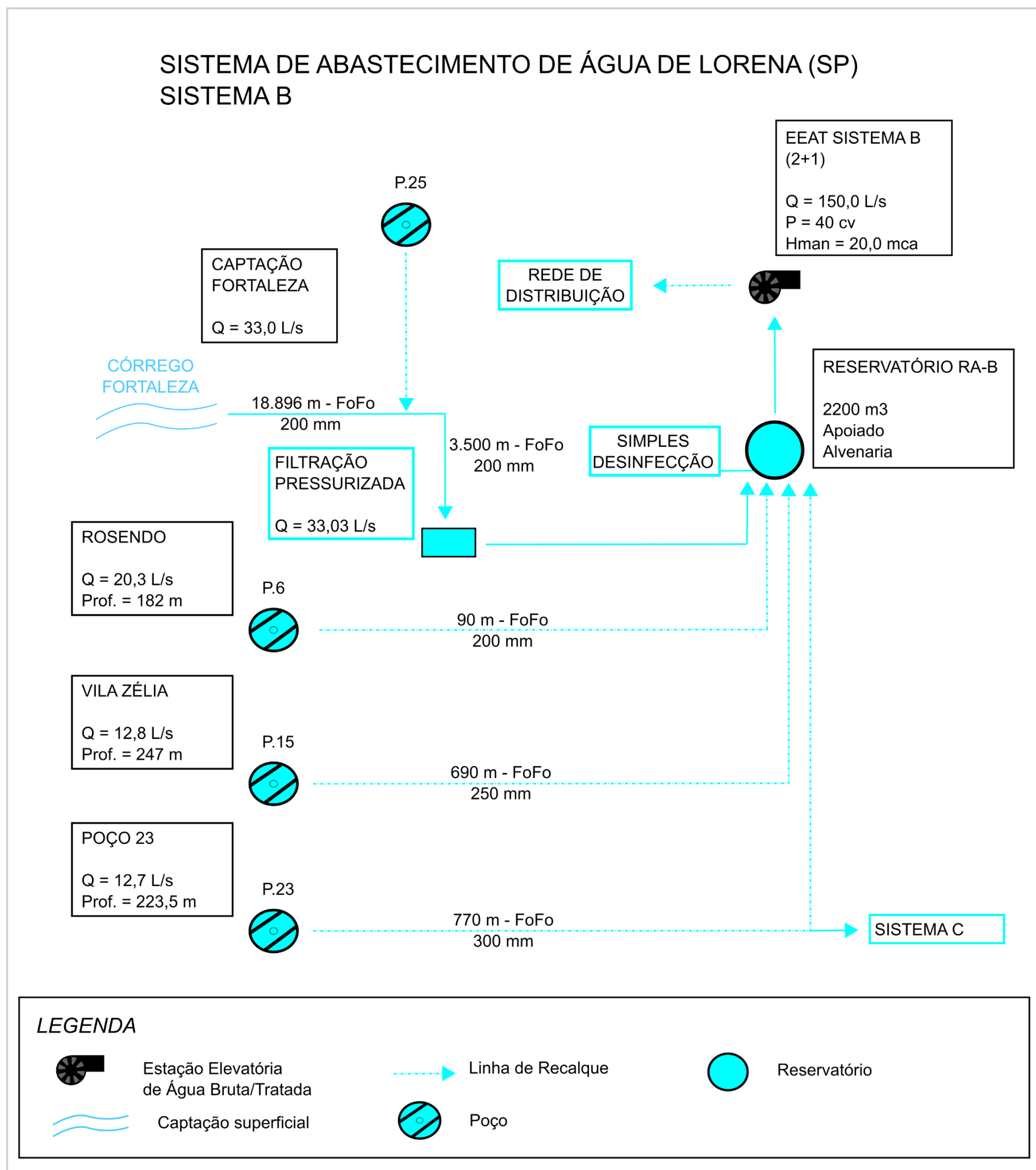


Figura 4.2 – Croqui do Sistema de Abastecimento de Água B  
Fonte: SABESP, 2020.

#### 4.1.4 Sistema de Abastecimento de Água C

As características gerais do sistema C, conforme dados disponibilizados pela SABESP em novembro de 2020 referentes ao ano de 2019, encontram-se apresentadas a seguir:

- ✓ Extensão da Rede de Água..... 74,5 km;
- ✓ Volume Anual Produzido Total ..... 2.316.592 m<sup>3</sup>;
- ✓ Volume Anual Micromedido Total ..... 1.461.583 m<sup>3</sup>;
- ✓ Volume Anual Faturado Total ..... 1.673.632 m<sup>3</sup>;
- ✓ Quantidade de Ligações Ativas de Água ..... 9.487 ligações;
- ✓ Quantidade de Economias Ativas de Água..... 9.648 economias;
- ✓ Volume Total de Reservação.....2.500 m<sup>3</sup>.

O Sistema C utiliza água de manancial subterrâneo (cinco poços profundos) e conta com tratamento por simples desinfecção e fluoretação, três reservatórios, uma estação elevatória de água tratada e cerca de 74,5 km de rede de distribuição. É responsável por 30,1% do volume produzido em Lorena.

O sistema atende os bairros: Bairro Horto, Jardim Imperial, Vila Ipê, Vila Passos, Santa Edwiges, Vila São Miguel, Vila Santa Maria, Vila Maria, Vila Maria de Lourdes, Bairro Da Cruz, Olaria, Parque Tabatinga, Parque Rodovias, Vila Simão, Bairro Santa Rita, Vila Fabiano, Novo Horizonte e Santa Lucrecia, conforme informações do Relatório Anual de Qualidade da Água de 2020, publicado pela SABESP.

##### 4.1.4.1 Manancial, Captação e Adução de Água Bruta

A captação é realizada por cinco poços profundos, cujas principais características operacionais estão apresentadas no **Quadro 4.16**, enquanto as características das outorgas são apresentadas no **Quadro 4.17**.

**QUADRO 4.16 - CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DA CAPTAÇÃO**

Manancial	Vazão operacional (L/s)	Tempo de funcionamento (h/d)	Vazão média diária* (L/s)	Profundidade (m)	Coordenadas de Captação		
					Norte (km)	Leste (km)	Zona
Poço Ipê II	11,7	21,9	10,6	220,0	7.484,78	489,44	23
Poço Santa Edwiges	28,9	21,6	26,0	220,0	7.486,18	489,43	23
Poço Vila Passos	11,4	22,0	10,4	204,0	7.485,45	489,39	23
Poço Vera Cruz	12,5	22,2	11,6	196,0	7.485,03	490,08	23
Poço 23†	4,3	5,0	0,9	223,5	7.485,86	489,03	23

\*Vazão média diária: se refere à vazão normalizada para 24 horas por dia (vazão operacional x tempo de funcionamento/24 horas).

†: O poço 23 também faz parte do SAA B.

Fonte: SABESP, 2020.

**QUADRO 4.17 - CARACTERÍSTICAS DAS OUTORGAS DAS CAPTAÇÕES**

Poço	Nº da outorga	Validade da outorga	Vazão outorgada (L/s)	Tempo de Operação da Outorga (h/dia)
Poço Ipê II	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	21,4	20,0
Poço Santa Edwiges	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	31,4	20,0
Poço Vila Passos	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	18,0	20,0
Poço Vera Cruz	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	15,4	20,0
Poço 23	Portaria DAEE nº 431/2015	10/01/2025	22,2	18,0

Fonte: DAEE, 2021.  
ND: Não disponível

Para a adução da água do poço Vera Cruz, a adutora conta com um *booster*, denominado Novo Horizonte e descrito a seguir:

- ✓ *Booster* Novo Horizonte: 1 bomba em operação, 1 bomba reserva em bancada, vazão de 9,7 L/s, altura manométrica de 35,0 mca e potência igual a 25,0 cv, com acionamento manual e local.

Destaca-se que o poço 23 abastece tanto o SAA B, quanto o C. Há uma interligação, em tubulação com diâmetro igual a 300 mm, entre os sistemas B e C que permite que o poço 23 alimente o reservatório RA-C1.

Segundo a SABESP, é realizado monitoramento da água bruta conforme a Portaria de Consolidação nº 05/17 do Ministério da Saúde (Anexo XX). Não ocorreu nenhuma alteração na qualidade que motivasse informar aos órgãos ambientais, de recursos hídricos e saúde pública, conforme Art. 13 do Anexo XX<sup>5</sup> da Portaria. Além disso, foi informado que não é necessário serviço de limpeza nos poços.

A água captada nos poços é aduzida ao reservatório RA-A02. As características das adutoras são apresentadas no **Quadro 4.18**.

**QUADRO 4.18 – ADUTORAS DE ÁGUA BRUTA**

Denominação	Tipo	Extensão (m)	Diâmetro (mm)	Material	Possui sistema de proteção de transiente?
Poço Ipê II	Recalque	24,0	250	Ferro Fundido	ND
Poços Santa Edwiges + 23	Recalque	ND	300	Ferro Fundido	ND
Poços Vila Passos + Santa Edwiges + 23	Recalque	ND	300	Ferro Fundido	ND
Poço Vera Cruz	Recalque	ND	150	Ferro Fundido	ND
Poço 23	Recalque	ND	250	Ferro Fundido	ND

ND: Não Disponível  
Fonte: SABESP, 2020

<sup>5</sup> O Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/17 do Ministério da Saúde foi alterado pela Portaria GM/MS nº 888/21.



#### 4.1.4.2 Tratamento de Água

O tratamento da água subterrânea no sistema C consiste apenas em desinfecção e fluoretação. A aplicação de cloro (hipoclorito de sódio) e flúor (ácido fluossilícico) é feita diretamente na entrada dos reservatórios RA-C1 e RA-C2, interligados.

Segundo informações da SABESP, a água captada não necessita de tratamento específico, como filtração ou oxidação de metais.

#### 4.1.4.3 Reservação

O **Quadro 4.19** apresenta as principais características dos reservatórios do sistema C. Os reservatórios denominados RA-C1 e RA-C2, interligados entre si, abastecem o RE-C1 por meio da EEAT-C.

**QUADRO 4.19 - CARACTERÍSTICAS DOS RESERVATÓRIOS**

Denominação	Capacidade (m <sup>3</sup> )	Tipo	Material	Instalação antecedente	Instalação sucessora
RA-C1	700	Apoiado	RA-C1	Poço de captação	RA-C2
RA-C2	1.500	Apoiado	RA-C2	Poço de captação	EEAT-C
RE-C1	300	Elevado	RE-C1	EEAT-C	Rede de Distribuição

Fonte: SABESP, 2020.

O controle de nível dos reservatórios é realizado através de medidor online, e todos possuem ponto de abastecimento para caminhão pipa sem controle de volume. Não existe frequência de limpeza definida, e esta é realizada conforme a necessidade.

#### 4.1.4.4 Elevação e Adução de Água Tratada

O Sistema C possui uma estação elevatória de água tratada, denominada EEAT-C. Suas principais características operacionais estão apresentadas no **Quadro 4.20**.

**QUADRO 4.20 – CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DA EEAT**

Denominação	Quantidade de conjuntos motobombas	Tipo	Capacidade nominal (L/s)	Altura manométrica (m.c.a.)	Potência do motor (cv)
EEAT C	2O+1RI	Submersível	Bomba 1: 50,0 Bomba 2: 50,0 Bomba 3: 25,0	Bomba 1: 24,0 Bomba 2: 24,0 Bomba 3: 12,0	Bomba 1: 30,0 Bomba 2: 30,0 Bomba 3: 15,0

O: Operação e RI: Reserva Instalada

Fonte: SABESP, 2020.

As bombas são alternadas conforme a demanda de forma que, em períodos de baixo consumo, a bomba de menor vazão opera e, em períodos de maior consumo, as bombas de maior vazão são acionadas.

Cinco adutoras são responsáveis pela distribuição de água tratada para os bairros. As adutoras estão caracterizadas no **Quadro 4.21** em função do diâmetro, comprimento, tipo de material e sistema de proteção.

**QUADRO 4.21 – CARACTERÍSTICAS DAS ADUTORAS DE ÁGUA TRATADA**

<i>Denominação</i>	<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Material</i>	<i>Sistema de proteção de transiente</i>
AAT – Ø 150	1.125,59	150	PVC	Não se aplica
AAT – Ø 200	2.870,79	200	Ferro Fundido	ND
AAT – Ø 250	804,70	250	Cimento amianto	ND
AAT – Ø 250	917,21	250	Ferro Fundido	ND
AAT – Ø 300	306,14	300	Ferro Fundido	ND

ND: Não disponível  
Fonte: SABESP, 2020.

#### 4.1.4.5 Redes de distribuição

De acordo com informações fornecidas pela SABESP, para distribuição de água tratada o SAA C contava com 74,5 km de rede em 2019, com diâmetros iguais a 50 mm, 75 mm e 100 mm, conforme pode ser observado no **Quadro 4.22**.

**QUADRO 4.22 – CARACTERÍSTICAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO SISTEMA C**

<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Material</i>
25.406,35	50	Ferro Fundido
42.785,85	50	PVC
847,35	75	Ferro Fundido
1.449,00	75	PVC
3.356,46	100	Ferro Fundido
654,99	100	PVC
6.104,67	ND	ND

ND: Não disponível  
Fonte: SABESP, 2020.

De acordo com as informações da SABESP, o índice de perdas na distribuição para o município em 2020 foi de 207 L/lig.dia.

#### 4.1.4.6 Geração, Tratamento e Disposição dos resíduos sólidos gerados pelo SAA

O sistema de abastecimento de água C utiliza exclusivamente água de manancial subterrâneo provindo de Poços profundos, assim, não existe geração de resíduos na captação, tratamento, reservação e distribuição.

A **Figura 4.3** apresenta o croqui do sistema de abastecimento de água C de Lorena.

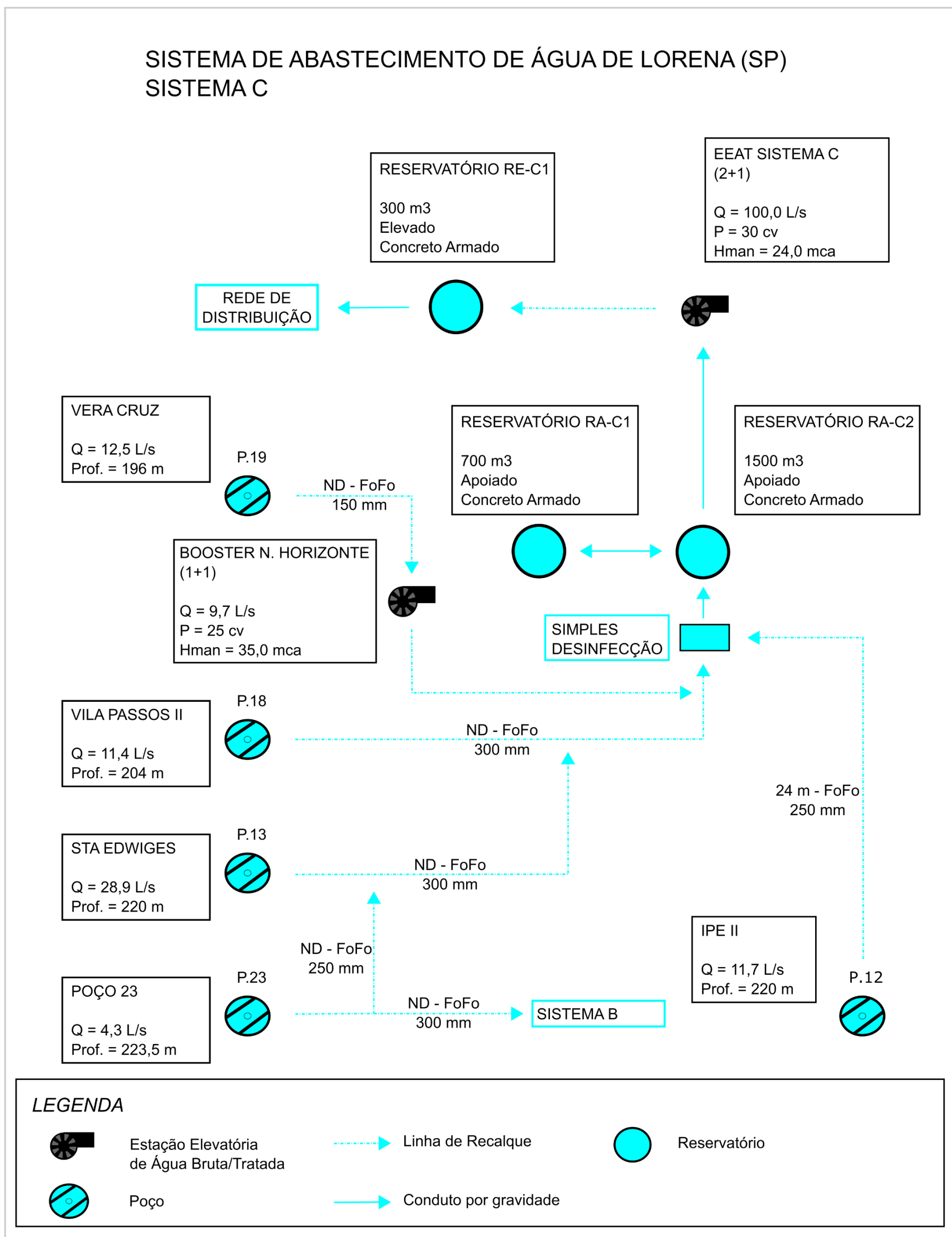


Figura 4.3 – Croqui do Sistema de Abastecimento de Água C

Fonte: SABESP, 2020.

#### 4.1.5 Sistema de Abastecimento de Água D

As características gerais do sistema D, conforme dados disponibilizados pela SABESP em novembro de 2020 referentes ao ano de 2019, encontram-se apresentadas a seguir:

- ✓ Extensão da Rede de Água..... 4,7 km;
- ✓ Volume Anual Produzido Total ..... 93.058 m<sup>3</sup>;
- ✓ Volume Anual Micromedido Total ..... 60.052 m<sup>3</sup>;
- ✓ Volume Anual Faturado Total ..... 69.851 m<sup>3</sup>;
- ✓ Quantidade de Ligações Ativas de Água ..... 396 ligações;
- ✓ Quantidade de Economias Ativas de Água..... 400 economias;
- ✓ Volume Total de Reservação..... 1.400 m<sup>3</sup>.

O SAA D utiliza manancial superficial (Captação Posses) e conta com tratamento de água por filtração, simples desinfecção e fluoretação, um reservatório, um *booster* e cerca de 4,7 km de rede de distribuição. É responsável por 1,2% do volume produzido em Lorena.

O sistema atende os bairros: Vila Cristina, Vila Portugal, Cabelinha, Nova Lorena, Vila Brito e Campinho, conforme informações do Relatório Anual de Qualidade da Água de 2020, publicado pela SABESP.

##### 4.1.5.1 Manancial, Captação e Adução de Água Bruta

A captação de água bruta é realizada através de barragem de nível no Ribeirão das Posses, enquadrado como Classe 1, pelo Decreto Estadual nº 10.755, de 22 de novembro de 1977, de acordo com o estabelecido no Decreto Estadual nº 8.468, de 08 de setembro de 1976. Cujas Q<sub>7,10</sub> não foi informada pela SABESP. Suas principais características operacionais são apresentadas no **Quadro 4.23**. A outorga para captação superficial emitida pelo DAEE (nº 431/15) é válida até 10 de janeiro de 2025.

**QUADRO 4.23 - CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DA CAPTAÇÃO**

Manancial	Vazão captada (L/s)	Tempo de funcionamento (h/d)	Vazão outorgada (L/s)	Coordenadas da Captação – UTM		
				Norte (km)	Leste (km)	Zona
Ribeirão das Posses	3,3	24,0	9,3	7.495,10	476,50	23

Fonte: SABESP, 2020.

A água captada é encaminhada, por gravidade, até o reservatório RA-D, por uma tubulação de ferro fundido com 150 mm de diâmetro, conforme apresentado no **Quadro 4.24**.

**QUADRO 4.24 – ADUTORA DE ÁGUA BRUTA DO SISTEMA D**

Denominação	Tipo	Extensão (m)	Diâmetro (mm)	Material
AAB	Gravidade	17.108,00	150	Ferro fundido

Fonte: SABESP, 2020.

Segundo a SABESP, é realizado monitoramento da água bruta conforme a Portaria de Consolidação nº 05/17 do Ministério da Saúde (Anexo XX)<sup>6</sup>. Não ocorreu nenhuma alteração na qualidade que motivasse informar aos órgãos ambientais, de recursos hídricos e saúde pública, conforme Art. 13 do Anexo XX da Portaria.

#### 4.1.5.2 Tratamento de Água

O tratamento da água no sistema D, consiste em filtração (filtros ascendentes) antes das etapas de desinfecção e fluoretação. A vazão nominal dos filtros é de 9,3 L/s. Não foram disponibilizadas informações sobre o estado de conservação das unidades.

A desinfecção é realizada com aplicação de hipoclorito de sódio. Para fluoretação é usado ácido fluossilícico.

#### 4.1.5.3 Reservação

O SAA D conta com um reservatório com volume de armazenamento igual a 1.400 m<sup>3</sup>, cujas principais características estão apresentadas no **Quadro 4.25**.

**QUADRO 4.25 - CARACTERÍSTICAS DOS RESERVATÓRIOS**

<i>Denominação</i>	<i>Capacidade (m<sup>3</sup>)</i>	<i>Tipo</i>	<i>Material</i>	<i>Instalação antecedente</i>	<i>Instalação sucessora</i>
RA-D	1.400	Enterrado	Concreto	Captação	Booster Vila Cristina

Fonte: SABESP, 2020.

O controle de nível do reservatório é realizado através de medidor online, e a unidade não possui ponto de abastecimento para caminhão pipa com controle de volume. Não existe frequência de limpeza definida, sendo realizada conforme a necessidade.

#### 4.1.5.4 Elevação e Adução de Água Tratada

O sistema D conta com um *booster*, sendo que as principais características operacionais dos conjuntos motobombas são apresentadas no **Quadro 4.26**. Os conjuntos motobombas possuem acionamento manual remoto e contam com proteção por chave seccionadora (fusível) e relê térmico de proteção.

**QUADRO 4.26 – CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DO BOOSTER**

<i>Denominação</i>	<i>Quantidade de conjuntos motobombas</i>	<i>Tipo</i>	<i>Capacidade nominal (L/s)</i>	<i>Altura manométrica (m.c.a.)</i>	<i>Potência do motor (cv)</i>
Booster Vila Cristina	1O+1RB	Submersível	3,0	42,0	3,0

O: Operação e RB: Reserva em Bancada

Fonte: SABESP, 2020.

<sup>6</sup> O Anexo XX da Portaria de Consolidação nº05/17 do Ministério da Saúde foi alterada pela Portaria GM/MS nº 888/21.

#### 4.1.5.5 Redes de distribuição

De acordo com informações fornecidas pela SABESP, para distribuição de água tratada o SAA D contava com 4,7 km de rede em 2019, com diâmetros iguais a 100 mm, 150 mm e 200 mm, conforme pode ser observado no **Quadro 4.27**.

**QUADRO 4.27 – CARACTERÍSTICAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO SISTEMA D**

<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Material</i>
3.698,05	100	Ferro fundido
376,95	150	Ferro fundido
625,00	200	PVC
387,04	ND	ND

ND: Não disponível  
Fonte: SABESP, 2020.

De acordo com as informações da SABESP, o índice de perdas na distribuição para o município em 2020 foi de 207 L/lig.dia.

#### 4.1.5.6 Geração, Tratamento e Disposição dos resíduos sólidos gerados pelo SAA

O sistema de abastecimento de água D utiliza exclusivamente água de manancial superficial. A água captada passa pelo processo de tratamento através de filtração, desinfecção e fluoretação, assim, não existe geração de resíduos na captação, tratamento, reservação e distribuição.

A **Figura 4.4** apresenta o croqui do sistema de abastecimento de água D de Lorena.

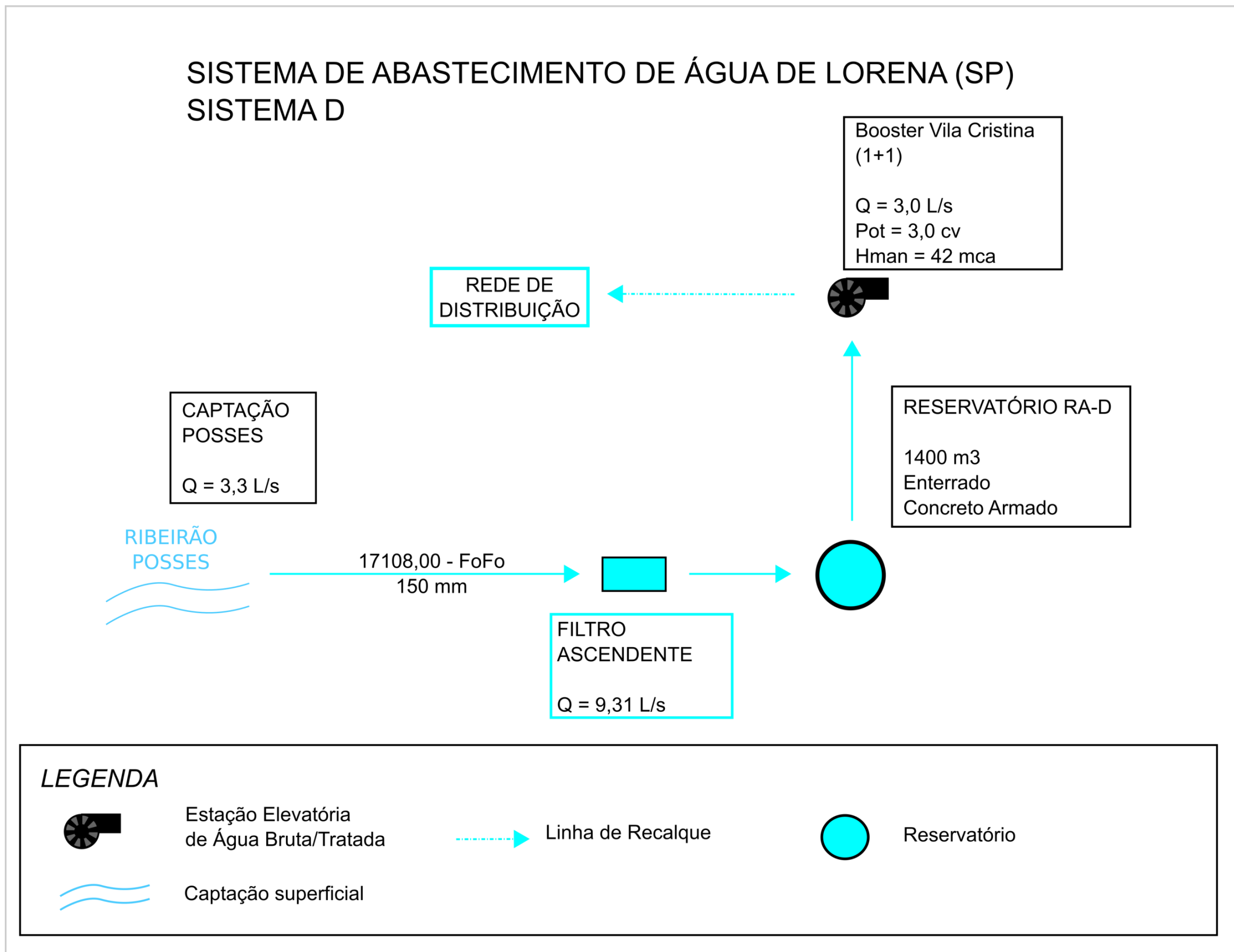


Figura 4.4 – Croqui do Sistema de Abastecimento de Água D  
Fonte: SABESP, 2020.

#### **4.1.6 Características Gerais do Abastecimento de Água por Soluções Individuais**

Nas áreas rurais, em decorrência da baixa disponibilidade de informações, optou-se, em primeiro momento, pelo uso das informações oficiais levantadas no Censo de 2010 do IBGE para o período de planejamento. Desse modo, a análise realizada considera, indiretamente, o êxodo rural, pois os dados obtidos pelo IBGE foram extrapolados utilizando a projeção da Fundação SEADE, a qual contempla a estimativa de crescimento ou decréscimo na população rural. No entanto, salienta-se que, por se tratar da referência oficial atual, os índices obtidos pelo IBGE foram mantidos, os quais refletem um cenário conservador para aplicação da metodologia.

As características gerais do sistema de abastecimento de água da área rural de Lorena, conforme dados disponibilizados pelo IBGE, censo de 2010, encontram-se apresentadas a seguir:

- ✓ 439 domicílios particulares permanentes (68,9%) com abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade;
- ✓ Nenhum domicílio particular permanente (0%) com abastecimento de água da chuva armazenada em cisterna;
- ✓ 198 domicílios particulares permanentes (31,1%) com outra forma de abastecimento de água.

Seguem as definições apresentadas pelo IBGE para as formas de atendimento:

- ✓ Poço ou nascente na propriedade: quando o domicílio era servido por água proveniente de poço ou nascente localizado no terreno ou na propriedade onde estava construído;
- ✓ Água de chuva armazenada em cisterna: quando o domicílio era servido por água de chuva armazenada em cisterna, caixa de cimento etc.;
- ✓ Outra forma - quando o abastecimento de água do domicílio era proveniente de poço ou nascente fora da propriedade, carro-pipa, água da chuva armazenada de outra forma, rio, açude, lago ou igarapé ou outra forma de abastecimento de água, diferente das descritas anteriormente.

## **4.2 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EXISTENTE**

O esgotamento sanitário em Lorena pode ser dividido em soluções coletivas e individuais. A primeira caracteriza-se pelo atendimento de um conjunto de domicílios, sendo de responsabilidade da SABESP. Já as soluções individuais, realizadas em geral por fossas sépticas, atendem a apenas um domicílio e são localizadas dentro das propriedades atendidas.

### **4.2.1 Características Gerais do Esgotamento Sanitário por Soluções Coletivas**

O esgotamento sanitário por soluções coletivas conta com um sistema operado pela SABESP, representado pelo núcleo Sede, atendendo à área urbana.



Para caracterização do sistema de esgotamento sanitário existente, foram utilizadas as informações da prestadora de serviço (SABESP), bem como alguns indicadores do SNIS divulgados em 2020, referentes ao ano de 2019 e dados oficiais levantados no Censo de 2010 do IBGE.

O Índice de Atendimento de Esgoto<sup>7</sup> é de 98,5%, conforme informações da SABESP, referentes a 2019, constantes no Relatório Gerencial (SABESP, 2020). Já o Índice de Tratamento do Esgoto Coletado<sup>8</sup> é de 100% - IN016 (SNIS, 2020).

O sistema é constituído de rede coletora, coletor tronco, estação elevatória, estação de tratamento e emissário final, conforme detalhado nos itens seguintes.

#### **4.2.2 Sistema Esgotamento Sanitário Sede**

As características gerais do SES Sede, conforme dados disponibilizados pela SABESP em novembro de 2020 referentes ao ano de 2019, encontram-se apresentados a seguir:

- ✓ Quantidade de Ligações Ativas de Esgoto .....30.982 ligações;
- ✓ Quantidade de Economias Ativas de Esgoto..... 32.205 economias;
- ✓ Volume Anual Coletado Total ..... 4.733.916 m<sup>3</sup>;
- ✓ Volume Anual Tratado Total ..... 4.733.916 m<sup>3</sup>;
- ✓ Volume Anual Faturado Total ..... 5.625.708 m<sup>3</sup>;
- ✓ Extensão de Rede de Esgoto ..... 204,13 km;
- ✓ Capacidade nominal da ETE .....355,2 L/s.

O SES Sede é constituído por 200,28 km de rede coletora, 3,85 km de coletores tronco, 13 estações elevatórias de esgoto e uma estação de tratamento de esgoto (ETE Lorena). O efluente tratado é lançado no Rio Paraíba do Sul.

##### **4.2.2.1 Coleta e Encaminhamento**

A rede coletora de esgoto de Lorena possui extensão total de 200,28 km, com diâmetro variando entre 100 mm e 600 mm em diversos materiais, conforme pode ser observado no **Quadro 4.28**.

<sup>7</sup> O índice de atendimento de esgoto refere-se à relação entre as economias cadastradas residenciais ativas de esgoto ao total de domicílios a serem atendidos no município.

<sup>8</sup> O índice de tratamento do esgoto coletado refere-se à relação entre o volume de esgoto tratado e volume total coletado (Dado referente a 2019, publicado pelo SNIS em 2020). Simplificadamente refere-se à parcela tratada do total coletado.

**QUADRO 4.28 - CARACTERÍSTICAS DA REDE COLETORA**

<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Material</i>
44,47	100	Cimento amianto
10.690,58	100	Cerâmico
132.034,44	150	Cerâmico
10.405,96	200	Cerâmico
4.586,74	250	Cerâmico
5.346,74	300	Cerâmico
112,22	600	Concreto
667,53	600	Ferro Fundido
89,22	100	Ferro Fundido
3.617,02	150	Ferro Fundido
1.869,89	200	Ferro Fundido
1.932,41	250	Ferro Fundido
2.840,66	300	Ferro Fundido
665,65	400	Ferro Fundido
2.008,80	500	Ferro Fundido
212,94	100	PVC
16.581,61	150	PVC
4.972,67	200	PVC
917,41	250	PVC
683,03	300	PVC

Fonte: SABESP, 2020.

Além da rede coletora, SES Sede conta com 3,85 km de coletores tronco, com diâmetros entre 200 mm e 400 mm, em diversos materiais, conforme apresentado no **Quadro 4.29**.

**QUADRO 4.29 - CARACTERÍSTICAS DOS COLEOTRES TRONCO**

<i>Denominação</i>	<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Material</i>
Coletor Tronco Ø200	1.012,89	200	Cerâmico
Coletor Tronco Ø700	802,50	300	Concreto
Coletor Tronco Ø900	1.209,50	400	Concreto
Coletor Tronco Ø150	768,00	300	PVC
Coletor Tronco Ø200	56,00	375	PVC

Fonte: SABESP, 2020.

#### 4.2.2.2 Elevação e Adução de Esgoto

O SES Sede conta com 13 estações elevatórias de esgoto responsáveis por encaminhar o esgoto recalado à ETE, todas possuem acionamento automático por nível, sendo que suas principais características se encontram no **Quadro 4.30**. No **Quadro 4.31** estão apresentadas as características da linha de recalque das elevatórias.

**QUADRO 4.30 - CARACTERÍSTICAS DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO**

<i>Denominação</i>	<i>Quantidade de conjuntos motobombas</i>	<i>Tipo</i>	<i>Capacidade nominal (L/s)</i>	<i>Altura manométrica (m.c.a.)</i>	<i>Potência do motor (cv)</i>	<i>Possui Gerador</i>	<i>Possui poço pulmão</i>
EEE CECAP	1O+1RB	Submersível	14,0	20,0	10,0	ND	ND
EEE Comercíários I	1O+1RB	Submersível	14,5	7,0	2,0	ND	ND
EEE Comercíários II	1O+1RB	Submersível	14,5	7,0	2,0	ND	ND
EEE Santiago	1O+1RB	Submersível	58,0	10,0	25,0	ND	ND
EEE Vila Nunes	1O+1RB	Submersível	47,0	10,0	9,5	ND	ND
EEE Vila Geny	1O+1RB	Submersível	15,5	21,0	10,0	ND	ND
EEE Vila Brito	1O+1RB	Submersível	12,8	8,0	3,2	ND	ND
EEE Vila Simão	1O+1RB	Submersível	10,0	9,0	3,2	ND	ND
EEE Santa Rita	1O+1RB	Submersível	12,2	9,0	2,0	ND	ND
EEE Jardim Portugal	1O+1RB	Submersível	10,0	15,0	4,0	ND	ND
EEE Vila Cristina	1O+1RB	Submersível	11,1	11,0	3,4	ND	ND
EEE Vila Esperança	1O+1RB	Submersível	12,2	9,0	2,0	ND	ND
EEE Cabelinha	2O+1RB	Submersível	210,0 143,0	19,0 19,0	77,0 75,0	ND	ND

O: Operação e RB: Reserva em Bancada.

ND: Não Disponível

Fonte: SABESP, 2020.

**QUADRO 4.31 - CARACTERÍSTICAS DAS LINHAS DE RECALQUE**

<i>Denominação</i>	<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Material</i>	<i>Possui sistema de proteção de transientes? Qual?</i>
CECAP	440,00	150	Cimento amianto	ND
Comercíários I	660,00	100	DEFoFo	ND
Comercíários II	735,00	100	DEFoFo	ND
Santiago	269,00	300	Ferro fundido	ND
Vila Nunes	370,00	150	DEFoFo	ND
Vila Geni	2.230,00	200	PVC e Ferro fundido	ND
Vila Brito	380,00	100	DEFoFo	ND
Vila Simão	300,00	100	PVC e Ferro fundido	ND
Vila Sapê/Santa Rita	650,00	100	DEFoFo	ND
Vila Portugal	529,05	100	DEFoFo	ND
Vila Cristina	1.200,00	100	DEFoFo	ND
Vila Esperança	400,00	100	DEFoFo	ND
Cabelinha	700,00	400	Ferro fundido	ND

ND: Não Disponível

DEFoFo: tubulação em PVC modificado que possui diâmetro externo compatível com as conexões e tubulações de ferro fundido.

Fonte: SABESP, 2020.

Foi informado pela SABESP que a EEE Santiago recebe aplicação de peróxido de hidrogênio, para neutralização de odores.

Conforme apresentado no **Quadro 4.30**, todas as EEE possuem conjunto motobomba reserva em bancada. Nenhuma possui reserva instalada. Nenhuma possui poço pulmão e não foi informado se elas possuem gerador.

A quantidade dos resíduos (do gradeamento e areia) removidos nas estações elevatórias não foi informada. Os resíduos das estações elevatórias são encaminhados à EEE Cabelinha, para posterior disposição. O destino final dos resíduos não foi informado.

#### 4.2.2.3 Tratamento de Esgoto e Disposição do Efluente Tratado

O esgoto coletado em Lorena é encaminhado para a ETE Lorena, que utiliza o processo de lagoas australianas (lagoas anaeróbias seguidas de facultativas). Sua capacidade nominal é de 355,2 L/s. As unidades que compõem a ETE são:

- ✓ Gradeamento;
- ✓ Duas (02) lagoas anaeróbias; e,
- ✓ Duas (02) lagoas facultativas.

As medições são realizadas conforme a necessidade da operação. Não foram informados dados de eficiência de remoção de carga orgânica pela SABESP. Não há processo de desinfecção instalado na ETE. A ETE possui licença de operação, nº 3006283, emitida pela CETESB, com validade até 11 de setembro de 2024.

O efluente tratado da ETE, com vazão média de 124,64 L/s, é lançado no Rio Paraíba do Sul, enquadrado como Classe 2 pelo Decreto Estadual nº 10.755, de 22 de novembro de 1977, de acordo com o estabelecido no Decreto Estadual nº 8.468, de 08 de setembro de 1976. O lançamento possui outorga concedida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), para a vazão outorgada de 239,2 L/s, válida até 2037, localizada nas coordenadas apresentadas no **Quadro 4.32**.

**QUADRO 4.32 – OUTORGA DE LANÇAMENTO DO SISTEMA SEDE**

Manancial	Nº da outorga	Validade	Vazão outorgada (L/s)	Tempo de Operação (h/dia)	Coordenadas do Lançamento	
					Latitude	Longitude
Rio Paraíba do Sul	Portaria ANA nº 876	28/12/2037	239,2	24,0	22°42'28,5"	45°07'56,7"

Fonte: ANA, 2021.

O emissário final possui dois trechos distintos que conduzem o efluente tratado por gravidade até seu lançamento no Rio Paraíba do Sul. O primeiro trecho tem 114,00 m de extensão, com diâmetro nominal igual a 800 mm, em ferro fundido. O segundo trecho é um canal de concreto, com extensão de 74,56 m, e seção retangular de 1,10 x 1,50 m.

#### 4.2.2.4 Geração, Tratamento e Disposição dos resíduos sólidos gerados pelo SES

De acordo com a SABESP não há descarte de lodo das lagoas da ETE Lorena. As lagoas contam com monitoramento do volume de lodo, por batimetria, de acordo com a necessidade.

O volume mensal de resíduos removidos no gradeamento não foi informado. Esses resíduos são encaminhados à EEE Cabelinha, para posterior disposição final (não especificada).

A **Figura 4.5** apresenta o croqui com o sistema de esgotamento sanitário existente no município de Lorena.

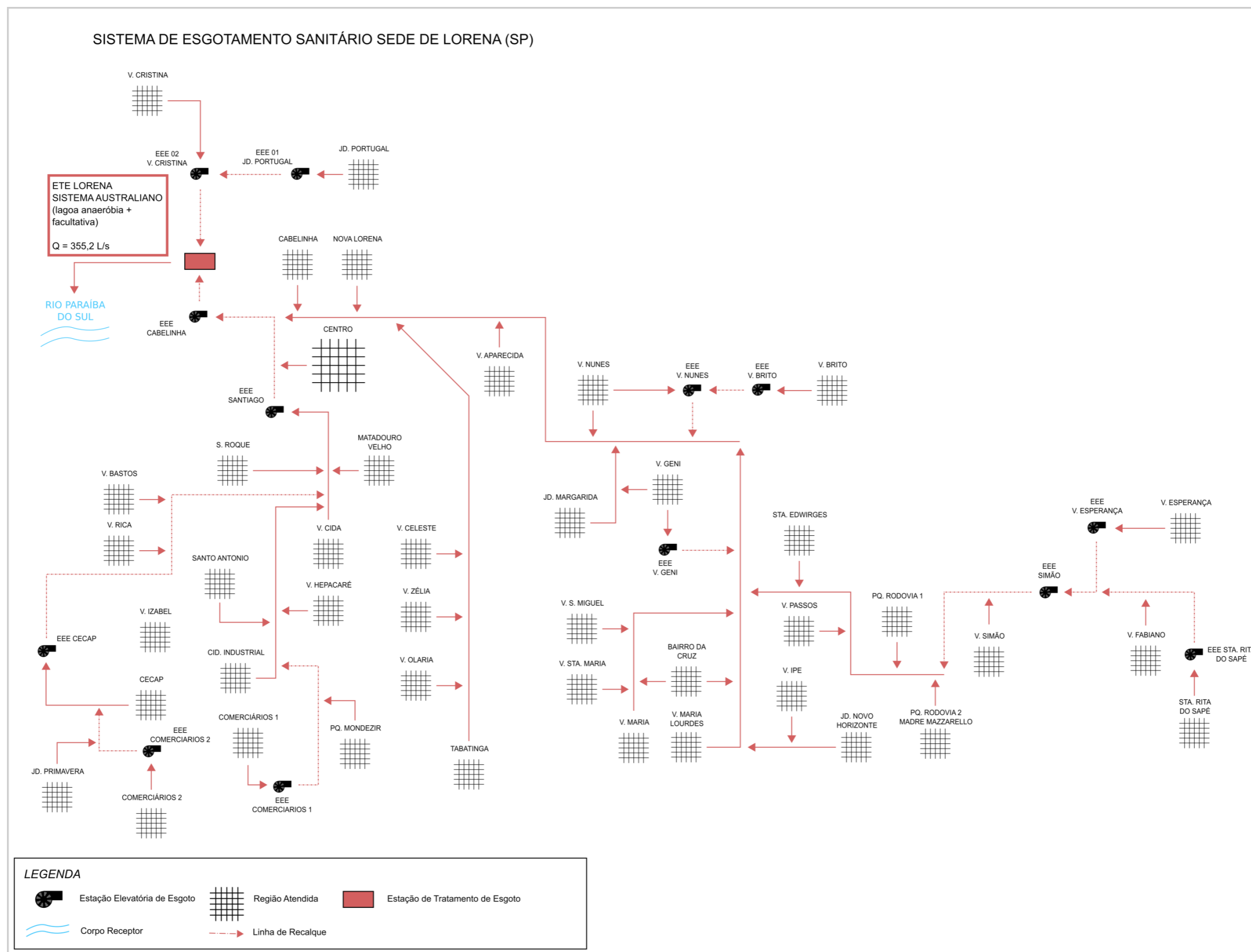


Figura 4.5 – Croqui do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede de Lorena  
Fonte: SABESP, 2020.

### 4.2.3 *Características Gerais do Esgotamento Sanitário por Soluções Individuais*

Assim como foi realizado no diagnóstico referente ao sistema de abastecimento de água, também para o atendimento de coleta e tratamento de esgoto da área rural, foram utilizadas informações obtidas através do Censo 2010 do IBGE. Desse modo, a análise realizada considera, indiretamente, o êxodo rural, pois os dados obtidos pelo IBGE foram extrapolados utilizando a projeção da Fundação SEADE, a qual contempla a estimativa de crescimento ou decréscimo na população rural. No entanto, salienta-se que, por se tratar da referência oficial atual, os índices obtidos pelo IBGE foram mantidos, os quais refletem um cenário conservador para aplicação da metodologia.

As características gerais do sistema de esgotamento sanitário da área rural de Lorena, conforme dados disponibilizados pelo IBGE, censo de 2010, encontram-se apresentadas a seguir:

- ✓ 323 domicílios particulares permanentes (49,4%) atendidos por fossa séptica;
- ✓ 176 domicílios particulares permanentes (26,9%) atendidos por fossa rudimentar;
- ✓ 49 domicílios particulares permanentes (7,5%) atendidos por vala;
- ✓ 103 domicílios particulares permanentes (15,7%) atendidos por rio, lago ou mar;
- ✓ 3 domicílios particulares permanentes (0,5%) atendidos por outra forma diferente das anteriores.

O sistema de esgotamento do município, na parcela rural, é majoritariamente realizado por fossa séptica e caracterizado pela solução individual de esgotamento.

Seguem as definições apresentadas pelo IBGE para as formas de atendimento:

- ✓ Fossa séptica: quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação, sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município;
- ✓ Fossa rudimentar: quando o banheiro ou sanitário estava ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.);
- ✓ Vala: quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a uma vala a céu aberto;
- ✓ Rio, lago ou mar: quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a rio, lago ou mar;
- ✓ Outra forma - quando o esgotamento dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário, não se enquadrasse em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

## 5. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, COMERCIAL E OPERACIONAL DO PRESTADOR

### 5.1 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS - FORMATOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

O Contrato de Programa nº 089/2008 da SABESP com o município de Lorena foi firmado em 18 de dezembro de 2007, por um período de 30 anos para a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com exclusividade pela SABESP em todo território do município, porém com possibilidade de a SABESP celebrar outros instrumentos jurídicos com terceiros para prestação dos serviços abrangidos pelo Contrato de Programa em questão.

A SABESP é uma empresa de economia mista, de capital aberto, que tem como principal acionista o Governo do Estado de São Paulo, sendo que sua sede está situada na Rua Costa Carvalho, 300 – Pinheiros – São Paulo, telefone (11) 3388-8000. É representada legalmente pelo seu diretor-presidente e formada por cinco diretores, titulares das seguintes diretorias:

- ✓ Diretoria de Gestão Corporativa;
- ✓ Diretoria de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente;
- ✓ Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores;
- ✓ Diretoria de Sistemas Regionais;
- ✓ Diretoria Metropolitana.

Estão subordinadas à Diretoria de Sistemas Regionais, no nível de superintendência, dez Unidades de Negócio (UN), uma das quais é a Unidade de Negócio do Vale do Paraíba (RV), a qual Lorena faz parte. Além das dez UN, a Diretoria de Sistemas Regionais conta com duas outras superintendências, que prestam às diretorias e a todas as UNs, que são: Superintendência de Gestão de Empreendimentos de Sistemas Regionais (RE), e a Superintendência de Gestão e Desenvolvimento Operacional de Sistemas Regionais (RO).

### 5.2 QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A forma de prestação de serviços e a identificação do prestador encontram-se indicadas no Quadro 5.1.

**QUADRO 5.1 – FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR**

<i>Componentes</i>	<i>Administração Direta</i>	<i>Administração Indireta</i>	<i>Identificação</i>
Água		✘	SABESP
Esgoto		✘	SABESP



---

### 5.3 GESTÃO DO SISTEMA COMERCIAL E ATENDIMENTO AO PÚBLICO

---

A gestão comercial da SABESP é descentralizada em escritórios regionais, o que permite adequar o atendimento às necessidades e particularidades de cada localidade, sendo que cada escritório regional corresponde a uma unidade de gestão comercial, responsável pelo atendimento ao público, manutenção cadastral e controle do faturamento de sua área de atuação. Em Lorena existe um escritório de atendimento ao público, situado na Rua Paraná nº 209, no bairro Cidade Industrial.

Além disso, a SABESP disponibiliza aos seus clientes vários canais de relacionamento, que tiram dúvidas, fornecem informações individuais e atendem chamados específicos de reparos e orientações. Esses canais são:

- ✓ Atendimento telefônico, pelos seguintes números: 0800 055 0195, 0800 016 0195 (pessoas com deficiência auditiva e de fala) e 195 para serviços de emergência;
- ✓ Atendimento online: é possível conversar com os atendentes e tirar dúvidas sobre os serviços;
- ✓ Agência virtual SABESP: é possível solicitar 2ª via de conta, consultar débitos, parcelar e reparcelar contas, ver o histórico de consumo, pedir nova ligação de água ou de esgoto, informar sobre vazamentos ou sobre falta de água e consultar informações a respeito de débito automático ou dos canais de atendimento.

## 6. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### 6.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

As principais informações do município, referentes às receitas e despesas dos serviços de água, encontram-se no **Quadro 6.1**.

**QUADRO 6.1 - INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Descrição	Unidade	2017	2018	2019
Receita operacional direta de água (FN002)	R\$/ano	16.209.686,15	17.668.743,16	18.957.612,09
Receita operacional total (direta+indireta) (FN005)	R\$/ano	30.536.957,68	33.443.368,32	35.840.058,23
Despesas de exploração (FN015)	R\$/ano	20.967.226,39	22.733.477,26	25.476.950,09
Despesas totais com os serviços (FN017)	R\$/ano	27.560.304,81	30.380.806,19	32.647.314,84
Investimento realizado em abastecimento de água (FN023)	R\$/ano	606.553,03	1.446.928,05	1.752.248,63
Investimentos totais (FN033)	R\$/ano	964.651,83	2.216.857,09	3.470.185,29

Fonte: SNIS, 2020.

#### 6.1.1 Sistema Tarifário

O **Quadro 6.2** apresenta os valores de tarifa vigente para consumo de água do município de Lorena – Regional do Vale do Paraíba, conforme disposto na Deliberação ARSESP nº 1.150, de 8 de abril de 2021.

**QUADRO 6.2 - TARIFA DE CONSUMO MENSAL DE ÁGUA**

Classes de consumo de água m³/mês	Tarifas de água (R\$)
<b>Residencial / Social</b>	
0 a 10	9,05 / mês
11 a 20	1,41 / m³
21 a 30	3,05 / m³
31 a 50	4,35 / m³
acima de 50	5,17 / m³
<b>Residencial / Vulnerável</b>	
0 a 10	6,90 / mês
11 a 20	0,78 / m³
21 a 30	2,61 / m³
31 a 50	7,88 / m³
acima de 50	8,71 / m³
<b>Residencial</b>	
0 a 10	29,00 / mês
11 a 20	4,04 / m³
21 a 50	6,21 / m³
acima de 50	7,43 / m³
<b>Comercial / Industrial / Pública sem contrato</b>	
0 a 10	58,24 / mês
11 a 20	6,89 / m³
21 a 50	11,48 / m³

<i>Classes de consumo de água m<sup>3</sup>/mês</i>	<i>Tarifas de água (R\$)</i>
acima de 50	14,57 / m <sup>3</sup>
<b>Comercial: Entidades de Assistência Social</b>	
0 a 10	29,11 / mês
11 a 20	3,47 / m <sup>3</sup>
21 a 50	5,77 / m <sup>3</sup>
acima de 50	7,21 / m <sup>3</sup>
<b>Pública com Contrato</b>	
0 a 10	43,64 / mês
11 a 20	5,14 / m <sup>3</sup>
21 a 50	8,59 / m <sup>3</sup>
acima de 50	10,94 / m <sup>3</sup>
<b>Outros Serviços</b>	
Carro Tanque: Terceiros	45,27 / m <sup>3</sup>
Carro Tanque: SABESP	111,08 / m <sup>3</sup>

Fonte: ARSESP, 2021.

Conforme disposto na Deliberação ARSESP nº 1.150, entre 10 de maio de 2021 e 09 de maio de 2022, terão direito a pagar tarifa social os consumidores da classe “Residencial” os usuários que mediante avaliação pelas áreas comerciais da SABESP, realizadas com base em instruções normativas da Companhia, atendam ao menos um dos seguintes critérios:

- ✓ Ter renda familiar de até 3 salários-mínimos, ser morador de habitação unifamiliar subnormal com área útil construída de até 60 m<sup>2</sup>, ser consumidor de energia com consumo de até 170 kWh/mês;
- ✓ Estar desempregado, sendo que o último salário seja, no máximo, de 3 salários-mínimos, desde que tenha consumo máximo de 15 m<sup>3</sup>/mês, ser titular da conta há mais de 90 dias, não tenha sido demitido por justa causa e não tenha débitos com a SABESP. Nesta hipótese, o tempo máximo de concessão da tarifa social será de 12 meses;
- ✓ Morar em habitações coletivas consideradas sociais, como cortiços e as verticalizadas, tais como Unidade Social Verticalizada resultante do processo de urbanização de favelas.

Já entre 10 de maio de 2022 e 09 de maio de 2023, terão direito a pagar tarifa Residencial Social, além dos usuários que atendam os critérios do art. 6º, aqueles que previamente a esta deliberação eram beneficiários da tarifa Residencial Favela e que não forem reclassificados como Residencial Vulnerável.

A partir de 10 de maio de 2023, terão direito a pagar tarifa Residencial Social apenas os usuários que atendam a pelo menos um dos seguintes critérios:

- ✓ Estar registrado no CadÚnico com renda mensal *per capita* entre a segunda faixa do cadastro (atualmente, R\$ 178,00) e ½ salário-mínimo;
- ✓ Estar desempregado, sendo que o último salário seja, no máximo, de 3 salários-mínimos, desde que tenha consumo máximo de 15 m<sup>3</sup>/mês, ser titular da conta há mais de 90 dias, não tenha sido demitido por justa causa e não tenha débitos com a SABESP. Nesta hipótese, o tempo máximo de concessão da tarifa social será de 12 meses;

- ✓ Morar em habitações coletivas consideradas sociais, como cortiços e as verticalizadas, tais como Unidade Social Verticalizada resultante do processo de urbanização de favelas.

Salienta-se que o benefício não é perdido em caso de inadimplência.

Com relação à tarifa Residencial Vulnerável, terão direito os usuários que previamente à deliberação atendiam aos critérios para se beneficiar da tarifa Residencial Favela. O benefício se aplica entre 10 de maio de 2021 e 09 de maio de 2022. Após esta data, seguindo os seguintes critérios e prazos:

- ✓ Após 30 de setembro de 2021, usuários que estejam registrados no CadÚnico com renda mensal *per capita* na primeira faixa do cadastro (atualmente, R\$ 89,00);
- ✓ Após 10 de maio de 2022, usuários que estejam registrados no CadÚnico com renda mensal *per capita* até a segunda faixa do cadastro (atualmente, R\$ 178,00).

Da mesma forma, são elegíveis de requerer a tarifa social os consumidores da classe “Comercial/Entidade de Assistência Social” que atenderem aos seguintes critérios:

- ✓ Entidade de atendimento à criança e ao adolescente;
- ✓ Entidade cujo objetivo seja o abrigo de crianças e adolescentes;
- ✓ Entidade de atendimento de pessoas com deficiência;
- ✓ Entidade de atendimento ao idoso;
- ✓ Entidade de atendimento a enfermos e pessoas com comorbidades, tais como Santas Casas de Misericórdia, casas de saúde, ambulatórios e hospitais assistenciais;
- ✓ Albergues;
- ✓ Entidades de atendimento a dependentes químicos, como casas terapêuticas;
- ✓ Programas de alimentação cadastrados nos governos federal, estadual ou municipal.

Em relação à classe “Pública sem Contrato”, são elegíveis de requerer as tarifas dessa categoria as entidades da Administração Pública Direta Federal, as Secretarias de Estado e as Prefeituras que possuam contratos diretos com a SABESP.

## **6.2 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

As principais informações do município, referentes às receitas e despesas com serviços de esgotamento sanitário, encontram-se no **Quadro 6.3**.

**QUADRO 6.3 – INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

<i>Descrição</i>	<i>Unidade</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>2019</i>
Receita operacional direta de esgoto (FN003)	R\$/ano	13.254.435,91	14.545.532,66	15.614.947,01
Investimento realizado em esgotamento sanitário (FN024)	R\$/ano	205.471,51	551.401,01	1.471.031,51
Investimento com recursos próprios (água e esgoto) (FN030)	R\$/ano	0,00	0,00	0,00
Investimento com recursos não onerosos (água e esgoto) (FN032)	R\$/ano	0,00	0,00	0,00
Despesa com juros e encargos do serviço da dívida exceto variações monetárias e cambiais (FN035)	R\$/ano	796.689,31	695.695,08	640.798,79

ND: Não Disponível  
Fonte: SNIS, 2020.

**6.2.1 Sistema Tarifário e Receitas**

O **Quadro 6.4** apresenta os valores de tarifa vigente para o esgotamento sanitário do município de Lorena – Regional do Vale do Paraíba, conforme disposto na Deliberação ARSESP nº 1.150, de 08 de abril de 2021.

**QUADRO 6.4 - TARIFA DE CONSUMO MENSAL DE ESGOTO**

<i>Classes de consumo de água m³/mês</i>	<i>Tarifas de esgoto (R\$)</i>
<b>Residencial / Social</b>	
0 a 10	7,23 / mês
11 a 20	1,13 / m³
21 a 30	2,42 / m³
31 a 50	3,51 / m³
acima de 50	4,17 / m³
<b>Residencial / Vulnerável</b>	
0 a 10	5,52 / mês
11 a 20	0,63 / m³
21 a 30	2,09 / m³
31 a 50	6,31 / m³
acima de 50	6,97 / m³
<b>Residencial</b>	
0 a 10	23,26 / mês
11 a 20	3,19 / m³
21 a 50	4,96 / m³
acima de 50	5,91 / m³
<b>Comercial / Industrial / Pública sem contrato</b>	
0 a 10	46,58 / mês
11 a 20	5,47 / m³
21 a 50	9,19 / m³
acima de 50	11,61 / m³
<b>Comercial: Entidade de Assistência Social</b>	
0 a 10	23,29 / mês
11 a 20	2,73 / m³
21 a 50	4,59 / m³
acima de 50	5,83 / m³
<b>Pública com Contrato</b>	

<i>Classes de consumo de água m³/mês</i>	<i>Tarifas de esgoto (R\$)</i>
0 a 10	34,93 / mês
11 a 20	4,13 / m³
21 a 50	6,92 / m³
acima de 50	8,75 / m³

Fonte: ARSESP, 2021

O enquadramento dos consumidores nas categorias de uso (residencial/social, residencial/comum, pública, etc.) é feito com base no consumo de água, utilizando os mesmos critérios já descritos no item 6.1.1.

### **6.3** *INFORMAÇÕES COMERCIAIS*

Nos Quadros 6.5 e 6.6 encontram-se as atividades referentes a novas ligações e prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos últimos anos.

**QUADRO 6.5 – NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO**

<i>Ano</i>	<i>Ligações novas de água</i>	<i>Ligações novas de esgoto</i>
2015	617	815
2016	616	577
2017	479	471
2018	423	285
2019	382	321

Fonte: SABESP, 2020.

**QUADRO 6.6 – SERVIÇOS PRESTADOS PELA OPERADORA**

<i>Ano</i>	<i>Remanejamento de redes de água (m)</i>	<i>Remanejamento de redes de esgoto (m)</i>	<i>Prolongamento de redes de água (m)</i>	<i>Prolongamento de redes de esgoto (m)</i>	<i>Quantidade de hidrômetros substituídos</i>
2015	0	0	225.194,14	198.816,57	1.353
2016	0	0	225.294,06	198.951,56	627
2017	0	0	225.599,82	199.104,47	1.405
2018	0	0	225.640,98	199.145,63	3.910
2019	0	0	227.062,07	200.280,41	7.351

Fonte: SABESP, 2020.

De acordo com a norma NTS 218 da SABESP, a troca de hidrômetros ocorre quando:

- ✓ Estiver fora da faixa padrão ideal de trabalho (Limites Inferiores de Consumo – LIC e Limites Superiores de Consumo - LSC), nesse caso, a demanda de troca é definida pelo consumo médio mensal que estiver entre o LSCpadrão e LSCmáx ou entre o LICpadrão e LICmín;
- ✓ Estiver fora da faixa de gestão ideal de trabalho, nesse caso, a demanda de troca é definida pelo consumo médio mensal que estiver entre o LSCgestão e LSCmáx ou entre o LICgestão e LICmín.
- ✓ O Sistema de Gestão de Hidrometria – SGH indicar uma submedição significativa ou,

- ✓ Estiver dentro dos limites do fator de troca, que é obtido pelo produto entre o coeficiente de totalização e o coeficiente de idade, sendo o resultado comparado com os limites mínimos e máximos estabelecidos. Se o fator de troca calculado estiver:
  - ✧ Entre os limites mínimo e máximo, indica demanda de troca do hidrômetro;
  - ✧ acima do limite máximo, indica obrigatoriedade de troca do hidrômetro.

#### 6.4 INVESTIMENTOS PREVISTOS

O Quadro 6.7 apresenta os dados relativos aos investimentos nos sistemas de água e esgoto apresentados no Relatório Analítico 2019 da ARSESP. O valor previsto no Contrato de Programa da SABESP nº 089/2008, atualizado para o ano de 2019, é de R\$ 1.542,59 mil. O investimento total realizado nesse ano foi de R\$ 3.470,19 mil (225% do valor previsto). Já os investimentos previstos acumulados desde o início do contrato são iguais a R\$ 40.983,46 mil. Neste período, foram realizados R\$ 37.649,06 mil (92% do previsto).

**QUADRO 6.7 – INVESTIMENTOS PREVISTOS**

Valor	Até 2018*	Em 2019	Acumulado até 2019
	Valores em R\$1.000		
Original (Contratual)	39.440,87	1.542,59	40.983,46
Realizado	34.178,87	3.470,19	37.649,06
Diferença em R\$	-5.262,00	1.927,60	-3.334,40
Diferença em %	87	225	92

\*Valores a preços médios de 2019, atualizado pelo IPCA/IBGE.  
Fonte: ARSESP, 2020.

## 7. ESTUDO POPULACIONAL E DE DEMANDAS E CONTRIBUIÇÕES

### 7.1 ESTUDO POPULACIONAL

Este capítulo apresenta os estudos populacionais realizados para o Município de Lorena. Inicialmente são sistematizados e analisados os dados censitários que caracterizam a evolução recente da população residente no município. Em seguida, são apresentadas as projeções da população do município realizadas para o horizonte de projeto, o ano 2041. Os estudos incorporam também a desagregação da população projetada segundo a sua situação de domicílio urbana e rural.

Finalmente, são apresentadas as estimativas de crescimento do número de domicílios no horizonte de projeto, que constituem o parâmetro de referência principal para os planos de expansão dos serviços de saneamento.

#### 7.1.1 Série Histórica dos Dados Censitários

A série histórica dos dados censitários que registram a evolução da população do município de Lorena encontra-se no **Quadro 7.1**. Os valores foram desagregados segundo a situação do domicílio, em população urbana e rural. A série histórica considerada abrange os censos de 2000 e 2010, além da projeção para o ano de 2021.

**QUADRO 7.1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO CONDIÇÃO DE MORADIA – 2000 -2021**

Ano	População (hab.)			Taxa de Urban. (%)	TGCA (%a.a.)		
	Urbana	Rural	Total		Urbana	Rural	Total
2000	75.024	2.890	77.914	96,29	-	-	1,17
2010	80.135	2.363	82.498	97,14	0,66	-1,99	0,57
2021	84.852	2.100	86.952	97,58	0,52	-1,07	0,48

Fonte: Fundação SEADE, 2021.

Da análise do **Quadro 7.1** é possível observar que o município de Lorena é de porte populacional médio, com mais de 50 mil habitantes, e possui dinâmica de crescimento positiva. Em decorrência do processo de evasão da população do campo, a taxa de urbanização do município de Lorena aumentou de 96,29% em 2000 para 97,58% em 2021.

#### 7.1.2 Projeções de População e de Domicílios

As projeções populacionais e de domicílios adotadas no presente estudo foram baseadas no estudo “Projeção da População e dos Domicílios para os Municípios do Estado de São Paulo”, desenvolvido pela Fundação SEADE para a Superintendência de Planejamento Integrado da SABESP, que teve como objetivo a elaboração de projeções de população e domicílios para todos os municípios do Estado de São Paulo e distritos da capital, entre os anos de 2010 e 2050.



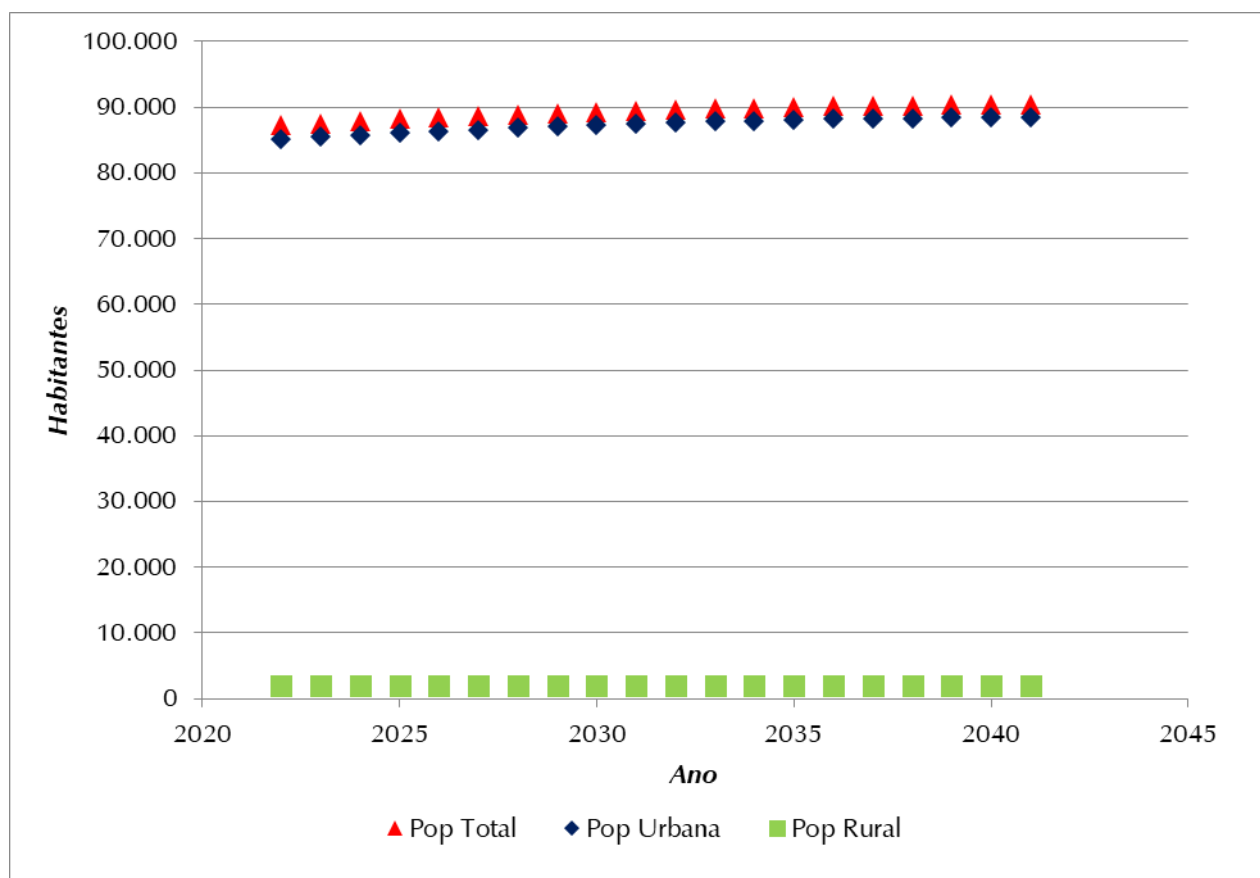
Estas projeções consideraram três cenários alternativos de crescimento populacional de acordo com o comportamento possível das variáveis demográficas no futuro: Cenário Recomendado, Limite Inferior e Limite Superior. Analisando tais cenários em confronto com as projeções realizadas pelo IBGE, optou-se pela adoção da projeção relativa ao Cenário Recomendado.

As projeções da Fundação SEADE e sua extensão até 2041 – horizonte deste plano, para o município de Lorena, estão reproduzidas no **Quadro 7.2** e na **Figura 7.1**, permitindo visualizar a aderência dessas projeções à tendência histórica.

**QUADRO 7.2 - PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO TOTAL – 2000 A 2041**

Município	População Residente (hab.)		População Projetada (hab.)	
	2000	2010	2020	2041
Lorena	77.914	82.498	86.639	90.451

Fonte: Fundação SEADE, 2021.



**Figura 7.1 - Evolução da População– 2022-2041**

A desagregação da população projetada segundo a situação do domicílio foi realizada pela Fundação SEADE mediante a aplicação de função logística aos dados referentes à proporção de população rural sobre a população total registrada nos últimos censos. A população rural resultou da aplicação da série assim projetada aos valores da população total e a população urbana, da diferença entre população total e população rural. A Fundação SEADE apresenta essa desagregação somente para o Cenário Recomendado. Os resultados dos cálculos estão apresentados no **Quadro 7.3**.

**QUADRO 7.3 – PROJEÇÃO POPULACIONAL (2022 A 2041)**

<i>Ano</i>	<i>População Total</i>	<i>População Urbana</i>	<i>População Rural</i>	<i>% Urbanização</i>
2022	87.266	85.181	2.085	97,61%
2023	87.582	85.510	2.072	97,63%
2024	87.899	85.840	2.059	97,66%
2025	88.217	86.169	2.048	97,68%
2026	88.428	86.393	2.035	97,70%
2027	88.639	86.615	2.024	97,72%
2028	88.852	86.838	2.014	97,73%
2029	89.064	87.060	2.004	97,75%
2030	89.277	87.281	1.996	97,76%
2031	89.442	87.455	1.987	97,78%
2032	89.607	87.627	1.980	97,79%
2033	89.773	87.801	1.972	97,80%
2034	89.938	87.972	1.966	97,81%
2035	90.104	88.144	1.960	97,82%
2036	90.171	88.218	1.953	97,83%
2037	90.238	88.292	1.946	97,84%
2038	90.305	88.365	1.940	97,85%
2039	90.372	88.437	1.935	97,86%
2040	90.439	88.510	1.929	97,87%
2041	90.451	88.527	1.924	97,87%

Fundação SEADE, 2021.

A perspectiva de evolução da população total do município é de crescimento, havendo previsão de aumento populacional na área urbana, que passaria de 85.181 habitantes em 2022 para 88.527 habitantes em 2041, ou seja, um aumento de cerca de 3,9%. Já a população rural sofreria uma redução de 7,7%, passando de 2.085 habitantes em 2022 para 1.924 habitantes em 2041.

### **7.1.3 Projeções de População e de Domicílios Relativos à Área de Planejamento**

A projeção dos domicílios totais foi elaborada pela Fundação SEADE com base na hipótese de que a relação entre domicílios ocupados e domicílios totais se manterá constante ao longo do período de projeto e igual àquela registrada em 2010.

Os resultados dessa projeção populacional da área de planejamento são apresentados nos Quadros 7.4 e 7.5.

**QUADRO 7.4 - PROJEÇÃO DO NÚMERO DE DOMICÍLIOS NA ÁREA URBANA**

Ano	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	Domicílios	
			Ocupados	Totais
2022	87.266	85.181	28.823	31.455
2023	87.582	85.510	29.149	31.815
2024	87.899	85.840	29.479	32.179
2025	88.217	86.169	29.813	32.548
2026	88.428	86.393	30.077	32.840
2027	88.639	86.615	30.343	33.133
2028	88.852	86.838	30.610	33.428
2029	89.064	87.060	30.880	33.726
2030	89.277	87.281	31.150	34.024
2031	89.442	87.455	31.371	34.268
2032	89.607	87.627	31.593	34.512
2033	89.773	87.801	31.816	34.759
2034	89.938	87.972	32.041	35.007
2035	90.104	88.144	32.267	35.255
2036	90.171	88.218	32.438	35.444
2037	90.238	88.292	32.610	35.635
2038	90.305	88.365	32.783	35.826
2039	90.372	88.437	32.957	36.017
2040	90.439	88.510	33.133	36.211
2041	90.451	88.527	33.268	36.360

Fonte: Fundação SEADE, 2021.

**QUADRO 7.5 - PROJEÇÃO DO NÚMERO DE DOMICÍLIOS NA ÁREA RURAL**

Ano	População Total (hab.)	População Rural (hab.)	Número de Domicílios Rural	
			Ocupados	Totais
2022	87.266	2.085	658	1.145
2023	87.582	2.072	659	1.146
2024	87.899	2.059	660	1.148
2025	88.217	2.048	661	1.150
2026	88.428	2.035	661	1.150
2027	88.639	2.024	661	1.151
2028	88.852	2.014	662	1.152
2029	89.064	2.004	663	1.154
2030	89.277	1.996	665	1.156
2031	89.442	1.987	665	1.157
2032	89.607	1.980	666	1.159
2033	89.773	1.972	667	1.160
2034	89.938	1.966	668	1.162
2035	90.104	1.960	669	1.165
2036	90.171	1.953	670	1.166
2037	90.238	1.946	671	1.167
2038	90.305	1.940	672	1.168
2039	90.372	1.935	673	1.170
2040	90.439	1.929	674	1.172
2041	90.451	1.924	675	1.174

Fonte: Fundação SEADE, 2021.

#### **7.1.4 Estimativa de Domicílios em Aglomerados Rurais**

Inicialmente foram identificados e delimitados os aglomerados rurais com base em imagens de satélite recentes, datadas de 2020 e classificadas em baixa, média e alta densidade.

Para estimar os domicílios das áreas rurais foram assumidos os setores censitários como unidades geográficas de referência por representarem as menores unidades geográficas político-administrativas existentes no município. Entretanto, os dados do último Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010, estão bastante desatualizados, não correspondendo à realidade atual.

Desta forma, para estimar o número atual de domicílios em bairros rurais foram adotados os seguintes dados oficiais:

✓ População rural: Sistema de Projeções Populacionais – Fundação SEADE, 2019.

Vale ressaltar que estas informações são disponibilizadas para a área rural do município como um todo, sem levar em consideração a distribuição espacial.

A metodologia utilizada seguiu as seguintes premissas:

- a) Para garantir maior aderência à densidade demográfica, já registrada no Censo Demográfico (2010), foi aplicada a projeção da população rural para 2019 (Fundação SEADE) nos setores censitários.
- b) Para estimar o número de domicílios em cada aglomerado rural, os domicílios foram distribuídos proporcionalmente à sua área territorial, e em função da tipologia de densidade demográfica identificada pela imagem de satélite (baixa densidade - peso 1; média densidade – peso 2; e alta densidade – peso 3).

A partir da aplicação da metodologia, obtiveram-se os valores de domicílios estimados para os aglomerados rurais isolados. Para validá-los, os resultados obtidos em municípios com sistemas na área rural operados pela SABESP foram comparados com o número de economias disponibilizado pela operadora, também referente a 2019.

## **7.2 ESTUDO DE DEMANDAS**

### **7.2.1 Definição das Áreas Atendidas por Soluções Coletivas e Individuais**

Para determinar as ações necessárias para atingir a meta de 99,0% de atendimento com abastecimento de água, estabelecida pela Lei nº 14.026/20 – Marco Legal do Saneamento Básico, utilizaram-se as seguintes premissas:

- ✓ Manutenção de sistemas de abastecimento de água existentes operados pela SABESP, independentemente do número de domicílios e densidade demográfica;
- ✓ Adoção de soluções coletivas em aglomerados rurais com mais de 100 domicílios;

- ✓ Adoção de soluções coletivas em aglomerados rurais com 80 ou mais domicílios e com densidade demográfica superior a 30 hab/ha;
- ✓ Adoção de soluções individuais em áreas de baixa densidade demográfica (inferior a 30 hab/ha) e com menos de 100 domicílios ou áreas adensadas (densidade demográfica superior a 30 hab/ha), porém com menos de 80 domicílios.

Lorena possui poucos aglomerados rurais, conforme apresentado na **Figura 3.1**. O maior aglomerado identificado é o do Bairro do Campinho, com 165 domicílios. Segundo informações do GEL do município, este bairro contava, em 2021, com 82 domicílios ligados à rede de abastecimento de água do Sistema D. Assim, o atendimento deste bairro, que se encontrava em 49,7% em 2021, foi considerado na projeção de demandas do Sistema D.

Os demais aglomerados rurais de Lorena apresentam densidade demográfica inferior a 30 habitantes/ha ou número de domicílios inferior a 80. Assim, para a população rural sem atendimento por rede geral ou por soluções individuais, serão utilizadas soluções individuais, visando à universalização. Destaca-se que o bairro rural Santa Lucrecia possui, segundo informações do GEL, cerca de 50 domicílios, ou seja, não atende às premissas apresentadas para instalação de sistema de abastecimento de água.

As etapas de planejamento abrangem todo o horizonte do Plano de 2022 a 2041, porém são norteadas pela meta de universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água no município, estabelecida para o ano de 2033 pelo Marco Legal do Saneamento Básico, Lei nº 14.026/20. O planejamento será realizado considerando propostas de caráter emergenciais, de curto, médio e longo prazo, conforme exposto a seguir:

- ✓ 2020 a 2022 – elaboração dos planos municipais;
- ✓ 2022 até o final de 2026 – obras emergenciais e de curto prazo;
- ✓ 2027 até o final de 2031 – obras de médio prazo;
- ✓ 2032 até o final de 2041 – obras de longo prazo.

## **7.2.2 Sistema de Abastecimento de Água – Soluções Coletivas**

### *7.2.2.1 Áreas do Município Sujeitas ao Abastecimento Público*

A SABESP é responsável pelo atendimento da Sede Urbana do município e pelo Bairro do Campinho, localizado na área rural, conforme setores censitários do Censo 2010. Portanto, para o estudo de demandas, foi considerada a população urbana residente desta localidade.

As parcelas de atendimento da população urbana e rural correspondentes a cada sistema foram determinadas em função do número de economias atendidas. Assim, cada sistema atende às seguintes porcentagens da população urbana e rural do município:

- ✓ Sistema A: 35,4% da população urbana;
- ✓ Sistema B: 33,9% da população urbana;

- ✓ Sistema C: 29,5% da população urbana;
- ✓ Sistema D: 1,2% da população urbana e 25,1% da população rural, correspondente ao Bairro do Campinho.

#### 7.2.2.2 Critérios e Parâmetros de Planejamento

Para o presente estudo foram adotados critérios e parâmetros usualmente empregados em estudos de abastecimento público de água, adequados às particularidades de cada área observada. Na sua definição foram consideradas a legislação pertinente, as normas da ABNT e bibliografia especializada, os dados coletados junto à SABESP e as informações disponíveis em sites oficiais.

##### ✓ **Cota Per Capita de Água**

As projeções da demanda de água para o abastecimento público urbano no município foram estabelecidas aplicando-se os coeficientes *per capita* obtidos para as populações atuais e projetados para o horizonte de planejamento de 20 anos. O consumo *per capita* micromedido no município foi obtido junto ao operador a partir da relação entre o volume micromedido e a população abastecida. Assim, obteve-se seguinte cota *per capita* para os sistemas de abastecimento de água de Lorena:

- ✧ Sistema A – 158 L/hab.dia;
- ✧ Sistema B – 154 L/hab.dia;
- ✧ Sistema C – 161 L/hab.dia;
- ✧ Sistema D – 127 L/hab.dia.

##### ✓ **Coefficientes de Majoração de Vazão**

Os coeficientes de majoração de vazão correspondem ao coeficiente do dia de maior consumo - K1 e ao coeficiente da hora de maior consumo - K2.

Os coeficientes são definidos de acordo com a Norma Brasileira (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 12.211/1992 (Estudo de Concepção de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água), como:

- ✧ K1 - relação entre o maior consumo diário, verificado no período de um ano, e o consumo médio diário, nesse mesmo período;
- ✧ K2 - relação entre a vazão máxima horária e a vazão média do dia de maior consumo.

Assim, foram adotados para os coeficientes K1 e K2 valores conservadores comumente empregados em projetos de sistemas de abastecimento de água, a saber:  $K1 = 1,20$  e  $K2 = 1,50$ .

### ✓ **Metas de Atendimento**

O sistema de abastecimento de água de Lorena apresenta índice de atendimento urbano, a partir da rede pública, de 100% - IN023 (SNIS, 2020), acima da meta de 99,0%, preconizada pela Lei nº 14.026/20 – Marco Legal do Saneamento Básico, que deveria ser atingida em 2033. Portanto, foi adotado que o índice de atendimento será constante ao longo do horizonte de planejamento. Esse índice foi utilizado para os quatro sistemas operados pela SABESP.

Conforme informações do GEL, em 2021, cerca de 82 ligações do Bairro Campinho, do total de 165 domicílios, já estavam conectadas à rede. Assim, para o atendimento do Bairro do Campinho foi considerado atendimento igual a 49,7% em 2021, conforme informações do GEL do município. O atendimento é crescente até atingir 99% em 2033.

### ✓ **Estimativa do Consumo dos Grandes Consumidores**

Em Lorena foi considerado que o consumo das indústrias ligadas à rede pública de abastecimento de água está refletido no volume micromedido informado pela SABESP, utilizado no cálculo do consumo *per capita*. Além disso, existem indústrias com sistema de abastecimento próprio ou que podem ser abastecidas tanto pela rede pública quanto por sistema próprio. O valor do consumo neste último caso também está refletido no valor micromedido informado pela SABESP.

### ✓ **Metas para Redução de Perdas**

As metas de perdas foram estabelecidas pela prestadora de serviços após análise dos seguintes parâmetros: índice de perdas na distribuição atual, metas estabelecidas no Contrato de Programa, Nível Econômico de Perdas (NEP) e a Portaria MDR nº 490/2021.

#### ✧ Índice de Perdas Atual

Para o índice de perdas atual do município foi utilizado o valor de 207 L/lig.dia, disponibilizado pela SABESP em 2021, referente ao ano de 2020.

#### ✧ Meta para redução das perdas do contrato de programa

As metas de perdas na distribuição encontram-se apresentadas no Anexo Metas de Atendimento e Qualidade dos Serviços do Contrato de Programa firmando entre o município e a SABESP (**Quadro 2.3**).

#### ✧ NEP (Nível Econômico de Perdas)

O NEP é definido pela SABESP como o valor a partir do qual o benefício de evitar as perdas supera os custos de combatê-las. Em termos de perdas reais, é quando a soma dos custos de produção, expansão e pesquisa e reparo de vazamentos é mínima. Já para perdas aparentes, é quando a diferença entre a receita e os custos com programas de substituição de hidrômetros são máximos (ARSESP, 2020).

Considerado como referência, o NEP do município é de 167 L/lig.dia.

✧ Portaria MDR nº 490/2021

Um dos temas em destaque no Novo Marco Legal, as perdas de água potável no abastecimento são objeto da Portaria MDR nº 490 de 23/03/2021 que “Estabelece os procedimentos gerais para o cumprimento do disposto no inciso IV do caput do art. 50 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e no inciso IV do caput do art. 4º do Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020”.

Destacam-se a seguir os artigos dessa Portaria que estabelecem critérios para a definição das metas do Índice de Perdas.

*Art. 1º A alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União ficam condicionados ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição, nos termos desta Portaria.*

*Art. 2º Para fins de comprovação do cumprimento do índice de perda de água na distribuição, devem ser adotados os seguintes indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS):*

*I - IN049: índice de perdas na distribuição, medido em percentual; e*

*II - IN051: índice de perdas por ligação, medido em litros/ligação/dia.*

*Art. 3º Para atendimento à condição estabelecida no caput do art. 1º, em cada município a ser beneficiado os valores dos indicadores devem ser menores ou iguais à seguinte proporção do índice médio nacional da última atualização da base de dados do SNIS:*

*I - 100% nos anos de 2021 e 2022;*

*II - 95% nos anos de 2023 e 2024;*

*III - 90% nos anos de 2025 e 2026;*

*IV - 85% nos anos de 2027 e 2028;*

*V - 80% nos anos de 2029 e 2030;*

*VI - 75% nos anos de 2031 e 2032;*

*VII - 70% no ano de 2033; e*

*VIII - 65% a partir do ano de 2034.*

*§ 1º Os valores previstos no caput ficam limitados ao mínimo de 25% para o IN049 - índice de perdas na distribuição e de 216,0 litros/ligação/dia para o IN051 - Índice de Perdas por ligação.*

No caso de Lorena, como os valores de perdas atuais, contratuais e do NEP estão abaixo do limite mínimo estabelecido na Portaria MDR nº 490/2021 (216 L/lig.dia), estabeleceu-se como meta o valor previsto do Contrato de Programa, igual a 170 L/lig.dia, conforme apresentado no **Quadro 7.6**.

**QUADRO 7.6 – PROJEÇÃO DO ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE LORENA**

<i>Ano</i>	<i>Perdas (L/lig.dia)</i>	<i>Ano</i>	<i>Perdas (L/lig.dia)</i>
2020	207	2031	176
2021	204	2032	173
2022	201	2033	170
2023	198	2034	170
2024	196	2035	170
2025	193	2036	170
2026	190	2037	170
2027	187	2038	170



Ano	Perdas (L/lig.dia)	Ano	Perdas (L/lig.dia)
2028	184	2039	170
2029	181	2040	170
2030	179	2041	170

✓ **Estimativa da Evolução de Implantação de Rede de Água**

Admitiu-se, para efeito de estimativa da evolução de implantação de rede de água, que toda a área considerada possui rede de distribuição em sua maior parte, devendo haver, no entanto, novas implantações com o crescimento vegetativo da população. Para isso, foi utilizado o indicador de extensão de rede de água por ligação, que apresentou os seguintes valores para cada sistema:

- ✧ Sistema A – 8,7 m/lig;
- ✧ Sistema B – 5,4 m/lig;
- ✧ Sistema C – 7,9 m/lig;
- ✧ Sistema D – 11,9 m/lig.

7.2.2.3 *Estimativa de Demandas – Sistema de Abastecimento de Água A*

A estimativa de demandas considerou a cota *per capita* atual, o índice de atendimento à população pelo serviço de abastecimento de água e a projeção populacional ao longo do horizonte de planejamento de 20 anos.

Dessa forma, para o cálculo foram consideradas as seguintes premissas:

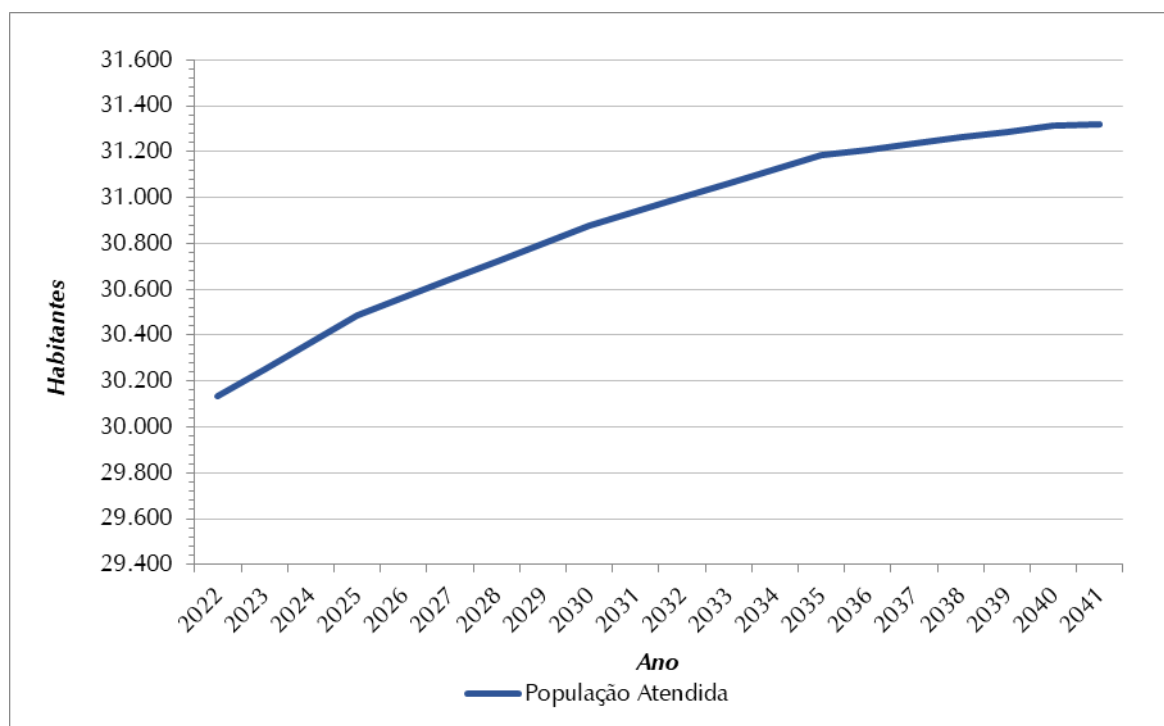
- ✓ O SAA A é responsável pelo atendimento de 35,4% da população urbana de Lorena;
- ✓ O índice de abastecimento é de 100% da população atendida;
- ✓ Cota *per capita* atual de 158 L/hab.dia;
- ✓ Redução do índice de perdas, iniciando em 207 L/lig.dia até 170 L/lig.dia em 2033, mantendo-se constante após esse período;
- ✓ 10.561 ligações ativas em 2019;
- ✓ Extensão de rede de 91,5 km em 2019.

Encontram-se apresentadas, no **Quadro 7.7**, as demandas para o SAA A de Lorena.

QUADRO 7.7 – ESTIMATIVA DOS CONSUMOS E VAZÕES DISTRIBUÍDAS DE ÁGUA – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A

Ano	População (Urbana) (hab.)	% de Atendimento	População Abastecida (hab.)	Nº de Ligações Ativas	Nº de Ligações a Implantar	Consumo Parcial			Vazão de Perdas (L/s)	Vazão Distribuída			V reservação Necessário (m³)	Extensão de Rede (km)	Extensão de Rede a implantar (km)
						Doméstico (L/s)				Doméstica+Perdas (L/s)					
						Q,média	Q,máx.dia	Q,máx.hora		Q,média	Q,máx.dia	Q,máx.hora			
2022	30.135	100%	30.135	10.696	-	55,11	66,13	99,20	24,88	79,99	91,01	124,08	2.621,00	92,67	-
2023	30.251	100%	30.251	10.737	41	55,32	66,38	99,57	24,61	79,93	90,99	124,18	2.621,00	93,02	0,36
2024	30.368	100%	30.368	10.779	42	55,53	66,64	99,96	24,45	79,98	91,09	124,41	2.623,00	93,39	0,36
2025	30.485	100%	30.485	10.820	41	55,75	66,90	100,35	24,17	79,92	91,07	124,52	2.623,00	93,74	0,36
2026	30.564	100%	30.564	10.849	29	55,89	67,07	100,61	23,86	79,75	90,93	124,47	2.619,00	94,00	0,25
2027	30.642	100%	30.642	10.876	27	56,04	67,25	100,88	23,54	79,58	90,79	124,42	2.615,00	94,23	0,23
2028	30.721	100%	30.721	10.904	28	56,18	67,42	101,13	23,22	79,40	90,64	124,35	2.610,00	94,47	0,24
2029	30.800	100%	30.800	10.932	28	56,32	67,58	101,37	22,90	79,22	90,48	124,27	2.606,00	94,71	0,24
2030	30.878	100%	30.878	10.960	28	56,47	67,76	101,64	22,71	79,18	90,47	124,35	2.606,00	94,96	0,24
2031	30.940	100%	30.940	10.982	22	56,58	67,90	101,85	22,37	78,95	90,27	124,22	2.600,00	95,15	0,19
2032	31.000	100%	31.000	11.003	21	56,69	68,03	102,05	22,03	78,72	90,06	124,08	2.594,00	95,33	0,18
2033	31.062	100%	31.062	11.025	22	56,80	68,16	102,24	21,69	78,49	89,85	123,93	2.588,00	95,52	0,19
2034	31.122	100%	31.122	11.047	22	56,91	68,29	102,44	21,74	78,65	90,03	124,18	2.593,00	95,71	0,19
2035	31.183	100%	31.183	11.068	21	57,02	68,42	102,63	21,78	78,80	90,20	124,41	2.598,00	95,89	0,18
2036	31.209	100%	31.209	11.077	9	57,07	68,48	102,72	21,80	78,87	90,28	124,52	2.600,00	95,97	0,08
2037	31.236	100%	31.236	11.087	10	57,12	68,54	102,81	21,81	78,93	90,35	124,62	2.602,00	96,06	0,09
2038	31.261	100%	31.261	11.096	9	57,17	68,60	102,90	21,83	79,00	90,43	124,73	2.604,00	96,14	0,08
2039	31.287	100%	31.287	11.105	9	57,21	68,65	102,98	21,85	79,06	90,50	124,83	2.606,00	96,21	0,08
2040	31.313	100%	31.313	11.114	9	57,26	68,71	103,07	21,87	79,13	90,58	124,94	2.609,00	96,29	0,08
2041	31.319	100%	31.319	11.116	2	57,27	68,72	103,08	21,87	79,14	90,59	124,95	2.609,00	96,31	0,02

Para melhor visualização, apresenta-se, na **Figura 7.2**, a evolução da população total atendida ao longo do período de planejamento.



**Figura 7.2 – Evolução da População Atendida (hab.)**

Considerando-se o SAA A, a análise dos dados permite concluir que:

- ✓ A população atendida passará de 30.135 habitantes (ano de 2022) para 31.319 habitantes no final de plano em 2041, um aumento de 3,9% (1.184 habitantes). Observa-se que esse aumento está diretamente associado ao crescimento populacional;
- ✓ A maior demanda máxima diária prevista é de 91,09 L/s e ocorre no ano de 2024, havendo decréscimo de 0,5% até final de plano (90,59 L/s em 2041). O decréscimo observado é devido à redução do índice de perdas na distribuição;
- ✓ O máximo volume total de reservação necessário para atender a maior demanda máxima diária (2024) deverá ser 2.623 m<sup>3</sup>.

#### 7.2.2.4 Estimativa de Demandas – Sistema de Abastecimento de Água B

A estimativa de demandas considerou a cota *per capita* atual, o índice de atendimento à população pelo serviço de abastecimento de água e a projeção populacional ao longo do horizonte de planejamento de 20 anos.

Dessa forma, para o cálculo foram consideradas as seguintes premissas:

- ✓ O SAA B é responsável pelo atendimento de 33,9% da população urbana;
- ✓ O índice de abastecimento é de 100% da população urbana atendida.;
- ✓ Cota *per capita* atual de 154 L/hab.dia;

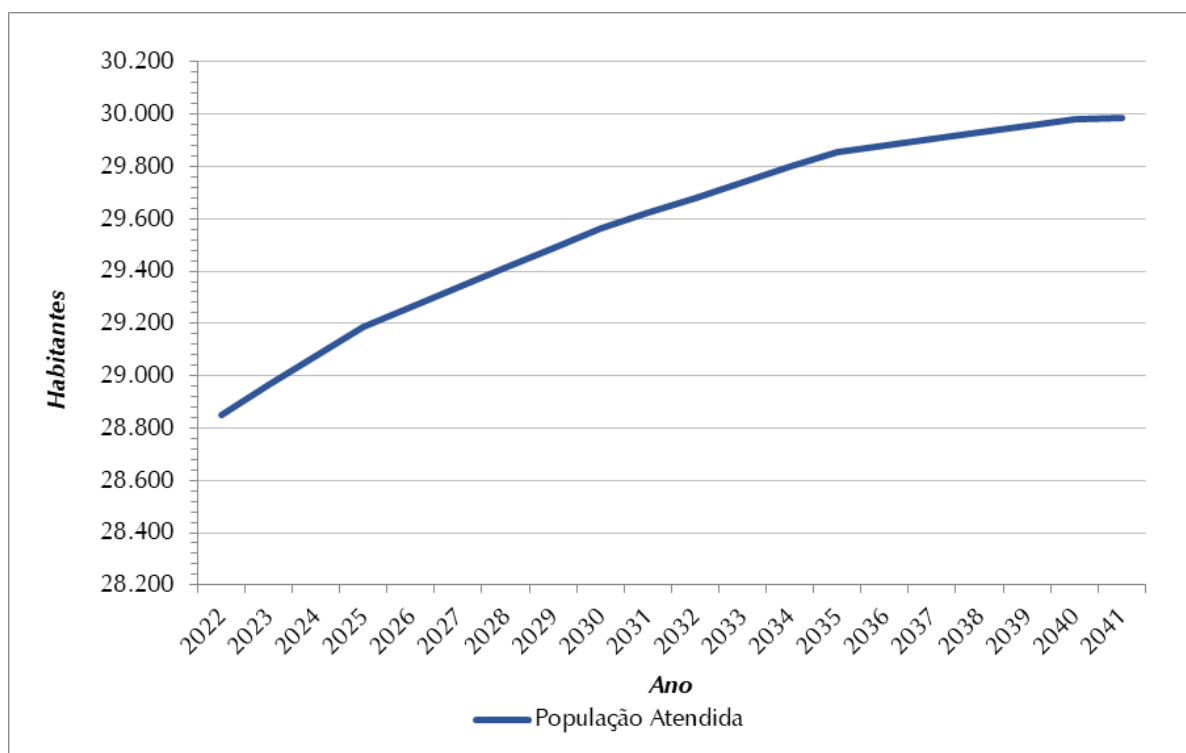
- ✓ Redução do índice de perdas, iniciando em 207 L/lig.dia até 170 L/lig.dia em 2033, mantendo-se constante após esse período;
- ✓ 10.389 ligações ativas em 2019;
- ✓ Extensão de rede de 56,4 km em 2019.

Encontram-se apresentadas, no **Quadro 7.8**, as demandas para o SAA B de Lorena.

QUADRO 7.8 – ESTIMATIVA DOS CONSUMOS E VAZÕES DISTRIBUÍDAS DE ÁGUA – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA B

Ano	População (Urbana) (hab.)	% de Atendimento	População Abastecida (hab.)	Nº de Ligações Ativas	Nº de Ligações a Implantar	Consumo Parcial			Vazão de Perdas (L/s)	Vazão Distribuída			V reservação Necessário (m³)	Extensão de Rede (km)	Extensão de Rede a implantar (km)
						Doméstico (L/s)				Doméstica+Perdas (L/s)					
						Q,média	Q,máx.dia	Q,máx.hora		Q,média	Q,máx.dia	Q,máx.hora			
2022	28.852	100%	28.852	10.522	-	51,43	61,72	92,58	24,48	75,91	86,20	117,06	2.483,00	57,12	-
2023	28.964	100%	28.964	10.563	41	51,63	61,96	92,94	24,21	75,84	86,17	117,15	2.482,00	57,34	0,22
2024	29.076	100%	29.076	10.603	40	51,83	62,20	93,30	24,05	75,88	86,25	117,35	2.484,00	57,56	0,22
2025	29.187	100%	29.187	10.644	41	52,02	62,42	93,63	23,78	75,80	86,20	117,41	2.483,00	57,78	0,22
2026	29.263	100%	29.263	10.672	28	52,16	62,59	93,89	23,47	75,63	86,06	117,36	2.479,00	57,94	0,15
2027	29.338	100%	29.338	10.699	27	52,29	62,75	94,13	23,16	75,45	85,91	117,29	2.474,00	58,08	0,15
2028	29.414	100%	29.414	10.727	28	52,43	62,92	94,38	22,84	75,27	85,76	117,22	2.470,00	58,23	0,15
2029	29.489	100%	29.489	10.754	27	52,56	63,07	94,61	22,53	75,09	85,60	117,14	2.465,00	58,38	0,15
2030	29.564	100%	29.564	10.781	27	52,70	63,24	94,86	22,34	75,04	85,58	117,20	2.465,00	58,53	0,15
2031	29.623	100%	29.623	10.803	22	52,80	63,36	95,04	22,01	74,81	85,37	117,05	2.459,00	58,65	0,12
2032	29.681	100%	29.681	10.824	21	52,90	63,48	95,22	21,67	74,57	85,15	116,89	2.452,00	58,76	0,11
2033	29.740	100%	29.740	10.846	22	53,01	63,61	95,42	21,34	74,35	84,95	116,76	2.447,00	58,88	0,12
2034	29.798	100%	29.798	10.867	21	53,11	63,73	95,60	21,38	74,49	85,11	116,98	2.451,00	58,99	0,11
2035	29.856	100%	29.856	10.888	21	53,22	63,86	95,79	21,42	74,64	85,28	117,21	2.456,00	59,11	0,11
2036	29.881	100%	29.881	10.897	9	53,26	63,91	95,87	21,44	74,70	85,35	117,31	2.458,00	59,16	0,05
2037	29.906	100%	29.906	10.906	9	53,30	63,96	95,94	21,46	74,76	85,42	117,40	2.460,00	59,21	0,05
2038	29.931	100%	29.931	10.915	9	53,35	64,02	96,03	21,48	74,83	85,50	117,51	2.462,00	59,26	0,05
2039	29.955	100%	29.955	10.924	9	53,39	64,07	96,11	21,49	74,88	85,56	117,60	2.464,00	59,30	0,05
2040	29.980	100%	29.980	10.933	9	53,44	64,13	96,20	21,51	74,95	85,64	117,71	2.466,00	59,35	0,05
2041	29.986	100%	29.986	10.935	2	53,45	64,14	96,21	21,52	74,97	85,66	117,73	2.467,00	59,36	0,01

Para melhor visualização, apresenta-se, na **Figura 7.3**, a evolução da população total atendida ao longo do período de planejamento.



**Figura 7.3 – Evolução da População Atendida (hab.)**

Considerando-se o SAA B, a análise dos dados permite concluir que:

- ✓ A população atendida passará de 28.852 habitantes (ano de 2022) para 29.986 habitantes no final de plano em 2041, um aumento de 3,9% (1.134 habitantes). Observa-se que esse aumento está diretamente associado ao crescimento populacional;
- ✓ A maior demanda máxima diária prevista é de 86,25 L/s e ocorre em 2024;
- ✓ O volume total de reservação necessário para atender a maior demanda máxima diária (2024) é de 2.484 m<sup>3</sup>.

#### 7.2.2.5 Estimativa de Demandas – Sistema de Abastecimento de Água C

A estimativa de demandas considerou a cota *per capita* atual, o índice de atendimento à população pelo serviço de abastecimento de água e a projeção populacional ao longo do horizonte de planejamento de 20 anos.

Dessa forma, para o cálculo foram consideradas as seguintes premissas:

- ✓ O SAA C é responsável pelo atendimento de 29,5% da população urbana de Lorena;
- ✓ O índice de abastecimento é de 100% da população atendida;
- ✓ Cota *per capita* atual de 161 L/hab.dia;

- ✓ Redução do índice de perdas, iniciando em 207 L/lig.dia até 170 L/lig.dia em 2033, mantendo-se constante após esse período;
- ✓ 9.487 ligações ativas em 2019;
- ✓ Extensão de rede de 74,5 km em 2019.

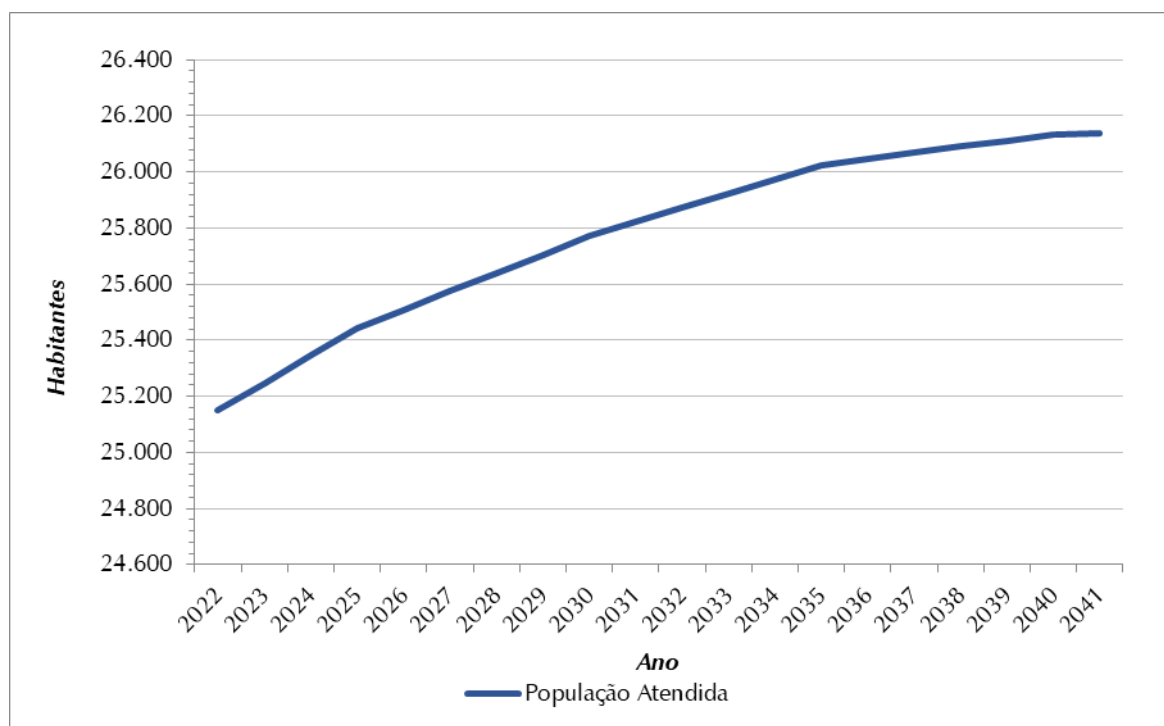
Encontram-se apresentadas, no **Quadro 7.9**, as demandas para o SAA C de Lorena.

QUADRO 7.9 – ESTIMATIVA DOS CONSUMOS E VAZÕES DISTRIBUÍDAS DE ÁGUA – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA C

Ano	População (Urbana) (hab.)	% de Atendimento	População Abastecida (hab.)	Nº de Ligações Ativas	Nº de Ligações a Implantar	Consumo Parcial			Vazão de Perdas (L/s)	Vazão Distribuída			V reservação Necessário (m³)	Extensão de Rede (km)	Extensão de Rede a implantar (km)
						Doméstico (L/s)				Doméstica+Perdas (L/s)					
						Q,média	Q,máx.dia	Q,máx.hora		Q,média	Q,máx.dia	Q,máx.hora			
2022	25.151	100%	25.151	9.608	-	46,87	56,24	84,36	22,35	69,22	78,59	106,71	2.263,00	75,45	-
2023	25.248	100%	25.248	9.646	38	47,05	56,46	84,69	22,11	69,16	78,57	106,80	2.263,00	75,75	0,30
2024	25.345	100%	25.345	9.683	37	47,23	56,68	85,02	21,97	69,20	78,65	106,99	2.265,00	76,04	0,29
2025	25.442	100%	25.442	9.720	37	47,41	56,89	85,34	21,71	69,12	78,60	107,05	2.264,00	76,33	0,29
2026	25.509	100%	25.509	9.745	25	47,53	57,04	85,56	21,43	68,96	78,47	106,99	2.260,00	76,53	0,20
2027	25.574	100%	25.574	9.770	25	47,66	57,19	85,79	21,15	68,81	78,34	106,94	2.256,00	76,72	0,20
2028	25.640	100%	25.640	9.795	25	47,78	57,34	86,01	20,86	68,64	78,20	106,87	2.252,00	76,92	0,20
2029	25.706	100%	25.706	9.821	26	47,90	57,48	86,22	20,57	68,47	78,05	106,79	2.248,00	77,12	0,20
2030	25.771	100%	25.771	9.845	24	48,02	57,62	86,43	20,40	68,42	78,02	106,83	2.247,00	77,31	0,19
2031	25.822	100%	25.822	9.865	20	48,12	57,74	86,61	20,10	68,22	77,84	106,71	2.242,00	77,47	0,16
2032	25.873	100%	25.873	9.884	19	48,21	57,85	86,78	19,79	68,00	77,64	106,57	2.236,00	77,62	0,15
2033	25.924	100%	25.924	9.904	20	48,31	57,97	86,96	19,49	67,80	77,46	106,45	2.231,00	77,77	0,16
2034	25.975	100%	25.975	9.923	19	48,40	58,08	87,12	19,52	67,92	77,60	106,64	2.235,00	77,92	0,15
2035	26.026	100%	26.026	9.943	20	48,50	58,20	87,30	19,56	68,06	77,76	106,86	2.239,00	78,08	0,16
2036	26.047	100%	26.047	9.951	8	48,54	58,25	87,38	19,58	68,12	77,83	106,96	2.242,00	78,14	0,06
2037	26.069	100%	26.069	9.959	8	48,58	58,30	87,45	19,60	68,18	77,90	107,05	2.244,00	78,21	0,06
2038	26.091	100%	26.091	9.968	9	48,62	58,34	87,51	19,61	68,23	77,95	107,12	2.245,00	78,28	0,07
2039	26.112	100%	26.112	9.976	8	48,66	58,39	87,59	19,63	68,29	78,02	107,22	2.247,00	78,34	0,06
2040	26.134	100%	26.134	9.984	8	48,70	58,44	87,66	19,64	68,34	78,08	107,30	2.249,00	78,40	0,06
2041	26.139	100%	26.139	9.986	2	48,71	58,45	87,68	19,65	68,36	78,10	107,33	2.249,00	78,42	0,02



Para melhor visualização, apresenta-se, na **Figura 7.4**, a evolução da população total atendida ao longo do período de planejamento.



**Figura 7.4 – Evolução da População Atendida (hab.)**

Considerando-se o SAA C, a análise dos dados permite concluir que:

- ✓ A população atendida passará de 25.151 habitantes (ano de 2022) para 26.139 habitantes no final de plano em 2041, um aumento de 3,9% (988 habitantes). Observa-se que esse aumento está diretamente associado ao acréscimo populacional;
- ✓ A maior demanda máxima diária prevista é de 78,65 L/s e ocorre no ano de 2024, havendo decréscimo de 0,7% até final de plano (78,10 L/s em 2041);
- ✓ O volume total de reservação necessário para atender a maior demanda máxima diária (2024) é de 2.265 m<sup>3</sup>.

#### 7.2.2.6 Estimativa de Demandas – Sistema de Abastecimento de Água D

A estimativa de demandas considerou a cota *per capita* atual, o índice de atendimento à população pelo serviço de abastecimento de água e a projeção populacional ao longo do horizonte de planejamento de 20 anos.

Dessa forma, para o cálculo foram consideradas as seguintes premissas:

- ✓ O SAA D é responsável pelo atendimento de 1,2% da população urbana e 25,1% da população rural de Lorena (Bairro do Campinho);
- ✓ O índice de abastecimento é de 100% da população atendida. Para a população rural, o atendimento é de 49,7% em 2021, crescente até 99% em 2033;

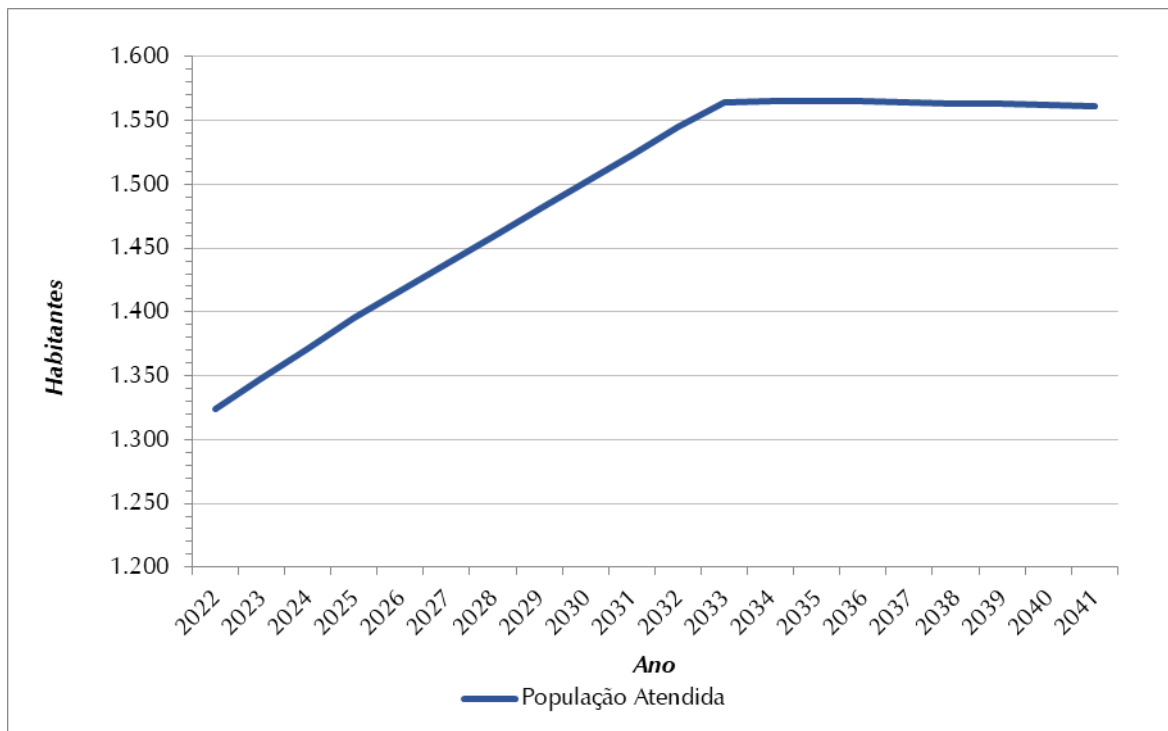
- ✓ Cota *per capita* atual de 127 L/hab.dia;
- ✓ Redução do índice de perdas, iniciando em 207 L/lig.dia até 170 L/lig.dia em 2033, mantendo-se constante após esse período;
- ✓ 396 ligações ativas em 2019;
- ✓ Extensão de rede de 4,7 km em 2019.

Encontram-se apresentadas, no **Quadro 7.10**, as demandas para o SAA D de Lorena.

**QUADRO 7.10 – ESTIMATIVA DOS CONSUMOS E VAZÕES DISTRIBUÍDAS DE ÁGUA – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA D**

Ano	População Urbana (hab.)	% de Atendimento Urbana	População Rural (hab.)	% de Atendimento Rural	População Abastecida (hab.)	Nº de Ligações Ativas	Nº de Ligações a Implantar	Consumo Parcial			Vazão de Perdas (L/s)	Vazão Distribuída			V reservação Necessário (m³)	Extensão de Rede (km)	Extensão de Rede a implantar (km)
								Doméstico (L/s)				Doméstica+Perdas (L/s)					
								Q,média	Q,máx.dia	Q,máx.hora		Q,média	Q,máx.dia	Q,máx.hora			
2022	1.043	100%	523	54%	1.324	405	-	1,95	2,34	3,51	0,94	2,89	3,28	4,45	94,00	4,81	-
2023	1.047	100%	520	58%	1.348	412	7	1,98	2,38	3,57	0,94	2,92	3,32	4,51	96,00	4,89	0,08
2024	1.051	100%	516	62%	1.371	419	7	2,02	2,42	3,63	0,95	2,97	3,37	4,58	97,00	4,97	0,08
2025	1.055	100%	514	66%	1.395	426	7	2,05	2,46	3,69	0,95	3,00	3,41	4,64	98,00	5,06	0,08
2026	1.058	100%	510	70%	1.416	433	7	2,08	2,50	3,75	0,95	3,03	3,45	4,70	99,00	5,14	0,08
2027	1.060	100%	508	74%	1.438	439	6	2,11	2,53	3,80	0,95	3,06	3,48	4,75	100,00	5,21	0,07
2028	1.063	100%	505	78%	1.459	446	7	2,14	2,57	3,86	0,95	3,09	3,52	4,81	101,00	5,29	0,08
2029	1.066	100%	503	83%	1.481	453	7	2,18	2,62	3,93	0,95	3,13	3,57	4,88	103,00	5,38	0,08
2030	1.068	100%	501	87%	1.502	459	6	2,21	2,65	3,98	0,95	3,16	3,60	4,93	104,00	5,45	0,07
2031	1.071	100%	498	91%	1.523	465	6	2,24	2,69	4,04	0,95	3,19	3,64	4,99	105,00	5,52	0,07
2032	1.073	100%	497	95%	1.545	472	7	2,27	2,72	4,08	0,95	3,22	3,67	5,03	106,00	5,60	0,08
2033	1.075	100%	494	99%	1.564	478	6	2,30	2,76	4,14	0,94	3,24	3,70	5,08	107,00	5,67	0,07
2034	1.077	100%	493	99%	1.565	478	0	2,30	2,76	4,14	0,94	3,24	3,70	5,08	107,00	5,67	0,00
2035	1.079	100%	491	99%	1.565	478	0	2,30	2,76	4,14	0,94	3,24	3,70	5,08	107,00	5,67	0,00
2036	1.080	100%	490	99%	1.565	478	0	2,30	2,76	4,14	0,94	3,24	3,70	5,08	107,00	5,67	0,00
2037	1.081	100%	488	99%	1.564	478	0	2,30	2,76	4,14	0,94	3,24	3,70	5,08	107,00	5,67	0,00
2038	1.082	100%	486	99%	1.563	478	0	2,30	2,76	4,14	0,94	3,24	3,70	5,08	107,00	5,67	0,00
2039	1.083	100%	485	99%	1.563	478	0	2,30	2,76	4,14	0,94	3,24	3,70	5,08	107,00	5,67	0,00
2040	1.083	100%	484	99%	1.562	478	0	2,30	2,76	4,14	0,94	3,24	3,70	5,08	107,00	5,67	0,00
2041	1.084	100%	482	99%	1.561	478	0	2,29	2,75	4,13	0,94	3,23	3,69	5,07	106,00	5,67	0,00

Para melhor visualização, apresenta-se, na **Figura 7.5**, a evolução da população total atendida ao longo do período de planejamento.



**Figura 7.5 – Evolução da População Atendida (hab.)**

Considerando-se o SAA D, a análise dos dados permite concluir que:

- ✓ A população atendida passará de 1.324 habitantes (ano de 2022) para 1.565 habitantes em 2034. A população atendida no final de plano (2041) é de 1.561 habitantes. Observa-se que esse aumento está diretamente associado ao crescimento populacional e aumento do índice de atendimento da área rural;
- ✓ A maior demanda máxima diária prevista é de 3,70 L/s, entre 2033 e 2041;
- ✓ O volume total de reservação necessário para atender a maior demanda máxima diária é de 107 m<sup>3</sup>.

### **7.2.3 Sistema de Abastecimento de Água – Soluções Individuais**

Em áreas de baixo adensamento populacional é usual que sejam adotadas soluções individuais para o atendimento de água, nas quais se nota um predomínio de utilização de poços e nascentes.

Conforme censo do IBGE em 2010, o município de Lorena conta com 68,9% da população rural atendida com soluções individuais consideradas adequadas, ou seja, com poços ou nascentes na propriedade.

Para o cálculo das projeções da demanda de água nas áreas rurais, a parcela da população que é atendida por rede geral (sistema de abastecimento de água) deve ser descontada. No caso do município foi descontada a população rural do bairro do Campinho, atendida pelo SAA D.

### 7.2.3.1 Critérios e Parâmetros de Planejamento

Para o presente estudo foram adotados critérios e parâmetros usualmente empregados em estudos de abastecimento público de água, adequados às particularidades de cada área observada.

#### ✓ *Cota Per Capita de Água*

As projeções da demanda de água para o atendimento da área rural do município foram estabelecidas aplicando-se o coeficiente *per capita* sugerido pela FUNASA (2019) para comunidades ainda não providas de sistema de abastecimento de água, sendo adotado o valor mínimo de 90 L/hab.dia para as populações atuais e projetados para o horizonte de planejamento de 20 anos.

#### ✓ *Metas de Atendimento*

O índice de atendimento com soluções individuais é de 68,9%, estando abaixo da meta de 99% preconizada pela Lei nº 14.026/20 – Marco Legal do Saneamento Básico, que deverá ser atingida em 2033. Dessa forma foi considerado que haverá um incremento no índice de atendimento da área rural com soluções individuais para alcançar a meta do Marco Legal do Saneamento Básico.

### 7.2.3.2 Estimativa de Demandas

A estimativa de demandas considerou a cota *per capita* atual de 90 L/hab.dia, o índice de atendimento à população de água e a projeção populacional e de domicílios ocupados ao longo do horizonte de planejamento de 20 anos, conforme apresentado no **Quadro 7.11**.

**QUADRO 7.11 - ESTIMATIVA DOS CONSUMOS E DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR ÁGUA – LORENA – ÁREA RURAL COM SOLUÇÕES INDIVIDUAIS**

Ano	População Rural a ser atendida por soluções individuais (hab.)	% de Atendimento	População Rural Atendida (hab.)	Nº de Dom. Ocupados	Nº de Dom. Ocupados Atendidos	Saldo/Déficit (Un.)	Consumo (L/s)
2022	1.562	69%	1.076	493	340	-	1,63
2023	1.552	72%	1.112	494	354	14	1,62
2024	1.542	74%	1.147	494	367	13	1,61
2025	1.534	77%	1.183	495	382	15	1,60
2026	1.524	80%	1.217	495	395	13	1,59
2027	1.516	83%	1.252	495	409	14	1,58
2028	1.508	85%	1.287	496	423	14	1,57
2029	1.501	88%	1.322	497	438	15	1,56
2030	1.495	91%	1.357	498	452	14	1,56
2031	1.488	94%	1.392	498	466	14	1,55

Ano	População Rural a ser atendida por soluções individuais (hab.)	% de Atendimento	População Rural Atendida (hab.)	Nº de Dom. Ocupados	Nº de Dom. Ocupados Atendidos	Saldo/Déficit (Un.)	Consumo (L/s)
2032	1.483	96%	1.428	499	480	14	1,54
2033	1.477	99%	1.462	500	495	15	1,54
2034	1.473	99%	1.458	500	495	0	1,53
2035	1.468	99%	1.453	501	496	1	1,53
2036	1.463	99%	1.448	502	497	1	1,52
2037	1.458	99%	1.443	503	498	1	1,52
2038	1.453	99%	1.438	503	498	0	1,51
2039	1.449	99%	1.435	504	499	1	1,51
2040	1.445	99%	1.431	505	500	1	1,51
2041	1.441	99%	1.427	506	501	1	1,50

### 7.3 ESTUDO DE CONTRIBUIÇÕES

#### 7.3.1 Definição das Áreas Atendidas por Soluções Coletivas e Individuais

Para determinar as ações necessárias para atingir a meta de 90,0% de atendimento com esgotamento sanitário, estabelecida pela Lei nº 14.026/20 – Marco Legal do Saneamento, utilizaram-se as seguintes premissas:

- ✓ Manutenção de sistemas operados pela SABESP, independentemente do número de domicílios e densidade demográfica;
- ✓ Adoção de soluções coletivas em aglomerados rurais com mais de 100 domicílios;
- ✓ Adoção de soluções coletivas em aglomerados rurais com 80 ou mais domicílios e com densidade demográfica superior a 30 hab/ha;
- ✓ Adoção de soluções individuais em áreas de baixa densidade demográfica (inferior a 30 hab/ha) e com menos de 100 domicílios ou áreas adensadas (densidade demográfica superior a 30 hab/ha), porém com menos de 80 domicílios.

Conforme apresentado, o maior aglomerado identificado é o do Bairro do Campinho, com 165 domicílios. Para a população rural residente deste bairro foi proposto atendimento pelo SES Sede existente.

Os demais aglomerados rurais de Lorena apresentam densidade demográfica inferior a 30 habitantes/ha ou menos de 80 domicílios. Assim, para a população rural sem esgotamento por rede geral ou por soluções individuais adequadas, serão utilizadas soluções individuais, visando à universalização.

Assim, foram realizados estudos de contribuições considerando que o sistema atende às seguintes porcentagens da população urbana e rural do município:

- ✓ SES Sede: 100% da população urbana e 25,1% da população rural (bairro Campinho);

### **7.3.2 Sistema de Esgotamento Sanitário – Soluções Coletivas**

#### **7.3.2.1 Áreas do Município Sujeitas ao Esgotamento Sanitário**

No caso de Lorena, o estudo das contribuições de esgoto considerou a população atualmente atendida pelo sistema público, por meio do sistema Sede.

#### **7.3.2.2 Critérios e Parâmetros de Planejamento**

Para o presente estudo foram adotados critérios e parâmetros usualmente empregados em estudos de esgotamento sanitário, adequados às particularidades de cada área observada. Na sua definição, foram consideradas a legislação pertinente, as Normas da ABNT e bibliografia especializada, os dados coletados junto à SABESP e as informações disponíveis em sites oficiais.

##### **✓ Estimativa da Contribuição Per Capita de Esgoto**

A contribuição *per capita* de esgoto é obtida utilizando-se o coeficiente de retorno de 80% sobre o consumo médio efetivo de água *per capita*. Este coeficiente recomendado pela NBR 9.649/1986 é largamente adotado para estimativa do volume de esgoto produzido. Desta forma, a partir do valor do consumo médio efetivo de água obteve-se a contribuição de esgoto de 126 L/hab.dia para o SES Sede.

##### **✓ Coeficientes de Majoração de Vazão**

Os coeficientes de majoração de vazão utilizados são os definidos, de acordo com a NBR 12.211/1992 (Estudo de Concepção de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água), conforme descritos a seguir:

- ✧ K1 - relação entre o maior consumo diário, verificado no período de um ano, e o consumo médio diário, nesse mesmo período;
- ✧ K2 - relação entre a vazão máxima horária e a vazão média do dia de maior consumo.

Assim, foram adotados para os coeficientes K1 e K2 valores conservadores comumente empregados em projetos de sistemas de esgotamento sanitário, a saber:  $K1 = 1,20$  e  $K2 = 1,50$ .

##### **✓ Metas de Atendimento (Esgotamento)**

O sistema esgotamento sanitário de Lorena apresenta índice de atendimento, por rede pública, de 98,5%, conforme informações da SABESP, referentes a 2019 (SABESP, 2020). Para o sistema Sede operado pela SABESP, foi considerado que durante todo o período de planejamento, até o ano de 2041, será mantido o índice de atendimento de 98,5%, superior à meta de 90% preconizada pelo Marco Legal do Saneamento Básico seja atingida em 2033. No caso do Bairro do Campinho, atendido pelo sistema Sede, considerou-se atendimento nulo em 2022, e 2022 e que a meta de 90% preconizada pelo Marco Legal do Saneamento Básico seja atingida em 2033.

✓ **Metas de Tratamento**

O SES Sede conta com 100% de tratamento do esgoto coletado na área atendida. A meta preconizada pela Lei nº 14.026/20 – Marco Legal do Saneamento Básico é de coletar e tratar 90% do esgoto. Dessa forma foi considerado que o atendimento da área urbana estará dentro da meta do Marco Legal do Saneamento Básico durante todo o período de planejamento (20 anos), com sua universalização já implantada.

✓ **Coeficiente de Infiltração na Rede**

De acordo com a NBR 9.649/1986, os valores para o coeficiente de infiltração na rede estão compreendidos entre 0,05 e 1,0 L/s.km. Foi adotado o valor de 0,20 L/s.km, tradicionalmente utilizado em projetos de rede coletora de esgoto (TSUTIYA, 2011).

✓ **Estimativa da Evolução de Implantação de Rede de Esgoto**

No SES Sede, para efeito de estimativa da evolução de implantação do sistema de coleta de esgoto (rede coletor, coletor tronco, interceptor e emissário), considerou-se o indicador de extensão total por ligação, que apresentou o valor de 6,6 m/lig. A partir da extensão do sistema coletor existente em 2019, igual a 204,13 km, informada pela SABESP, estimou-se a evolução ano a ano.

✓ **Estimativa da Contribuição Industrial**

Assim como no sistema de abastecimento de água, foi considerado que, caso exista uma indústria ligada à rede pública de coleta de esgoto, sua contribuição está inclusa no valor *per capita* calculado. Há ainda indústrias que dispõem de tratamento próprio para o efluente gerado pelo processo de produção. Dessa forma, não foram consideradas contribuições industriais adicionais nesse estudo.

✓ **Estimativa das Cargas Orgânicas**

A carga poluidora a ser encaminhada ao sistema de tratamento é estimada a partir da contribuição *per capita* de esgoto doméstico, sendo adotado 54 gDBO<sub>5,20</sub>/hab.dia, valor usualmente utilizado em projetos de saneamento (CETESB, 2021). Com base na contribuição e população urbana atendida, pode-se determinar a carga orgânica, que, associada à vazão de contribuição, permite a estimativa do volume de esgoto doméstico produzido e da respectiva carga orgânica total afluente ao sistema de tratamento.

Para cálculo da carga orgânica remanescente, em termos de DBO<sub>5,20</sub>, foi utilizada a eficiência de tratamento da ETE Sede disponibilizada no Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo ano base 2020, igual a 66%, valor inferior ao mínimo previsto no Decreto Estadual nº 8.468/76 de 80% de remoção de DBO<sub>5,20</sub>. Dessa forma, para atender à recomendação do decreto, foi adotado que a ETE passará por adequações e o índice de remoção de DBO<sub>5,20</sub> passará para 80% a partir de 2027.



✓ **Estimativa das Cargas de Nitrogênio Amoniacal e Fósforo**

A estimativa das cargas de nitrogênio amoniacal e fósforo geradas pela população atendida pelos sistemas de esgotamento sanitário é feita por meio da contribuição *per capita*, sendo adotados os seguintes valores recomendados por Von Sperling (2005):

- ✧ Nitrogênio amoniacal: 5 gNH<sub>3</sub>-N/hab.dia;
- ✧ Fósforo: 1,2 gP/hab.dia.

Com base na população atendida e nas contribuições *per capita*, pode-se determinar a carga total afluyente ao sistema de tratamento desses macronutrientes.

7.3.2.3 *Estimativa das Contribuições de Esgoto – Sistema de Esgotamento Sanitário Sede*

Com base na evolução populacional e nos critérios e parâmetros apresentados nos itens anteriores, foram estimadas as contribuições do sistema de esgotamento sanitário, em termos de vazões e cargas orgânicas.

Dessa forma, para o cálculo foram consideradas as seguintes premissas, conforme apresentado no **Quadro 7.13**:

- ✓ O SES Sede é responsável pelo atendimento de 100,0% população urbana e 25,1% da população rural de Lorena;
- ✓ O índice de atendimento é de 98,5% na área urbana. Para a área rural atendida, o índice é nulo em 2022 e cresce linearmente até atingir 90% em 2033;
- ✓ Contribuição *per capita* atual de 126 L/hab.dia;
- ✓ 30.982 ligações ativas em 2019;
- ✓ Extensão de rede e coletores de 204,13 km em 2019.

Encontram-se apresentadas, no **Quadro 7.14**, as estimativas de cargas orgânicas, nitrogênio amoniacal e fósforo para o SES Sede de Lorena.

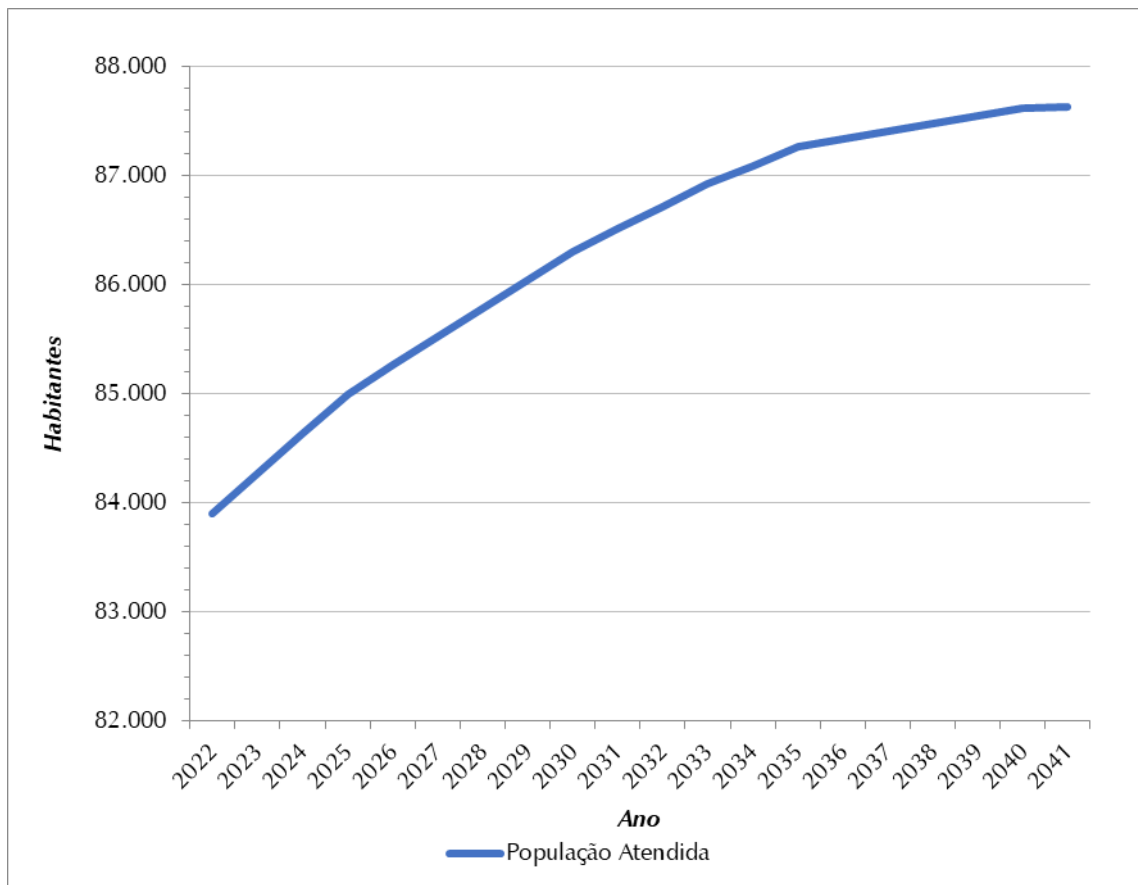
**QUADRO 7.12 – ESTIMATIVA DAS VAZÕES DE ESGOTO – SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO SEDE**

Ano	População (Urbana) (hab.)	% de Esgotamento (Urbana)	População (Rural) (hab.)	% de Esgotamento (Rural)	População Atendida (hab.)	Nº de Ligações Ativas	Nº de Ligações a Implantar	Contribuição Parcial			Extensão de Rede (km)	Extensão de Rede a implantar (km)	Infiltração (L/s)	Contribuição Total		
								Doméstico (L/s)						Doméstico+Infiltração(L/s)		
								Qmédia	Qmáx.dia	Qmáx.hora				Qmédia	Qmáx.dia	Qmáx.hora
2022	85.181	98,5%	523	0,0%	83.903	31.378	-	116,53	139,84	209,76	206,74	-	41,35	157,88	181,19	251,11
2023	85.510	98,5%	520	0,0%	84.270	31.516	138	117,04	140,45	210,68	207,65	0,91	41,53	158,57	181,98	252,21
2024	85.840	98,5%	516	0,0%	84.636	31.653	137	117,55	141,06	211,59	208,55	0,90	41,71	159,26	182,77	253,30
2025	86.169	98,5%	514	0,0%	85.002	31.789	136	118,06	141,67	212,51	209,45	0,90	41,89	159,95	183,56	254,40
2026	86.393	98,5%	510	8,2%	85.264	31.887	98	118,42	142,11	213,16	210,09	0,65	42,02	160,44	184,13	255,18
2027	86.615	98,5%	508	16,4%	85.524	31.985	98	118,78	142,54	213,81	210,74	0,65	42,15	160,93	184,69	255,96
2028	86.838	98,5%	505	24,5%	85.783	32.082	97	119,14	142,97	214,46	211,38	0,64	42,28	161,42	185,25	256,74
2029	87.060	98,5%	503	32,7%	86.042	32.178	96	119,50	143,40	215,11	212,01	0,63	42,40	161,90	185,80	257,51
2030	87.281	98,5%	501	40,9%	86.300	32.275	97	119,86	143,83	215,75	212,65	0,64	42,53	162,39	186,36	258,28
2031	87.455	98,5%	498	49,1%	86.510	32.353	78	120,15	144,18	216,28	213,16	0,51	42,63	162,78	186,81	258,91
2032	87.627	98,5%	497	57,3%	86.720	32.432	79	120,44	144,53	216,80	213,68	0,52	42,74	163,18	187,27	259,54
2033	87.801	98,5%	494	65,5%	86.929	32.510	78	120,73	144,88	217,32	214,20	0,51	42,84	163,57	187,72	260,16
2034	87.972	98,5%	493	73,6%	87.096	32.573	63	120,97	145,16	217,74	214,61	0,42	42,92	163,89	188,08	260,66
2035	88.144	98,5%	491	81,8%	87.264	32.635	62	121,20	145,44	218,16	215,02	0,41	43,00	164,20	188,44	261,16
2036	88.218	98,5%	490	90,0%	87.336	32.662	27	121,30	145,56	218,34	215,20	0,18	43,04	164,34	188,60	261,38
2037	88.292	98,5%	488	90,0%	87.407	32.689	27	121,40	145,68	218,52	215,38	0,18	43,08	164,48	188,76	261,60
2038	88.365	98,5%	486	90,0%	87.477	32.715	26	121,50	145,80	218,69	215,55	0,17	43,11	164,61	188,91	261,80
2039	88.437	98,5%	485	90,0%	87.547	32.741	26	121,59	145,91	218,87	215,72	0,17	43,14	164,73	189,05	262,01
2040	88.510	98,5%	484	90,0%	87.618	32.768	27	121,69	146,03	219,05	215,90	0,18	43,18	164,87	189,21	262,23
2041	88.527	98,5%	482	90,0%	87.633	32.773	5	121,71	146,06	219,08	215,93	0,03	43,19	164,90	189,25	262,27

QUADRO 7.13 – ESTIMATIVA DAS CARGAS ORGÂNICAS, NITROGÊNIO AMONÍACAL E FÓSFORO – SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO SEDE

Ano	Carga Diária Não Tratada (kg DBO <sub>5,20</sub> /dia)	Carga Diária Tratada (kg DBO <sub>5,20</sub> /dia)	Carga Diária Remanescente do Tratamento (kgDBO <sub>5,20</sub> /dia)	Carga Diária Remanescente Total (kgDBO <sub>5,20</sub> /dia)	Carga Diária de Nitrogênio Amoniacal (kgN/dia)	Carga Diária de Fósforo (kgP/dia)
2022	69,4	4.530,8	1.540,5	1.609,9	419,5	100,7
2023	69,7	4.550,6	1.547,2	1.616,9	421,4	101,1
2024	70,0	4.570,3	1.553,9	1.623,9	423,2	101,6
2025	70,2	4.590,1	1.560,6	1.630,9	425,0	102,0
2026	70,4	4.604,3	1.565,5	1.635,8	426,3	102,3
2027	70,6	4.618,3	923,7	994,2	427,6	102,6
2028	70,8	4.632,3	926,5	997,2	428,9	102,9
2029	70,9	4.646,3	929,3	1.000,2	430,2	103,3
2030	71,1	4.660,2	932,0	1.003,1	431,5	103,6
2031	71,2	4.671,5	934,3	1.005,6	432,6	103,8
2032	71,4	4.682,9	936,6	1.008,0	433,6	104,1
2033	71,5	4.694,2	938,8	1.010,4	434,6	104,3
2034	71,7	4.703,2	940,6	1.012,3	435,5	104,5
2035	71,8	4.712,3	942,5	1.014,2	436,3	104,7
2036	71,9	4.716,1	943,2	1.015,1	436,7	104,8
2037	71,9	4.720,0	944,0	1.015,9	437,0	104,9
2038	72,0	4.723,8	944,8	1.016,7	437,4	105,0
2039	72,0	4.727,5	945,5	1.017,5	437,7	105,1
2040	72,1	4.731,4	946,3	1.018,4	438,1	105,1
2041	72,1	4.732,2	946,4	1.018,5	438,2	105,2

Para melhor visualização, apresenta-se, na **Figura 7.7** a evolução da população atendida pelo SES ao longo do período de planejamento.



**Figura 7.6 - Evolução da População Atendida (hab.)**

Considerando-se o SES Sede, a análise dos dados permite concluir que:

- ✓ A população máxima atendida será de 87.633 habitantes (2041), um incremento de 4,4% (3.730 habitantes) em relação a 2022;
- ✓ A maior contribuição média total prevista é de 164,90 L/s e ocorre no ano de 2041, final de plano;
- ✓ As cargas diárias remanescentes totais de  $DBO_{5,20}$  deverão ter um decréscimo de 36,7%, passando dos 1.540,5 kg $DBO_{5,20}$ /dia em 2022 para 946,4 kg $DBO_{5,20}$ /dia em 2041, acompanhando o aumento do índice de atendimento do bairro Campinho e da eficiência da remoção de  $DBO_{5,20}$ .

### **7.3.3 Atendimento por Esgotamento Sanitário – Soluções Individuais**

Em áreas de baixo adensamento populacional é usual que sejam adotadas soluções individuais para o atendimento de esgoto, nas quais se nota um predomínio de utilização de fossas sépticas ou rudimentares.

Conforme Censo do IBGE em 2010, o município de Lorena não apresenta população rural atendida com soluções individuais consideradas adequadas. Apesar da existência de fossas sépticas como soluções individuais, o tratamento não foi considerado adequado, devido à falta de informação sobre o processo construtivo e operacional das fossas sépticas cadastradas no Censo 2010 do IBGE. É necessário tratamento complementar do efluente das fossas sépticas (filtro anaeróbio, filtro aeróbio, filtro de areia, vala de infiltração, escoamento superficial, desinfecção, dentre outros) antes da disposição final, devido à qualidade regular do efluente tratado (40% a 70% de eficiência de remoção de  $DBO_{5,20}$  e 50% a 80% de eficiência de remoção de Sólidos Suspensos Totais – SST).

Assim, como solução individual foram propostas Unidades Sanitárias Individuais (USI) constituídas pelas seguintes unidades de tratamento: caixa de gordura, caixa de inspeção, fossa séptica, filtro anaeróbio ou sumidouro.

Para o cálculo das contribuições de esgoto nas áreas rurais, a parcela da população que é atendida por rede geral (soluções coletivas) deve ser descontada. No caso do município foi descontada a população rural do Bairro do Campinho e do bairro Santa Lucrécia.

#### 7.3.3.1 Critérios e Parâmetros de Planejamento

Para o presente estudo foram adotados critérios e parâmetros usualmente empregados em estudos de esgotamento sanitário, adequados às particularidades de cada área observada.

##### ✓ **Estimativa da Contribuição Per Capita de Esgoto**

A contribuição *per capita* de esgoto é obtida utilizando-se o coeficiente de retorno de 80% de acordo com a NBR 9.649/1986 sobre o consumo médio efetivo de água *per capita*. Este coeficiente é largamente adotado para estimativa dos volumes de esgoto produzidos. Desta forma a partir do valor do consumo de água de 90 L/hab.dia, obteve-se uma contribuição de 72 L/hab.dia de esgoto.

##### ✓ **Metas de Atendimento por Esgotamento**

O índice de atendimento com soluções individuais é nulo, estando abaixo da meta de 90% preconizada pela Lei nº 14.026/20 – Marco Legal do Saneamento Básico, que deverá ser atingida em 2033. Dessa forma foi considerado que haverá um incremento no índice de atendimento da área rural para alcançar a meta do Marco Legal do Saneamento Básico.

##### ✓ **Estimativa das Cargas Orgânicas**

A carga poluidora gerada é estimada a partir da contribuição *per capita* de esgoto doméstico, sendo adotado 54 g $DBO_5$ /hab.dia, valor tradicionalmente utilizado em projetos de saneamento de acordo com CETESB (2021).

✓ **Estimativa das Cargas de Nitrogênio Amoniacal e Fósforo**

A estimativa das cargas de nitrogênio amoniacal e fósforo geradas pela população atendida pelas soluções individuais de esgotamento sanitário, assim como para as soluções coletivas, é feita por meio da contribuição *per capita*, sendo adotados os seguintes valores recomendados por Von Sperling (2005):

- ✧ Nitrogênio amoniacal: 5 gNH<sub>3</sub>-N/hab.dia;
- ✧ Fósforo: 1,2 gP/hab.dia.

Com base na população atendida e nas contribuições *per capita*, pode-se determinar a carga total desses macronutrientes.

7.3.3.2 *Estimativa das Contribuições de Esgoto*

Com base na evolução populacional rural e nos critérios e parâmetros apresentados nos itens anteriores, foram estimadas as contribuições, em termos de vazões e cargas orgânicas da área rural. Foi considerada a eficiência de remoção de DBO<sub>5,20</sub> de 50% de acordo com a NBR 13.969/1997, conforme apresentado no **Quadro 7.14**.

QUADRO 7.14 - ESTIMATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE ESGOTO E CARGAS ORGÂNICAS – SOLUÇÕES INDIVIDUAIS

Ano	População Rural a ser atendida por soluções individuais (hab.)	% de Esgotamento	População Rural Atendida (hab.)	Nº de Dom. Ocupados	Nº de Dom. Ocupados Atendidos	Saldo/Déficit (Un.)	Contribuição (L/s)	Carga Diária Não Tratada (kgDBO <sub>5,20</sub> /dia)	Carga Diária Tratada (kgDBO <sub>5,20</sub> /dia)	Carga Diária Remanescente do Tratamento (kgDBO <sub>5,20</sub> /dia)	Carga Diária Remanescente Total (kgDBO <sub>5,20</sub> /dia)	Carga Diária de Nitrogênio Amoniacal (kgN/dia)	Carga Diária de Fósforo (kgP/dia)
2022	1.562	0%	0	493	0	-	0,00	84,35	0,00	0,00	84,35	0,00	0,00
2023	1.552	8%	127	494	40	40	0,11	76,95	6,86	3,43	80,38	0,64	0,15
2024	1.542	16%	252	494	81	41	0,21	69,64	13,61	6,81	76,45	1,26	0,30
2025	1.534	25%	377	495	122	41	0,31	62,50	20,36	10,18	72,68	1,89	0,45
2026	1.524	33%	499	495	162	40	0,42	55,36	26,95	13,48	68,84	2,50	0,60
2027	1.516	41%	620	495	203	41	0,52	48,37	33,48	16,74	65,11	3,10	0,74
2028	1.508	49%	740	496	243	40	0,62	41,46	39,96	19,98	61,44	3,70	0,89
2029	1.501	57%	860	497	285	42	0,72	34,63	46,44	23,22	57,85	4,30	1,03
2030	1.495	65%	979	498	326	41	0,82	27,89	52,87	26,44	54,33	4,90	1,17
2031	1.488	74%	1.096	498	367	41	0,91	21,18	59,18	29,59	50,77	5,48	1,32
2032	1.483	82%	1.213	499	408	41	1,01	14,56	65,50	32,75	47,31	6,07	1,46
2033	1.477	90%	1.329	500	450	42	1,11	7,98	71,77	35,89	43,87	6,65	1,59
2034	1.473	90%	1.326	500	450	0	1,11	7,95	71,60	35,80	43,75	6,63	1,59
2035	1.468	90%	1.321	501	451	1	1,10	7,93	71,33	35,67	43,60	6,61	1,59
2036	1.463	90%	1.317	502	452	1	1,10	7,90	71,12	35,56	43,46	6,59	1,58
2037	1.458	90%	1.312	503	453	1	1,09	7,87	70,85	35,43	43,30	6,56	1,57
2038	1.453	90%	1.308	503	453	0	1,09	7,85	70,63	35,32	43,17	6,54	1,57
2039	1.449	90%	1.304	504	454	1	1,09	7,82	70,42	35,21	43,03	6,52	1,56
2040	1.445	90%	1.301	505	455	1	1,08	7,80	70,25	35,13	42,93	6,51	1,56
2041	1.441	90%	1.297	506	455	0	1,08	7,78	70,04	35,02	42,80	6,49	1,56

## 8. **DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO**

### 8.1 **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O diagnóstico dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário foi desenvolvido com base na estimativa de demandas de água e de contribuições de esgoto, para o horizonte de planejamento desse plano, e na capacidade dos sistemas existentes.

### 8.2 **SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - A**

#### 8.2.1 **Mananciais**

Para avaliação da disponibilidade hídrica subterrânea, a metodologia proposta utiliza como referencial o Atlas Águas de Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano, publicado pela ANA em 2021, no qual foram disponibilizados dados como a vazão explotável por município.

A avaliação da disponibilidade hídrica, aqui denominada vazão explotável efetiva (VEE), de Lorena foi calculada por meio da comparação da vazão explotável do município com as demandas humanas de abastecimento entre os anos de 2022 e 2041, através da expressão 1:

$$VEE = VE - Q_{DHU} \quad [1]$$

Sendo:

- ✧ VE: Vazão explotável do município;
- ✧  $Q_{DHU}$ : Demanda humana utilizada no abastecimento público do município.

Para determinação da demanda máxima diária a ser atendida por manancial subterrâneo, consideraram-se as projeções apresentadas no Capítulo 7. O **Quadro 8.1** apresenta estes valores para os sistemas A, B e C, que possuem atendimento por manancial subterrâneo. Para o caso do sistema B, onde também há atendimento por manancial superficial, considerou-se que, ao longo do planejamento, a captação superficial contribuirá com a vazão outorgada para atendimento das demandas (33,0 L/s).

**QUADRO 8.1 – VAZÃO MÁXIMA A SER ATENDIDA POR MANANCIAIS SUBTERRÂNEOS**

<i>Sistema</i>	<i>Manancial</i>	<i>Maior demanda máxima diária a ser atendida (L/s)</i>
A	Subterrâneo	91,09
B	Subterrâneo	53,25
	Superficial	33,00
C	Subterrâneo	78,65
<i>Demanda total a ser atendida por manancial subterrâneo (L/s)</i>		<b>222,99</b>



Com base no **Quadro 8.1**, verifica-se que a demanda máxima diária a ser atendida por manancial subterrâneo em 2024, ano com as máximas demandas, é igual a 222,99 L/s. Assim, a avaliação da disponibilidade hídrica do município é apresentada no **Quadro 8.2**.

**QUADRO 8.2 – DISPONIBILIDADE HÍDRICA SUBTERRÂNEA DE LORENA**

Ano	VE (L/s)	Q <sub>DHU</sub> (L/s)	VEE (L/s)
2024	560,80	222,99	337,81

Observa-se que a disponibilidade hídrica do município, de 337,81 L/s, atende com folga, às demandas máximas diárias a serem atendidas por manancial subterrâneo, de 222,99 L/s, ao longo do período de planejamento.

### 8.2.2 Captação, Elevação e Adução de Água Bruta

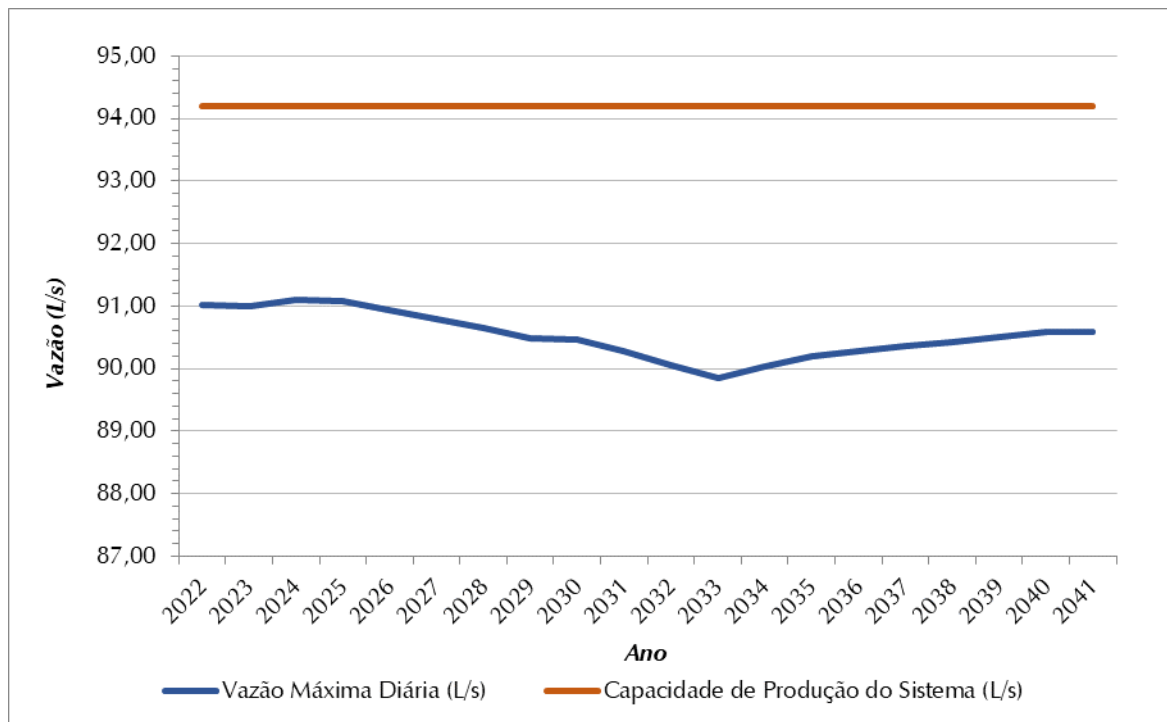
Conforme descrito no item 4.1.2, a captação do Sistema A é realizada por meio de cinco poços profundos. Dessa forma, para que seja possível avaliar a operação dos poços com a vazão outorgada, foi calculada a vazão média diária, conforme apresentado no **Quadro 8.3**.

**QUADRO 8.3 – VAZÕES OPERACIONAIS DOS POÇOS DO SISTEMA A**

Manancial	Dados operacionais			Dados relativos à outorga		
	Vazão de operação (L/s)	Tempo de Operação (h/dia)	Vazão média diária (L/s) *	Vazão outorgada (L/s)	Tempo de Operação da Outorga (h/dia)	Vazão média diária (L/s) *
Poço Mondezir	27,2	20,0	22,7	23,7	20,0	19,8
Poço 24	16,9	18,0	12,7	20,0	20,0	16,7
Poço Guarani III	42,8	20,4	36,4	50,4	20,0	42,0
Poço Guarani IV	7,2	20,3	6,1	16,5	20,0	13,8
Poço São Roque	19,2	20,4	16,3	21,7	20,0	18,1
<b>TOTAL</b>	<b>113,3</b>	-	<b>94,2</b>	<b>132,4</b>	-	<b>110,3</b>

\*Vazão média diária: se refere à vazão normalizada para 24 horas por dia (Vazão operacional x tempo de funcionamento/24 horas).  
Fonte: SABESP, 2020.

Para avaliação da captação da água bruta comparou-se a vazão média diária dos poços, calculada no **Quadro 8.3**, com as demandas máximas diárias da população atendida ao longo do período de planejamento, conforme pode ser observado na **Figura 8.1**.



**Figura 8.1 – Demandas Máximas Diárias (L/s) X Vazão Captada (L/s) – SAA A**

Verificou-se que a vazão média diária captada atualmente é suficiente para atender às demandas durante todo horizonte de planejamento, uma vez que juntos, os cinco poços possuem capacidade de fornecer uma vazão de 94,2 L/s, o que atende à maior demanda máxima diária prevista de 91,09 L/s (2024).

Em relação às adutoras de água bruta, foi informado que os diâmetros variam entre 150 mm e 300 mm. Sendo assim, foi verificada a velocidade de escoamento nas adutoras de água bruta, de acordo com as recomendações da literatura. Segundo Tsutiya (2006), a velocidade econômica recomendada em adutoras por recalque é de 1,0 a 1,5 m/s. Como regra geral, a velocidade mínima não deve ser inferior a 0,6 m/s, já que pode ocorrer acúmulo de material suspenso no interior da tubulação. Estes valores foram adotados como referência para esta avaliação.

No **Quadro 8.4** apresenta-se a avaliação da capacidade de veiculação da vazão nas quatro adutoras de água bruta.

**QUADRO 8.4 - AVALIAÇÃO DAS VELOCIDADES DE OPERAÇÃO NAS ADUTORAS DE ÁGUA BRUTA**

Adutora	Diâmetro (mm)	Vazão de Operação (L/s)	Velocidade de escoamento (m/s)	Vazão máxima admissível, considerando velocidade máxima de 1,5 m/s (L/s)
Poço Mondezir	150	27,2	1,5	26,5
Poço 24	150	16,9	1,0	26,5
Poços Guarani III e IV	300	50,0	0,7	106,0
Poço São Roque	200	19,2	0,6	47,1
<b>TOTAL</b>	-	-	-	<b>206,2</b>

Conforme pode ser observado no **Quadro 8.4**, para a vazão de operação atual, as adutoras atendem à faixa recomendada de operação, ou seja, todas apresentaram velocidade entre 0,6 m/s e 1,5 m/s.

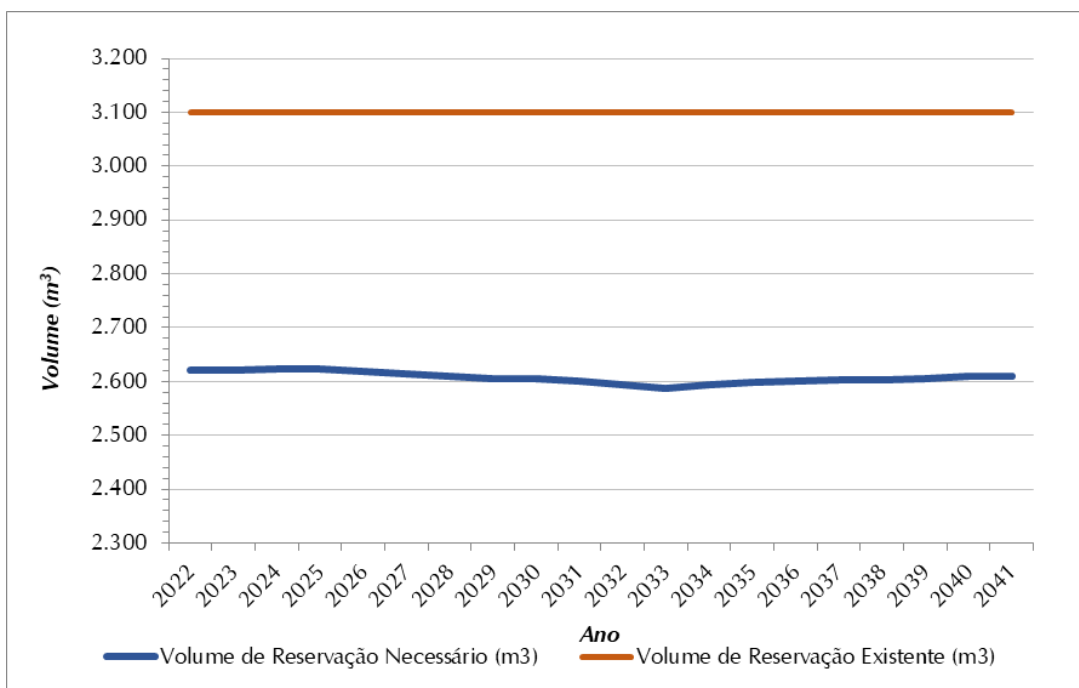
A capacidade máxima das adutoras (206,2 L/s) é superior às demandas diárias previstas ao longo do planejamento, sendo, portanto, possível o aumento da vazão captada para atendimento das demandas, se necessário.

### 8.2.3 Tratamento de Água

O tratamento da água captada é realizado por desinfecção simples (cloração com hipoclorito de sódio) e fluoretação (com ácido fluossilícico) na entrada do reservatório RA-A02. Segundo informações da SABESP, o manancial subterrâneo não requer tratamento adicional, como filtração ou oxidação. Não foram disponibilizadas informações de dosagens dos produtos químicos para avaliar se as unidades estão adequadas (bombas dosadoras, tanques de armazenamento).

### 8.2.4 Reservação

Para melhor visualização da situação da reservação do SAA A, são apresentados na **Figura 8.2** o volume de reservação necessário ao longo do período de planejamento e o volume existente.



**Figura 8.2 - Volume de Reservação Necessário (m³) x Volume de Reservação Atual (m³) SAA A**

Com base na **Figura 8.2** verifica-se que o SAA A possui reservação suficiente para atender às demandas durante todo o horizonte de planejamento, uma vez que a capacidade atual da reservação do sistema é de 3.100 m³ e o maior volume de reservação necessário é de 2.623 m³ (2024), ou seja, inferior ao volume instalado.

### **8.2.5 Elevação/Adução de Água Tratada**

O sistema A possui uma estação elevatória de água tratada denominada EEAT-A, que recalca água do reservatório RA-A02 para o RE-A1, responsável pelo abastecimento de bairros desse setor. A EEAT conta com três bombas submersíveis, operadas alternadamente, possibilitando alcançar a vazão nominal total máxima de 115,0 L/s. A vazão máxima diária prevista no período de planejamento é igual a 91,09 L/s (2024). Assim, a EEAT é capaz de atender à esta demanda.

Não foi informado se há gerador de emergência na EEAT, ou as condições de uso e manutenção de suas unidades. A EEAT possui bomba reserva instalada e uma reserva adicional em bancada.

Não foi possível realizar a análise da velocidade de escoamento nas adutoras de água tratada, uma vez que não foram fornecidos dados que permitam setorizar a área abastecida por cada uma.

### **8.2.6 Rede de Distribuição**

A rede de distribuição de água do SAA A de Lorena apresentava em 2019, segundo SABESP, extensão total de 91,5 km, constituída de tubulações de diferentes diâmetros e materiais. Não foram apontados pela SABESP problemas operacionais.

Como o índice de atendimento na área urbana já é 100%, só é previsto expansão na rede de distribuição de forma a acompanhar o crescimento da população.

Segundo informações do GEL de Lorena, o município possui cadastro da rede de abastecimento de água digital.

O Índice de Perdas na Distribuição no ano de 2020, tal como informado pela SABESP, apresentou valor de 207 L/lig.dia, superior à meta estabelecida no Capítulo 7, de 170 L/lig.dia; desse modo, recomendou-se a redução do nível de perdas até 2033, e manutenção do índice após esse período.

### **8.2.7 Qualidade da água bruta**

O sistema de abastecimento de água de Lorena é suprido por poços profundos (sistemas A, B e C) e por duas captações superficiais: no Córrego Fortaleza (sistema B) e no Ribeirão das Posses (sistema D). Os mananciais superficiais utilizados são enquadrados em Classe 1, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 10.755/77, de acordo com o estabelecido no Decreto Estadual nº 8.468, de 08 de setembro de 1976.

Em 2021 foi publicado o Boletim de Qualidade das Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo, ano base 2020, cujo objetivo é a divulgação diligente das não conformidades encontradas nas amostras em relação aos padrões nacionais de potabilidade, a partir de análises estatísticas e de tendência obtidas através de monitoramento semestral. Um conjunto de 50 parâmetros foi analisado, dentre os quais se encontram dos parâmetros físicos, químicos e microbiológicos, como apresentado no **Quadro 8.5**.

**QUADRO 8.5 – PARÂMETROS ANALISADOS NO BOLETIM DE QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NO ESTADO DE SÃO PAULO (ANO BASE 2020)**

<i>Tipo de Parâmetro</i>	<i>Parâmetros</i>
Físicos	Temperatura da água e do ar e Sólidos Dissolvidos Totais
Químicos Inorgânicos	pH, Alcalinidade Bicarbonato, Alcalinidade Carbonato, Alcalinidade Hidróxido, Condutividade Elétrica, Dureza Total, Nitrogênio Nitrato, Nitrogênio Nitrito, Nitrogênio Amoniacal Total, Nitrogênio Kjeldhal Total, Carbono Orgânico Dissolvido, Cloreto, Fluoreto, Sulfato e as concentrações totais de Alumínio, Antimônio, Arsênio, Bário, Berílio, Boro, Cádmiio, Cálcio, Chumbo, Cobalto, Cobre, Crômio Hexavalente, Estanho, Estrôncio, Ferro, Lítio, Magnésio, Manganês, Mercúrio, Molibdênio, Níquel, Potássio, Prata, Selênio, Sódio, Titânio, Urânio, Vanádio e Zinco.
Microbiológicos	Bactérias heterotróficas, Coliformes totais e <i>Escherichia coli</i> .

Fonte: CETESB, 2021.

A qualidade da água subterrânea no município é monitorada pela CETESB, por meio do poço TA00189P (P21 da SABESP), conforme o **Quadro 8.6**. Em 2020, nenhuma análise apresentou não conformidade aos padrões nacionais de potabilidade, conforme divulgado pela CETESB em 2021.

**QUADRO 8.6 – ÁGUA SUBTERRÂNEA EM LORENA: RESULTADOS NÃO CONFORMES EM RELAÇÃO AOS PADRÕES NACIONAIS DE POTABILIDADE**

<i>Ponto de monitoramento</i>	<i>Descrição</i>	<i>Sistema Aquífero</i>	<i>Parâmetro</i>	<i>Valor Máximo Permissível (VMP)</i>	<i>Resultados</i>	
					<i>1º Semestre de 2020</i>	<i>2º Semestre de 2020</i>
TA00189P	P21 - SABESP	Taubaté	Nenhum parâmetro não conforme			

Fonte: CETESB, 2021.

A CETESB disponibiliza, ainda, o Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas (IPAS), que é definido a partir do percentual de amostras de água bruta, coletadas pela Rede CETESB de Qualidade, em conformidade com os padrões nacionais de potabilidade e de aceitação ao consumo humano definidos na Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde, e apresenta, de forma genérica, a qualidade das águas captadas em poços tubulares utilizados principalmente para o abastecimento público.

O Boletim de Qualidade das Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo publicado em 2021 não apresentou o IPAS por sistema aquífero, portanto, são apresentados dados do boletim anterior, publicado em 2020. O IPAS do Sistema Taubaté foi de 71,4% em 2019, classificado pela CETESB como qualidade boa (entre 67,1% e 100,0%).

Diante dos resultados, observa-se que as águas subterrâneas apresentam boa qualidade. O tratamento utilizado é adequado, pois atende às exigências mínimas da legislação. Ressalta-se que a classificação e diretrizes para enquadramento das águas subterrâneas são apresentadas na Resolução CONAMA nº 396/2008. É importante que a SABESP mantenha o monitoramento e a vigilância da qualidade da água do manancial subterrâneo, de forma a garantir o abastecimento da população de Lorena.

O município de Lorena possui ainda duas captações superficiais em corpos d'água Classe 1, o córrego Fortaleza e o Ribeirão das Posses. Destaca-se que, devido ao seu enquadramento como Classe 1, os mananciais estão adequados ao abastecimento público. O enquadramento é realizado conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 10.755/77, de acordo com o apresentado no Decreto Estadual nº 8.468/76.

### 8.2.8 Qualidade da água tratada

A qualidade da água tratada em Lorena pode ser observada pelos seguintes indicadores, sumarizados no **Quadro 8.7**:

**QUADRO 8.7 – INDICADORES DE ÁGUA TRATADA**

<i>Indicador</i>	<i>Valor</i>	<i>Unidade</i>	<i>Fonte</i>
Incidência das análises de cloro residual fora do padrão (IN075)	0	%	SNIS, 2020
Incidência das análises de turbidez residual fora do padrão (IN076)	0	%	SNIS, 2020
Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão (IN084)	0,33	%	SNIS, 2020
Indicador de conformidade da quantidade de amostras de cloro residual (IN079)	103,16	%	SNIS, 2020
Indicador de conformidade da quantidade de amostras- turbidez (IN080)	103,05	%	SNIS, 2020
Indicador de conformidade da quantidade de amostras- coliformes totais (IN085)	102,99	%	SNIS, 2020

Em relação a estes indicadores, podem-se estabelecer algumas observações:

- ✓ A quantidade de amostras de cloro residual (IN079), turbidez (IN080) e coliformes totais (IN085) foram adequadas, visto que todos os indicadores foram superiores a 100%, ou seja, o número de amostras realizadas foi superior ao número mínimo de amostras obrigatórias (ver fórmulas de cálculo desses indicadores apresentada no **Quadro 13.4**). O valor de referência estabelecido pela Portaria de Consolidação nº 05/17 do Ministério da Saúde é de 90% do número de análises mínimas obrigatórias para os coliformes totais e turbidez e 75% do número de análises mínimas obrigatórias para o residual de agente desinfetante (cloro). Ressalta-se que é possível a coleta de amostras além deste mínimo e, em conformidade, ultrapassar os 100%;
- ✓ Observou-se que nenhuma das amostras analisadas estavam fora do padrão para o parâmetro cloro residual (IN075) em 2019, ou seja, todas as análises apresentaram cloro residual livre superior a 0,2 mg/L ou cloro residual combinado superior a 2 mg/L;
- ✓ Observou-se que nenhuma das amostras analisadas para turbidez (IN076) em 2019 estava em não conformidade com o padrão, ou seja, todas apresentaram turbidez inferior a 1,0 UNT (Unidade Nefelométrica de Turbidez) para sistemas que utilizam água subterrânea;

- ✓ Observou-se que 0,33% das amostras analisadas apresentaram presença de coliformes totais (IN084);
- ✓ Verificou-se que as análises de cloro residual, turbidez e coliformes totais atendem ao disposto na Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde, visto que menos de 5% das amostras analisadas apresentaram resultados não conformes, não indicando risco à saúde da população.

Para avaliação foram utilizados dados publicados pelo SNIS no ano de 2020 e referentes a 2019. Anualmente é possível obter informações mais recentes divulgadas pelo SNIS e no Relatório Anual de Qualidade da Água<sup>9</sup>, divulgado pela SABESP, para acompanhamento da qualidade da água tratada no município.

### 8.3 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - B

#### 8.3.1 Mananciais

O sistema B é abastecido por quatro poços subterrâneos e uma captação superficial no Córrego Fortaleza. A avaliação da disponibilidade hídrica subterrânea do município foi apresentada no item 8.2.1.

Para o diagnóstico da disponibilidade hídrica do manancial superficial considera-se que o uso prioritário de água é o consumo humano, de modo que não são avaliadas as vazões outorgadas no manancial ao saldo hídrico. Para tal, adota-se a vazão mínima de referência,  $Q_{7,10}$ . No entanto, neste caso, a  $Q_{7,10}$  do Córrego Fortaleza não foi informada pela SABESP. Assim, não foi possível realizar esta avaliação.

#### 8.3.2 Captação, Elevação e Adução de Água Bruta

Conforme descrito no item 4.1.3, a captação do Sistema B é realizada por meio de quatro poços profundos e uma captação superficial. Dessa forma, para que seja possível avaliar a operação dos poços com a vazão outorgada, foi calculada a vazão média diária, conforme apresentado no Quadro 8.8.

**QUADRO 8.8 – VAZÕES OPERACIONAIS E OUTORGADAS DOS POÇOS DO SISTEMA B**

Manancial	Dados operacionais			Dados relativos à outorga		
	Vazão de operação (L/s)	Tempo de Operação (h/dia)	Vazão média diária (L/s) *	Vazão outorgada (L/s)	Tempo de Operação da Outorga (h/dia)	Vazão média diária (L/s) *
Poço Rosendo	20,3	20,0	16,9	23,1	20	19,3
Poço Vila Zélia	12,8	20,0	10,6	18,9	20	15,8
Poço 23†	12,7	13,0	6,9	22,2	18	16,7
Poço 25	ND	ND	6,1**	7,3	20	6,1
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>40,5</b>	<b>71,6</b>	-	<b>57,8</b>

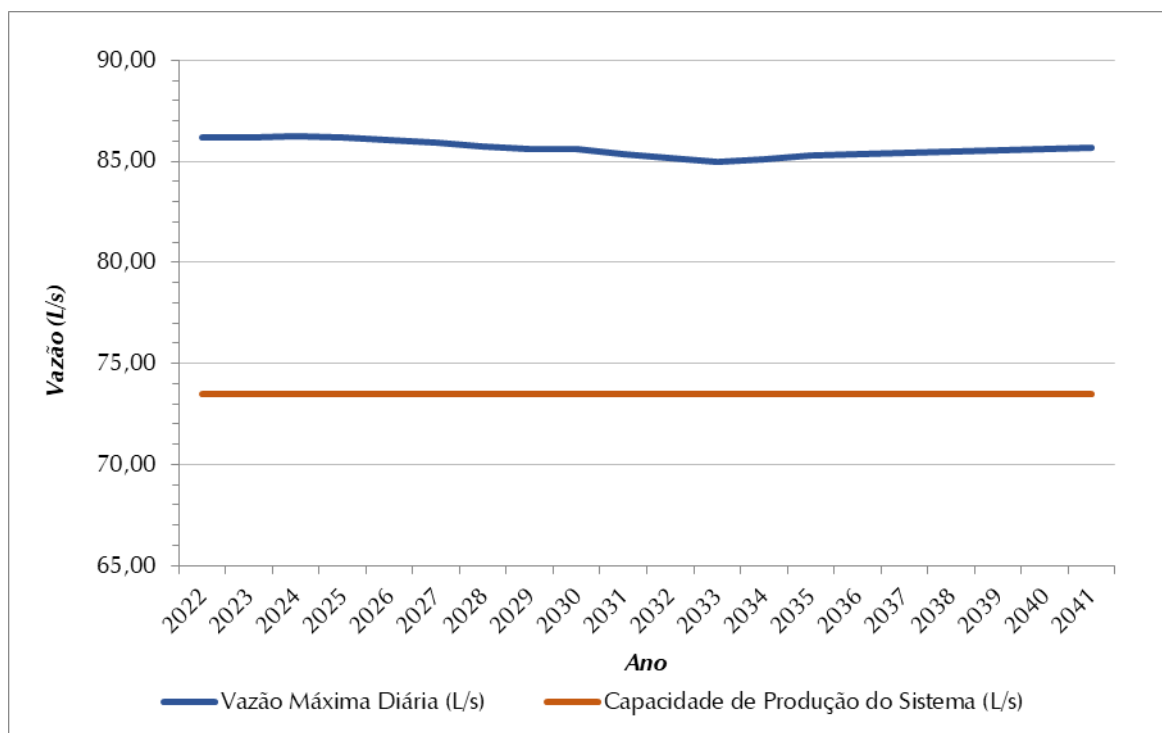
\*Vazão média diária: se refere à vazão normalizada para 24 horas por dia (Vazão operacional x tempo de funcionamento/24 horas).

<sup>9</sup> Relatório Anual de Qualidade da Água. Disponível em: <https://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=42>.

\*\*Na ausência de dados foi usada a vazão média diária outorgada.  
†: O poço 23 também faz parte do SAA C.  
ND: Não Disponível  
Fonte: SABESP, 2020.

Por sua vez, para avaliação da capacidade da captação de água superficial, foi verificada a vazão captada atualmente, de 33,0 L/s.

Verificou-se que a capacidade nominal atual não é suficiente para atender às demandas durante todo horizonte de planejamento, uma vez que juntas, a vazão de operação da captação superficial (33,0 L/s) e a vazão média diária dos poços (40,5 L/s) somam 73,5 L/s, o que não atende à demanda máxima diária prevista durante todo o período de planejamento, conforme pode ser observado na **Figura 8.3**.



**Figura 8.3 – Demandas Máximas Diárias (L/s) X Vazão Captada (L/s) – SAA B**

Verifica-se que todos os poços já operam com o tempo outorgado, não sendo possível ampliar o volume captado. O Poço 23, com outorga para operar 18 horas/dia, abastece o SAA B por 13 horas e SAA C por 5 horas. Sendo assim, recomenda-se a implantação de um novo poço no sistema B.

Em relação às adutoras de água bruta, foi informado que os diâmetros variam entre 200 mm e 300 mm. Foi verificada a velocidade de escoamento nas adutoras de água bruta, de acordo com as recomendações da literatura. Segundo Tsutiya (2006), a velocidade econômica recomendada em adutoras em conduto forçado é de 1,0 a 1,5 m/s. Como regra geral, a velocidade mínima não deve ser inferior a 0,6 m/s, já que pode ocorrer acúmulo de material suspenso no interior da tubulação. Estes valores foram adotados como referência para esta avaliação. No **Quadro 8.9** apresenta-se a avaliação da capacidade de veiculação da vazão nas quatro adutoras de água bruta.



**QUADRO 8.9 - AVALIAÇÃO DAS VELOCIDADES DE OPERAÇÃO NAS ADUTORAS DE ÁGUA BRUTA**

<i>Adutora</i>	<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Vazão de Operação (L/s)</i>	<i>Velocidade de escoamento (m/s)</i>	<i>Vazão máxima admissível, considerando velocidade máxima de 1,5 m/s (L/s)</i>
Captação Fortaleza	18.896,00	200	33,0	1,1	47,1
Poço Rosendo	690,00	250	20,3	0,4	73,6
Poço Vila Zélia	770,00	300	12,8	0,2	106,0
Poço 23	90,00	200	12,7	0,4	47,1
Poço 25+ Captação Fortaleza	3.500,00	200	7,3*+33,0	1,3	47,1
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	<b>321,0</b>

\*Vazão outorgada

Conforme pode ser observado no **Quadro 8.9**, para a vazão de operação atual, a adutora dos poços Rosendo, Vila Zélia e Poço 23 apresentam valores de velocidade de escoamento abaixo do mínimo aceitável (0,6 m/s). Usualmente, a água captada em poço profundo não apresenta quantidade significativa de sedimentos, não ocorrendo deposição de materiais na tubulação. Portanto, não são previstas intervenções nestas adutoras.

A capacidade máxima das adutoras (321,0 L/s) é superior às demandas diárias previstas ao longo do planejamento, sendo, portanto, possível o aumento da vazão captada para atendimento das demandas, se necessário.

### **8.3.3 Tratamento de Água**

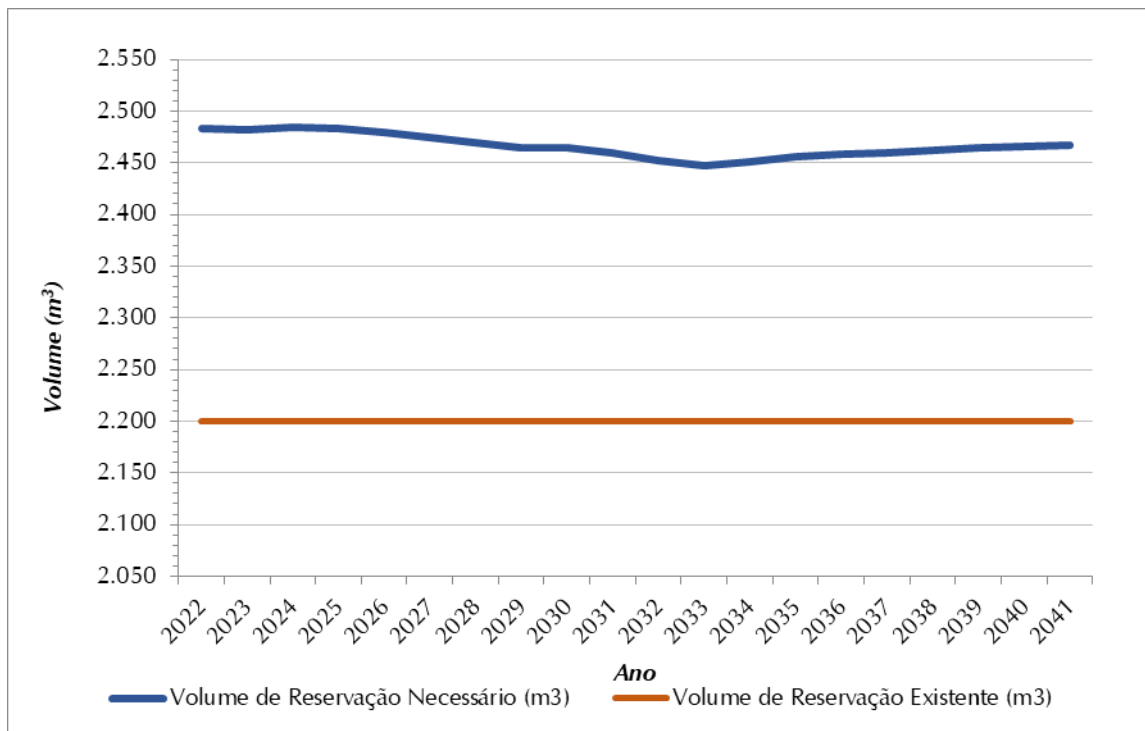
O tratamento de água subterrânea no sistema B ocorre por desinfecção com hipoclorito de sódio e fluoretação com ácido fluossilícico. Este procedimento é considerado adequado, uma vez que se trata de captação em manancial subterrâneo. Segundo informações da SABESP, o manancial subterrâneo não requer tratamento adicional, como filtração ou oxidação.

Não foram disponibilizadas informações das unidades de dosagens dos produtos químicos (concentrações aplicadas, bombas dosadoras, tanques de armazenamento etc.). Desta maneira, não foi possível avaliar se estão adequadas.

A água proveniente da captação Fortaleza, corpo d'água enquadrado em Classe 1 (pelo Decreto Estadual nº 10.755/77, de acordo com o estabelecido no Decreto Estadual nº 8.468/76), é submetida a filtração, por meio de filtros pressurizados, e posteriormente à desinfecção e fluoretação. O tratamento é adequado aos requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2005. A vazão nominal dos filtros é igual à 33 L/s, ou seja, igual à vazão captada. Não é prevista intervenção para ampliação da capacidade de tratamento. Não foram disponibilizadas informações sobre o estado de conservação destas unidades.

### **8.3.4 Reservação**

Para melhor visualização da situação da reservação do SAA B é apresentada na **Figura 8.4** a evolução do volume de reservação necessário e o valor existente.



**Figura 8.4 - Volume de Reservação Necessário (m³) x Volume de Reservação Atual (m³) - SAA B**

Com base na **Figura 8.4** verifica-se que o SAA B não possui volume de reservação suficiente para atender às demandas durante todo o horizonte de planejamento, uma vez que a capacidade atual do sistema é de 2.200 m³ e o volume necessário é de 2.484 m³ (2024), ou seja, superior ao volume instalado.

### **8.3.5 Elevação/Adução de Água Tratada**

O sistema B possui uma estação elevatória de água tratada denominada EEAT-B, que recalca água do reservatório RA-B para o abastecimento de bairros desse setor. A EEAT possui duas bombas em operação e uma reserva, totalizando assim a vazão de 150,0 L/s (75,0 L/s por conjunto motobomba). A vazão máxima diária prevista durante o período de planejamento é igual a 86,25 L/s (2024). Assim, a EEAT é capaz de atender a esta demanda.

A EEAT possui bomba reserva instalada. Não foi informado se há gerador de emergência instalado, nem o estado de conservação das unidades.

### **8.3.6 Rede de Distribuição**

A rede de distribuição de água do SAA B de Lorena apresentava em 2019, segundo SABESP, extensão total de 56,4 km, constituída de tubulações de diferentes diâmetros e materiais. Não foram apontados pela SABESP problemas operacionais.

Como o índice de atendimento na área urbana já é 100%, só é previsto expansão na rede de distribuição de forma a acompanhar o crescimento da população.

Segundo informações do GEL de Lorena, o município possui cadastro da rede de abastecimento de água digital.

O Índice de Perdas na Distribuição no ano de 2020, tal como informado pela SABESP, apresentou valor de 207 L/lig.dia, superior à meta estabelecida no Capítulo 7, de 170 L/lig.dia; desse modo, recomendou-se a redução do nível de perdas até 2033, e manutenção após esse período.

### 8.3.7 Qualidade da água bruta

A qualidade da água no município é monitorada pela CETESB, conforme apresentado no item 8.2.7.

### 8.3.8 Qualidade da água tratada

A qualidade da água tratada em Lorena pode ser observada no item 8.2.8. Não há indicadores específicos para o SAA B.

## 8.4 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - C

### 8.4.1 Mananciais

O sistema C é abastecido por cinco poços. A avaliação da disponibilidade hídrica subterrânea do município foi apresentada no item 8.2.1.

### 8.4.2 Captação, Elevação e Adução de Água Bruta

Conforme descrito no item 4.1.4, a captação do Sistema C é realizada por meio de cinco poços profundos. Dessa forma, para que seja possível avaliar a operação dos poços com a vazão outorgada, foi calculada a vazão média diária, conforme apresentado no **Quadro 8.10**.

**QUADRO 8.10 – VAZÕES OPERACIONAIS DOS POÇOS DO SISTEMA C**

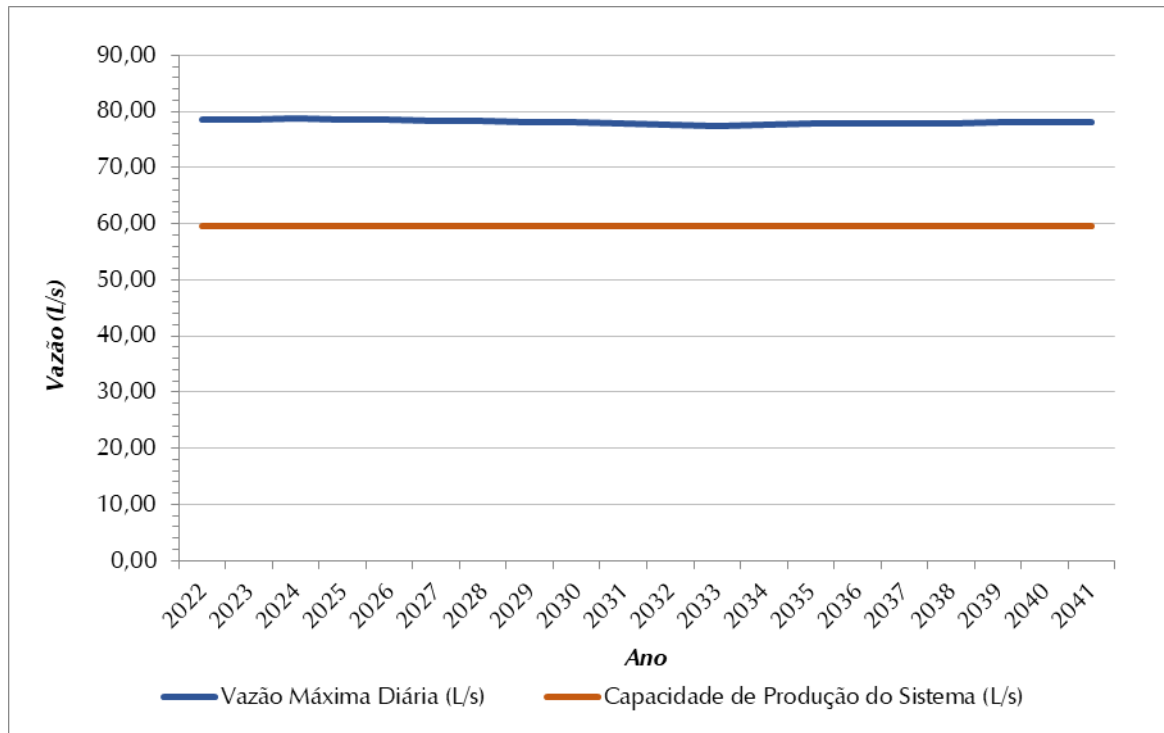
Manancial	Dados operacionais			Dados relativos à outorga		
	Vazão de operação (L/s)	Tempo de Operação (h/dia)	Vazão média diária (L/s) *	Vazão outorgada (L/s)	Tempo de Operação da Outorga (h/dia)	Vazão média diária (L/s) *
Poço Ipê II	11,7	21,9	10,6	21,4	20,0	17,8
Poço Santa Edwiges	28,9	21,6	26,0	31,4	20,0	26,2
Poço Vila Passos	11,4	22,0	10,4	18,0	20,0	15,0
Poço Vera Cruz	12,5	22,2	11,6	15,4	20,0	12,8
Poço 23†	4,3	5,0	0,9	22,2	18,0	16,7
<b>TOTAL</b>	<b>68,7</b>	<b>-</b>	<b>59,5</b>	<b>108,4</b>	<b>-</b>	<b>88,5</b>

\*Vazão média diária: se refere à vazão normalizada para 24 horas por dia (Vazão operacional x tempo de funcionamento/24 horas).

†: O poço 23 também faz parte do SAA B.

Fonte: SABESP, 2020.

Para avaliação da captação da água bruta, a vazão média diária dos poços calculada no **Quadro 8.10**, que foi comparada com as demandas máximas diárias da população atendida ao longo do período de planejamento, conforme pode ser observado na **Figura 8.5**.



**Figura 8.5 – Demandas Máximas Diárias (L/s) X Vazão Captada (L/s) – SAA C**

Verificou-se que a vazão média diária captada atualmente não é suficiente para atender às demandas durante todo horizonte de planejamento, uma vez que juntos, os cinco poços possuem capacidade de fornecer 59,5 L/s, valor inferior às demandas máximas diárias previstas ao longo de todo período de planejamento.

É importante ressaltar que todos os poços já operam o número de horas permitido por outorga, não sendo possível ampliar o volume captado. O Poço 23, com outorga para operar 18 horas/dia, abastece o SAA B por 13 horas e SAA C por 5 horas. Sendo assim, recomenda-se a implantação de um novo poço no sistema C.

Em relação às adutoras de água bruta, foi informado que os diâmetros variam entre 150 mm e 300 mm. Sendo assim, foi verificada a velocidade de escoamento nas adutoras de água bruta, de acordo com as recomendações da literatura. Segundo Tsutiya (2006), a velocidade econômica recomendada em adutoras por recalque é de 1,0 a 1,5 m/s. Como regra geral, a velocidade mínima não deve ser inferior a 0,6 m/s, já que pode ocorrer acúmulo de material suspenso no interior da tubulação. Estes valores foram adotados como referência para esta avaliação.

No **Quadro 8.11** apresenta-se a avaliação da capacidade de veiculação da vazão nas quatro adutoras de água bruta.

**QUADRO 8.11 - AVALIAÇÃO DAS VELOCIDADES DE OPERAÇÃO NAS ADUTORAS DE ÁGUA BRUTA**

<i>Adutora</i>	<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Vazão de Operação (L/s)</i>	<i>Velocidade de escoamento (m/s)</i>	<i>Vazão máxima admissível, considerando velocidade máxima de 1,5 m/s (L/s)</i>
Poço Ipê II	24,00	250	11,7	0,2	73,63
Poços Santa Edwiges + 23	ND	300	33,2	0,5	106,03
Poços Vila Passos + Santa Edwiges + 23	ND	300	44,6	0,6	
Poço Vera Cruz	ND	150	12,5	0,7	26,51
Poço 23	ND	250	4,3	0,1	73,63
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	<b>279,8</b>

ND: Não Disponível

Conforme pode ser observado no **Quadro 8.11**, para a vazão de operação atual, com exceção da adutora do poço Vera Cruz, as adutoras de água bruta apresentam velocidade de escoamento inferior ou próxima do valor mínimo recomendado (0,6 m/s). Usualmente, água captada em poço profundo não apresenta quantidade significativa de sedimentos, não ocorrendo deposição de materiais na tubulação. Portanto, não é prevista intervenção nesta unidade.

A capacidade máxima das adutoras (279,8 L/s) é superior às demandas diárias previstas ao longo do planejamento, sendo, portanto, possível o aumento da vazão captada para atendimento das demandas, se necessário.

### **8.4.3 Tratamento de Água**

A água captada no SAA C recebe tratamento por desinfecção com hipoclorito de sódio e fluoretação com ácido fluossilícico. Este procedimento é considerado adequado, uma vez que se trata de água proveniente de manancial subterrâneo. Segundo informações da SABESP, a água captada no SAA C não requer tratamento adicional, como filtração ou oxidação.

Não foram disponibilizadas informações sobre as unidades de dosagem de produtos químicos (concentrações aplicadas, bombas dosadoras, tanques de armazenamento), de forma que não foi possível avaliar se estão adequadas.

### **8.4.4 Reservação**

Para melhor visualização da situação da reservação do SAA C, são apresentados na **Figura 8.6** o volume de reservação necessário ao longo do período de planejamento e o volume existente.

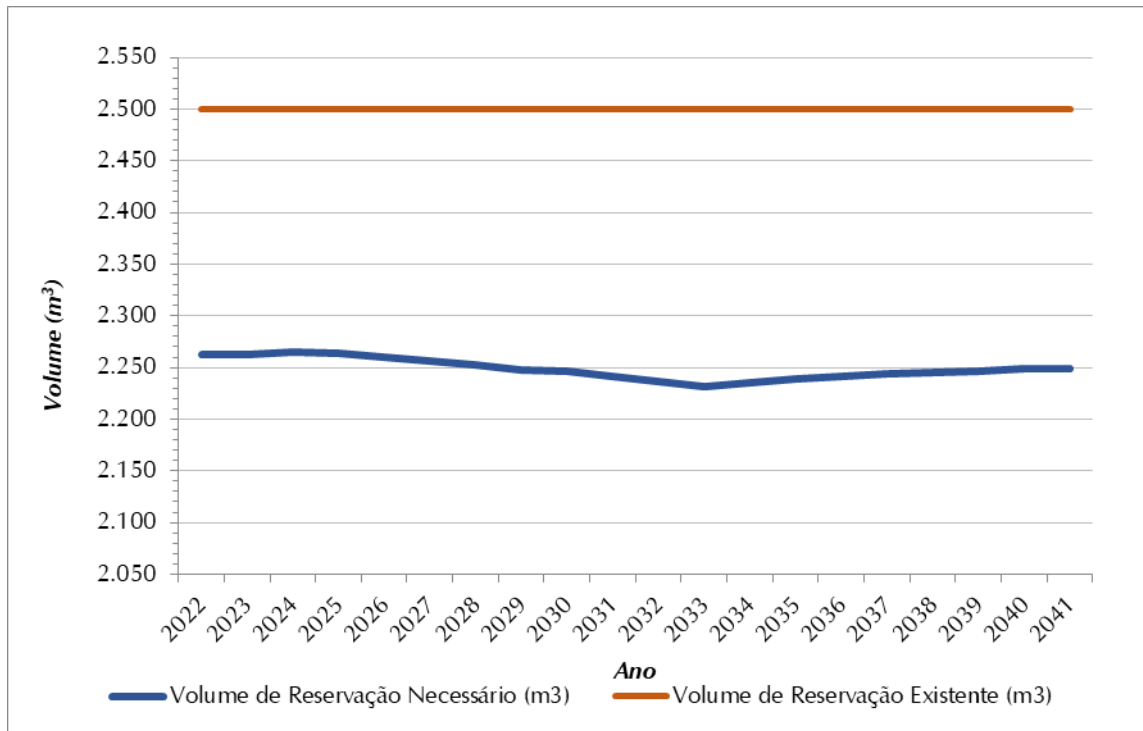


Figura 8.6 - Volume de Reservação Necessário (m³) x Volume de Reservação Atual (m³) SAA C

Com base na **Figura 8.6**, verifica-se que o SAA C possui reservação suficiente para atender às demandas durante todo o horizonte de planejamento, uma vez que a capacidade atual da reservação do sistema é de 2.500 m³ e o maior volume de reservação necessário é de 2.265 m³ (2024), ou seja, inferior ao volume instalado.

#### 8.4.5 Elevação/Adução de Água Tratada

O sistema C possui uma estação elevatória de água tratada denominada EEAT-C, que recalca água do reservatório RA-C para o RE-C1. A EEAT possui duas bombas em operação e uma em reserva, alcançando a vazão de 100,0 L/s (50,0 L/s por conjunto motobomba). A vazão máxima diária prevista durante o período de planejamento é igual a 78,6 L/s em 2024. Assim, a EEAT é capaz de atender à esta demanda.

A EEAT possui bomba reserva instalada. Não foi informado se há gerador de emergência instalado, nem o estado de conservação das unidades.

#### 8.4.6 Rede de Distribuição

A rede de distribuição de água do SAA C de Lorena apresentava em 2019, segundo SABESP, extensão total de 74,5 km, constituída de tubulações de diferentes diâmetros e materiais. Não foram apontados pela SABESP problemas operacionais.

Como o índice de atendimento na área urbana já é 100%, só é previsto expansão na rede de distribuição de forma a acompanhar o crescimento da população.

Segundo informações do GEL de Lorena, o município possui cadastro da rede de abastecimento de água digital.

O Índice de Perdas na Distribuição no ano de 2020, tal como informado pela SABESP, apresentou valor de 207 L/lig.dia, superior à meta estabelecida no Capítulo 7, de 170 L/lig.dia; desse modo, recomendou-se a redução do nível de perdas até 2033, e manutenção após esse período.

#### **8.4.7 Qualidade da água bruta**

A qualidade da água no município é monitorada pela CETESB, conforme apresentado no item 8.2.7.

#### **8.4.8 Qualidade da água tratada**

A qualidade da água tratada em Lorena pode ser observada no item 8.2.8. Não há indicadores específicos para o SAA C.

### **8.5 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - D**

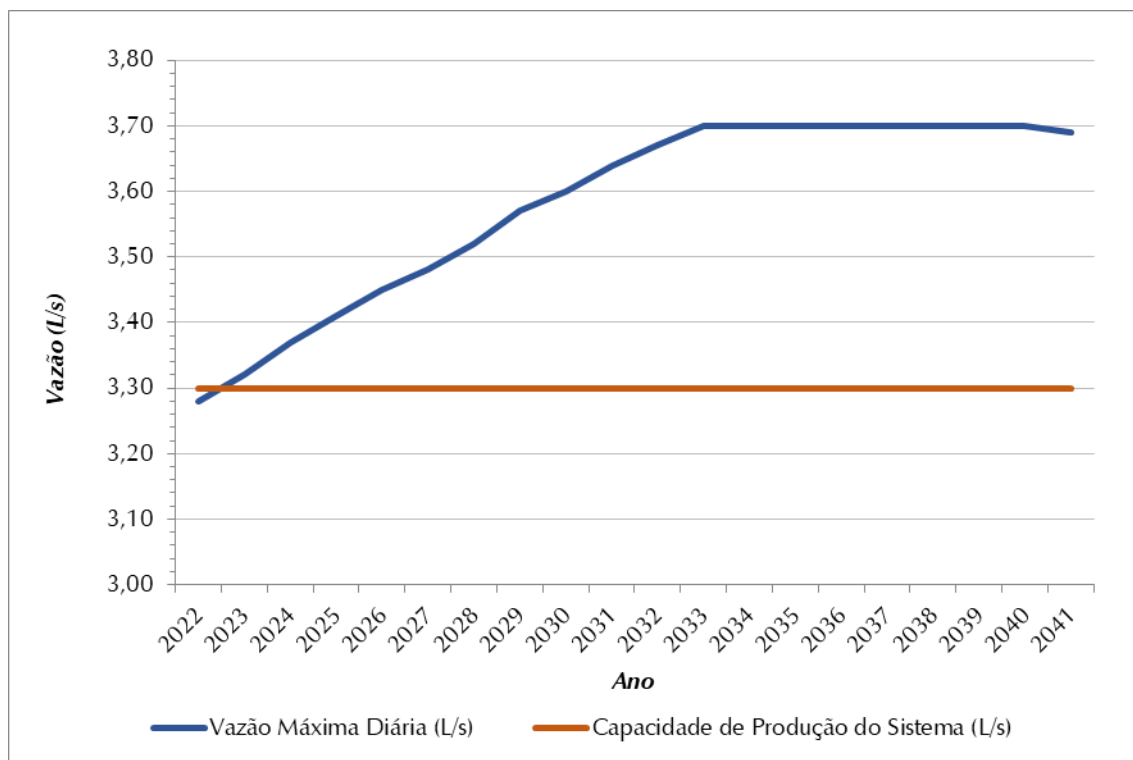
---

#### **8.5.1 Mananciais**

O sistema D é abastecido por um manancial superficial, o Ribeirão das Posses. Para o diagnóstico da disponibilidade hídrica do manancial superficial considera-se que o uso prioritário de água é o consumo humano, de modo que não são avaliadas as vazões outorgadas no manancial ao saldo hídrico. Para tal, adota-se a vazão mínima de referência,  $Q_{7,10}$ , informada pela SABESP. No entanto, neste caso, a  $Q_{7,10}$  do Ribeirão das Posses não foi informada pela SABESP. Assim, não foi possível realizar esta avaliação.

#### **8.5.2 Captação, Elevação e Adução de Água Bruta**

Conforme descrito no item 4.1.5, a captação do Sistema D é realizada por meio de uma barragem de nível no Ribeirão das Posses, a fio d'água, com vazão captada igual a 3,3 L/s, e vazão outorgada de 9,3 L/s. A maior demanda máxima diária é de 3,70 L/s, a partir de 2033, conforme apresentado na **Figura 8.7**.



**Figura 8.7 – Demandas Máximas Diárias (L/s) X Vazão Captada (L/s) – SAA D**

Vale ressaltar que o sistema possibilita a captação, a fio d’água, da vazão outorgada de até 9,3 L/s. Assim, o sistema D tem capacidade suficiente para atender às demandas ao longo do período de planejamento.

A adução da água captada é realizada por gravidade até o reservatório RA-D. Sendo assim, foi verificada a velocidade de escoamento na adutora de água bruta, de acordo com as recomendações da literatura. Segundo Tsutiya (2006), a velocidade econômica recomendada em adutoras por conduto forçado é de 1,0 a 1,5 m/s. Como regra geral, a velocidade mínima não deve ser inferior a 0,6 m/s, já que pode ocorrer acúmulo de material suspenso no interior da tubulação. Estes valores foram adotados como referência para esta avaliação.

No **Quadro 8.12** apresenta-se a avaliação da capacidade de veiculação da vazão na adutora de água bruta.

**QUADRO 8.12 - AVALIAÇÃO DAS VELOCIDADES DE OPERAÇÃO NA ADUTORA DE ÁGUA BRUTA**

Adutora	Extensão (m)	Diâmetro (mm)	Vazão de Operação (L/s)	Velocidade de escoamento (m/s)	Vazão máxima admissível, considerando velocidade máxima de 1,5 m/s (L/s)
Ribeirão das Posses	17.108,00	150	3,3	0,2	26,51

Conforme pode ser observado no **Quadro 8.12**, para a vazão de operação atual, a adutora apresenta velocidade de escoamento inferior ao valor mínimo recomendado (0,2 m/s). Como a baixa velocidade pode favorecer a deposição de material suspenso na tubulação, o operador deve atentar para a limpeza do interior da unidade e, se possível, recomenda-se aumentar a



vazão de operação e diminuir o tempo de operação, de forma a aumentar a velocidade de escoamento.

A capacidade máxima da adutora (26,5 L/s) é superior às demandas diárias previstas ao longo do planejamento, sendo, portanto, possível o aumento da vazão captada para atendimento das demandas, se necessário.

### 8.5.3 Tratamento de Água

O tratamento da água no sistema D consiste em filtração (filtros ascendentes) antes das etapas de desinfecção e fluoretação. A vazão nominal é de 9,3 L/s, superior à maior demanda máxima diária de planejamento, de 3,70 L/s (2033). Não foram disponibilizados dados sobre sua operação e estado de conservação.

As informações relativas a dosagens dos produtos químicos e suas unidades constituintes não foram fornecidas pela SABESP.

### 8.5.4 Reservação

Para melhor visualização da situação da reservação do SAA D é apresentada na **Figura 8.8** a evolução do volume de reservação necessário e o volume existente.

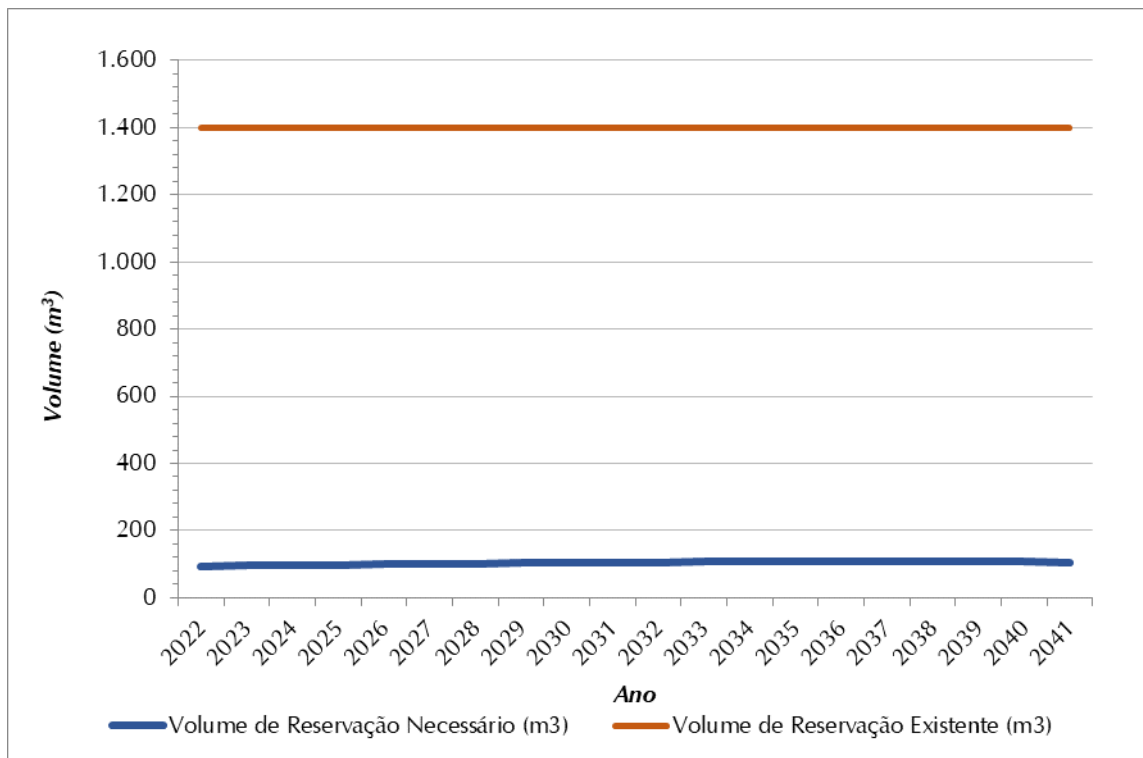


Figura 8.8 - Volume de Reservação Necessário (m³) x Volume de Reservação Atual (m³) SAA D

Com base na **Figura 8.8**, verifica-se que o SAA D possui reservação suficiente para atender às demandas durante todo o horizonte de planejamento, uma vez que a capacidade atual de reservação do sistema é de 1.400 m<sup>3</sup> e o volume necessário varia entre 94 m<sup>3</sup> (2022) e 107 m<sup>3</sup> (2041), ou seja, inferior ao volume instalado.

#### **8.5.5 Elevação/Adução de Água Tratada**

O sistema D possui um *booster* denominado *booster Vila Cristina*, que recalca água do reservatório RA-D para a rede de distribuição desse bairro. O *booster* conta com duas bombas submersíveis, uma em operação e outra reserva em bancada, com capacidade nominal de 3,0 L/s cada. A maior vazão máxima horária prevista no período de planejamento é igual a 5,08 L/s, a partir de 2033. Assim, é recomendada a ampliação da unidade para atender a esta demanda.

Não foi informado se há gerador de emergência no *booster*, ou as condições de uso e manutenção de suas unidades.

#### **8.5.6 Rede de Distribuição**

A rede de distribuição de água do SAA D de Lorena apresentava em 2019, segundo SABESP, extensão total de 4,7 km, constituída de tubulações de diferentes diâmetros e materiais. Não foram apontados pela SABESP problemas operacionais.

Como o índice de atendimento na área urbana já é 100%, só é previsto expansão na rede de distribuição de forma a acompanhar o crescimento da população.

Segundo informações do GEL de Lorena, o município possui cadastro da rede de abastecimento de água digital.

O Índice de Perdas na Distribuição no ano de 2020, tal como informado pela SABESP, apresentou valor de 207 L/lig.dia, superior à meta estabelecida no Capítulo 7, de 170 L/lig.dia; desse modo, recomendou-se a redução do nível de perdas até 2033, e manutenção após esse período.

#### **8.5.7 Qualidade da água bruta**

A qualidade da água no município é monitorada pela CETESB, conforme apresentado no item 8.2.7.

#### **8.5.8 Qualidade da água tratada**

A qualidade da água tratada em Lorena pode ser observada no item 8.2.8. Não há indicadores específicos para o SAA D.

## 8.6 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - SEDE

### 8.6.1 Coleta e Encaminhamento

A rede coletora de esgoto do SES Sede possui extensão total de 200,28 km, em diâmetros de 150 a 500 mm em PVC, ferro fundido, cimento amianto, tubos cerâmicos e concreto.

O sistema também conta com cinco coletores tronco, que juntos totalizam a extensão de 3,85 km. Dessa forma, a extensão total do sistema de coleta é igual a 204,13 km (rede coletora e coletores tronco).

Como o índice de atendimento na área urbana é de 98,5%, acima da meta de 90% preconizada pelo Marco Legal do Saneamento Básico seja atingida em 2033, só é previsto expansão no sistema de coleta de forma a acompanhar o crescimento da população. Além disso, é prevista implantação de rede coletora no Bairro do Campinho para integração com o SES Sede.

### 8.6.2 Elevação e Adução de Esgoto

O SES Sede possui 13 estações elevatórias de esgoto responsáveis por encaminhar o esgoto recalcado à ETE. As EEs não possuem bomba reserva instalada, nem gerador de emergência, o que apresenta risco ambiental decorrente da possibilidade de extravasamentos em caso de falta de energia elétrica, de forma que se recomenda a implantação de gerador e conjunto motobomba reserva nas elevatórias.

Não foi possível avaliar a adequação das unidades para atendimento das contribuições ao longo do período de planejamento, uma vez que não foram fornecidas informações sobre o número de ligações atendidas por cada elevatória.

Para avaliação das linhas de recalque, considerou-se como referência as velocidades de operação entre 0,6 e 3,0 m/s, conforme recomendado por Tsutiya (2011). A velocidade média para a linha é apresentada no **Quadro 8.13**.

**QUADRO 8.13 – VERIFICAÇÃO DA LINHA DE RECALQUE DAS EEE**

Denominação	Extensão (m)	Diâmetro (mm)	Vazão nominal da EEE (L/s)	Velocidade de escoamento (m/s)	Vazão máxima admissível (L/s)
CECAP	440,00	150	14,0	0,79	53,01
Comerciários I	660,00	100	14,5	1,85	23,56
Comerciários II	735,00	100	14,5	1,85	23,56
Santiago	269,00	300	58,0	0,82	212,06
Vila Nunes	370,00	150	47,0	2,66	53,01
Vila Geni	2.230,00	200	15,5	0,49	94,25
Vila Brito	380,00	100	12,8	1,63	23,56
Vila Simão	300,00	100	10,0	1,27	23,56
Vila Sapê/Santa Rita	650,00	100	12,2	1,55	23,56

<i>Denominação</i>	<i>Extensão (m)</i>	<i>Diâmetro (mm)</i>	<i>Vazão nominal da EEE (L/s)</i>	<i>Velocidade de escoamento (m/s)</i>	<i>Vazão máxima admissível (L/s)</i>
CECAP	440,00	150	14,0	0,79	53,01
Vila Portugal	529,05	100	10,0	1,27	23,56
Vila Cristina	1.200,00	100	11,1	1,41	23,56
Vila Esperança	400,00	100	12,2	1,55	23,56
Cabelinha	700,00	400	210 143	1,67 1,14	376,99

Observa-se que a velocidade na linha de recalque para a capacidade nominal da EEE Vila Geni de 0,49 m/s, é inferior ao limite mínimo recomendado de 0,6 m/s. Como a baixa velocidade pode favorecer a deposição de material suspenso na tubulação, o operador deve atentar para a limpeza do interior da unidade e, se possível, recomenda-se, se possível, aumentar a vazão de operação e diminuir o tempo de operação de forma a aumentar a velocidade de escoamento.

### **8.6.3 Tratamento de Esgoto e Disposição do Efluente Tratado**

O esgoto coletado no município é encaminhado para a ETE Sede, com capacidade nominal de 355,2 L/s. A máxima vazão média de plano (2041) prevista é de 164,90 L/s, ou seja, 46% da capacidade atual, como pode ser observado na **Figura 8.9**. Assim, verifica-se que a ETE é suficiente para atendimento do período de planejamento.

No entanto, salienta-se que não foi informada a idade da ETE, de modo que é necessário considerar o estado de conservação dos equipamentos existentes em análises mais detalhadas.

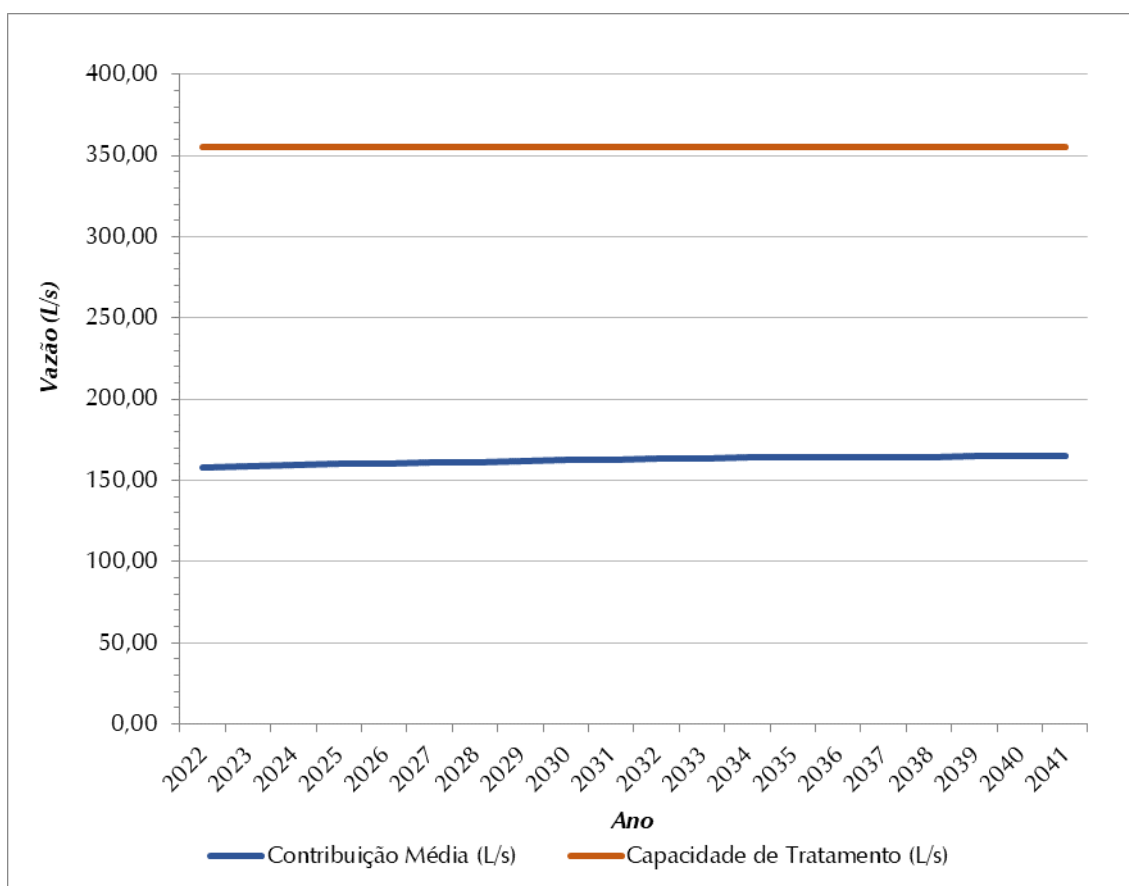


Figura 8.9 – Contribuição Média Total (L/s) x Capacidade de Tratamento de Esgoto (L/s) – SES Sede

O volume mensal de resíduos removidos no gradeamento não foi informado. Esses resíduos são encaminhados à EEE Cabelinha, para posterior disposição final (não especificada).

De acordo com a SABESP não há descarte do lodo, e as lagoas contam com monitoramento do volume de lodo, por batimetria. As medições são realizadas conforme a necessidade da operação. Além disso, não foram informados dados de eficiência de remoção de carga orgânica pela SABESP.

O emissário final possui dois trechos distintos. O primeiro trecho tem 114,00 m de extensão, em diâmetro nominal igual a 800 mm, em ferro fundido. O segundo trecho é um canal de concreto, com extensão de 74,56 m, e seção retangular de 1,10 x 1,50 m. Foi feita a avaliação da capacidade de veiculação, com base na menor contribuição média e maior contribuição máxima horária observadas no horizonte de planejamento nesse emissário. A literatura recomenda os seguintes critérios para escoamento adequado: tensão trativa superior à 1,0 Pa e lâmina líquida inferior à 75% do diâmetro. Os resultados estão apresentados no **Quadro 8.14**. Ressalta-se que foi adotado o valor de declividade mínima igual a 0,02 m/m para verificação, na ausência de dados.

**QUADRO 8.14 – VERIFICAÇÃO DO EMISSÁRIO FINAL**

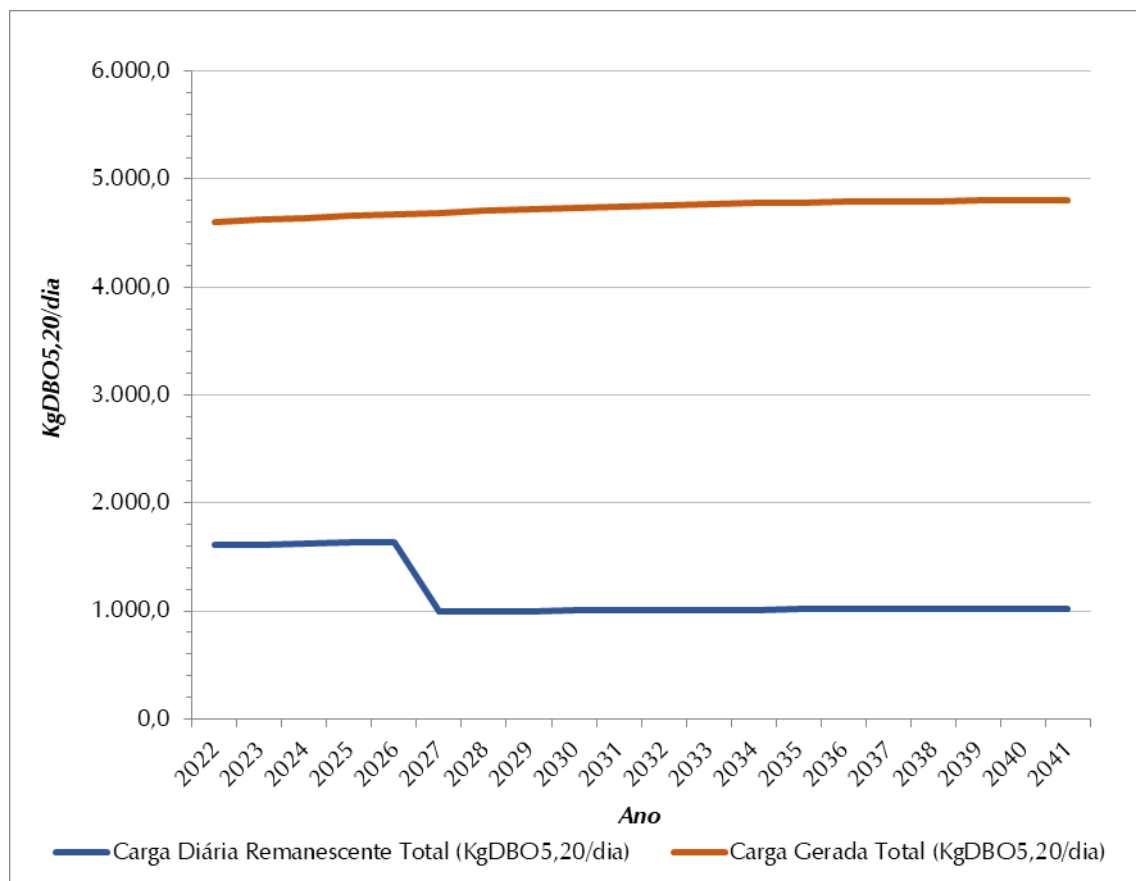
Denominação	Extensão (m)	Diâmetro (mm)	Vazão de Planejamento (L/s)	Lâmina líquida (Y/D)	Velocidade (m/s)	Tensão Trativa (Pa)
Emissário	114,0	800	157,88– 267,27	0,20 – 0,25	2,3 – 2,7	19,43 – 23,63
	74,56	1,10 m x 1,50 m	157,88– 267,27	0,06 – 0,08	1,7 – 2,0	12,20 – 15,88

Verifica-se no **Quadro 8.14** que o emissário apresenta valores de lâmina líquida e tensão tratativa dentro dos valores recomendados da literatura técnica.

### 8.6.4 Qualidade do efluente tratado

O SES Sede é atendido por uma ETE que utiliza lagoas australianas (lagoas anaeróbias seguidas de facultativas). Segundo o Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo, divulgado pela CETESB em 2021 e relativo ao ano de 2020, o sistema de tratamento do município de Lorena possui eficiência média de remoção de matéria orgânica em termos de  $DBO_{5,20}$  de 66%, ou seja, inferior à estabelecida no Decreto Estadual nº 8.468/76, de 80%. Dessa forma, foram previstas obras de adequação para melhoria da eficiência de remoção de  $DBO_{5,20}$ .

A **Figura 8.10** apresenta a evolução das cargas orgânicas geradas e remanescentes do sistema. Observa-se que há acréscimo das cargas geradas, acompanhando o aumento populacional. As cargas remanescentes diminuem entre 2026 e 2027 considerando a adequação para melhoria da eficiência de remoção de  $DBO_{5,20}$ .



**Figura 8.10 - Evolução de Cargas Orgânicas (Kg DBO<sub>5,20</sub>/Dia)**

Ainda em relação ao Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo, o Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana (ICTEM) foi igual a 7,77, o que o classifica como bom (entre 7,6 e 10,0).

Este indicador relaciona coleta, existência e eficiência do sistema de tratamento do esgoto coletado, efetiva remoção da carga orgânica em relação à carga potencial, destinação adequada de lodo e resíduos gerados no tratamento e não desenquadramento da classe do corpo receptor pelo efluente tratado e lançamento direto e indireto de esgoto não tratado. Assim, observa-se que o SES de Lorena possui atendimento bom aos parâmetros considerados neste indicador da CETESB.

O lançamento de macronutrientes acima da capacidade de autodepuração de corpos hídricos, especialmente em ambientes lênticos, pode levar a problemas de eutrofização e toxicidade à vida aquática, o que pode provocar mortandade de peixes em eventos extremos. Dessa forma, para se obter resultados confiáveis sobre a concentração de nitrogênio amoniacal e de fósforo nos corpos receptores dos efluentes das ETEs, é fundamental que municípios e as operadoras de seus sistemas de esgotamento sanitário monitorem e divulguem dados primários para estudo específico, que envolve as seguintes atividades principais:

- ✓ Dados de nitrogênio amoniacal e de fósforo no corpo receptor a montante do lançamento do efluente;
- ✓ Dados de nitrogênio amoniacal e de fósforo do efluente tratado;
- ✓ Estudo de diluição/autodepuração que, além da delimitação da região de cálculo, em que se construirá a rede de rios e reservatórios, necessitaria da obtenção de parâmetros associados aos trechos de rios simulados, tais como: extensão linear total do trecho de rio, altitude média da região, velocidade média do rio, vazões específicas da bacia. A altitude média é utilizada para o cálculo do Coeficiente de Saturação (CS) e obtenção da concentração limite de oxigênio dissolvido. São utilizados para o cálculo do tempo de permanência para rios a extensão e a velocidade média. Assim, a partir destes parâmetros são feitas simulações da autodepuração do fósforo e da reaeração dos trechos em estudo, utilizando ferramentas computacionais levando à obtenção de valores de concentração em pontos de interesse para análise.

O monitoramento desses parâmetros visa buscar a melhor qualidade de água possível, não prejudicando quem está a jusante com eutrofizações e/ou mortandade de peixes em eventos climáticos críticos.

## **8.7 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO**

### **8.7.1 Titularidade da Prestação dos Serviços**

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Lorena são prestados pela SABESP. Trata-se de uma empresa privada de economia mista, com personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa, econômica e financeira.

Sua finalidade consiste em estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas em Engenharia Sanitária, as obras relativas à construção ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, bem como administrar, operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e esgoto sanitário, além de lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas desses serviços.

As vantagens da concessão dos serviços de saneamento são as seguintes:

- ✓ Maior facilidade de obtenção de fontes de financiamento
- ✓ Não é influenciada pela política local na tomada de decisões, sendo responsável pela fixação de tarifas de água e esgoto.

### **8.7.2 Legislação Aplicável**

Em função das novas referências, em termos da legislação institucional em vigor, deve-se destacar que os planos municipais de saneamento deverão obedecer às exigências das Leis Federais nº 11.445/07 (Lei Nacional do Saneamento Básico e sua regulamentação – Decreto nº 7.217/10) e 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos); outras leis de referência são as Leis nº 11.079/04 (Lei das Parcerias Público-Privadas), Lei nº 8.987/95 (Lei de Concessões) e, no campo da regulação dos serviços, a Lei Complementar nº 1.025/07, que criou a ARSESP.

Deve-se destacar também a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à ANA competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento. A meta do Governo Federal é alcançar a universalização até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e a coleta de esgoto.

Deve-se, também, levar em conta a Lei Estadual nº 7.663/91, centrada na Política Estadual de Recursos Hídricos, e demais documentos que orientam a elaboração dos planos nacionais, estaduais, municipais ou regionais (como portarias, resoluções, guias, leis orgânicas municipais etc.).

Na esfera municipal, pode-se destacar a Lei Complementar nº 244, de 15 de dezembro de 2016 que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Lorena e a Lei Orgânica do Município de Lorena, atualizada em 29 de setembro de 2017, que dispõe sobre as competências de cada entidade governamental, incluindo as responsáveis pelos serviços de saneamento básico e meio ambiente.



## **9. OBJETIVOS E METAS**

### **9.1 ABORDAGEM GERAL SOBRE OS OBJETIVOS E METAS PARA OS SISTEMAS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO**

Neste capítulo são definidos os objetivos e as metas para o município de Lorena, contando com dados e informações que já foram sistematizados nos capítulos anteriores, essencialmente quanto ao que se pretende alcançar em cada horizonte de planejamento, com relação ao nível de cobertura dos serviços de saneamento básico e sua futura universalização.

Sob essa intenção, os objetivos e metas serão mais bem detalhados em nível do território do município, orientando o desenvolvimento do programa de investimentos proposto, que constituirá a base do Plano Municipal.

### **9.2 CONDICIONANTES E DIRETRIZES GERAIS ADVINDAS DE DIAGNÓSTICOS**

Contando com todos os subsídios levantados, pode-se, então, chegar a conclusões e a diretrizes gerais relacionadas aos planos municipais dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário:

- ✓ As articulações e mútuas repercussões entre os segmentos internos ao setor de saneamento, que envolvem o abastecimento de água e a coleta e o tratamento de esgoto;
- ✓ As ações conjuntas e processos de negociação para alocação das disponibilidades hídricas, com vistas a evitar conflitos com outros diferentes setores usuários das águas – no caso da UGRHI 02, com destaques para a diluição de esgoto doméstico, irrigação, geração de energia elétrica, com ênfase na diluição de efluentes industrial e a transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para o Rio Guandu, como também outros conflitos potenciais decorrentes da possível transposição de águas do Rio Paraíba do Sul para o abastecimento da macrometrópole de São Paulo.

Em relação aos sistemas de abastecimento de água dos municípios da UGRHI 02, o Diagnóstico efetuado indicou que:

- ✓ Os Índices de Atendimento de Água do SNIS foram considerados bons para 47% dos municípios da UGRHI 02, enquanto 38% foram classificados como Regular e um município com índice Ruim, resultado decorrente das diferenças socioeconômicas encontradas entre os municípios da bacia (CBH-PS, 2020).

No que tange aos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, as conclusões obtidas do Diagnóstico são as seguintes:

- ✓ Os municípios da UGRHI 02 possuem sistemas de tratamento de esgoto que ainda não atendem a totalidade da população.

Sob tais conclusões, os planos municipais dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário devem considerar as seguintes diretrizes gerais:

- ✓ Buscar a universalização dos sistemas de abastecimento de água, não somente para atender às questões de saúde pública e direitos de cidadania, como também para que os mananciais presentes e potenciais sejam prontamente aproveitados para fins de abastecimento de água, consolidando o sistema de saneamento, prevendo projeções de demandas futuras e antecipando-se a possíveis disputas com outros setores usuários das águas;
- ✓ Apenas em casos isolados de pequenas comunidades da área rural admitir metas ainda parciais, para chegar à futura universalização dos serviços de abastecimento de água;
- ✓ Aumentar a eficiência na distribuição de água potável, o que significa reduzir o índice de perdas reais e aparentes, com melhor aproveitamento dos mananciais utilizados; e,
- ✓ Maximizar os índices de coleta de esgoto sanitário, associados a sistemas de tratamento, notadamente nos casos em que possam ser identificados rebatimentos positivos sobre a qualidade de corpos hídricos nos trechos de jusante.

### **9.3 OBJETIVOS E METAS**

Em consonância com as diretrizes gerais, este estudo deve adotar os seguintes objetivos e metas, tal como já disposto, essencialmente, quanto ao que se pretende alcançar em cada horizonte de projeto, em relação ao nível de cobertura e/ou aos padrões de atendimento dos serviços de saneamento básico e sua futura universalização, conforme apresentado nos itens a seguir, particularmente para cada sistema/serviço de saneamento.

De acordo com o planejamento efetuado para elaboração desta revisão e atualização dos planos de saneamento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, foi concebida a seguinte estruturação sequencial para implantação das medidas necessárias:

- ✓ 2020 a 2022 – elaboração dos planos municipais;
- ✓ 2022 até o final de 2026 – obras emergenciais e de curto prazo;
- ✓ 2027 até o final de 2031 – obras de médio prazo;
- ✓ 2032 até o final de 2041 – obras de longo prazo.

#### **9.3.1 Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**

No **Quadro 9.1** encontram-se resumidos os objetivos e metas, considerando metas progressivas de atendimento para consecução da universalização dos serviços, abordando os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O período considerado está relacionado com horizonte de planejamento de 20 anos, especificamente nesse caso, entre 2022 e 2041.

Caberá ao prestador de serviços implementar ações que assegurem o controle e a redução no índice de perdas no abastecimento de água do município, não intermitência no abastecimento e melhoria dos processos de tratamento, consoante metas definidas em conjunto com os contratantes e a ARSESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, após a edição das respectivas Normas de Referência da ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, mediante formalização de Termo Aditivo ao contrato vigente.

Considerando que até a finalização deste plano municipal não ocorreu a edição da Norma de Referência sobre redução de perdas da ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, optou-se por sugerir como meta a projeção do índice de perdas na distribuição do sistema de abastecimento de água do ano de 2041.

**QUADRO 9.1 – OBJETIVOS E METAS RELACIONADAS AO NÍVEL DE ATENDIMENTO, PERDAS E ÍNDICES DE TRATAMENTO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO COM SOLUÇÕES COLETIVAS**

Serviços de Saneamento	ÁREA ATENDIDA PELO SISTEMA PÚBLICO			
	Objetivos	Situação Atual	Metas	Prazo
Água	Universalizar o atendimento de água	Índice de Atendimento na área urbana 100%	Índice de atendimento ≥ 99%	até 2033
		Índice de Atendimento na área rural 49,7%		
	Gerenciar o índice de perdas	Índice de Perdas 207 L/lig.dia	Índice de Perdas 170 L/lig.dia	até 2041
Esgoto	Universalizar a coleta e o tratamento de esgoto	Índice de atendimento na área urbana 98,5%	Índice de coleta e tratamento ≥ 90%	até 2033
		Índice de atendimento na área rural 0%		
		Índice de Tratamento 100%		

Nota: Os sistemas atendidos pelas soluções coletivas correspondem a 100% da população urbana e 25,1% da população rural. A Sabesp considera como obrigação da prestadora a disponibilidade do serviço na área atendível/abrangência definida com o Município, representado pelo índice de cobertura de redes.

No **Quadro 9.2** encontram-se resumidos os objetivos e metas, considerando, metas progressivas de atendimento para consecução da universalização dos serviços, abordando o abastecimento de água e esgotamento sanitário com soluções individuais. O período considerado está relacionado com horizonte de planejamento de 20 anos, especificamente nesse caso, entre 2022 e 2041.

**QUADRO 9.2 – OBJETIVOS E METAS RELACIONADAS AO NÍVEL DE ATENDIMENTO E SUA FUTURA UNIVERSALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO COM SOLUÇÕES INDIVIDUAIS**

Serviços de Saneamento	ÁREA ATENDIDA POR SOLUÇÃO INDIVIDUAL			
	Objetivos	Situação Atual	Metas	Prazo
Água	Universalizar o atendimento de água	Índice de Atendimento 68,9%	Índice de Atendimento 99%	Longo Prazo até 2033
Esgoto	Universalizar a coleta e tratamento de esgoto	Índice de Atendimento 0%	Índice de Atendimento 90%	Longo Prazo até 2033

Nota: Os sistemas atendidos pelas soluções individuais correspondem a 74,9% da população rural.

Para que os objetivos sejam atendidos, em decorrência das características particulares do município, no qual os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário atendem apenas a população urbana, a proposição elaborada é apresentada considerando como alternativa para que seja possível atingir a universalização:

- ✓ Uma parcela da população rural deverá ser atendida por sistema de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário;
- ✓ Uma parcela da população rural deverá ser atendida através de soluções individuais, visto que, de acordo com o Censo 2010, a área rural do município possui baixa densidade populacional, além das projeções indicarem a diminuição populacional ao longo do período de planejamento.

## 10. FORMULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE PROPOSTAS ALTERNATIVAS – PROGNÓSTICOS

### 10.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - A

#### 10.1.1 Etapas e Demandas do Sistema

O sistema de abastecimento de água A é suprido integralmente por manancial subterrâneo. Haverá decréscimo das demandas entre 2022 e 2041, conforme apresentado no **Quadro 7.7**. As demandas referidas especificamente às datas adotadas para implantação/ampliação das obras dos sistemas são sumarizadas no **Quadro 10.1**, como referência.

**QUADRO 10.1 – RESUMO DAS VAZÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA O SISTEMA A - ANOS DE REFERÊNCIA DE OBRAS**

Ano	Referência	Demanda Média (L/s)	Demanda Máxima Diária (L/s)	Demanda Máxima Horária (L/s)
2022	Início de Plano	79,99	91,01	124,08
2026	Obras Emergenciais de Curto Prazo	79,75	90,93	124,47
2031	Obras de Médio Prazo	78,95	90,27	124,22
2041	Obras de Longo Prazo	79,14	90,59	124,95
<b>Acréscimos/Decréscimos em relação a 2022 - %</b>		<b>-1%</b>	<b>0%</b>	<b>+1%</b>

#### 10.1.2 Mananciais

No item 8.2.1 verificou-se que a demanda máxima diária a ser atendida por manancial subterrâneo no final de plano, considerando os sistemas A, B e C, igual a 222,99 L/s, é inferior à disponibilidade hídrica do município (VEE), de 337,81 L/s. Assim, não foram previstas intervenções nesta unidade.

#### 10.1.3 Captação, Adução e Elevação de Água Bruta

Conforme pode ser observado no item 8.2.2, a vazão média diária captada é suficiente para atender às demandas durante todo horizonte de planejamento. Assim, não foram previstas intervenções na captação. Não foram previstas intervenções nas adutoras de água bruta do sistema.

#### 10.1.4 Tratamento de Água

O tratamento é realizado por simples desinfecção e fluoretação, antes da entrada no reservatório, o que é considerado adequado. Dessa forma, não foram previstas intervenções nesta unidade.

### 10.1.5 Reservação

Conforme apresentado no item 8.2.4, o volume de reservação atual (3.100 m<sup>3</sup>) é suficiente para atender o volume máximo previsto de 2.623 m<sup>3</sup>, não sendo prevista intervenção.

### 10.1.6 Elevação e Adução de Água Tratada

Não foram fornecidas informações a respeito da existência de geradores, condições de uso e manutenção das elevatórias. Conforme apresentado no item 8.2.5 a EEAT está adequada e atende ao previsto por todo horizonte de planejamento. Assim, não foram previstas intervenções nesta unidade.

### 10.1.7 Distribuição

O Quadro 10.2 apresenta as extensões de rede requeridas para cada ano de referência do planejamento.

**QUADRO 10.2 – RESUMO DA EXTENSÃO DE REDE PREVISTA PARA O SISTEMA A EM RELAÇÃO AOS ANOS DE REFERÊNCIA DE PLANEJAMENTO**

Ano	Referência	Número de ligações	Extensão de rede prevista (km)
2022	Início de Plano	10.696	92,67
2026	Obras Emergenciais e de Curto Prazo	10.849	93,99
2031	Obras de Médio Prazo	10.982	95,14
2041	Obras de Longo Prazo	11.116	96,31
Acréscimos/Decréscimos em relação a 2022 - %		+4%	+4%

## 10.2 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - B

### 10.2.1 Etapas e Demandas do Sistema

O sistema B é abastecido por quatro poços subterrâneos e uma captação superficial no Córrego Fortaleza. Haverá decréscimo das demandas entre 2022 e 2041, conforme apresentado no Quadro 7.8. As demandas referidas especificamente às datas adotadas para implantação/ampliação das obras dos sistemas são sumarizadas no Quadro 10.3, como referência.

**QUADRO 10.3 – RESUMO DAS VAZÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA O SISTEMA B - ANOS DE REFERÊNCIA DE OBRAS**

Ano	Referência	Demanda Média (L/s)	Demanda Máxima Diária (L/s)	Demanda Máxima Horária (L/s)
2022	Início de Plano	75,91	86,20	117,06
2026	Obras Emergenciais de Curto Prazo	75,63	86,06	117,36
2031	Obras de Médio Prazo	74,81	85,37	117,05
2041	Obras de Longo Prazo	74,97	85,66	117,73
Acréscimos/Decréscimos em relação a 2022 - %		-1%	-1%	+1%

### **10.2.2 Mananciais**

No item 8.2.1 verificou-se que a demanda máxima diária a ser atendida por manancial subterrâneo no final de plano, considerando os sistemas A, B e C, igual a 229,99 L/s, é inferior à disponibilidade hídrica do município (VEE), de 337,81 L/s. Assim, não foram previstas intervenções nesta unidade.

A avaliação da disponibilidade hídrica do Córrego Fortaleza não foi realizada, visto que seu valor de  $Q_{7,10}$  não foi disponibilizado.

### **10.2.3 Captação, Adução e Elevação de Água Bruta**

Conforme pode ser observado no item 8.3.2, a vazão média diária captada não é suficiente para atender às demandas durante todo horizonte de planejamento. Assim, foi prevista a implantação de um poço com vazão de 15,0 L/s operando 20 horas por dia. Não foram previstas intervenções nas adutoras de água bruta do sistema.

### **10.2.4 Tratamento de Água**

O tratamento é realizado por simples desinfecção e fluoretação, antes da entrada no reservatório, o que é considerado adequado. A água proveniente da captação Fortaleza, corpo d'água enquadrado em Classe 1, é submetida a filtração, por meio de filtros pressurizados, e posteriormente por desinfecção e fluoretação. O tratamento é adequado aos requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2005. Para este planejamento, assumiu-se que os filtros são adequados durante todo o período entre 2022 e 2041. Dessa forma, não foram previstas intervenções nesta unidade.

### **10.2.5 Reservação**

Conforme apresentado no item 8.3.4, o volume de reservação atual (2.200 m<sup>3</sup>) não é suficiente para atender o volume máximo previsto de 2.484 m<sup>3</sup>, sendo necessária ampliação em pelo menos 284 m<sup>3</sup>.

De acordo com a SABESP, é prevista a implantação de um reservatório com capacidade de 750 m<sup>3</sup> no SAA B. O reservatório previsto pela operadora supre o déficit, não sendo previstas intervenções além da indicada pela SABESP.

### **10.2.6 Elevação e Adução de Água Tratada**

Não foram fornecidas informações a respeito da existência de geradores, condições de uso e manutenção das elevatórias. Conforme apresentado no item 8.3.5 a EEAT está adequada e atende ao previsto por todo horizonte de planejamento. Assim, não foram previstas intervenções nesta unidade.

### 10.2.7 Distribuição

O Quadro 10.4 apresenta as extensões de rede requeridas para cada ano de referência do planejamento.

**QUADRO 10.4 – RESUMO DA EXTENSÃO DE REDE PREVISTA PARA O SISTEMA B EM RELAÇÃO AOS ANOS DE REFERÊNCIA DE PLANEJAMENTO**

Ano	Referência	Número de ligações	Extensão de rede prevista (km)
2022	Início de Plano	10.522	57,12
2026	Obras Emergenciais e de Curto Prazo	10.672	57,94
2031	Obras de Médio Prazo	10.803	58,65
2041	Obras de Longo Prazo	10.935	59,36
Acréscimos/Decréscimos em relação a 2022 - %		+4%	+4%

## 10.3 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - C

### 10.3.1 Etapas e Demandas do Sistema

O sistema de abastecimento de água C é suprido integralmente por manancial subterrâneo. Haverá decréscimo das demandas entre 2022 e 2041, conforme apresentado no Quadro 7.9. As demandas referidas especificamente às datas adotadas para implantação/ampliação das obras dos sistemas são sumarizadas no Quadro 10.5, como referência.

**QUADRO 10.5 – RESUMO DAS VAZÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA O SISTEMA C - ANOS DE REFERÊNCIA DE OBRAS**

Ano	Referência	Demanda Média (L/s)	Demanda Máxima Diária (L/s)	Demanda Máxima Horária (L/s)
2022	Início de Plano	69,22	78,59	106,71
2026	Obras Emergenciais de Curto Prazo	68,96	78,47	106,99
2031	Obras de Médio Prazo	68,22	77,84	106,71
2041	Obras de Longo Prazo	68,36	78,10	107,33
Acréscimos/Decréscimos em relação a 2022 - %		-1%	-1%	+1%

### 10.3.2 Mananciais

No item 8.2.1 verificou-se que a demanda máxima diária a ser atendida por manancial subterrâneo no final de plano, considerando os sistemas A, B e C, igual a 229,99 L/s, é inferior à disponibilidade hídrica do município (VEE), de 337,81 L/s. Assim, não foram previstas intervenções nesta unidade.

### 10.3.3 Captação, Adução e Elevação de Água Bruta

Conforme pode ser observado no item 8.4.2, a vazão média diária captada atualmente não é suficiente para atender às demandas durante todo horizonte de planejamento. Assim, foi prevista a implantação de um poço com vazão de 24,0 L/s operando 20 horas por dia. Não foram previstas intervenções nas adutoras de água bruta do sistema.



### 10.3.4 Tratamento de Água

O tratamento é realizado por simples desinfecção e fluoretação, antes da entrada no reservatório, o que é considerado adequado. Dessa forma, não foram previstas intervenções nesta unidade.

### 10.3.5 Reservação

Conforme apresentado no item 8.4.4, o volume de reservação atual (2.500 m<sup>3</sup>) é suficiente para atender o volume máximo previsto de 2.265 m<sup>3</sup>, não sendo prevista intervenção.

### 10.3.6 Elevação e Adução de Água Tratada

Não foram fornecidas informações a respeito da existência de geradores, condições de uso e manutenção das elevatórias. Conforme apresentado no item 8.4.5 a EEAT está adequada e atende ao previsto por todo horizonte de planejamento. Assim, não foram previstas intervenções nesta unidade.

### 10.3.7 Distribuição

O Quadro 10.6 apresenta as extensões de rede requeridas para cada ano de referência do planejamento.

**QUADRO 10.6 – RESUMO DA EXTENSÃO DE REDE PREVISTA PARA O SISTEMA C EM RELAÇÃO AOS ANOS DE REFERÊNCIA DE PLANEJAMENTO**

Ano	Referência	Número de ligações	Extensão de rede prevista (km)
2022	Início de Plano	9.608	75,45
2026	Obras Emergenciais e de Curto Prazo	9.745	76,53
2031	Obras de Médio Prazo	9.865	77,47
2041	Obras de Longo Prazo	9.986	78,42
Acréscimos/Decréscimos em relação a 2022 - %		+4%	+4%

## 10.4 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - D

### 10.4.1 Etapas e Demandas do Sistema

O sistema de abastecimento de água D é suprido integralmente por manancial superficial. Haverá decréscimo das demandas entre 2022 e 2041, conforme apresentado no Quadro 7.10. As demandas referidas especificamente às datas adotadas para implantação/ampliação das obras dos sistemas são sumarizadas no Quadro 10.7, como referência.

**QUADRO 10.7 – RESUMO DAS VAZÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA O SISTEMA D - ANOS DE REFERÊNCIA DE OBRAS**

Ano	Referência	Demanda Média (L/s)	Demanda Máxima Diária (L/s)	Demanda Máxima Horária (L/s)
2022	Início de Plano	2,89	3,28	4,45
2026	Obras Emergenciais de Curto Prazo	3,03	3,45	4,70
2031	Obras de Médio Prazo	3,19	3,64	4,99
2041	Obras de Longo Prazo	3,23	3,69	5,07
Acréscimos/Decréscimos em relação a 2022 - %		+12%	+13%	+14%

#### 10.4.2 Mananciais

A avaliação da disponibilidade hídrica do Ribeirão das Posses não foi realizada, visto que seu valor de  $Q_{7,10}$  não foi disponibilizado.

#### 10.4.3 Captação, Adução e Elevação de Água Bruta

Conforme pode ser observado no item 8.5.2, o sistema possibilita a captação, a fio d'água, da vazão outorgada de até 9,3 L/s. Assim, o sistema D tem capacidade suficiente para atender às demandas durante todo horizonte de planejamento. Assim, não foram previstas intervenções na captação. Também não foram previstas intervenções na adutora de água bruta do sistema.

#### 10.4.4 Tratamento de Água

O tratamento da água no sistema D consiste em filtração (filtros ascendentes) antes das etapas de desinfecção e fluoretação. A vazão nominal dos filtros, de 9,3 L/s, é suficiente durante todo o período entre 2022 e 2041. Assim, não foram previstas intervenções nesta unidade.

#### 10.4.5 Reservação

Conforme apresentado no item 8.5.4, o volume de reservação atual (1.400 m<sup>3</sup>) é suficiente para atender ao volume máximo previsto de 107 m<sup>3</sup>, não sendo prevista intervenção.

#### 10.4.6 Elevação e Adução de Água Tratada

Não foram fornecidas informações a respeito da existência de geradores, condições de uso e manutenção do *booster*. Conforme apresentado no item 8.5.5 é recomendada a ampliação do *booster* para 5,1 L/s de forma a atender à demanda máxima horária prevista por todo horizonte de planejamento.

#### 10.4.7 Distribuição

O Quadro 10.8 apresenta as extensões de rede requeridas para cada ano de referência do planejamento.

**QUADRO 10.8 – RESUMO DA EXTENSÃO DE REDE PREVISTA PARA O SISTEMA D EM RELAÇÃO AOS ANOS DE REFERÊNCIA DE PLANEJAMENTO**

<i>Ano</i>	<i>Referência</i>	<i>Número de ligações</i>	<i>Extensão de rede prevista (km)</i>
2022	Início de Plano	405	4,81
2026	Obras Emergenciais e de Curto Prazo	433	5,14
2031	Obras de Médio Prazo	465	5,52
2041	Obras de Longo Prazo	478	5,67
<i>Acréscimos/Decréscimos em relação a 2022 - %</i>		<i>+18%</i>	<i>+18%</i>

**10.5 RESUMO DAS INTERVENÇÕES NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Conforme dados apresentados nos itens anteriores, pode-se resumir as intervenções necessárias nos sistemas de abastecimento de água, ressaltando-se que se trata de intervenções principais identificadas com base nos dados fornecidos e coletados junto à Prefeitura e à SABESP. Todas as intervenções possíveis somente serão conhecidas quando da elaboração de projetos executivos específicos, que possam melhor retratar todas as intervenções necessárias.

Ressalta-se que o município possui um cadastro da rede de abastecimento de água completo. O custo de complementação do cadastro, decorrente da expansão da rede e ligações em função do crescimento vegetativo, está incluso no custo geral de equipamentos operacionais, fornecido pela própria operadora.

Em relação ao sistema de distribuição, as intervenções dependem de estudos de distribuição populacional, do conhecimento das vazões distribuídas, da característica das redes existentes (não disponíveis), e da setorização da distribuição.

O Índice de Perdas na Distribuição no ano de 2020, tal como informado pela SABESP, apresentou valor de 207 L/lig.dia, superior à meta estabelecida de 170 L/lig.dia; desse modo, é previsto apenas a redução do índice de perdas na distribuição até 2033, e manutenção do índice após esse período.

O **Quadro 10.9** apresenta a relação das intervenções principais a serem realizadas no sistema de abastecimento de água, abrangendo todas as áreas atendidas pelo sistema público.

**QUADRO 10.9 - RELAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PRINCIPAIS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

<i>Local</i>	<i>Sistemas</i>	<i>Unidades</i>	<i>Tipo de Intervenção/Prazo de Implantação</i>	<i>Obras Principais Planejadas</i>
Lorena Sistema A	Distribuição	Rede de distribuição	Longo Prazo - Entre 2022 e 2041	Implantação de aproximadamente 3,64 km de redes de distribuição (linhas principais e secundárias) e 420 novas ligações, de acordo com o crescimento vegetativo da população.
Lorena Sistema B	Captação	Poço profundo	Curto Prazo - Entre 2022 e 2026	Implantação de poço profundo com vazão de 15,0 L/s e tempo de operação igual a 20 horas/dia.
		Adutora de água bruta	Curto Prazo - Entre 2022 e 2026	Implantação de adutora de água bruta, para o novo poço, em tubulação de PVC de diâmetro igual a 150 mm e extensão de 100 m.
	Reservação	Reservatórios	Curto Prazo - Entre 2022 e 2026	Implantação de reservatório de 750 m <sup>3</sup>
	Distribuição	Rede de distribuição	Longo Prazo - Entre 2022 e 2041	Implantação de aproximadamente 2,24 km de redes de distribuição (linhas principais e secundárias) e 413 novas ligações, de acordo com o crescimento vegetativo da população.
Lorena Sistema C	Captação	Poço profundo	Curto Prazo - Entre 2022 e 2026	Implantação de poço profundo com vazão de 24,0 L/s e tempo de operação igual a 20 horas/dia.
		Adutora de água bruta	Curto Prazo - Entre 2022 e 2026	Implantação de adutora de água bruta, para o novo poço, em tubulação de ferro fundido de diâmetro igual a 200 mm e extensão de 25 m.
	Distribuição	Rede de distribuição	Longo Prazo - Entre 2022 e 2041	Implantação de aproximadamente 2,97 km de redes de distribuição (linhas principais e secundárias) e 378 novas ligações, de acordo com o crescimento vegetativo da população.
Lorena Sistema D	Distribuição	<i>Booster</i>	Curto Prazo – Entre 2022 e 2026	Substituição dos conjuntos motobombas para ampliação do <i>booster</i> para 5,1 L/s.
		Rede de distribuição	Longo Prazo - Entre 2022 e 2041	Implantação de aproximadamente 0,87 km de redes de distribuição (linhas principais e secundárias) e 73 novas ligações, de acordo com o crescimento vegetativo da população.
Todos SAA	Distribuição	Rede de distribuição	Longo Prazo - Entre 2022 e 2033	Programa de redução de perdas na distribuição
			Longo Prazo - Entre 2034 e 2041	Programa de manutenção de perdas na distribuição
	Geral	Geral	Longo Prazo – Entre 2022 e 2041	Aquisição de equipamentos operacionais

Ressalta-se que a redução do índice de perdas na distribuição considera as dificuldades inerentes à implantação de um programa, os custos envolvidos e a natural demora em obtenção de resultados, que em geral envolvem as seguintes ações:

- ✓ Construção de novas redes, em função da necessidade de expansão, além da substituição de redes de distribuição, tendo em vista os diâmetros reduzidos, a idade e os materiais empregados (fibrocimento e outros);
- ✓ Instalação de novos hidrômetros e substituição de hidrômetros existentes, em função de defeitos e incapacidade de registro de vazões corretas;
- ✓ Instalação de válvulas de manobras para configuração dos setores de abastecimento propostos;
- ✓ Medidas relacionadas com a otimização dos sistemas, para combate e controle das perdas reais (vazamentos diversos) e das perdas aparentes (cadastro de consumidores, submedição, ligações clandestinas, gestão comercial etc.), com base em um Programa de Redução de Perdas.

Como as intervenções no sistema de abastecimento de água A referem-se apenas à distribuição, não foi apresentado croqui proposto. As **Figuras 10.1 a 10.3** apresentam os croquis com as intervenções propostas para os sistemas B, C e D.

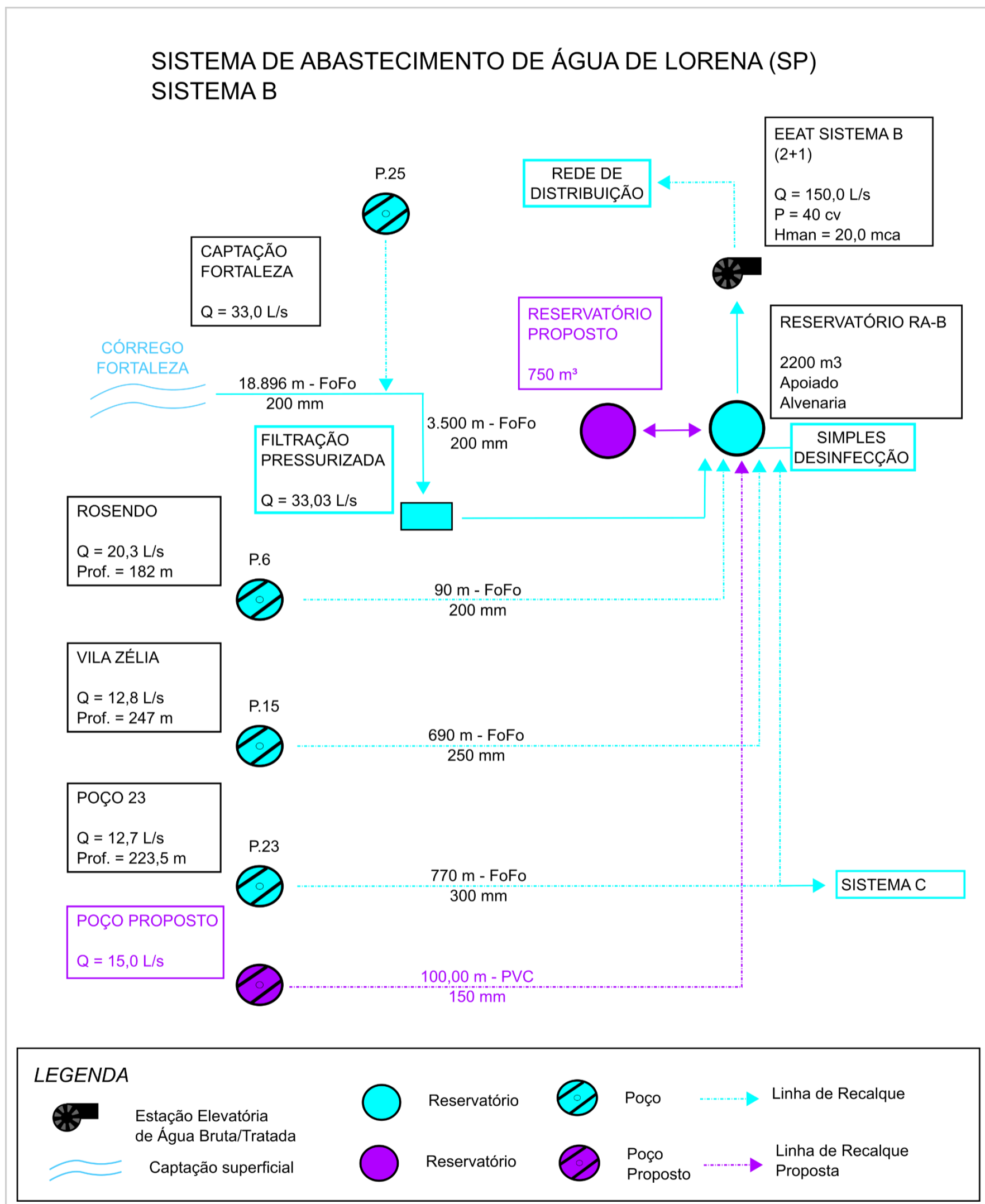


Figura 10.1 – Croqui das intervenções propostas no sistema de abastecimento de água B

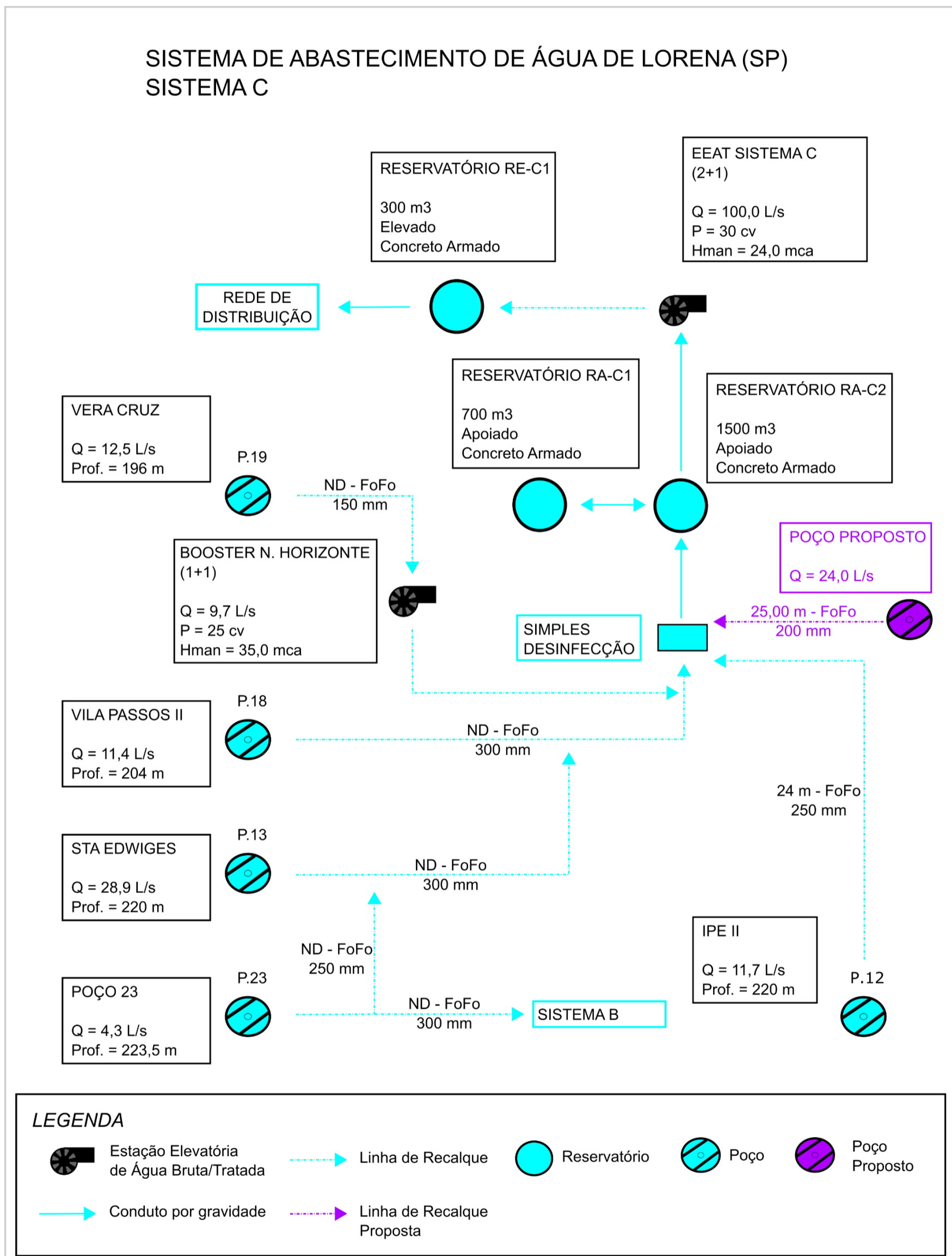


Figura 10.2 – Croqui das intervenções propostas no sistema de abastecimento de água C

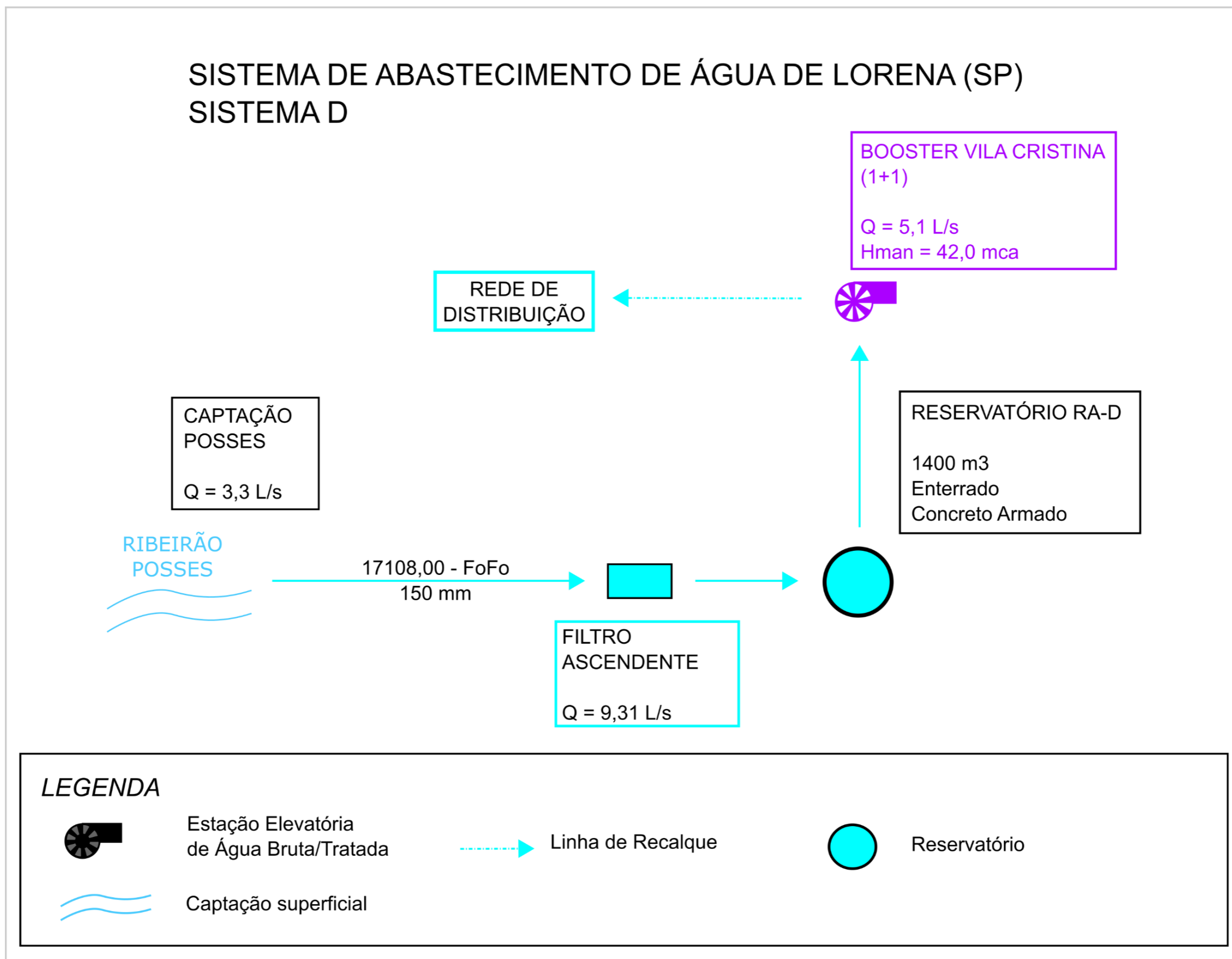


Figura 10.3 – Croqui das intervenções propostas no sistema de abastecimento de água D



## 10.6 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - SEDE

### 10.6.1 Etapas e Contribuições do Sistema

Haverá acréscimo das contribuições entre 2022 e 2041, conforme apresentado no Quadro 7.13. As contribuições afluentes ao tratamento e as cargas orgânicas tratadas em termos de DBO<sub>5,20</sub> referidas especificamente às datas adotadas para implantação/ampliação das obras dos sistemas são apresentadas no Quadro 10.10.

**QUADRO 10.10 – RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES DE ESGOTO PARA O SISTEMA SEDE - ANOS DE REFERÊNCIA DE OBRAS**

Ano	Referência	Contribuição Média (L/s)	Contribuição Máxima Diária (L/s)	Contribuição Máxima Horária (L/s)	Carga Média Diária Tratada (KgDBO <sub>5,20</sub> /dia)
2022	Início de Plano	157,88	181,19	251,11	4.531
2026	Obras Emergenciais de Curto Prazo	160,44	184,13	255,18	4.604
2031	Obras de Médio Prazo	162,78	186,81	258,91	4.672
2041	Obras de Longo Prazo	164,90	189,25	262,27	4.732
<b>Acréscimos/Decréscimos em relação a 2022 - %</b>		<b>+4%</b>	<b>+4%</b>	<b>+4%</b>	<b>+4%</b>

### 10.6.2 Coleta e Encaminhamento

O Quadro 10.11 apresenta as extensões de rede requeridas para cada ano de referência do planejamento.

**QUADRO 10.11 – RESUMO DA EXTENSÃO DE REDE PREVISTA PARA O SISTEMA SEDE EM RELAÇÃO AOS ANOS DE REFERÊNCIA DE PLANEJAMENTO**

Ano	Referência	Número de ligações	Extensão de rede prevista (km)
2022	Início de Plano	31.378	206,74
2026	Obras Emergenciais e de Curto Prazo	31.886	210,09
2031	Obras de Médio Prazo	32.507	214,20
2041	Obras de Longo Prazo	32.771	215,93
<b>Acréscimos/Decréscimos em relação a 2022 - %</b>		<b>+4%</b>	<b>+4%</b>

Assim, para este item, previu-se, a partir de 2022:

- ✓ Expansão da rede coletora, com a implantação de 9,19 km adicionais;
- ✓ Aumento do número de ligações (1.395 adicionais) para o horizonte de planejamento do projeto.

No entanto, ressalta-se que ampliações no sistema de coleta e encaminhamento dependem de projetos executivos a serem elaborados, impedindo uma avaliação mais precisa das intervenções propostas.

### **10.6.3 Elevação e Adução de Esgoto**

O sistema de esgotamento sanitário possui 13 estações elevatórias de esgoto. As EEE não possuem gerador de emergência, nem conjunto motobomba reserva instalado. Dessa forma, nesta Revisão e Atualização do Plano de Saneamento dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, é preconizada a instalação de geradores de emergência e bomba reserva nas EEE.

De acordo com a SABESP, é previsto em seu Plano de Investimentos a implantação e adequação de algumas estações elevatórias de esgoto, sendo:

- ✓ Implantação de duas EEE na bacia de esgotamento Rio Taboão/Otto Ude;
- ✓ Adequação da EEE Cabelinha;
- ✓ Implantação de EEE e Linha de Recalque no bairro Aterrado (Fase 1);
- ✓ Implantação de EEE e Linha de Recalque no bairro Aterrado (Fase 2);
- ✓ Implantação de EEE e Linha de Recalque no bairro do Campinho.

As obras previstas pela operadora são incluídas nas intervenções recomendadas neste Plano.

### **10.6.4 Tratamento de Esgoto e Disposição do Efluente Tratado**

Conforme o item 8.6.3, a ETE Sede e o emissário são suficientes para atender às contribuições previstas durante todo o horizonte de planejamento. Assim, não foram previstas intervenções para ampliação dessas unidades.

Entretanto a ETE apresentou eficiência de remoção abaixo do recomendado pelo Decreto Estadual nº 8.468/76, de 80%. Dessa forma, são previstos custos para adequação do tratamento de forma a melhorar a eficiência do processo.

No plano de investimentos da SABESP é prevista a implantação de uma Central de Resíduos Sólidos, uma vez que o município não conta com uma unidade de recebimento de resíduos sólidos provenientes de esgoto sanitário.

## **10.7 RESUMO DAS INTERVENÇÕES PRINCIPAIS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

Com base nos dados apresentados anteriormente, podem-se resumir as intervenções necessárias no sistema de esgotamento sanitário com soluções coletivas, conforme apresentado no **Quadro 10.12** ressaltando-se que se trata de intervenções principais, identificadas com base nos dados fornecidos e coletados junto à Prefeitura Municipal e à SABESP. Evidentemente, todas as intervenções possíveis somente serão conhecidas quando da elaboração de projetos executivos específicos, que possam melhor retratar todas as intervenções necessárias no sistema.

Ressalta-se que o município possui um cadastro da rede coletora de esgoto completo. A elaboração de arquivos executáveis com as características da rede, tais como diâmetro, material e informações geoespacializadas, é de extrema importância ao município, constituindo-se uma das principais recomendações neste plano. O custo de complementação do cadastro, decorrente da expansão da rede e ligações em função do crescimento vegetativo, está incluso no custo geral de equipamento operacionais, fornecido pela própria operadora.

**QUADRO 10.12 – RELAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PRINCIPAIS NO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE LORENA**

<i>Local</i>	<i>Sistema</i>	<i>Unidade</i>	<i>Tipo de Intervenção/ Prazo de Implantação</i>	<i>Obras Principais Planejadas</i>
SES Sede	Coleta e Afastamento	Rede Coletora	Longo Prazo - Entre 2022 e 2041	Implantação de aproximadamente 9,19 km de novas redes e 1.395 ligações para atendimento universal da população da sede do município, acompanhando o crescimento vegetativo.
	Elevação e Adução de Esgoto	Estações Elevatórias de Esgoto	Curto prazo – Entre 2022 e 2026	Instalação de gerador de emergência em 13 estações elevatórias de esgoto, incluindo-se todas as adequações necessárias nas áreas civil, hidromecânica e elétrica.
			Curto prazo – Entre 2022 e 2026	Instalação de conjunto motobomba reserva nas 13 estações elevatórias de esgoto, incluindo-se todas as adequações necessárias nas áreas civil, hidromecânica e elétrica.
			Médio prazo – Entre 2022 e 2031	Implantação de duas EEE na bacia de esgotamento Rio Taboão/Otto Ude, adequação da EEE Cabelinha, implantação de duas EEE com linha de recalque no bairro Aterrado e implantação de uma EEE com linha de recalque no Bairro do Campinho.
	Tratamento	Estação de Tratamento de Esgoto	Curto prazo – Entre 2022 e 2026	Adequação da ETE para melhoria da eficiência de remoção de DBO <sub>5</sub> ,20
		Central de Resíduos Sólidos	Médio prazo – Entre 2022 e 2031	Implantação de Central de Resíduos Sólidos para recebimento de resíduos sólidos provenientes de esgoto sanitário
	Geral	Geral	Longo Prazo – Entre 2022 e 2041	Aquisição de equipamentos operacionais

Na **Figura 10.4** está apresentado o croqui com as intervenções propostas para o SES Sede.

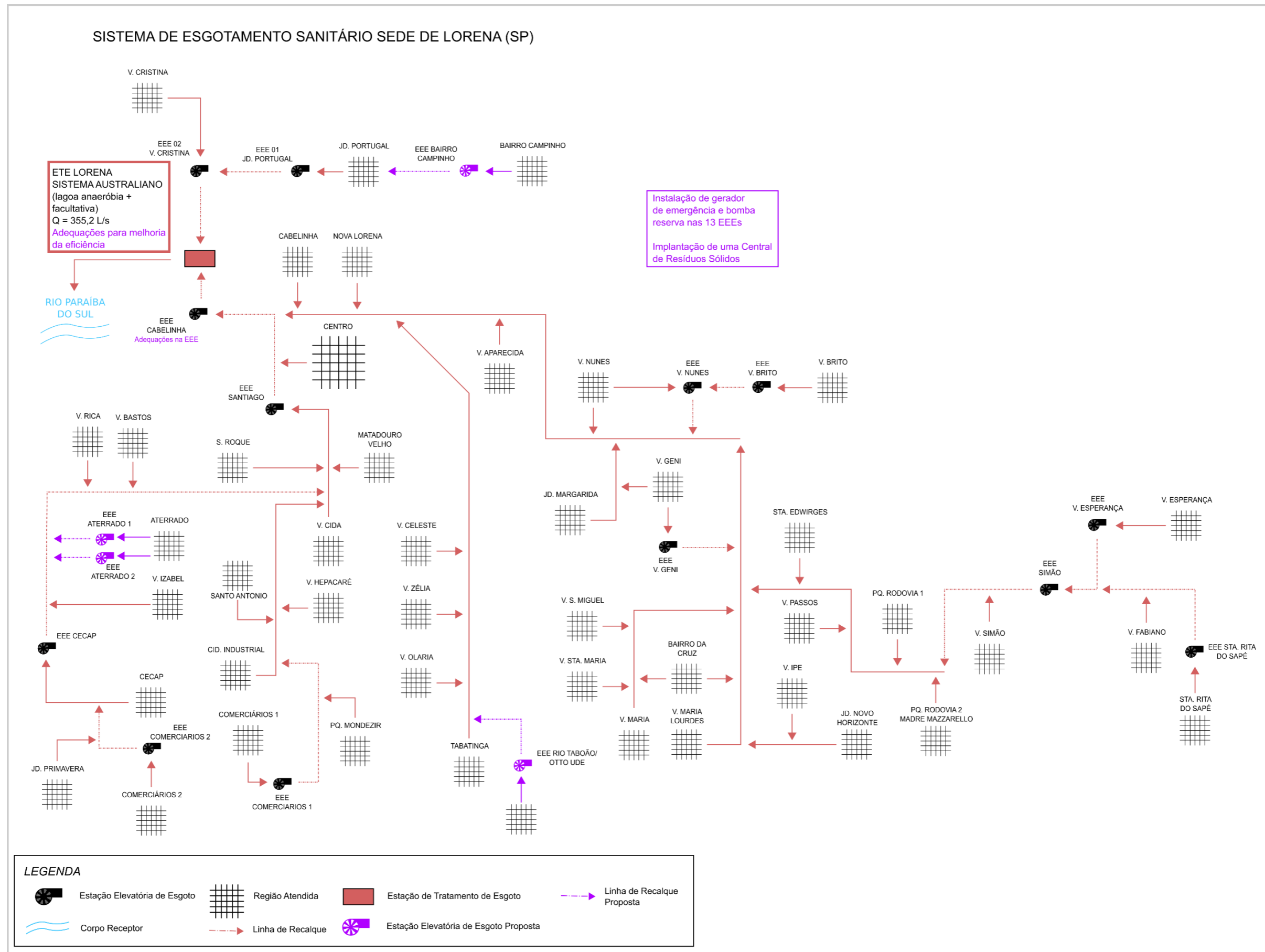


Figura 10.4 – Croqui das intervenções propostas no sistema de esgotamento sanitário Sede

## 10.8 ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO COM SOLUÇÕES INDIVIDUAIS

### 10.8.1 Sistema de Abastecimento de Água

O atendimento à água da área rural com soluções individuais adequadas se encontra abaixo da meta de universalização, com 68,9% da população atendida com poços ou nascentes na propriedade. Desse modo, para que seja atingida a meta de 99% de atendimento em 2033, é necessário aumento do índice atual.

Após análise dos dados, são propostas soluções individuais, ou seja, uma unidade de atendimento por domicílio, conforme apresentado no **Quadro 10.13**. Para o abastecimento de água, propõe-se a implantação de 161 poços semiartesianos com profundidade de até 30 m para atendimento individual, acompanhados de reservatório de 500 litros, até 2033.

**QUADRO 10.13 – RESUMO DAS IMPLANTAÇÕES PARA SOLUÇÕES INDIVIDUAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA- ANOS DE REFERÊNCIA DE OBRAS**

Ano	Referência	Domicílios ocupados a serem atendidos no período	Total acumulado de domicílios ocupados atendidos
2022	Início de Plano	-	340
2026	Obras Emergenciais e de Curto Prazo	55	395
2031	Obras de Médio Prazo	71	466
2041	Obras de Longo Prazo	35	501
<b>Total de domicílios atendidos</b>		<b>161</b>	<b>501*</b>

\*Máximo número de domicílios atendidos entre 2022 e 2041.

Salienta-se que no âmbito estadual existe a possibilidade de financiamento para implantação de melhoria do saneamento da área rural para populações de baixa renda através do Programa Água é Vida, conforme o Decreto nº 57.689, de 27 de dezembro de 2011. Este Programa, de acordo com levantamento da CSAN/SIMA referente a dezembro de 2020, não havia sido implantado no município de Lorena. No caso de sistemas de abastecimento de água para a área rural, a prefeitura pode executar a obra de perfuração do poço, instalação de bomba e reservatório e conceder a operação para a SABESP, que por sua vez é responsável pela desinfecção da água e construção da rede de distribuição.

### 10.8.2 Sistema de Esgotamento Sanitário

Em relação ao esgotamento sanitário na área rural com soluções individuais adequadas, foi considerado atendimento nulo. Conforme já mencionado anteriormente as fossas sépticas foram consideradas inadequadas, tendo em vista que é necessário tratamento complementar (filtro anaeróbio, filtro aeróbio, filtro de areia, vala de infiltração, escoamento superficial, desinfecção, dentre outros) antes da disposição final, devido à qualidade regular do efluente tratado (40% a 70% de eficiência de remoção de  $DBO_{5,20}$  e 50% a 80% de eficiência de remoção de Sólidos Suspensos Totais – SST).

Desse modo, para que seja atingida a meta de 90% de atendimento em 2033, é necessário universalização, a partir da implantação de 455 Unidades Sanitárias Individuais (USI), com capacidade de até 06 (seis) pessoas, compostas por caixa de gordura, caixa de inspeção, tanque séptico de câmara única ou em série, seguido de filtro anaeróbio de fluxo ascendente e sumidouro (uma USI por domicílio), conforme apresentado no **Quadro 10.14**.

**QUADRO 10.14 – RESUMO DAS IMPLANTAÇÕES PARA SOLUÇÕES INDIVIDUAIS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - ANOS DE REFERÊNCIA DE OBRAS**

Ano	Referência	Domicílios ocupados a serem atendidos no período	Total acumulado de domicílios ocupados atendidos
2022	Início de Plano	-	0
2026	Obras Emergenciais e de Curto Prazo	162	162
2031	Obras de Médio Prazo	205	367
2041	Obras de Longo Prazo	88	455
<b>Total de domicílios atendidos</b>		<b>455</b>	<b>455*</b>

\*Máximo número de domicílios atendidos entre 2022 e 2041.

### 10.8.3 Resumo das Intervenções Principais na Área Atendida por Soluções Individuais de Lorena

Com base nos dados apresentados anteriormente, podem-se resumir as intervenções necessárias na área rural de Lorena, conforme apresentado no **Quadro 10.15** ressaltando-se que se trata de intervenções principais, identificadas com base nos dados coletados a partir do Censo 2010. Salienta-se que todas as intervenções possíveis somente serão conhecidas quando da elaboração de projetos executivos específicos, que possam melhor retratar todas as intervenções necessárias no sistema.

**QUADRO 10.15 – RELAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PRINCIPAIS DO MUNICÍPIO – SOLUÇÕES INDIVIDUAIS**

Local	Sistema	Obras Principais Planejadas	Tipo de Intervenção/ Prazo de Implantação	Obras Principais Planejadas
Lorena (Área Rural)	Água Soluções Individuais	Poços Semiartesianos	Longo Prazo – Entre 2022 e 2041	Implantação de 161 poços semiartesianos com reservatório de 500 L para atendimento universal da área rural, acompanhando o crescimento vegetativo.
	Esgoto Soluções Individuais	Unidades Sanitárias Individuais	Longo Prazo – Entre 2022 e 2041	Implantação de 455 Unidades Sanitárias Individuais com caixa de gordura, caixa de inspeção, tanque séptico de câmara única ou em série, seguido de filtro anaeróbio de fluxo ascendente e sumidouro.

Em relação à limpeza das USI, em nível de planejamento, é possível recomendar que a municipalidade desenvolva estudo envolvendo:

- ✓ Levantamento cadastral, incluindo localização espacial, de unidades em USIs e Fossas em operação;

- ✓ Projeção de crescimento das contribuições, determinação do volume a ser recolhido e transportado para o destino final;
- ✓ Identificação do local de destino final – ETE, Aterro, etc.;
- ✓ Determinação das distâncias médias de transporte, definição do tipo de equipamento (caminhão limpa-fossa, chorumeira, etc.);
- ✓ Levantamento dos investimentos e despesas de exploração (mão de obra, combustível, conservação dos equipamentos, custo da disposição final);
- ✓ Estudo de viabilidade financeira;
- ✓ Avaliação de alternativas de soluções consorciadas com municípios vizinhos, e;
- ✓ Fontes de recursos.

## **11. ESTIMATIVA DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS E AVALIAÇÃO DAS DESPESAS DE EXPLORAÇÃO**

### **11.1 METODOLOGIA PARA ESTIMATIVA DE CUSTOS – INVESTIMENTOS – SOLUÇÕES COLETIVAS**

#### **Estudo de Custo de Empreendimentos – SABESP**

A estimativa de custos para empreendimentos relativos aos serviços de água e esgoto nas áreas urbanas foi efetuada, preferencialmente, com base em documento fornecido pela SABESP para avaliação de custos de estudos e empreendimentos, elaborado pelo Departamento de Valoração para Empreendimentos - TEV, de janeiro de 2019. Neste documento, encontram-se apresentados os custos para as seguintes unidades dos sistemas de água e esgoto, com base na análise de 1.000 contratos encerrados, abrangendo obras na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Litoral e Interior do Estado de São Paulo:

- ✓ Sistema de Abastecimento de Água – rede de distribuição, ligações domiciliares, adutoras, reservatórios, poço tubular profundo, estação elevatória e estação de tratamento de água;
- ✓ Sistema de Esgotamento Sanitário – rede coletora, ligações domiciliares, coletores troncos, interceptores, estação elevatória e lagoas de tratamento.

O sistema utilizou como base o Banco de Preços de Obras e Serviços de Engenharia da SABESP, obedecendo aos critérios técnicos adotados no Manual de Especificações Técnicas, Regulamentação de Preços e Critérios de Medição. No caso de obras lineares, as planilhas foram elaboradas de acordo com o tipo de material, diâmetro e escoramento utilizado. Os preços referem-se a obras com médio grau de complexidade. Nos itens referentes ao fornecimento de materiais, utilizou-se o Banco de Preços de Insumos da SABESP, aplicando-se uma taxa de BDI – Benefícios e Despesas Indiretas de 20%.

Considerando a data base dos preços de janeiro de 2019, os preços apresentados no documento da SABESP foram majorados em cerca de 12,71%, considerando o período de janeiro/2019 a dezembro/2020, através da aplicação do INCC-M – Índice Nacional do Custo da Construção (FGV-IBRE, 2021).

### **11.2 METODOLOGIA PARA ESTIMATIVA DOS INVESTIMENTOS NO PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS**

A implementação de um Programa de Redução de Perdas implica uma série de procedimentos e ações necessárias ao longo de todo o período de planejamento, de forma contínua e eficaz. No caso específico de Lorena o índice de perdas atual dos sistemas de abastecimento de água do município (207 L/lig.dia) é superior à meta estabelecida de 170 L/lig.dia, como analisado no Capítulo 7, sendo prevista a redução das perdas na distribuição até 2033.



Para o programa de redução de perdas foi adotado o custo fornecido pela SABESP, previsto em seu plano de investimentos, de R\$ 16.948.000,00, entre 2022 e 2033.

Para a manutenção do índice de perdas a partir de 2034, considerou-se o custo unitário de R\$ 15,95 por metro de rede (existente + a implantar), obtido de cotações de projetos recentes do CONSÓRCIO, já ajustadas de acordo com o INCC para dezembro de 2020.

### **11.3 METODOLOGIA PARA A ESTIMATIVA DAS DESPESAS DE EXPLORAÇÃO (DEX)**

Para avaliação de custos operacionais, foram utilizados dados publicados pelo SNIS e dados fornecidos pela SABESP. As despesas de exploração, expressas no índice IN026 do SNIS (2020), e iguais a R\$ 2,26/m<sup>3</sup> faturado em Lorena, englobam itens relacionados a pessoal, produtos químicos, energia elétrica, serviços de terceiros, água importada, esgoto exportado, despesas fiscais ou tributárias computadas na DEX, além de outras despesas de exploração<sup>10</sup>.

### **11.4 METODOLOGIA PARA ESTIMATIVA DE CUSTOS – INVESTIMENTOS – SOLUÇÕES INDIVIDUAIS**

O documento fornecido pela SABESP para avaliação de custos de estudos e empreendimentos, elaborado pelo Departamento de Valoração para Empreendimentos – TEV não possui orçamento para implantação de poço semiartesiano ou Unidades Sanitárias Individuais. Desse modo, a estimativa de custos para empreendimentos relativos à implantação de soluções individuais para atendimento de água nas áreas rurais foi efetuada com base em resultados de processos licitatórios de Prefeituras Municipais com ano base de abril de 2018 e setembro de 2020, para a implantação de poços semiartesianos. Dessa forma, foi utilizado um valor médio de implantação de poços semiartesiano, os quais foram majorados através da aplicação do INCC-M – Índice Nacional do Custo da Construção no período até dezembro de 2020.

Para reservação, item não especificado nas licitações consultadas, utilizou-se o preço médio praticado no mercado, com valores consultados em janeiro de 2021, conforme especificado:

- ✓ Sistema de Abastecimento de Água – perfuração tubular com profundidade entre 18 e 30 metros, instalação de bomba submersa, quadro de comando, ligações hidráulicas e elétricas e análise de água, com o custo unitário estimado de R\$ 7.437,25;
- ✓ Reservação – caixa d’água de polietileno com capacidade de 500 L com custo unitário estimado de R\$ 219,42;
- ✓ Custo unitário total estimado da solução – R\$ 7.656,67;

Para as soluções individuais para o atendimento do esgotamento sanitário foi utilizado a Composição de Custos de Aquisição e Instalação de USIs, de agosto de 2019, fornecida pela SIMA. O documento enviado possui o orçamento estimado para duas alternativas de USIs, conforme apresentado a seguir:

<sup>10</sup> As despesas fiscais ou tributárias computadas na DEX abrangem o PIS/PASEP, COFINS, IPVA, IPTU, ISS, contribuições sindicais e taxas de serviços públicos.

- ✓ Tipo 1 – caixa de gordura, caixa de inspeção, fossa séptica, filtro anaeróbio, materiais diversos (tubos, brita, reposição de piso e concreto para base), mão de obra e equipamentos (retroescavadeira, ajudante e pedreiro);
- ✓ Tipo 2 – caixa de gordura, caixa de inspeção, fossa séptica, sumidouro, materiais diversos (tubos, brita, reposição de piso e concreto para base), mão de obra e equipamentos (retroescavadeira, ajudante e pedreiro);

O documento destaca a incidência de Lucro e Despesas Indiretas (LDI) de 28% na contratação de terceiros para realização dos serviços. Desse modo, para a estimativa de custos foi adotado o valor médio entre os dois tipos de USI descritos, com valor majorado através da aplicação do INCC-M no período até dezembro de 2020.

- ✓ Custo estimado para solução – R\$ 8.123,68 por Unidade Sanitária Individual.

Com relação ao esgotamento das unidades, foi utilizado o mesmo procedimento de consulta a processos licitatórios de prefeituras municipais. Dessa forma, obteve-se valor médio para coleta e disposição do lodo, também com base em valores majorados com o índice INCC-M. Salienta-se, no entanto, a recomendação de estudos mais específicos para a determinação do real custo para o esgotamento das USI, conforme já mencionados no item 10.8.3.

- ✓ Custo total estimado para esgotamento de cada unidade – R\$ 900,16 por USI;
- ✓ Frequência de esgotamento considerada – uma vez a cada três anos para cada USI.

## **11.5 ESTIMATIVA DE CUSTOS E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO**

O plano municipal indica estudos: populacionais, de expansão dos sistemas e valores de investimentos para os Sistemas Coletivos e Individuais baseado em premissas que podem divergir dos estudos da prestadora de serviço e o negociado entre o Município e a Sabesp.

Eventual desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato vigente de prestação de serviços decorrente das alterações futuras a serem formalizadas por Termo Aditivo será apurado em procedimento próprio pela ARSESP, observadas as disposições contratuais sobre a matéria

### **11.5.1 Sistema de Abastecimento de Água**

A estimativa de custos foi elaborada com base em documento do Departamento de Valoração para Empreendimentos – TEV, da SABESP, de janeiro de 2019 para empreendimentos relativos aos Serviços de Distribuição de Água nas áreas urbanas. Os preços referem-se a obras com grau médio de complexidade. Os valores apresentados nesse documento foram majorados para a correção devida no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020.

O resumo das obras necessárias para o Sistema de Abastecimento de Água de Lorena é apresentado na **Figura 11.1**. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 25,8 milhões, com valores estimados na data base de dezembro de 2020.

### **11.5.2 Sistema de Abastecimento de Água – Soluções Individuais**

A estimativa de custos para a implantação das soluções individuais foi elaborada com base em custos referenciais obtidos de empreendimentos dessa natureza. Esta estimativa de custos é indicada na **Figura 11.2** considerando-se o período de planejamento para universalização do atendimento em 2033. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 1,2 milhão, com valores estimados na data base de dezembro de 2020.

### **11.5.3 Principais Benefícios da Solução Proposta para as Áreas Urbana e Rural**

Tendo em vista as propostas de soluções apresentadas nos itens anteriores, e cujas obras estão explicitadas nas **Figuras 11.1 e 11.2**, tem-se como principais benefícios para o sistema de abastecimento de água:

- ✓ A universalização dos serviços, atendendo a toda a população urbana e rural do município;
- ✓ A redução de perdas de água no processo, com a proposição de medidas correlatas, especialmente visando a reduções no sistema de distribuição;
- ✓ Maior garantia de fornecimento de água com a qualidade estabelecida pela legislação vigente, desde a saída da unidade de tratamento até as residências;
- ✓ Aumento da eficiência do sistema, com operação completa e eficaz, atrelada à substituição de unidades e implantação de outras em locais estratégicos;
- ✓ Melhoria no sistema de gerenciamento municipal, em função do maior acompanhamento dos processos.

Ademais, podem-se citar, também, os benefícios ao município como um todo, como:

- ✓ Benefícios na área da saúde: o acesso à água potável reduz a incidência de doenças de veiculação hídrica, redução na mortalidade no primeiro ano de vida e aumento da expectativa de vida;
- ✓ Benefícios econômicos: a valorização imobiliária, redução de abstinência no trabalho, em função de condições de saúde melhores, valorização do turismo ao oferecer melhor infraestrutura urbana e a geração de empregos em razão de obras de expansão e manutenção dos sistemas;
- ✓ Benefícios na área da educação: moradores de áreas sem acesso à rede de distribuição de água e de coleta de esgoto apresentam maior atraso escolar. Essa escolaridade menor significa perda de produtividade e de remuneração das gerações futuras. Conforme estudo *Benefícios econômicos da expansão do saneamento brasileiro* publicado pelo Instituto Trata Brasil (TRATA BRASIL, 2018), a universalização do acesso à água tratada e coleta de esgoto reduziria em 6,8% o atraso escolar. Assim, com efeito positivo na produtividade no trabalho e na renda.

A implementação de ações nos SAA a partir das metas estabelecidas, surtirá efeitos nos serviços prestados que podem ser expressos pelos indicadores selecionados apresentados no **Quadro 13.4**.

Sistema	Unidade	Obras Principais Planejadas	Investimento (R\$)	Emergenciais/ Curto Prazo					Médio Prazo					Longo Prazo								
				2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040
SAA A	Distribuição	Implantação de aproximadamente 3,64 km de redes de distribuição (linhas principais e secundárias) e 420 ligações, de acordo com crescimento vegetativo da população.	R\$ 926.000,00																			
SAA B	Poço	Implantação de poço profundo com vazão de 15,0 L/s e tempo de operação igual a 20 horas/dia.	R\$ 310.000,00																			
	Adutora de água bruta	Implantação de adutora de água bruta, para o novo poço, em tubulação de PVC de diâmetro igual a 150 mm e extensão de 100 m.	R\$ 25.000,00																			
	Reservatório	Implantação de reservatório de 750 m³	R\$ 872.000,00																			
	Distribuição	Implantação de aproximadamente 2,24 km de redes de distribuição (linhas principais e secundárias) e 413 ligações, de acordo com crescimento vegetativo da população.	R\$ 641.000,00																			
SAA C	Captação	Implantação de poço profundo com vazão de 24,0 L/s e tempo de operação igual a 20 horas/dia	R\$ 310.000,00																			
	Adutora de água bruta	Implantação de adutora de água bruta, para o novo poço, em tubulação de ferro fundido de diâmetro igual a 200 mm e extensão de 25 m.	R\$ 17.000,00																			
	Distribuição	Implantação de aproximadamente 2,97 km de redes de distribuição (linhas principais e secundárias) e 378 ligações, de acordo com crescimento vegetativo da população.	R\$ 771.000,00																			
SAA D	Booster	Substituição dos conjuntos motobombas para ampliação do booster para 5,1 L/s.	R\$ 21.000,00																			
	Distribuição	Implantação de aproximadamente 0,87 km de redes de distribuição (linhas principais e secundárias) e 73 ligações, de acordo com crescimento vegetativo da população.	R\$ 208.000,00																			
Todos SAA	Distribuição	Programa de redução de perdas na distribuição	R\$ 16.948.000,00																			
		Programa de manutenção de perdas na distribuição	R\$ 3.824.000,00																			
	Geral	Aquisição de equipamentos operacionais	R\$ 387.000,00																			
<b>Investimentos Totais</b>			<b>R\$ 25.260.000,00</b>	<b>R\$ 9.642.774,24</b>					<b>R\$ 7.990.929,91</b>					<b>R\$ 7.626.295,85</b>								

Figura 11.1 – Cronograma de Implantação das Intervenções Propostas para os sistemas de abastecimento de água.

Sistema	Unidade	Obras Principais Planejadas	Investimento (R\$)	Emergenciais/ Curto Prazo					Médio Prazo					Longo Prazo								
				2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040
Lorena - Área Rural	Água - Soluções Individuais	Implantação de 161 poços semiartesianos com reservatório de 500 L.	R\$ 1.233.000,00																			
<b>Investimentos Totais</b>			<b>R\$ 1.233.000,00</b>	<b>R\$ 421.211,00</b>					<b>R\$ 543.745,00</b>					<b>R\$ 268.044,00</b>								

Figura 11.2 – Cronograma de Implantação das Intervenções Propostas para o Abastecimento de Água da Área Rural por soluções individuais

#### 11.5.4 Sistema de Esgotamento Sanitário – Soluções Coletivas

A estimativa de custos foi elaborada com base em documento do Departamento de Valoração para Empreendimentos – TEV, da SABESP, de janeiro de 2019 para empreendimentos relativos aos Serviços de Coleta de Esgoto nas áreas urbanas. Os preços referem-se a obras com grau médio de complexidade. Os valores apresentados nesse documento foram majorados para a correção devida para a data de referência de dezembro de 2020.

Esta estimativa de custos também é indicada na **Figura 11.3** considerando-se todo o período de planejamento. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 12,1 milhões, com valores estimados na data base de dezembro de 2020.

#### 11.5.5 Sistema de Esgotamento Sanitário – Soluções Individuais

A estimativa de custos para a implantação das soluções individuais foi elaborada com base em custos referenciais obtidos de empreendimentos dessa natureza. Esta estimativa de custos também é indicada na **Figura 11.4** considerando-se o período de planejamento para universalização do atendimento em 2033. O montante dos investimentos previstos é da ordem de R\$ 3,7 milhões para as soluções individuais, com valores estimados na data base de dezembro de 2020.

Além disso, no **Quadro 11.1** é apresentada a estimativa das despesas relativas à limpeza das unidades. O custo desse procedimento foi estimado a partir de consulta a processos licitatórios realizados por prefeituras municipais. O montante previsto para remoção e disposição do lodo das unidades implantadas, uma vez a cada três anos, foi de R\$ 1,6 milhão entre 2022 e 2041, com valores estimados na data base de dezembro de 2020.

**QUADRO 11.1 - RESUMO DOS INVESTIMENTOS E DESPESAS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS SOLUÇÕES INDIVIDUAIS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.**

Ano	Unidades Individuais Sanitárias a Implantar	Investimentos (Soluções Individuais) (R\$)	Despesas de Operação/Manutenção (R\$)	Despesas Totais (R\$)
2022	0	0,00	0,00	0,00
2023	40	324.923,08	0,00	324.923,08
2024	41	333.046,15	0,00	333.046,15
2025	41	333.046,15	0,00	333.046,15
2026	40	324.923,08	35.997,78	360.920,85
2027	41	333.046,15	36.897,72	369.943,87
2028	40	324.923,08	36.897,72	361.820,80
2029	42	341.169,23	71.995,55	413.164,78
2030	41	333.046,15	73.795,44	406.841,60
2031	41	333.046,15	72.895,50	405.941,65
2032	41	333.046,15	109.793,22	442.839,37
2033	42	341.169,23	110.693,16	451.862,39
2034	0	0,00	109.793,22	109.793,22
2035	1	8.123,08	146.690,94	154.814,02

<i>Ano</i>	<i>Unidades Individuais Sanitárias a Implantar</i>	<i>Investimentos (Soluções Individuais) (R\$)</i>	<i>Despesas de Operação/Manutenção (R\$)</i>	<i>Despesas Totais (R\$)</i>
2036	1	8.123,08	148.490,83	156.613,91
2037	1	8.123,08	109.793,22	117.916,30
2038	0	0,00	147.590,88	147.590,88
2039	1	8.123,08	149.390,77	157.513,85
2040	1	8.123,08	110.693,16	118.816,24
2041	0	0,00	147.590,88	147.590,88
<b>TOTAIS</b>	<b>455</b>	<b>3.696.000,00</b>	<b>1.619.000,00</b>	<b>5.315.000,00</b>

### **11.5.6 Principais Benefícios da Solução Proposta para as Áreas Urbana e Rural**

Tendo em vista as propostas de soluções apresentadas nos itens anteriores, e cujas obras estão explicitadas nas **Figuras 11.3 e 11.4**, têm-se como principais benefícios para o sistema de esgotamento sanitário:

- ✓ Manutenção da universalização dos serviços, atendendo a toda a população urbana e rural do município;
- ✓ Aumento da eficiência do sistema, com operação completa e eficaz, atrelada à substituição de unidades e implantação de outras em locais estratégicos;
- ✓ Melhoria no sistema de gerenciamento municipal, em função da nova configuração dos serviços;
- ✓ Aumento da qualidade dos corpos hídricos, especialmente os situados nos limites territoriais do município de Lorena;
- ✓ Melhoria nos indicadores de qualidade do solo, assim como redução de contaminação do solo em decorrência da substituição do descarte inadequado de efluentes, tal como o lançamento a céu aberto do dejetos sanitário;
- ✓ Redução de casos de contaminação por doenças de veiculação hídrica, em função da melhoria na qualidade da água dos rios/córregos presentes no município.

Ademais, podem-se citar os mesmos benefícios já elencados no item 11.5.3:

- ✓ Benefícios na área da saúde: o acesso a serviços de coleta e tratamento de esgoto reduz a incidência de doenças de veiculação hídrica, redução na mortalidade no primeiro ano de vida e aumento da expectativa de vida;
- ✓ Benefícios econômicos: a valorização imobiliária, redução de abstinência no trabalho, em função de condições de saúde melhores, valorização do turismo ao oferecer melhor infraestrutura urbana e a geração de empregos em razão de obras de expansão e manutenção dos sistemas;
- ✓ Benefícios na área da educação: moradores de áreas sem acesso à rede de distribuição de água e de coleta de esgoto apresentam maior atraso escolar. Essa escolaridade menor significa perda de produtividade e de remuneração das gerações futuras. Conforme estudo

*Benefícios econômicos da expansão do saneamento brasileiro* publicado pelo Instituto Trata Brasil (TRATA BRASIL, 2018), a universalização do acesso à água tratada e coleta de esgoto reduziria em 6,8% o atraso escolar. Assim, com efeito positivo na produtividade no trabalho e na renda.

A implementação de ações nos SES a partir das metas estabelecidas, surtirá efeitos nos serviços prestados que podem ser expressos pelos indicadores selecionados apresentados no **Quadro 13.5**.

Sistema	Unidade	Obras Principais Planejadas	Investimento (R\$)	Emergenciais/ Curto Prazo					Médio Prazo					Longo Prazo									
				2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
SES Sede	Coleta e Encaminhamento	Implantação de aproximadamente 9,19 km de rede coletora (linhas principais e secundárias) e 1.395 ligações, de acordo com crescimento vegetativo da população.	R\$ 5.015.000,00																				
	Estações Elevatórias de Esgoto	Instalação de gerador de emergência nas 13 EEEs, incluindo todas as adequações necessárias nas áreas civis, hidromecânica e elétrica.	R\$ 1.300.000,00																				
		Instalação de conjunto motobomba reserva nas 13 EEEs, incluindo todas as adequações necessárias nas áreas civil, hidromecânica e elétrica.	R\$ 809.000,00																				
		Implantação de duas EEE na bacia de esgotamento Rio Taboão/Otto Ude, adequação da EEE Cabelinha, implantação de duas EEE com linha de recalque no bairro Aterrado e implantação de uma EEE com linha de recalque no Bairro do Campinho.	R\$ 3.219.000,00																				
	Estação de Tratamento de Esgoto	Reforma e adequação da estação de tratamento de esgoto do município.	R\$ 1.141.000,00																				
	Central de Resíduos Sólidos	Implantação de Central de Resíduos Sólidos para recebimento de resíduos sólidos provenientes de esgoto sanitário	R\$ 192.000,00																				
	Geral	Aquisição de equipamentos operacionais	R\$ 387.000,00																				
<b>Investimentos Totais</b>			<b>R\$ 12.063.000,00</b>	<b>R\$ 6.882.940,86</b>					<b>R\$ 3.506.600,47</b>					<b>R\$ 1.673.458,68</b>									

Figura 11.3 – Cronograma de Implantação das Intervenções Propostas para o Sistema de Esgotamento Sanitário

Sistema	Unidade	Obras Principais Planejadas	Investimento (R\$)	Emergenciais/ Curto Prazo					Médio Prazo					Longo Prazo									
				2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
Lorena - Área Rural	Esgoto - Soluções Individuais	Implantação de 455 Unidades Sanitárias Individuais com caixa de gordura, caixa de inspeção, tanque séptico de câmara única ou em série, seguido de filtro anaeróbio de fluxo ascendente e sumidouro.	R\$ 3.696.000,00																				
<b>Investimentos Totais</b>			<b>R\$ 3.696.000,00</b>	<b>R\$ 1.315.938,00</b>					<b>R\$ 1.665.231,00</b>					<b>R\$ 714.831,00</b>									

Figura 11.4 – Cronograma de Implantação das Intervenções Propostas para o Esgotamento Sanitário da Área Rural por soluções individuais



## 12. ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS SOLUÇÕES ADOTADAS

O resumo dos investimentos e despesas de exploração dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dentro do horizonte de projeto é apresentado no **Quadro 12.1**, construído a partir dos seguintes itens:

- ✓ O volume anual faturável de água potável corresponde a 117,0% do volume consumido (SNIS, 2020), obtido a partir da relação de indicadores AG011/AG010. Por sua vez o volume consumido anual é calculado a partir da vazão média estimada no Capítulo 7;
- ✓ O volume anual faturado de esgoto corresponde a 99,5% do volume faturável de água (SNIS, 2020), obtido a partir da relação de indicadores ES007/AG011;
- ✓ As despesas de exploração foram calculadas com o valor de R\$ 2,26/m<sup>3</sup> do volume faturável, na data base de 2019 – IN026 (SNIS, 2020), englobando os dois sistemas (água faturável + esgoto coletado faturável), o qual foi atualizado para a data base de dezembro/2020 através do índice INCC-M, resultando em R\$ 2,55/m<sup>3</sup> faturado.
- ✓ Os investimentos previstos para cada ano relativos ao total das soluções coletivas foram obtidos a partir dos valores globais estimados para o período (curto, médio ou longo prazo), divididos de modo equitativo ano a ano dentro desse intervalo do horizonte de planejamento. No entanto, salienta-se que o enquadramento das obras segundo a tipologia emergencial, de curto, médio e longo prazo dependerá das prioridades a serem estabelecidas pela Prefeitura Municipal, através da SABESP de Lorena. Ressalta-se que investimentos referentes à expansão de rede e implantação de ligações foram distribuídos conforme a necessidade de implantação prevista no Capítulo 7.
- ✓ Os custos de implantação e despesas de operação e manutenção das soluções individuais não são considerados no estudo de viabilidade, sendo apresentados no **Quadro 11.1** no item 11.5.

**QUADRO 12.1 - RESUMO DOS INVESTIMENTOS E DESPESAS DE EXPLORAÇÃO (DEX) DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.**

Ano	Vazão média (L/s)	Volume Anual de Água Faturável (m <sup>3</sup> )	Volume Anual de Esgoto Faturável (m <sup>3</sup> )	DEX (R\$)	Investimentos (Soluções Coletivas) (R\$)	Despesas Totais (R\$)
2022	155,36	5.730.540	5.702.261	29.122.156	2.753.133	31.875.290
2023	155,98	5.753.409	5.725.017	29.238.375	3.498.054	32.736.429
2024	156,61	5.776.647	5.748.140	29.356.468	3.497.422	32.853.891
2025	157,23	5.799.516	5.770.896	29.472.687	3.489.165	32.961.852
2026	157,66	5.815.377	5.786.679	29.553.290	3.287.940	32.841.231
2027	158,10	5.831.607	5.802.828	29.635.768	2.322.309	31.958.077
2028	158,53	5.847.467	5.818.611	29.716.371	2.321.312	32.037.683
2029	158,96	5.863.328	5.834.393	29.796.974	2.318.377	32.115.352
2030	159,40	5.879.558	5.850.543	29.879.452	2.314.868	32.194.321
2031	159,74	5.892.099	5.863.022	29.943.185	2.220.664	32.163.849
2032	160,07	5.904.271	5.875.134	30.005.043	1.880.044	31.885.087

<i>Ano</i>	<i>Vazão média (L/s)</i>	<i>Volume Anual de Água Faturável (m³)</i>	<i>Volume Anual de Esgoto Faturável (m³)</i>	<i>DEX (R\$)</i>	<i>Investimentos (Soluções Coletivas) (R\$)</i>	<i>Despesas Totais (R\$)</i>
2033	160,42	5.917.181	5.887.980	30.070.651	1.879.564	31.950.215
2034	160,72	5.928.247	5.898.992	30.126.886	852.267	30.979.153
2035	161,04	5.940.050	5.910.737	30.186.869	848.679	31.035.548
2036	161,17	5.944.845	5.915.508	30.211.238	659.278	30.870.516
2037	161,30	5.949.640	5.920.280	30.235.606	661.483	30.897.089
2038	161,44	5.954.804	5.925.418	30.261.849	657.895	30.919.744
2039	161,56	5.959.231	5.929.822	30.284.343	655.854	30.940.197
2040	161,70	5.964.395	5.934.961	30.310.586	659.278	30.969.864
2041	161,72	5.965.132	5.935.695	30.314.335	545.413	30.859.748
<b>TOTAIS</b>				<b>597.722.135</b>	<b>37.323.000</b>	<b>635.045.135</b>

O **Quadro 12.2** apresenta a formação do resultado operacional relativo aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O volume de receitas foi calculado com base na receita média, que já incorpora os domicílios com tarifa social. A tarifa média utilizada para a estimativa de receita do sistema de abastecimento de água de R\$ 3,86/m<sup>3</sup> foi obtida por meio da correção do indicador IN005 do SNIS 2020 (R\$ 3,35/m<sup>3</sup>, dado referente a 2019) em 7,60% pelo reajuste tarifário para residências comuns, 0,1490% referente ao IGQ 2020, 6,903% pelo PIS/PASEP e COFINS, com ajuste compensatório de R\$ 0,0038 do IGQ 2019, segundo Nota Técnica de Reajuste Tarifário Anual 2021 (ARSESP, 2021). Já para a receita proveniente do sistema de coleta e tratamento de esgoto, foi utilizada a tarifa média de R\$ 3,20/m<sup>3</sup>, obtida por meio do indicador IN006 do SNIS 2020 (R\$ 2,78/m<sup>3</sup>, dado referente a 2019) e as já citadas correções tarifárias.

Estes valores de tarifa foram aplicados sobre o volume total da água e esgoto faturáveis, constituindo-se na receita operacional bruta. A esta receita foram acrescentadas as demais:

- ✓ De acordo com o Relatório Gerencial da SABESP 2020, relativo ao ano de 2019, tem-se que as receitas indiretas, do SAA e do SES estão estimadas em 7,12% da receita operacional bruta;
- ✓ Ainda no Relatório Gerencial, tem-se que a taxa de evasão, ou seja, o percentual de inadimplência para o município foi estimado em 5,93% da receita operacional bruta;
- ✓ Os custos considerados foram os de investimentos e DEX. Note-se que a DEX, conforme calculada pelo SNIS já inclui impostos.

O resultado indica que os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário apresentam superávit em todos os anos de planejamento. O total do período corresponde a um superávit de aproximadamente R\$ 203,3 milhões.

Além do valor bruto, foi calculado o Valor Presente Líquido (VPL) do componente. O objetivo de tal procedimento é tornar o projeto comparável a outros de igual porte. A utilização de uma taxa de desconto pretende uniformizar, num único indicador, projetos de diferentes períodos de maturação e operação. Assim, é possível indicar não apenas se o projeto oferece uma

atratividade mínima, mas também seu valor atual em relação a outras atividades concorrentes, orientando decisões de investimento.

Foi utilizada uma taxa de desconto de 8,1% que corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital adotado na 3ª Revisão Tarifária da SABESP.

**QUADRO 12.2 - RECEITAS E RESULTADO OPERACIONAL DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

Ano	Volume Anual de Água Faturável (m³)	Volume Anual de Esgoto Faturável (m³)	Receitas Tarifárias Totais (R\$)				Custos (R\$)		Resultado Operacional (R\$)
			Operacional	Demais Receitas	Dev. Duvidosos	Líquida	Investimento (R\$)	DEX (R\$)	
2022	5.730.540	5.702.261	40.367.119	2.875.137	-2.394.768	40.847.488	9.748.610	29.122.156	11.725.332
2023	5.753.409	5.725.017	40.528.214	2.886.611	-2.404.325	41.010.499		29.238.375	11.772.124
2024	5.776.647	5.748.140	40.691.906	2.898.270	-2.414.036	41.176.140		29.356.468	2.071.062
2025	5.799.516	5.770.896	40.853.001	2.909.744	-2.423.593	41.339.151	11.420.726	29.472.687	11.866.464
2026	5.815.377	5.786.679	40.964.727	2.917.701	-2.430.221	41.452.207		29.553.290	11.898.917
2027	5.831.607	5.802.828	41.079.052	2.925.844	-2.437.004	41.567.893		29.635.768	11.932.125
2028	5.847.467	5.818.611	41.190.779	2.933.802	-2.443.632	41.680.949		29.716.371	543.852
2029	5.863.328	5.834.393	41.302.506	2.941.760	-2.450.260	41.794.005	8.733.954	29.796.974	11.997.031
2030	5.879.558	5.850.543	41.416.831	2.949.902	-2.457.042	41.909.691		29.879.452	12.030.238
2031	5.892.099	5.863.022	41.505.173	2.956.195	-2.462.283	41.999.084		29.943.185	12.055.899
2032	5.904.271	5.875.134	41.590.916	2.962.302	-2.467.370	42.085.848		30.005.043	3.346.851
2033	5.917.181	5.887.980	41.681.857	2.968.779	-2.472.765	42.177.871	4.239.788	30.070.651	12.107.220
2034	5.928.247	5.898.992	41.759.806	2.974.331	-2.477.389	42.256.747		30.126.886	12.129.862
2035	5.940.050	5.910.737	41.842.951	2.980.253	-2.482.322	42.340.882		30.186.869	12.154.013
2036	5.944.845	5.915.508	41.876.729	2.982.659	-2.484.326	42.375.062		30.211.238	7.924.036
2037	5.949.640	5.920.280	41.910.507	2.985.064	-2.486.330	42.409.242	2.634.509	30.235.606	12.173.635
2038	5.954.804	5.925.418	41.946.883	2.987.655	-2.488.488	42.446.051		30.261.849	12.184.201
2039	5.959.231	5.929.822	41.978.063	2.989.876	-2.490.337	42.477.601		30.284.343	12.193.258
2040	5.964.395	5.934.961	42.014.439	2.992.467	-2.492.495	42.514.410		30.310.586	9.569.315
2041	5.965.132	5.935.695	42.019.635	2.992.837	-2.492.804	42.519.669	545.413	30.314.335	11.659.920
<b>TOTAL</b>	<b>117.617.347</b>	<b>117.036.917</b>	<b>828.521.093</b>	<b>59.011.187</b>	<b>-49.151.791</b>	<b>838.380.489</b>	<b>37.323.000</b>	<b>597.722.135</b>	<b>203.335.355</b>
<b>VPL 8,1%</b>	<b>56.999.044</b>	<b>56.717.761</b>	<b>401.513.152</b>	<b>28.597.665</b>	<b>-23.819.658</b>	<b>406.291.156</b>	<b>20.078.868</b>	<b>289.664.680</b>	<b>96.547.608</b>

O **Quadro 12.3** apresenta o resumo dos custos e receitas decorrentes dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Lorena, trazidos a valor presente.

**QUADRO 12.3 – RESUMO DE CUSTOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO – PERÍODO 2022-2041**

<i>Taxa Interna de Retorno</i>	<i>Volume Total Faturável em Valor Presente (m<sup>3</sup>)</i>	<i>Despesas Totais em Valor Presente (R\$)</i>	<i>Despesas por metro cúbico faturado (R\$/m<sup>3</sup>)</i>	<i>Receita Líquida em Valor Presente (R\$)</i>	<i>Receita por metro cúbico faturado (R\$/m<sup>3</sup>)</i>
8,1%	113.716.805	309.743.547	2,72	406.291.156	3,57

A partir do **Quadro 12.3**, conclui-se que o fluxo de receitas líquidas é suficiente para cobrir o fluxo de despesas, ambos trazidos a valor presente líquido, sinalizando que o sistema apresenta situação econômica e financeira sustentável, não apresentando indicativo da necessidade de reajuste tarifário. Contudo, ressalva-se que o presente estudo é feito de maneira simplificada e pretende apenas apresentar um panorama geral do sistema de maneira isolada. A análise da real situação econômico-financeira do sistema, bem como de um possível reajuste tarifário, demanda a consideração de eventuais custos com amortização de investimentos anteriores, não considerados no presente plano.

Vale ressaltar que a SABESP de forma geral, ou seja, considerando todos os sistemas operados pela companhia, apresentou resultado econômico-financeiro equilibrado, demonstrando que sistemas superavitários compensam sistemas deficitários, evidenciando o subsídio cruzado.

## 13. FORMULAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICÁCIA DAS AÇÕES PROGRAMADAS

### 13.1 MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA

O presente capítulo tem como foco principal a apresentação dos mecanismos e procedimentos para avaliações sistemáticas sobre a eficácia das ações programadas pela Revisão/Atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário.

Para tanto, a referência é uma metodologia definida como Marco Lógico, aplicada por organismos externos de fomento, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que associam os objetivos, metas e respectivos indicadores e os cronogramas de implementação, com as correspondentes entidades responsáveis pela implementação e pela avaliação de programas e projetos.

Portanto, os procedimentos estarão vinculados não somente às entidades responsáveis pela implementação, como também àquelas que deverão analisar indicadores de resultados, em termos de eficiência e eficácia. Quanto ao detalhamento final, a aplicação efetiva da metodologia somente será possível durante a implementação de cada Revisão/Atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, com suas ações e intervenções previstas e organizadas em componentes que serão empreendidos por determinadas entidades.

Com tais definições, será então possível elaborar o mencionado Marco Lógico, que deve apresentar uma Matriz que sintetize a conexão entre o objetivo geral e os específicos, associados a indicadores e produtos, intermediários e finais, que devem ser alcançados ao longo do Plano, em cada período de sua implementação, conforme apresentado no **Quadro 13.1**.

**QUADRO 13.1 - MATRIZ DO MARCO LÓGICO DA REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

<i>Objetivos Específicos e Respectivos Componentes dos Planos</i>	<i>Programas</i>	<i>Subprogramas = Frentes de Trabalho, com Principais Ações e Intervenções Propostas</i>	<i>Prazos Estimados, Produtos Parciais e Finais</i>	<i>Entidades Responsáveis pela Execução e pelo Monitoramento Continuado</i>
---	------------------	--	---	---

Estes indicadores de produtos devem ser dispostos a partir da escala de macrorresultados, descendo ao detalhe de cada componente, programas e projetos de ações específicas, de modo a facilitar o monitoramento e a avaliação periódica da execução e de resultados previstos na Revisão/Atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Ao fim, o Marco Lógico deverá gerar uma relação entre os indicadores de resultados, seus percentuais de atendimento em cada período

do Plano e, ainda, a menção dos órgãos responsáveis pela mensuração periódica desses dados, tal como consta na Matriz do Marco Lógico.

Como referência metodológica, o **Quadro 13.2**, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, apresenta uma listagem inicial dos componentes principais envolvidos na administração dos sistemas (intervenção, operação e regulação), bem como dos atores envolvidos, dos objetivos principais e uma recomendação preliminar a respeito dos itens de acompanhamento e os indicadores para monitoramento.

Deve-se ressaltar que os itens de acompanhamento estão referidos aos procedimentos de execução e aprovação dos projetos e implantação das obras, bem como aos procedimentos operacionais e de manutenção, que podem indicar a necessidade de medidas corretivas e de otimização, tanto em termos de prestação adequada dos serviços, quanto em termos da sustentabilidade econômico-financeira do empreendimento. Os indicadores de monitoramento espelharão a consecução das metas estabelecidas neste estudo em termos de cobertura e qualidade (indicadores primários), bem como em relação às avaliações esporádicas em relação a alguns resultados de interesse (indicadores complementares).

**QUADRO 13.2 - LISTAGEM DOS COMPONENTES PRINCIPAIS, ATORES, ATIVIDADES E ITENS DE ACOMPANHAMENTO PARA MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO**

<i>Componentes Principais-Intervenção/Operação</i>	<i>Atores Previstos</i>	<i>Atividades Principais</i>	<i>Itens de Acompanhamento</i>
Construção e/ou ampliação da infraestrutura dos sistemas de água e esgoto	Empresas contratadas. Operadores de sistemas. Órgãos de Meio Ambiente. Entidades das Prefeituras Municipais.	Elaboração dos projetos executivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovação dos projetos em órgãos competentes</li> </ul>
		Elaboração dos relatórios para licenciamento ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obtenção das licenças prévias, de instalação e operação.</li> </ul>
		Construção da infraestrutura dos sistemas, conforme cronograma de obras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação das obras previstas no cronograma, para cada etapa de construção/ampliação, como extensão da rede de distribuição e de coleta, ETAs, ETEs e outras unidades do sistema de abastecimento e/ou esgotamento sanitário</li> </ul>
		Instalação de equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação dos equipamentos em unidades dos sistemas, para cada etapa da construção/ampliação do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário</li> </ul>
Operação e Manutenção dos serviços de água e esgoto	Operador do sistema (concessionária regional, concessionária privada etc.).	Prestação adequada e contínua dos serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fiscalização e acompanhamento das manutenções efetuadas em equipamentos principais dos sistemas, evitando-se descontinuidades de operação</li> </ul>
		Viabilização do empreendimento em relação aos serviços prestados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Viabilização econômico-financeira do empreendimento, tendo como resultado tarifas médias adequadas e despesas de operação por m<sup>3</sup> faturado (água + esgoto) compatíveis com a sustentabilidade dos sistemas</li> </ul>
		Pronto restabelecimento dos serviços de Operação e Manutenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pronto restabelecimento no caso de interrupções no tratamento e fornecimento de água e interrupções na coleta e tratamento de esgoto</li> </ul>
Monitoramento e ações para regulação dos serviços prestados	ARSESP. Agências reguladoras locais. Vigilâncias Sanitárias Municipais.	<p>Verificação e acompanhamento da prestação adequada dos serviços.</p> <p>Verificação e acompanhamento das tarifas de água e esgoto, em níveis justificados.</p> <p>Verificação e acompanhamento dos avanços na eficiência dos sistemas de água e esgoto.</p> <p>Verificação e acompanhamento do controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.</p> <p>Verificação e acompanhamento dos investimentos previstos.</p>	<p>Monitoramento contínuo dos indicadores primários:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cobertura do serviço de água;</li> <li>• Qualidade da água distribuída;</li> <li>• Controle de perdas de água;</li> <li>• Cobertura de coleta e tratamento de esgoto;</li> </ul> <p>Monitoramento ocasional dos seguintes indicadores complementares:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Interrupções no tratamento e no fornecimento de água;</li> <li>• Interrupções do tratamento de esgoto;</li> <li>• Índice de perdas de faturamento de água;</li> <li>• Despesas de exploração dos serviços por m<sup>3</sup> faturado (água+esgoto);</li> <li>• Índice de hidrometração;</li> <li>• Extensão de rede de água por ligação;</li> <li>• Extensão de rede de esgoto por ligação;</li> <li>• Grau de endividamento da empresa.</li> </ul>



A respeito do **Quadro 13.2**, cabe destacar que:

- ✓ Os itens de acompanhamento relativos à elaboração de projetos e obras dizem respeito essencialmente à execução do Plano, portanto, com objetivos e metas limitados ao cronograma de execução, até a entrada em operação de unidades dos sistemas de água e esgoto; englobam, também, intervenções posteriores, de acordo com o planejamento de implantações ao longo da operação dos sistemas;
- ✓ Os itens de acompanhamento relativos à operação e manutenção dos sistemas e os procedimentos de regulação dos serviços prestados, baseados nos indicadores principais e complementares, devem ser conjuntamente monitorados entre os operadores de sistemas de água e esgoto e as respectivas agências reguladoras, com participação obrigatória de entidades ligadas às Prefeituras Municipais, que devem elevar seus níveis de acompanhamento e intervenção, para que objetivos e metas de seus interesses sejam atendidos;
- ✓ Indicadores da escala regional devem estar articulados com o perfil das atividades e dinâmicas socioeconômicas da UGRHI, sendo que, em sua maioria, serão apenas recomendados, uma vez que extrapolam a abrangência dos estudos setoriais em tela.

Considerando as inovações tecnológicas da 4ª Revolução Industrial, tem-se uma ampla variedade de desafios relativos à modernização da tecnologia do saneamento, tais como a implantação de Sistema de Informação Georreferenciada (SIG); a implementação de sistemas de inteligência artificial para otimização e automação do sistema de saneamento; internet das coisas (em inglês *Internet of Things*) e *Big Data* para tomada de decisões e maximização do uso (redução de custos, identificação de perdas no sistema, etc.); *blockchain* e bancos de dados para armazenamento e otimização das transações; drones e sensoriamento remoto; realidade virtual e realidade aumentada.

Cabe lembrar que o próprio Governo do Estado já detém sistemas de informações sobre meio ambiente, recursos hídricos e saneamento, que se articulam com sistemas de cunho nacional e estadual, tendo como boas referências:

- ✓ O Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR);
- ✓ O Sistema de Informações de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SISAN), sob a responsabilidade da Secretária de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA);
- ✓ O Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos (SNIRH), operado pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Para a aplicação dos mecanismos e procedimentos propostos com vistas às avaliações sistemáticas sobre a eficácia das ações devem-se buscar as mútuas articulações interinstitucionais e coerências entre objetivos, metas e indicadores, tal como consta, em síntese, na **Figura 13.1**.

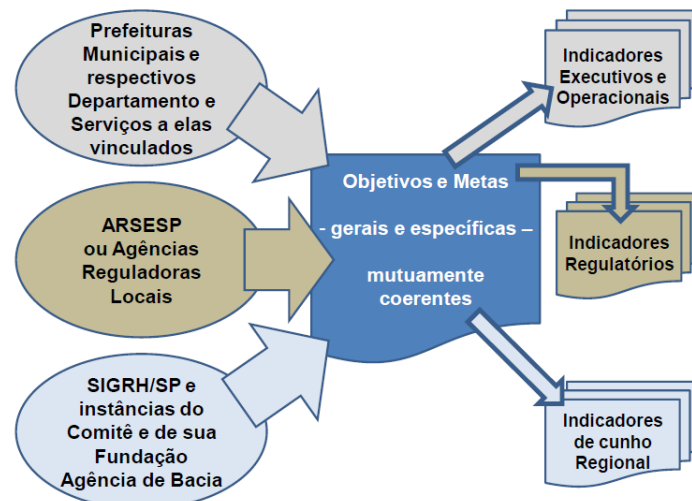


Figura 13.1 – Articulação entre Instituições, Objetivos e Metas e Respective Indicadores

## 13.2 INDICADORES DE DESEMPENHO

Para acompanhamento da implantação e cumprimento das metas estabelecidas nesta Revisão/Atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, foram adotados alguns indicadores, conforme relação mais recente divulgada pelo SNIS (2020). Esta seleção foi feita de acordo com a Lei nº 14.026/2020 que, em seu artigo 4ºA, estabelece que:

“Artigo 4º

§ 3º As normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico deverão:

VI - Estabelecer parâmetros e periodicidade mínimos para medição do cumprimento das metas de cobertura dos serviços e do atendimento aos indicadores de qualidade e aos padrões de potabilidade, observadas as peculiaridades contratuais e regionais”

“Art. 11-B.

Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.”

Assim, além da seleção dos indicadores, é necessário definir as metas a serem atingidas com seu uso, bem como a periodicidade de seu monitoramento.

O **Quadro 13.3** apresenta um resumo da quantidade de indicadores selecionados, por tipo, para a análise e avaliação dos serviços dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

**QUADRO 13.3 - TIPO E QUANTIDADE DE INDICADORES ADOPTADOS**

<i>Sistemas</i>	<i>Tipos de Indicadores</i>	<i>Nº de Indicadores</i>
Água	Operacionais	4
Esgoto	Operacionais	4
Água	Qualidade da água e dos serviços	15
Esgoto	Qualidade dos serviços	3
<i>Total</i>		<b>26</b>

O **Quadro 13.4** apresenta os indicadores selecionados para a avaliação dos serviços dos Sistemas de Abastecimento de Água, enquanto o **Quadro 13.5** apresenta aqueles selecionados para os Sistemas de Esgotamento Sanitário.

**QUADRO 13.4 - INDICADORES SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

<b>Parâmetro</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Unidade</b>
Operacionais - Universalização	Índice de Atendimento Urbano de Água (IN023)	$\frac{\text{População urbana Atendida com Abastecimento de Água (AG026)}}{\text{População residente do Município com Abastecimento de Água (GE06A)}} \times 100$	%
	Índice de Atendimento Total de Água (IN055)	$\frac{\text{População Total Atendida com Abastecimento de Água (AG001)}}{\text{População Total Residente do Município com Abastecimento de Água (G12A)}} \times 100$	%
Operacionais	Índice de Hidrometração (IN009)	$\frac{\text{Quantidade de Ligações Ativas de Água Micromedidas (AG004)}}{\text{Quantidade de Ligações Ativas de Água (AG002)}} \times 100$	%
	Índice de Perdas por Ligação (IN051)	$\frac{AG006 + AG018 - AG010 - AG024}{AG002} \times \frac{1.000.000}{365}$ Onde: AG006: volume de água produzido; AG010: volume consumido; AG018: volume tratado importado; AG024: volume de serviço e AG002: quantidade de ligações ativas de água	L/lig.dia
Qualidade da Água	Incidência das análises de cloro residual fora do padrão (IN075)	$\frac{\text{Quantidade de amostras para cloro residual com resultados fora do padrão (QD007)}}{\text{Quantidade para amostras de cloro residual (QD006)}} \times 100$	%
	Indicador de conformidade da quantidade de amostras de cloro residual (IN079)	$\frac{\text{Quantidade de amostras de cloro residual (QD006)}}{\text{Quantidade mínima de amostras para cloro residual (QD020)}} \times 100$	%
	Incidência das análises de turbidez residual fora do padrão (IN076)	$\frac{\text{Quantidade de amostras para turbidez com resultados fora do padrão (QD009)}}{\text{Quantidade de amostras para turbidez (QD008)}} \times 100$	%
	Indicador de conformidade da quantidade de amostras-turbidez (IN080)	$\frac{\text{Quantidade de amostras de turbidez (QD008)}}{\text{Quantidade mínima de amostras para turbidez (QD019)}} \times 100$	%
	Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão (IN084)	$\frac{\text{Quantidade de amostras de coliformes totais com resultados fora do padrão (QD027)}}{\text{Quantidade de amostras para coliformes totais (QD026)}} \times 100$	%
	Indicador de conformidade da quantidade de amostras-coliformes totais (IN085)	$\frac{\text{Quantidade de amostras de coliformes totais (QD026)}}{\text{Quantidade mínima de amostras para coliformes totais (QD028)}} \times 100$	%
Qualidade dos serviços	Economias atingidas por intermitências (IN073)	$\frac{\text{Quantidade de economias ativas atingidas por interrupções sistemáticas (QD015)}}{\text{Quantidade de interrupções sistemáticas (QD021)}}$	Economias/ Interrupção

<b>Parâmetro</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Unidade</b>
	Duração média das intermitências (IN074)	$\frac{\text{Duração das interrupções sistemáticas (QD022)}}{\text{Quantidade de interrupções sistemáticas (QD021)}}$	Horas/ Interrupção
	Quantidade de paralisações no sistema de distribuição de água (QD002)	$\sum \text{Paralisações que, individualmente, tiveram duração igual ou superior a 6 horas}$	Paralisação/ano
	Duração das paralisações (QD003)	$\sum \text{Duração das paralisações que, individualmente, tiveram duração igual ou superior a 6 horas}$	Horas/ano
	Quantidade de economias ativas atingidas por paralisações (QD004)	$\sum \text{Economias ativas atingidas por paralisações que, individualmente, tiveram duração igual ou superior a 6 horas}$	Economias/ano
	Quantidade de interrupções sistemáticas (QD021)	$\sum \text{Interrupções que, individualmente, tiveram duração igual ou superior a 6 horas}$	Interrupções/ano
	Duração das interrupções sistemáticas (QD022)	$\sum \text{Duração das interrupções que, individualmente, tiveram duração igual ou superior a 6 horas}$	Horas/ano
	Quantidade de reclamações ou solicitantes de serviços (QD023)	$\sum \text{Reclamações ou solicitações de serviços referentes ao(s) sistema(s) de abastecimento de água e de esgotamento sanitário}$	Reclamações/ano
	Quantidade de serviços executados (QD024)	$\sum \text{Serviços executados no(s) sistema(s) de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativos às reclamações ou solicitações feitas}$	Serviços/ano

Fonte: SNIS, 2020.

**QUADRO 13.5 - INDICADORES SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

<i>Parâmetros</i>	<i>Descrição</i>	<i>Fórmula</i>	<i>Unidade</i>
Operacionais - Universalização	Índice de atendimento total de esgoto (IN056)	$\frac{\text{População total atendida com esgotamento sanitário (ES001)}}{\text{População total residente do município (GE12)}} \times 100$	%
	Índice de Atendimento Urbano de Esgoto (IN024)	$\frac{\text{População total atendida com esgotamento sanitário (ES001)}}{\text{População urbana residente do município com esgotamento sanitário (GE12)}} \times 100$	%
	Índice de Coleta de Esgoto (IN015)	$\frac{\text{Volume de esgotos coletado (ES005)}}{\text{Volume de água consumido (AG10) - Volume de água tratada exportado (AG019)}} \times 100$	%
	Índice de Tratamento de Esgoto (IN016)	$\frac{\text{Volume de esgoto tratado (ES006)}}{\text{Volume de esgoto coletado (ES005)}} \times 100$	%
Qualidade dos serviços	Quantidade de extravasamentos de esgoto registrados (IN082)	$\frac{\text{Quantidade de extravasamentos de esgotos registrados (QD011)}}{\text{Extensão da rede de esgotos (ES004)}}$	Extrav./km
	Quantidade de extravasamentos de esgoto registrados (QD011)	$\sum \text{Extravasamentos registrados na rede de coleta de esgotos}$	Extrav./ano
	Duração dos extravasamentos registrados (QD012)	$\sum \text{Horas despendidas no conjunto de ações para solução dos problemas de extravasamentos na rede de coleta de esgotos, desde a reclamação até a conclusão do reparo}$	Horas/ano

Fonte: SNIS, 2020.

### 13.3 CARACTERÍSTICAS DOS INDICADORES – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O Quadro 13.6 apresenta as características dos indicadores selecionados para o acompanhamento dos serviços de abastecimento de água do município. São apresentados ainda, valores de referência para cada indicador e a periodicidade de monitoramento, conforme Lei nº 14.026/2020, exigências do SNIS e da Portaria de Consolidação nº 05/2017.

**QUADRO 13.6 - INDICADORES DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Parâmetro	Descrição	Valor de referência	Unidade	Periodicidade
Operacionais - Universalização	Índice de Atendimento Urbano de Água (IN023*)	99	%	Anual
Operacionais	Índice de Hidrometração (IN009)	>99	%	Anual
	Índice de Perdas por Ligação (IN051)	Conforme capítulo 9	L/lig.dia	Anual
Qualidade da Água	Incidência das análises de cloro residual fora do padrão (IN075)	<5	%	Mensal
	Indicador de conformidade da quantidade de amostras de cloro residual (IN079)	≥75	%	Mensal
	Incidência das análises de turbidez residual fora do padrão (IN076)	<5†	%	Mensal
	Indicador de conformidade da quantidade de amostras- turbidez (IN080)	≥90	%	Mensal
	Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão (IN084)	<5‡	%	Mensal
	Indicador de conformidade da quantidade de amostras- coliformes totais (IN085)	≥90	%	Mensal
Qualidade dos serviços	Economias atingidas por intermitências (IN073)	Redução	Econ./Interrupção	Anual
	Duração média das intermitências (IN074)	Redução	Horas/interrupção	Anual
	Quantidade de paralisações no sistema de distribuição de água (QD002)	Redução	Paralisações/ano	Anual
	Duração das paralisações (QD003)	Redução	Horas/ano	Anual
	Quantidade de economias ativas atingidas por paralisações (QD004)	Redução	Economias/ano	Anual
	Quantidade de interrupções sistemáticas (QD021)	Redução	Interrupções/ano	Anual
	Duração das interrupções sistemáticas (QD022)	Redução	Horas/ano	Anual
	Quantidade de reclamações ou solicitantes de serviços (QD023)	Redução	Reclamações/ano	Anual
Quantidade de serviços executados (QD024)	Redução	Serviços/ano	Anual	

Notas: \*Meta definida pela Lei nº 14.026/2020. †: Assegurando-se turbidez inferior ao valor de referência conforme tipo de tratamento estabelecido na Portaria GM/MS nº 888/2021. ‡ O valor de referência de 5% é válido para sistemas que atendem mais de 20.000 habitantes. Para sistemas inferiores a 20.000 habitantes, o valor é de uma amostra não conforme no mês.

### 13.4 CARACTERÍSTICAS DOS INDICADORES – SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O Quadro 13.7 apresenta as características dos indicadores selecionados para a avaliação dos serviços dos sistemas de esgotamento sanitário do município.

**QUADRO 13.7 - INDICADORES SELECIONADOS DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

<i>Parâmetro</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor de referência</i>	<i>Unidade</i>	<i>Periodicidade</i>
Operacionais - Universalização	Índice de atendimento total de esgoto (IN056)	90	%	Anual
	Índice de Atendimento Urbano de Esgoto (IN024)	90	%	Anual
	Índice de Coleta de Esgoto (IN015)	90	%	Anual
	Índice de Tratamento de Esgoto (IN016)	90	%	Anual
Qualidade dos serviços	Quantidade de extravasamentos de esgoto registrados (IN082)	Redução	Extravasão/km	Anual
	Quantidade de extravasamentos de esgoto registrados (QD011)	Redução	Extravasão/ano	Anual
	Duração dos extravasamentos registrados (QD012)	Redução	Horas/ano	Anual

### 13.5 ATUALIZAÇÕES NOS INDICADORES DECORRENTES DO NOVO MARCO LEGAL

No período de 04 de janeiro de 2022 a 19 de março 2022 a ANA realizou a Consulta Pública nº 001/2022 sobre a Proposta de Norma de Referência para indicadores e padrões de qualidade, eficiência e eficácia para a avaliação da prestação, da manutenção e da operação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Foram propostos 36 indicadores para a avaliação dos níveis de serviços públicos; eficiência e sustentabilidade; e, contexto da prestação de serviço. Também foi proposta a padronização da avaliação dos indicadores propostos, as metas para os serviços públicos e avaliação das metas. Após a consulta pública e, posterior publicação da norma de referência, a entidade reguladora terá o prazo de até um ano para a regulamentação e implantação do arcabouço de indicadores.



## **14. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES**

Alguns programas deverão ser instituídos para que as metas estabelecidas na Revisão/Atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário possam ser cumpridas. Esses programas compreendem medidas estruturais, isto é, com intervenções diretas nos sistemas, e, medidas estruturantes, que possibilitam a adoção de procedimentos e intervenções de modo indireto, constituindo-se um acessório importante na complementação das medidas estruturais.

### **14.1 PROJETO COM+ÁGUA 2**

Realizado através da Chamada Pública nº 004/2005, que buscou a apropriação de conhecimentos nacionais e internacionais para a melhoria do desempenho operacional dos sistemas de abastecimento, o projeto COM+ÁGUA destacou o protagonismo do tema sobre redução e controle de perdas na esfera do desenvolvimento e equilíbrio autossustentados pelos prestadores de serviços sanitários. Ainda, ao longo dos anos e com a experiência adquirida com este projeto exitoso, aliada aos marcos conceituais estabelecidos pela International Water Association (IWA) para perdas de água, o projeto foi replicado em 2018 beneficiando dois estados através da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) e da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA).

A seguir é apresentado o Programa de Redução e Controle de Perdas, abordado pelos Cadernos Temáticos 2 e 3, Perdas Reais e Perdas Aparentes respectivamente, das publicações disponibilizadas pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

#### **14.1.1 Programa de Redução e Controle de Perdas**

Entende-se por perdas no sistema como todos os desvios produtivos e econômicos sofridos no abastecimento de água regional. Essas perdas podem ser classificadas como reais ou aparentes. Na primeira, o volume de água é efetivamente produzido, mas não alcança o consumidor final, seja por vazamentos nas adutoras, redes, ramais de distribuição ou reservatórios. Volumes superiores ao estipulado para limpeza de filtros nas estações de tratamento também se enquadram nesta classificação.

As Perdas Reais, portanto, estão estritamente relacionadas às condições da infraestrutura do sistema: tempo de operação, material utilizado, pressão atuante, regimes operacionais, qualidade e agilidade da mão de obra que opera o sistema etc. Assim, não atuar para reduzir as perdas reais resulta em intermitência ou desabastecimento do sistema, levando à alocação de volumosos recursos para novos sistemas produtores com o objetivo de suprir o déficit apresentado, atuando-se equivocadamente no efeito, e não na causa.

Já para as Perdas Aparentes, o volume de água é produzido, entregue e consumido, mas não contabilizado pela Concessionária, devido a erros de medição nos hidrômetros e demais tipos de medidores, fraudes, ligações clandestinas, falhas no cadastro comercial etc. Essas perdas impactam diretamente no faturamento da Concessionária.

Em geral, para as perdas reais (físicas), as medidas fundamentais a serem implementadas visam ao controle de pressões, à pesquisa de vazamentos, à redução no tempo de reparo dos mesmos e ao gerenciamento da rede. Quanto às perdas aparentes (não físicas), as intervenções se concentram na otimização da gestão comercial, com a redução de erros na macro e na micromedição, das fraudes, das ligações clandestinas, do desperdício pelos consumidores com ou sem hidrômetros, das falhas de cadastro etc. Assim, alguns procedimentos básicos podem ser aplicáveis indistintamente a todos os municípios, conforme apresentados a seguir:

### 1. Ações Gerais

- ✓ Elaboração de um Plano Diretor de Controle e Redução de Perdas e do Projeto Executivo do Sistema de Distribuição, com as ampliações necessárias, com enfoque na implantação da setorização e no equacionamento da macro e micromedição;
- ✓ Elaboração e disponibilização de um cadastro técnico do sistema de abastecimento de água, em meio digital, com atualização contínua;
- ✓ Implantação de um sistema informatizado para controle operacional, quando não houver o sistema Net@suíte instalado.

### 2. Redução das Perdas Reais

- ✓ Redução da pressão nas canalizações, com instalação de válvulas redutoras de pressão com controladores inteligentes;
- ✓ Pesquisa de vazamentos na rede, com utilização de equipamentos de detecção de vazamentos tais como geofones mecânicos, geofones eletrônicos, correlacionador de ruídos, haste de escuta, etc.;
- ✓ Minimização das perdas inerentes à distribuição, nas operações de manutenção, quando é necessária a despressurização da rede e, em muitas situações, sua drenagem total, através da instalação de registros de manobras em pontos estratégicos, visando a permitir o isolamento total de, no máximo, 3 km de rede;
- ✓ Monitoramento dos reservatórios, com implantação de automatização do liga/desliga das bombas que recalcam para os mesmos, além de dispositivos que permitam a sinalização de alarme de níveis máximo e mínimo;
- ✓ Troca de trechos de rede e substituição de ramais com vazamentos;
- ✓ Eventual instalação de inversores de frequência em estações elevatórias ou *boosters*, para redução de pressões no período noturno.

### 3. Redução de Perdas Aparentes

- ✓ Planejamento e troca de hidrômetros, estabelecendo-se as faixas de idade e o cronograma de troca, com intervenção também em hidrômetros parados, embaçados, inclinados, quebrados e fraudados;
- ✓ Seleção das ligações que apresentam consumo médio acima do consumo mínimo taxado e das ligações de grandes consumidores, para monitoramento sistemático;
- ✓ Substituição, em uma fase inicial, dos hidrômetros das ligações com consumo médio mensal entre o valor mínimo (10 m<sup>3</sup>) e o consumo médio mensal do município (por ligação);
- ✓ Atualização do cadastro de consumidores, para minimização das perdas financeiras provocadas por ligações clandestinas e fraudes, alteração do imóvel de residencial para comercial ou industrial e controle das ligações inativas;
- ✓ Estudos e instalação de macromedidores setoriais, para avaliação do consumo macromedido para confronto com o consumo micromedido, resultando um planejamento mais adequado de intervenções em setores com índices de perdas maiores.

### 4. Redução de Perdas Resultantes de Desperdícios

- ✓ Esta linha de ação visa articular a iniciativa privada, o poder público e a sociedade civil, nas suas diversas formas de organização, incentivando a adesão ao Programa e promovendo uma alteração no comportamento quanto à utilização da água.
- ✓ Esta linha de ação pode ser subdividida em 3 (três) projetos:
  - ✧ Estabelecimento de uma política tarifária adequada;
  - ✧ Incentivos à adoção de equipamentos de baixo consumo através de crédito subsidiado, descontos, distribuição gratuita de kits de conservação e assistência técnica; e,
  - ✧ Campanhas de informação, mobilização e educação da sociedade através de um Programa de Uso Racional da Água.

Além dessas atividades, são necessárias melhorias no gerenciamento, com incremento da capacidade de acompanhamento e controle, atrelado a um treinamento eficiente de operadores e técnicos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas.

## **14.2 PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO RACIONAL DE ÁGUA – PURA**

A SABESP estruturou este programa em parceria com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, a partir de 1996, com o principal objetivo de atuar na redução do consumo de água, através da conscientização da população no uso deste recurso finito.

A adesão dos consumidores a este Programa acaba levando a Concessionária a ter maior disponibilidade hídrica, possibilitando prorrogar a vida útil dos mananciais existentes, reduzir os custos do tratamento de esgoto; postergar investimentos necessários na infraestrutura dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; incentivar o uso de novas tecnologias para controle e monitoramento, e reduzir o consumo de energia elétrica e outros insumos.

Todos os municípios podem aplicar o PURA, adotando as práticas publicadas nas cartilhas e manuais do Programa, à disposição no site da SABESP ([www.sabesp.com.br](http://www.sabesp.com.br)).

### **14.3 PROGRAMA DE REÚSO DA ÁGUA**

A água de reúso pode ser produzida pelas estações de tratamento de esgoto, podendo ser utilizada na limpeza de ruas e praças, de galerias de águas pluviais, na desobstrução de redes de esgoto, no combate a incêndios, no assentamento de poeiras em obras de execução de aterros e em terraplenagem, em irrigação para determinadas culturas etc.

A adoção de um programa para reutilização da água pode ser iniciada contatando-se o Centro Internacional de Referência em Reuso da Água – CIRRA, entidade sem fins lucrativos, vinculada ao Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. O CIRRA promove cursos e treinamentos aos setores público e privado e realiza convênios de cooperação.

### **14.4 PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL**

Lançado em 2007 pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), este Programa tem por objetivo o ganho de eficiência na gestão ambiental através do estímulo e capacitação das prefeituras para o desenvolvimento de uma Agenda Ambiental Estratégica. Ao final de cada ciclo anual é avaliada a eficácia dos municípios na condução das ações propostas na Agenda. A partir dessa avaliação, são disponibilizados à SIMA, ao Governo do Estado, às Prefeituras e à população o Indicador de Avaliação Ambiental – IAA.

Pode-se estabelecer uma parceria com a SIMA que orienta, segundo critérios específicos a serem avaliados ano a ano, sobre as ações necessárias para que o município seja certificado como “Município Verde Azul”. A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente oferece capacitação técnica às equipes locais e lança anualmente o *Ranking Ambiental dos Municípios Paulistas*, no qual o município de Lorena no ano de 2020 ficou na posição 158ª, com nota 53,37.

A participação do município neste Programa é pré-requisito para a liberação de recursos do Fundo Estadual de Controle de Poluição - FECOP, administrado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

## 14.5 PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em relação à educação ambiental, além do Programa de Uso Racional da Água já citado, a SABESP conta com o Programa Guardião das Águas, com campanhas, palestras e distribuição de material em comunidades, instituições, condomínios e escolas. Em seu site ([www.sabesp.com.br](http://www.sabesp.com.br)), a SABESP traz dicas de economia de água para clientes, cartilhas e manuais para download em pdf, a fim de auxiliar gestores de empresas e síndicos a reduzirem o consumo nas suas instalações, além de oferecer cursos para detecção de vazamentos. Na linha educativa, a SABESP lançou a história em quadrinhos “Uso Racional da Água e Saneamento Básico”, assinada por Mauricio de Sousa, que foi distribuída em escolas estaduais e em igrejas.

Em parceria com a SABESP, o Instituto Akatu disponibilizou em sua plataforma gratuita, Edukatu, o curso “SOS Água” que, além de fornecer aos professores dicas e materiais de apoio para promover atividades dentro e fora da sala de aula, também trata de assuntos como segurança hídrica e responsabilidade coletiva dos recursos hídricos. A plataforma é aberta para aprendizagem e aplicável em escolas de Ensino Fundamental de todo Brasil.

Além dos programas e ações da própria operadora, há o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, o qual propõe a transversalidade das questões de educação ambiental no conjunto do governo, entidades privadas e no terceiro setor. O Programa é dividido em 5 linhas de ação e estratégias, sendo:

- ✓ Gestão e Planejamento da Educação Ambiental;
- ✓ Formação de Gestores e Educadores;
- ✓ Comunicação para Educação Ambiental;
- ✓ Educação Ambiental nas Instituições de Ensino;
- ✓ Monitoramento e Avaliação de Políticas, Programas e Projetos de Educação Ambiental.

De maneira semelhante, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) defende o caráter transversal de conhecimento técnico e científico que a educação ambiental possui no desenvolvimento do senso crítico do indivíduo. De acordo com a Fundação, o Programa de Educação em Saúde Ambiental possui como objetivo o apoio em projetos e comprometimento dos estados e municípios (gestores e técnicos, em todos os níveis) para o desenvolvimento de ações de educação em saúde ambiental por meio da: mobilização social, cooperação técnica, divulgação e comunicação educativa permanentes.

No âmbito estadual, a Política Estadual de Educação Ambiental foi instituída pela Lei estadual nº 12.780, de 30 de novembro de 2007, em conformidade com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental, o ProNEA e a Política Estadual do Meio Ambiente. A implantação da Política Estadual de Educação Ambiental é de responsabilidade principalmente da Coordenadoria de Educação Ambiental do estado, vinculada à SIMA.

A Lei Estadual nº 12.780/2007 destaca que a Educação Ambiental é um elemento fundamental da Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente, e deve estar presente de forma integrada com as políticas de gestão de meio ambiente, como o saneamento ambiental, o zoneamento ambiental, a gestão de resíduos sólidos, uso do solo, dentre outros.

As linhas de atuação e princípios gerais para ações de educação ambiental no estado de São Paulo são definidas na resolução SMA nº 187, de 19 de dezembro de 2018. O artigo 1º elenca as linhas de atuação para ações de educação ambiental, enquanto as diretrizes são dispostas no artigo 2º:

*Artigo 1º - Ficam definidas as linhas de atuação para ações de educação ambiental na Secretaria de Estado do Meio Ambiente, incluindo suas entidades vinculadas:*

*I - Indução de Políticas Públicas em Meio Ambiente em Municípios;*

*II - Fiscalização Ambiental;*

*III - Áreas e Espaços Especialmente Protegidos;*

*IV - Avaliação de Impactos Ambientais;*

*V - Licenciamento Ambiental;*

*VI - Incentivo econômico e orientação técnica para recuperação, conservação e preservação da sociobiodiversidade e dos recursos naturais;*

*VII - Planejamento Ambiental;*

*VIII - Pesquisa;*

*IX - Mitigação, adaptação e ampliação da capacidade de resiliência frente às mudanças climáticas;*

*X - Gestão integrada de resíduos sólidos; XI - Gestão integrada dos recursos hídricos;*

*XII - Controle da qualidade ambiental.*

*[...]*

*Artigo 2º - São princípios gerais para ações de educação ambiental no Sistema Ambiental Paulista:*

*I - Compreensão da educação ambiental como processo educador estruturante, em perspectiva crítica e complexa;*

*II - Compreensão da educação ambiental como espaço de participação e cidadania no desenvolvimento de políticas públicas em meio ambiente;*

*III - A educação ambiental deve estar situada em todos os instrumentos da Política de Meio Ambiente e compor a missão de todos os órgãos de gestão ambiental pública na esfera estadual.*

Salienta-se que o Programa Estadual de Educação Ambiental de São Paulo, instituído pelo Decreto estadual nº 55.385, de 1º de fevereiro de 2010, se encontra em processo de elaboração e contemplará diferentes linhas de atuação.

No âmbito municipal, a Lei Ordinária nº 3.169 de 04 de setembro de 2007 autoriza a Secretaria da Educação a considerar a educação ambiental no programa curricular da rede básica de ensino do município de forma integrada, contínua e permanente.

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, em 05 de junho de 2020, a Prefeitura Municipal de Lorena disponibilizou uma cartilha com os trabalhos realizados pela Secretaria de Meio Ambiente ao longo dos anos nas áreas de proteção, conservação e educação ambiental municipal. Dentre as atividades realizadas estão:

- ✓ Comemoração do Dia Mundial da Água: em parceria com a SABESP, ocorre doação de mudas para recomposição de matas ciliares e distribuição de material informativo à

- população. Além disso, são realizadas visitas às nascentes dos municípios, estações de tratamento de água e esgoto do município pelos alunos da rede municipal;
- ✓ Mata ciliar: ações para recuperação das nascentes e matas ciliares a partir de melhorias na infraestrutura dos parques ecológicos Mondesir e do Taboão;
  - ✓ Saneamento básico: ações em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente, Vigilância Sanitária e SABESP com o intuito de coibir o descarte irregular de esgoto sem tratamento em vias públicas, galerias de águas pluviais e rios do município. De acordo com informações da Secretaria de Meio Ambiente e SABESP, atualizadas em 2015, após as ações observou-se que: 56% dos imóveis realizaram a ligação à rede de esgoto e 15% são logradouros que ainda se encontram como construção ou terrenos;
  - ✓ Biodiversidade: realização da Semana da Biodiversidade com objetivo de expor a importância e necessidade da proteção e conservação da flora e fauna silvestre;
  - ✓ Resíduos Sólidos: em 2018, teve a realização e exposição sobre coleta seletiva trazida pela empresa WALM, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente. A exposição era aberta a toda população, principalmente para os cooperandos da Cooperativa de Catadores de Lorena (COOCAL) e alunos da rede municipal de ensino. O município também conta com ecopontos para descarte de pneus, equipamentos eletrônicos, lâmpadas, pilhas e baterias;
  - ✓ Viveiro municipal: ambiente utilizado para produção de mudas e de atividades de educação ambiental (produção das mudas, apresentação de sementes e seus métodos de dispersão na natureza).

#### **14.6 PROGRAMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Este Programa de responsabilidade do Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP e financiado pela FUNASA, prevê a implantação, ampliação ou melhorias em sistemas de abastecimento de água em municípios com população de até 50.000 habitantes, para o controle de doenças e outros agravos de veiculação hídrica, reduzindo a morbimortalidade, aumentando a expectativa de vida e produtividade da população, em consonância com a Lei nº 11.445/2007, atualizada por 14.026/2020.

São financiáveis pelo Programa: captação subterrânea, captação de água bruta em manancial, adutoras em geral, estações elevatórias em geral, estações de tratamento de água, reservatórios, redes de distribuição e ligações domiciliares, entre outros.

Para as regiões rurais, populações quilombolas, ribeirinhas e assentamentos rurais, as propostas deverão estar em conformidade com o Programa de Saneamento Rural em vigência.

O acesso aos recursos financeiros ocorre por processo seletivo ou emenda parlamentar ao Orçamento Geral da União.

---

## **14.7 PROGRAMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

---

De forma análoga, e, também dirigido pela FUNASA/DENSP, este Programa prevê a implantação, ampliação e/ou melhorias em sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de até 50.000 habitantes. São passíveis de financiamento: ligações prediais, redes coletoras, estações elevatórias, emissários por recalque ou por gravidade, interceptores; estações de tratamento de esgoto; e disposição final.

Para as regiões rurais, populações quilombolas, ribeirinhas e assentamentos rurais, as propostas deverão estar em conformidade com o Programa de Saneamento Rural em vigência.

O acesso aos recursos financeiros ocorre por processo seletivo ou emenda parlamentar ao Orçamento Geral da União.



## **15. PROGRAMAS ESPECÍFICOS APLICÁVEIS À ÁREA RURAL**

Nos itens subsequentes são apresentadas algumas sugestões para atendimento à área rural, com base em programas existentes ou experiências realizadas em algumas comunidades de outros estados.

### **15.1 PROGRAMA ÁGUA É VIDA**

O Programa Água é Vida foi criado em novembro de 2011 através do Decreto nº 57.479, de 1º de novembro de 2011 com atualização pelo Decreto nº 57.689, de 27 de dezembro de 2011, com o objetivo de transferir recursos financeiros estaduais não reembolsáveis aos municípios para implantação de obras relacionadas ao saneamento básico em comunidades rurais e comunidades isoladas ocupadas por população de baixa renda.

O programa possui abrangência em todo o Estado de São Paulo; somente os municípios são passíveis de celebrar o convênio para obtenção dos recursos financeiros, os quais não são reembolsáveis e sem contrapartida, ainda que a prestação de serviços de saneamento não seja realizada diretamente pelo mesmo.

No Artigo 2º da Resolução SSRH<sup>11</sup> nº 10, de 05 de junho de 2014 estão estabelecidas as condições necessárias para a participação no Programa Água é Vida:

- 1. Lei municipal para adesão ao programa:** é necessário que o município sancione uma lei municipal contendo a adesão ao Programa. Tal normativa também deve contemplar a fixação de sanções administrativas para os casos de conduta lesiva à saúde pública e ao meio ambiente decorrente da não utilização das soluções implantadas através do programa. Finalmente, é necessária Lei Autorizativa para que o município possa celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da SIMA, para o Programa Água é Vida, caso esta prerrogativa não conste em Lei Orgânica Municipal;
- 2. Declaração de participação no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS);**
- 3. Envio do Certificado de Regularidade do Município para Celebrar Convênios (CRMC):** é necessário que seja enviado o CRMC sem irregularidades e dentro da validade;
- 4. Comprovante de situação cadastral e inscrição no CPNJ;**
- 5. Cópia dos documentos pessoais do Chefe do Executivo Municipal e comprovante de posse e exercício de mandato;**
- 6. Comprovação de que o município dispõe de recursos próprios para contemplar a execução do objeto, quando for necessário;**

<sup>11</sup> SSRH – Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo

7. **Cadastramento Sanitário Domiciliar (CSD):** cadastramento realizado pelo município da comunidade/bairro a ser beneficiado em formulário específico do Programa Água é Vida;
8. **Indicação de um responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do convênio a ser firmado.**

O Artigo 6º da Resolução nº 10 dita que, caso o convênio firmado tenha por objetivo a implantação de poço profundo, o município deverá ser o responsável por apresentar a documentação comprobatória de que possui a propriedade da área a qual se pretende implantar os equipamentos. Da mesma forma, cabe ao município providenciar todas as licenças pertinentes, autorizações e outorgas relativas à implantação de poço profundo junto aos órgãos competentes e a apresentação do projeto básico do poço.

Cabe a SIMA, através da Coordenadoria de Saneamento, o recebimento e análise técnica da documentação requerida, assim como o enquadramento das localidades às quais foram requisitados os recursos financeiros de acordo com os critérios estabelecidos no escopo do programa. A Comissão Técnica do Programa é a responsável pela avaliação quanto às regiões beneficiadas pelo Programa.

O programa fornece recursos para a implantação das seguintes unidades:

- ✓ Abastecimento de água: perfuração de poços tubulares profundos;
- ✓ Esgotamento sanitário: aquisição e instalação de USIs (Unidades Sanitárias Individuais), as quais são compostas de: caixa de gordura, caixa de inspeção, tanque séptico de câmara única ou em série seguido de filtro anaeróbio de fluxo ascendente e/ou sumidouro e por interligações hidráulicas todos os encanamentos de ligações entre a USI e a casa.

De acordo com a Nota Técnica Versão 4 do Programa Água é Vida, as USIs possuem as seguintes características:

- ✓ As fossas sépticas possuem volume nominal de 1.990 L, para o atendimento de até 6 pessoas, conforme a NBR 7.229/93; já o filtro anaeróbio de fluxo ascendente possui um volume mínimo de leito filtrante de 1.000 L, de acordo com a NBR 13.969/97;
- ✓ A caixa de gordura, o tanque séptico, o filtro anaeróbio de fluxo ascendente e sumidouro devem ser construídos em concreto armado, plástico ou fibra de vidro de alta resistência, conforme as NBR 7.229/93 e NBR 13.969/97;
- ✓ A localização da USI a ser instalada deve ser definida de acordo com os seguintes critérios: disponibilidade de área, tipo de solo, distância e posicionamento em relação às instalações hidráulicas residenciais, proximidade com divisas, córregos, valas e fontes de água potável, dentre outros. O escoamento do efluente domiciliar deverá ocorrer por gravidade;
- ✓ Todas as unidades da USI devem apresentar tampas em concreto armado, plástico ou fibra de vidro de alta resistência, sendo que a tampa deverá apresentar abertura igual ou superior a 60 cm, como definido na NBR 7.229/93;

Outras informações complementares que são descritas na Nota Técnica são:

- ✓ Como definido na NBR 13.696/97, a USI deverá ser construída de modo a assegurar que não haverá comprometimento da água dos mananciais vizinhos;
- ✓ A USI deverá ser construída atendendo as seguintes NBRs:
  - ✧ NBR 7.229/93: Projeto, construção e operação de sistemas de tanque sépticos;
  - ✧ NBR 13.969/97: Tanques sépticos – unidade de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos – projeto, construção e operação;
  - ✧ NBR 8.160/99: Sistemas prediais esgoto sanitário – projeto e execução;
  - ✧ NBR 12.209/11: Elaboração de projetos hidráulico-sanitário de estações de tratamento de esgoto sanitário;
- ✓ Devem-se atender as orientações da concessionária e dos órgãos ambientais municipais, estadual e federal;
- ✓ A determinação do sistema de disposição final do efluente tratado deverá ser realizada considerando as alternativas de menor impacto ambiental, as quais devem considerar a qualidade e uso dado ao corpo receptor, porosidade do solo, existência de poço de água na vizinhança, altura do lençol freático.

Em 2019, o programa foi incluído nas ações do Projeto Vale do Futuro, que consiste num projeto do Governo do Estado para impulsionar o desenvolvimento regional da região do Vale do Ribeira, na qual se encontram 22 municípios.

O Programa Água é Vida está descrito no Plano Plurianual 2020-2023 e se encontra no Programa 2623 – Planejamento, Formulação e Apoio à Implementação das Ações da Política de Saneamento: Ação 2080 – Água é Vida.

## **15.2 PROGRAMA SANEAMENTO BRASIL RURAL**

O Programa Saneamento Brasil Rural (PSBR) foi criado através da Portaria do MS nº 3.174 de 2 de dezembro de 2019, conforme previsto PLANSAB. O objetivo do programa é promover a universalização do acesso ao saneamento em áreas rurais e comunidades tradicionais num horizonte de 20 anos (2019 a 2038), dentre os quais são previstas medidas estruturais e medidas estruturantes. O programa é do Governo Federal, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde através da FUNASA, baseado na integração dos eixos Tecnologia; Gestão dos Serviços e, Educação e Participação Social.

O Eixo Tecnologia oferece suporte à implantação de medidas estruturais por meio da identificação de soluções coletivas ou individuais para o abastecimento de água e esgotamento sanitário. As soluções coletivas se referem ao conjunto de propostas que atendam a um conjunto de domicílios de forma integrada, enquanto a solução individual abrange apenas um domicílio.

O Eixo Gestão dos Serviços possui caráter estruturante, de modo que essa vertente abrange medidas relacionadas a planejamento, regulação, fiscalização, prestação de serviços e ao controle social destes, estabelecidos pela Lei Federal nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020.

Por último, também de caráter estruturante, no Eixo Educação e Participação Social, são previstas diretrizes para a atuação na comunicação aos usuários, seus direitos e deveres, assim como fornece apoio técnico e pedagógico para os operadores de serviços, proporcionando, também, a qualificação dos gestores técnicos e administrativos.

### **15.3 PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA**

Com a finalidade de preservar a água, a ANA criou o Programa Produtor de Água (PPA) para incentivar a colaboração do produtor rural através do conceito de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). O PSA consiste na promoção da conservação ambiental através de incentivos financeiros baseado no princípio do usuário pagador: o usuário é responsável por transferências financeiras para promover compensação aos prestadores de serviços ambientais.

O projeto visa valorizar os produtores rurais envolvidos em ações de conservação e reflorestamento em todo o território nacional. As práticas conservacionistas possuem apoio técnico e financeiro pela agência para a implementação.

O valor por hectare a ser pago é proporcional ao serviço ambiental prestado, variando de região para região.

Para participar, o produtor rural interessado deve verificar junto às instituições se a área de suas propriedades está inserida na bacia hidrográfica contemplada por algum projeto, tais como prefeituras, comitês de bacia ou empresas de saneamento.

### **15.4 OUTROS PROGRAMAS E EXPERIÊNCIAS APLICÁVEIS À ÁREA RURAL**

Para atendimento a essas áreas não contempladas pelo sistema público, existem algumas experiências em andamento visando à universalização do atendimento com água e esgotamento sanitário.

Em destaque está o Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR), que começou a ser implantado no Ceará em 1996. Segundo levantamento realizado em junho de 2020, são mais de 1.700 comunidades atendidas e aproximadamente 780 mil pessoas beneficiadas com sistemas de abastecimento de água gerenciados pelos próprios moradores. O SISAR faz gestão compartilhada destas 1.700 comunidades e visa garantir, a longo prazo, o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas implantados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) de forma autossustentável. Cada um desses sistemas constitui uma Organização de Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos, formada pelas associações comunitárias representando as populações atendidas, com a participação e orientação da CAGECE, que sensibiliza e capacita

as comunidades, além de orientar a manutenção dos sistemas de tratamento e distribuição de água, sendo os próprios moradores que operam o sistema.

Na CAGECE há uma gerência responsável por todas as ações de saneamento na zona rural do estado, e foi a partir desta que o modelo de gestão foi replicado para todo o estado, e, também na Bahia, no Piauí e em Sergipe.

## **16. PROGRAMAS DE FINANCIAMENTOS E FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

### **16.1 CONDICIONANTES GERAIS**

Nos itens em sequência, apresentam-se várias informações relativas à captação de recursos para execução das obras de saneamento básico. São informações gerais, podendo ser utilizadas por qualquer município, desde que aplicáveis ao mesmo. A seleção dos programas de financiamentos mais adequados dependerá das condições particulares de cada município, atreladas aos objetivos de curto, médio e longo prazo, aos montantes de investimentos necessários, aos ambientes legais de financiamento e outras condições institucionais específicas.

Em termos econômicos, sob o regime de eficiência, os custos de exploração e administração dos serviços devem ser suportados pelos preços públicos, taxas ou impostos, de forma a possibilitar a cobertura das despesas operacionais administrativas, fiscais e financeiras, incluindo o custo do serviço da dívida de empréstimos contraídos. O modelo de financiamento a ser praticado envolve a avaliação da capacidade de pagamento dos usuários e da capacidade do tomador do recurso, associado à viabilidade técnica e econômico-financeira do projeto e às metas de universalização dos serviços de saneamento. As regras de financiamento também devem ser respeitadas, considerando-se a legislação fiscal e, mais recentemente, a Lei das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), atualizada pela Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

Para que se possam obter os financiamentos ou repasses para aplicação em saneamento básico, as ações e os programas pertinentes deverão ser enquadrados em categorias que se insiram no planejamento geral do município e deverão estar associadas às Leis Orçamentárias Anuais, às Leis de Diretrizes Orçamentárias e aos Planos Plurianuais do Município. Em princípio, as principais categorias, que serão objeto de propostas, são: Desenvolvimento Institucional; Planejamento e Gestão; Desenvolvimento de Tecnologias e Capacitação em Recursos Hídricos; Conservação de Solo e Água e de Ecossistemas; Conservação da Quantidade e da Qualidade dos Recursos Hídricos; Gestão, Recuperação e Manutenção de Mananciais; Obras e Serviços de Infraestrutura Hídrica de Interesse Local; Obras e Serviços de Infraestrutura de Esgotamento Sanitário.

A partir do estabelecimento das categorias, conforme supracitado, os programas de financiamentos, a serem elaborados pelo próprio município, deverão contemplar a definição do modelo de financiamento e a identificação das fontes e usos de recursos financeiros para a sua execução. Para tanto, poderão ser levantados, para efeito de apresentação do modelo de financiamento e com detalhamento nos horizontes de planejamento, os seguintes aspectos: as fontes externas, nacionais e internacionais, abrangendo recursos onerosos e repasses a fundo perdido (não onerosos); as fontes no âmbito do município; as fontes internas, resultantes das receitas da prestação de serviços e as fontes alternativas de recursos, tal como a participação do setor privado na implementação das ações de saneamento no município.

---

## 16.2 FORMAS DE OBTENÇÃO DE RECURSOS

---

As principais fontes de financiamento disponíveis para o setor de saneamento básico do Brasil, desde a criação do Plano Nacional de Saneamento Básico (1971), são as seguintes:

- ✓ Recursos onerosos que são captados através de operações de crédito e são gravados por juros reais, provenientes das seguintes fontes:
  - ✧ Fundos financiadores, tais como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS e Fundo de Amparo do Trabalhador-FAT;
  - ✧ Recursos próprios de instituições financeiras, tendo como destaque o BNDES;
  - ✧ Recursos captados no mercado de capitais, por meio do lançamento de ações ou emissão de debêntures, onde o conceito de investimento de risco apresenta-se como principal fator decisório na inversão de capitais no saneamento básico;
- ✓ Recursos não onerosos, derivados da Lei Orçamentária Anual (LOA), também conhecida como OGU (Orçamento Geral da União) e, também, de orçamentos de estados e municípios. São obtidos via transferência fiscal entre entes federados, não havendo incidência de juros reais;
- ✓ Recursos provenientes de empréstimos internacionais, contraídos junto a agências multilaterais de crédito, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BIRD);
- ✓ Recursos próprios dos prestadores de serviços, resultantes de superávits de arrecadação;
- ✓ Recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (Fundo Estadual de Recursos Hídricos).

Os recursos onerosos preveem retorno financeiro e constituem-se empréstimos de longo prazo, operados, principalmente, pela Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, e pelo BNDES, com recursos próprios, e do FAT. Os recursos não onerosos não preveem retorno financeiro, pois os beneficiários não necessitam ressarcir os cofres públicos.

Nos itens seguintes, apresentam-se os principais programas de financiamentos existentes e as respectivas fontes de financiamento, conforme a disponibilidade de informações constantes dos órgãos envolvidos.

---

## 16.3 FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

---

De forma resumida, na sequência são listadas as principais fontes de captação de recursos, a partir de programas e de linhas de financiamento nas esferas federal e estadual.

### **No âmbito Federal:**

- ✓ ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico: Programa de Gestão de Recursos Hídricos, PROGESTÃO (Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas) etc.;

- ✓ BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ver linhas de financiamento no item 16.6 adiante);
- ✓ CEF – Caixa Econômica Federal: FINISA (Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento)/Serviços Urbanos de Água e Esgoto, etc.;
- ✓ MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional: Saneamento para Todos, Avançar Cidades etc.;
- ✓ FUNASA – Fundação Nacional da Saúde (órgão do Ministério da Saúde): Apoio financeiro a projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- ✓ Ministério do Meio Ambiente;
- ✓ Ministério da Ciência e Tecnologia (conforme indicação constante do **Quadro 16.1**).

**No âmbito Estadual:**

- ✓ SIMA - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente: por exemplo, Programa Município VerdeAzul, Programas Financiáveis pelo FEHIDRO e Programa Água é Vida;
- ✓ Secretaria de Agricultura e Abastecimento: por exemplo, Programa de Microbacias 2;
- ✓ Secretaria da Fazenda e Planejamento: Desenvolve SP.

O Plano Plurianual (2020 – 2023), instituído pelo Projeto de Lei nº 924, de 15 de agosto de 2019, consolida as prioridades e estratégias do Governo do Estado de São Paulo para os setores de saneamento e recursos hídricos, através dos diversos Programas aplicáveis ao saneamento básico do Estado, podendo ser citados, entre outros:

- ✓ Programa 2604 – Monitoramento da qualidade e redução da pegada ambiental;
- ✓ Programa 2617 – Educação ambiental, cidadania e melhoria da qualidade de vida;
- ✓ Programa 2622 – Infraestrutura hídrica e combate a enchentes;
- ✓ Programa 2623 – Planejamento, formulação e apoio à implementação política do saneamento;
- ✓ Programa 2624 – Abastecimento de água e esgotamento sanitário na área operada pela SABESP;
- ✓ Programa 2625 – Desenvolvimento da política de recursos hídricos e implementação de suas ações.

#### **16.4 LISTAGEM DE VARIADOS PROGRAMAS E FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O SANEAMENTO**

No **Quadro 16.1** apresenta-se uma listagem com os programas, as fontes de financiamento, os beneficiários, a origem dos recursos e os itens financiáveis para o saneamento. Os programas denominados REFORSUS e VIGISUS do Ministério da Saúde foram suprimidos da listagem porque estão relacionados diretamente a ações envolvendo a vigilância em termos de saúde e controle de doenças, apesar da intercorrência com as ações de saneamento básico.



Cumpra salientar que o município, na implementação das ações necessárias para se atingir a universalização do saneamento, deverá selecionar o (s) programa (s) de financiamentos que melhor se adequem (m) às suas necessidades, função, evidentemente, de uma série de procedimentos a serem cumpridos, conforme exigências das instituições envolvidas.

**QUADRO 16.1 - RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SANEAMENTO**

<i>Instituição</i>	<i>Programa / Finalidade</i>	<i>Beneficiário</i>	<i>Origem dos Recursos</i>	<i>Itens Financiáveis</i>
SIMA	Programas Financiáveis pelo FEHIDRO Vários Programas voltados para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos.	Municípios	FEHIDRO (Ver nota 1)	Projeto / Obras e Serviços.
SIMA	ÁGUA É VIDA – Programa Água é Vida Programa voltado para as localidades de pequeno porte, predominantemente ocupadas por população de baixa renda, visando a implementação de obras e serviços de infraestrutura, instalações operacionais e equipamentos.	Municípios	Orçamento do Governo do Estado de São Paulo (fundo perdido).	Obras e serviços de infraestrutura, instalações operacionais e equipamentos, relacionados aos sistemas de saneamento básico.
DESENVOLVE SP	Linha Economia Verde Municípios Programa destinado ao financiamento de projetos sustentáveis, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais relacionados à atividade pública.	Administração municipal direta e autarquias municipais.	Orçamento do Governo do Estado de São Paulo	Construção Sustentável, transporte, saneamento e resíduos, recuperação florestal e planejamento municipal.
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO	Programa Gestão de Recursos Hídricos Programa direcionado para a recuperação e preservação de bacias hidrográficas, como despoluição, melhoria das condições das nascentes, prevenção de impactos de secas e enchentes, etc.	Prefeituras, Estados e Distrito Federal	Orçamento Geral da União (OGU)	Intervenções relacionadas as seguintes modalidades: despoluição de corpos hídricos; recuperação e preservação de nascentes, mananciais e cursos d'água em áreas urbanas e; prevenção dos impactos das secas e enchentes
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO	PROGESTÃO – Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas no Brasil Programa direcionado ao fortalecimento da gestão dos recursos hídricos através do incentivo financeiro as ações de fortalecimento institucional e de gerenciamento dos recursos hídricos	Estados e Distrito Federal (Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREHs)	Orçamento Geral da União (OGU); Fundos de Recursos Hídricos; Doações, legados, subvenções e outros que lhe forem destinados.	Ações de fortalecimento institucional e gerenciamento de recursos hídricos
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento Programa destinado ao financiamento de infraestruturas e as obras de saneamento para o setor público e setor privado	Prefeituras, Estados e Distrito Federal	Caixa Econômica Federal (CEF)	Obras em infraestrutura e saneamento ambiental
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)	SANEAMENTO PARA TODOS Programa de financiamento de empreendimentos relacionados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, saneamento integrado, manejo de resíduos, desenvolvimento institucional, recuperação e	Concessionárias públicas e privadas para o atendimento de população urbana e rural	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Sistema produtor de água, sistema de esgotamento sanitário, elaboração de estudos e projetos, redução e controle de perdas, implantação de ações de melhoria da gestão,

<i>Instituição</i>	<i>Programa / Finalidade</i>	<i>Beneficiário</i>	<i>Origem dos Recursos</i>	<i>Itens Financiáveis</i>
	preservação de mananciais			
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)	AVANÇAR CIDADES Programa de financiamento para projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana, controle de perdas, planos de saneamento, estudos e projetos	Prefeituras, Empresas Públicas e Sociedade Economia de Mista	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, manejo de águas pluviais, controle de perdas, planos de saneamento, estudos e projetos.
MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNASA	FUNASA – Fundação Nacional de Saúde Obras e serviços em saneamento.	Prefeituras e Serviços Municipais de Limpeza Pública.	Orçamento Geral da União (OGU)	Sistemas de resíduos sólidos, serviços de drenagem para o controle de malária, melhorias sanitárias domiciliares, sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, estudos e pesquisa.
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	PROSAB – Programa de Pesquisa em Saneamento Básico Visa promover e apoiar o desenvolvimento de pesquisas na área de saneamento ambiental.	Comunidade acadêmica e científica de todo o território nacional.	FINEP, CNPQ, Caixa Econômica Federal, CAPES e Ministério da Ciência e Tecnologia.	Pesquisas relacionadas a: águas de abastecimento, águas residuárias, resíduos sólidos (aproveitamento de lodo).

## Notas

1– A principal fonte de recurso financeiros da FEHIDRO é a compensação e royalties de Itaipu (recursos da ordem de R\$ 50 milhões) e recursos decorrentes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Estado de São Paulo (recursos da ordem de 120 milhões) (ref. Out/2009).

## **16.5 DESCRIÇÃO RESUMIDA DE ALGUNS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTOS DE GRANDE INTERESSE PARA IMPLEMENTAÇÃO DA REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

A seguir, encontram-se descritos, de forma resumida, alguns programas de grande interesse para implementação da Revisão/Atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário em nível federal e estadual.

### **No Âmbito Federal:**

#### PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS

O principal programa instituído pelo governo federal destinado ao setor de saneamento básico é o Saneamento Para Todos, que contempla prestadores de serviços de saneamento do setor público e do setor privado. Os recursos disponibilizados para financiamento são provenientes do FGTS, ou seja, recursos onerosos; salienta-se, entretanto, que o financiamento requer uma contrapartida mínima, cuja parcela varia de acordo com o setor:

- ✓ 5% do valor do investimento para o setor público, sendo que para empreendimentos da modalidade “Abastecimento de Água” o valor da contrapartida é de 10%;
- ✓ 20% do valor do investimento para o setor privado, independentemente da modalidade.

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) é o órgão responsável pelo processo de seleção pública do programa através da abertura de processos. Cabe, então, à Caixa Econômica Federal (CEF) o papel de agente operador, responsável pela análise e aprovação do processo de abertura de crédito referente ao financiamento. É possível obter financiamento para as seguintes modalidades:

- ✓ Abastecimento de Água – destina-se à promoção de ações que visem ao aumento da cobertura ou da capacidade de produção do sistema de abastecimento de água;
- ✓ Esgotamento Sanitário – destina-se à promoção de ações para aumento da cobertura dos sistemas de esgotamento sanitário ou da capacidade de tratamento e destinação final adequada dos efluentes;
- ✓ Saneamento Integrado – destina-se à promoção de ações integradas em áreas ocupadas por população de baixa renda. Abrange o abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais, além de ações relativas ao trabalho socioambiental nas áreas de educação ambiental, além da promoção da participação comunitária e, quando for o caso, ao trabalho social destinado à inclusão social de catadores e aproveitamento econômico do material reciclável, visando à sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos empreendimentos;
- ✓ Desenvolvimento Institucional – destina-se à promoção de ações articuladas, visando ao aumento de eficiência dos prestadores de serviços públicos. Nos casos de abastecimento

de água e esgotamento sanitário, visa à promoção de melhorias operacionais, incluindo a reabilitação e recuperação de instalações e redes existentes, redução de custos e de perdas; no caso da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; visa à promoção de melhorias operacionais, incluindo a reabilitação e recuperação de instalações existentes;

- ✓ Manejo de Resíduos Sólidos e de Águas Pluviais – no caso dos resíduos sólidos, destina-se à promoção de ações com vistas ao aumento da cobertura dos serviços (coleta, transporte, tratamento e disposição dos resíduos domiciliares e provenientes dos serviços de saúde, varrição, capina, poda etc.); no caso das águas pluviais, à promoção de ações de prevenção e controle de enchentes, inundações e de seus danos nas áreas urbanas;
- ✓ Outras modalidades incluem o manejo dos resíduos da construção e demolição, a preservação e recuperação de mananciais e o financiamento de estudos e projetos, inclusive os planos municipais e regionais de saneamento básico.

As condições gerais de concessão do financiamento são as seguintes:

- ✓ Após a contratação, a carência correspondente ao prazo para execução das etapas definidas no objeto contratual poderá ser acrescida de até 4 meses, porém limitada a 48 meses, contados a partir da assinatura do contrato;
- ✓ A amortização é contada a partir do término da carência, sendo:
  - ✧ Para abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e saneamento integrado: até 240 meses;
  - ✧ Desenvolvimento institucional e preservação e recuperação de mananciais: até 180 meses;
  - ✧ Estudos e Projetos: até 60 meses.
- ✓ Os juros são definidos à taxa nominal de 6% a.a., exceto para a modalidade Saneamento Integrado, que é de 5%;
- ✓ A remuneração da CEF é de 2% sobre o saldo devedor e a taxa de risco de crédito limitada a 1% a.a., conforme a análise cadastral do solicitante.

#### PROGRAMA AVANÇAR CIDADES – SANEAMENTO

O Programa Avançar Cidades - Saneamento tem o objetivo de promover a melhoria do saneamento básico do país por meio do financiamento de ações nas modalidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, manejo de águas pluviais, redução e controle de perdas, saneamento integrado, desenvolvimento institucional, preservação e recuperação de mananciais, estudos e projetos, e planos de saneamento.

A contratação através dessa modalidade é regulamentada pela Instrução Normativa nº 22, de 3 de agosto de 2018, a qual regulamenta o processo de contratação de operação de crédito para ações de saneamento (Mutuários Públicos). O processo de seleção das propostas é contínuo, ou seja, é possível cadastrar a qualquer momento no site do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), seguindo as seguintes etapas:

- ✓ Cadastro e envio de propostas pelos proponentes por meio de cartas-consultas;
- ✓ Manifestação de Interesse pelo Agente Financeiro (MIAF) – etapa de pré-qualificação das propostas enviadas. O agente financeiro terá até 60 dias para apresentar a manifestação de interesse, contados a partir da disponibilização da carta-consulta;
- ✓ Enquadramento das propostas pelo MDR. O prazo para o enquadramento é de 60 dias contados a partir da data da MIAF emitida pelo agente financeiro;
- ✓ Validação pelo Agente Financeiro das propostas enquadradas pelo MDR. A validação deverá ser realizada em até 90 dias, podendo ser prorrogável caso seja apresentada solicitação e, essa, justificada pelo agente financeiro e apreciada pelo MDR;
- ✓ Hierarquização e Seleção das propostas pelo MDR.

Após a seleção, o prazo para que seja realizada a contratação da operação de crédito será de até 180 dias contados a partir da publicação do resultado no Diário Oficial da União. O processo de seleção não impõe limites para o cadastramento de propostas, seja quanto ao número de propostas por município ou quanto ao valor das propostas.

A fonte dos recursos disponibilizados é o FGTS, de modo que a seleção deve obedecer às normas vigentes relativas ao FGTS assim como os limites e condições previstos na legislação, em especial as normativas e disposições relativas às operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos. Da mesma forma, a seleção das propostas está condicionada ao orçamento do FGTS disponibilizado.

As propostas selecionadas poderão obter o financiamento de até 95% do valor do investimento, de modo que deverão atender ao requisito de contrapartida (mínimo de 5% do valor do investimento).

#### PROGRAMA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Esse programa integra projetos e atividades que objetivam a recuperação e preservação da qualidade e quantidade de recursos hídricos das bacias hidrográficas. A seleção das propostas é realizada pela ANA, de acordo com a disponibilidade financeira da agência. Os recursos financeiros são provenientes do Orçamento Geral da União (não oneroso-repasse do OGU). Cabe à Caixa Econômica Federal (CEF) a análise e contratação da operação de crédito, sendo responsável pelo recebimento do plano de trabalho e análise da viabilidade da proposta.

Deve ser verificada a adequabilidade da contrapartida oferecida aos percentuais definidos pela ANA, em conformidade com as Leis das Diretrizes Orçamentárias (LDO), de acordo com a seguinte divisão:

- ✓ Para municípios com população inferior a 25 mil habitantes: contrapartida de 3% do valor de repasse da União;
- ✓ Para municípios situados em áreas de abrangência da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e região Centro-Oeste: contrapartida de 5% do valor de repasse da União;

- ✓ Para os demais municípios: contrapartida de 20% do valor de repasse da União;
- ✓ Para estados e Distrito Federal localizados na área de abrangência da SUDAM, da SUDENE e região Centro-Oeste: contrapartida de 10% do valor de repasse da União;
- ✓ Para os demais estados: contrapartida de 20% do valor de repasse da União.

As modalidades abrangidas pelo programa são as seguintes:

- ✓ Despoluição de corpos hídricos;
- ✓ Sistema de transporte e disposição final adequada de esgoto sanitário;
- ✓ Desassoreamento e controle da erosão;
- ✓ Contenção de encostas;
- ✓ Recomposição da vegetação ciliar;
- ✓ Recuperação e Preservação de Nascentes, Mananciais e Cursos D'Água em Áreas Urbanas;
- ✓ Desassoreamento e controle de erosão;
- ✓ Contenção de encostas;
- ✓ Remanejamento/reassentamento da população;
- ✓ Uso e ocupação do solo para preservação de mananciais;
- ✓ Implantação de parques para controle de erosão e preservação de mananciais;
- ✓ Recomposição da rede de drenagem;
- ✓ Recomposição de vegetação ciliar;
- ✓ Aquisição de equipamentos e outros bens;
- ✓ Prevenção dos Impactos das Secas e Enchentes;
- ✓ Desassoreamento e controle de enchentes;
- ✓ Drenagem urbana;
- ✓ Urbanização para controle de cheias, erosões e deslizamentos;
- ✓ Recomposição de vegetação ciliar;
- ✓ Obras para preservação ou minimização dos efeitos da seca;
- ✓ Sistemas simplificados de abastecimento de água;
- ✓ Barragens subterrâneas;
- ✓ Dessalinização das águas salinas e salobras;
- ✓ Cisternas rurais e implúvios.

PROGESTÃO – PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS

O Programa de Consolidação do Pacto Nacional Pela Gestão das Águas (Progestão) é um programa de incentivo financeiro de adesão voluntária desenvolvido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREHs) que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

O programa aporta recursos orçamentários da ANA, os quais têm por origem: o Orçamento Geral da União (OGU) consignados à ANA; Fundos de Recursos Hídricos e; doações, legados, subvenções e outros que lhe forem destinados. Dessa forma, tem-se por principais objetivos do programa a promoção da articulação do gerenciamento e regulação do uso das águas nas esferas nacionais e estaduais, além o de fortalecer o modelo de governança instituído através da Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Com a adesão ao programa, é previsto o repasse de até cinco parcelas anuais de até R\$ 1,0 milhão no primeiro desembolso, sendo R\$ 500 mil condicionados à aprovação do Quadro de Metas pelo Conselho de Recursos Hídricos do Estado (ou Distrito Federal) e R\$ 500 mil mediante o cumprimento das metas de caráter não cumulativo, também estabelecidas no Quadro de Metas (ref. Ago/2017). Nos anos subsequentes o repasse máximo de R\$ 1,0 milhão está condicionado ao alcance e cumprimento das metas definidas no exercício anterior.

A ANA definiu cinco metas de cooperação federativa, as quais todas as unidades federativas que aderirem ao Progestão devem cumprir:

- ✓ Integração de dados de usuários de recursos hídricos;
- ✓ Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas;
- ✓ Contribuição para difusão do conhecimento;
- ✓ Prevenção de eventos hidrológicos críticos;
- ✓ Atuação para segurança de barragens.

De acordo com o grau de complexidade do processo de gestão da bacia, esse definido em termos de abrangência, intensidade, número e dispersão de conflitos existentes (variando entre A e D, sendo D aquelas com maior complexidade), maior é a exigência no cumprimento das metas estabelecidas. Ou seja, quanto mais complexo o tipo de gestão, maiores são os números de variáveis com alcance obrigatório em cada meta, sendo essas variáveis do tipo planejamento (Ex.: a divisão hidrográfica), da informação e suporte (Ex.: o monitoramento da qualidade da água) e de cunho operacional (Ex.: outorga e fiscalização).

Ao final de cada ano é realizado o processo de certificação de cumprimento de metas e definição das metas para o ano subsequente, de acordo com aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) ou entidade correspondente, como órgãos ambientais. Cabe à ANA a elaboração do calendário anual de atividades para o ano subsequente, o detalhamento



dos prazos para envio da documentação necessária para a certificação das metas, assim como todas as ações necessárias para o aprimoramento do programa.

### PROGRAMAS DA FUNASA (FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE)

A FUNASA é um órgão do Ministério da Saúde que detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no País. Na busca da redução dos riscos à saúde, financia a universalização dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos urbanos. Além disso, o órgão promove melhorias sanitárias domiciliares, a cooperação técnica, estudos e pesquisas e ações de saneamento rural, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza.

Cabe à FUNASA a responsabilidade de alocar recursos não onerosos para sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e melhorias sanitárias domiciliares, prioritariamente para municípios com população inferior a 50.000 habitantes, em comunidades quilombolas, assentamentos de reforma agrária, comunidades extrativistas, populações ribeirinhas e áreas rurais. É importante frisar que apenas municípios com concessão pública são elegíveis para a obtenção de financiamento.

As ações e programas em Engenharia de Saúde Pública constantes dos financiamentos da FUNASA são os seguintes:

- ✓ Sistemas de Abastecimento de Água;
- ✓ Sistemas de Esgotamento Sanitário;
- ✓ Manejo de Resíduos Sólidos;
- ✓ Drenagem e Manejo Ambiental;
- ✓ Melhorias Sanitárias Domiciliares;
- ✓ Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas;
- ✓ Saneamento em Áreas Rurais e Comunidades Tradicionais;
- ✓ Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico;
- ✓ Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Ambiental e Saneamento.

### **No Âmbito Estadual**

#### PROGRAMA ÁGUA É VIDA

O Programa Água é Vida foi criado em novembro de 2011 através do Decreto nº 57.479, de 1º de novembro de 2011 com atualização pelo Decreto nº 57.689, de 27 de dezembro de 2011 para fornecer apoio financeiro aos Municípios para implantação de obras relacionadas ao sistema de saneamento básico em comunidades rurais e comunidades isoladas ocupadas por população de baixa renda. O programa possui abrangência em todo o Estado de São Paulo, sendo que, cabe ao Município o encaminhamento da proposta para solicitar a participação no programa. A solicitação para inclusão no programa deve ser encaminhada à SIMA através da

apresentação do cadastramento sanitário domiciliar da comunidade/bairro a ser beneficiado, junto à declaração de que as comunidades beneficiadas são ocupadas por população de baixa renda, dentre outros documentos específicos<sup>12</sup>.

O Programa “Água é Vida” está descrito no Plano Plurianual 2020-2023 e se encontra no Programa 2623 – Planejamento, Formulação e Apoio à Implementação das Ações da Política de Saneamento: Ação 2080 – Água é Vida.

#### FEHIDRO/PROGRAMAS FINANCIÁVEIS

Para conhecimento de todas as ações e programas financiáveis pelo FEHIDRO, deve-se consultar o Manual de Procedimentos Operacionais para Investimento, editado pelo COFEHIDRO – Conselho de Orientação do Fundo Estadual dos Recursos Hídricos – dezembro/2010.

Os beneficiários dos recursos disponibilizados pelo FEHIDRO são as pessoas jurídicas de direito público da administração direta e indireta do Estado ou municípios, concessionárias de serviços públicos nos campos de saneamento, meio ambiente e de aproveitamento múltiplo de recursos hídricos; consórcios intermunicipais, associações de usuários de recursos hídricos, universidades, instituições de ensino superior, etc.

Os recursos do FEHIDRO destinam-se a financiamentos (reembolsáveis ou a fundo perdido), de projetos, serviços e obras que se enquadrem no Plano Estadual de Recursos Hídricos. A contrapartida mínima é variável conforme a população do município. Os encargos, no caso de recursos onerosos (reembolsáveis), são de 2,5% a.a. para pessoas jurídicas de direito público, da administração direta ou indireta do Estado e dos Municípios e consórcios intermunicipais, e de 6,0% a.a. para concessionárias de serviços públicos.

As linhas temáticas para financiamento são as seguintes:

- ✓ Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- ✓ Proteção, Conservação e Recuperação dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos;
- ✓ Prevenção contra Eventos Extremos.

Na linha temática de Proteção, Conservação e Recuperação dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos, encontram-se indicados os seguintes empreendimentos financiáveis, entre outros:

- ✓ Estudos, projetos e obras para todos os componentes sistemas de abastecimento de água, incluindo as comunidades isoladas;
- ✓ Idem para todos os componentes de sistemas de esgotamento sanitário;
- ✓ Elaboração de plano e projeto do controle de perdas e diagnóstico da situação; implantação do sistema de controle de perdas; aquisição e instalação de hidrômetros

<sup>12</sup> Resolução SSRH nº 10 de 05-06-2014

residenciais e macromedidores; instalação do sistema redutor de pressão; serviços e obras de setorização; reabilitação de redes de água; pesquisa de vazamentos, pitometria e eliminação de vazamentos;

- ✓ Tratamento e disposição de lodo de ETA e ETE;
- ✓ Estudos, projetos e instalações de adequação de coleta e disposição final de resíduos sólidos, que comprovadamente comprometam a qualidade dos recursos hídricos;
- ✓ Coleta, transporte e tratamento de efluentes dos sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos (chorume).

## **16.6 INSTITUIÇÕES COM FINANCIAMENTOS ONEROSOS**

Dentre as instituições com financiamentos onerosos, podem ser citadas as seguintes outras alternativas possíveis:

### ***Desenvolve SP – Linha Economia Verde Municípios***

A linha de financiamento Linha Economia Verde Municípios é uma opção de crédito oferecida pelo Banco do Desenvolvimento do Estado de São Paulo, o Desenvolve SP. Através da Linha Economia Verde Municípios é possível que a Prefeitura Municipal e/ou Autarquias Municipais obtenham financiamento de investimentos relacionados a projetos sustentáveis, projetos com o objetivo de reduzir a emissão de CO<sub>2</sub> e projetos que reduzam o impacto ambiental relacionado às atividades da administração pública. Nessa linha de crédito é possível financiar os seguintes itens:

- ✓ Construção Sustentável;
- ✓ Transporte;
- ✓ Saneamento e Resíduos;
- ✓ Recuperação Florestal; e,
- ✓ Planejamento Municipal.

A linha de crédito possui taxa de 0,53% ao mês sendo acrescida da SELIC; o prazo máximo, incluindo a carência, é de 72 meses, sendo a carência de até 12 meses. Nessa linha de crédito é possível financiar 100% dos itens.

Para a obtenção dos recursos, os interessados devem apresentar a Carta Consulta para que seja feita a análise do projeto pelo Desenvolve SP. Posteriormente, caso o projeto seja aprovado, será necessária a apresentação de toda a documentação para a análise da Secretaria do Tesouro Nacional.

### ***BNDES FINEM – Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos***

A linha de financiamento BNDES Finem – Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos tem por objetivo atender investimentos das áreas públicas ou privadas cujos projetos se encontrem nas seguintes modalidades:

- ✓ Abastecimento de água;
- ✓ Esgotamento sanitário;
- ✓ Efluentes e resíduos industriais;
- ✓ Resíduos sólidos;
- ✓ Gestão de recursos hídricos (tecnologias e processos, bacias hidrográficas);
- ✓ Recuperação de áreas ambientalmente degradadas;
- ✓ Desenvolvimento institucional;
- ✓ Despoluição de bacias em regiões onde já estejam constituídos Comitês;
- ✓ Macrodrenagem.

A linha de crédito tem como valor mínimo de financiamento R\$ 20 milhões, sendo os principais clientes as unidades federativas (Estados e Distrito Federal), municípios, fundações, associações e cooperativas e empresas sediadas no Brasil. É possível financiar através do Finem estudos e projetos, obras civis, treinamentos, montagem e instalação, móveis e utensílios, despesas pré-operacionais e máquinas e equipamentos nacionais ou importados.

A solicitação de financiamento pode ser feita por duas maneiras distintas: diretamente ao BNDES (apoio direto) ou através de uma instituição financeira credenciada (apoio indireto). No caso do apoio indireto, a instituição financeira parceira do BNDES assume o risco do não pagamento pelo cliente. O financiamento por apoio direto é solicitado diretamente no site do BNDES, no qual estão todas as informações necessárias para obter o crédito, as quais seguem as seguintes etapas: Habilitação, Solicitação de Apoio Financeiro, Análise, Contratação e Acompanhamento. O financiamento por apoio indireto é obtido diretamente na instituição financeira credenciada, a qual dispõe de regulamento próprio para a obtenção do crédito.

A linha de financiamento Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos baseia-se nas diretrizes do produto BNDES FINEM, com algumas condições específicas, descritas no **Quadro 16.2**. A composição de juros varia da seguinte forma:

- ✓ Operações diretas: A taxa de juros será composta do fator custo, o fator taxa do BNDES e o fator taxa do agente;
- ✓ Operações indiretas: A taxa de juros será composta do fator custo e do fator taxa do BNDES;

**QUADRO 16.2 – TAXA DE JUROS**

<b>Itens Financiados</b>	<b>Remuneração do BNDES</b>		<b>Taxa de Risco de Crédito</b>	
	Tratamento de resíduos e esgoto	Demais investimentos	Todos (Financiamento para Empresas)	Todos (Financiamento para UFs e municípios)
<b>Apoio Direto</b>	0,9% a.a.	1,3% a.a.	Variável conforme risco do cliente e prazos do financiamento	0,1% a.a. (com garantia da União) ou conforme risco do cliente e prazos do financiamento (sem garantia da União)
<b>Apoio Indireto</b>	1,05% a.a.	1,45% a.a.	Negociada entre a instituição e o cliente	

- ✓ **Custo Financeiro:** A taxa de juros final é composta pela TLP, pelas remunerações do BNDES e do agente financeiro credenciado (no caso de financiamento através de instituições financeiras credenciadas). Essa taxa é comparável às taxas de mercado livres de risco dos títulos públicos, com os mesmos vencimentos dos financiamentos do BNDES. Ao longo de 2020, a TLP variou entre 1,49% a.a. e 2,26% a.a.
- ✓ **Remuneração:** A Remuneração da Instituição Financeira Credenciada será negociada entre a instituição financeira credenciada e o cliente.
- ✓ **Participação:** Para estados e município o BNDES pode participar com até 90% do valor total do investimento; para os demais clientes a participação do BNDES é de até 95% do valor total do investimento. Em ambos os casos, a participação é limitada a 100% dos itens financiáveis.
- ✓ **Prazo:** O prazo máximo para o financiamento é de 34 anos, independentemente do beneficiário do financiamento. O prazo é negociável em função da capacidade de pagamento do cliente, do tipo do cliente e do grupo econômico, sabendo que estão contidos no prazo o período de carência e o período de amortização.
- ✓ **Garantias:** Para apoio direto serão aquelas definidas na análise da operação; para apoio indireto serão negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente.

### **Financiamentos Externos (Comissão de Financiamentos Externos - COFIE)**

A Comissão de Financiamentos Externos – COFIE é composta por diferentes órgãos da esfera federal dentre os quais se encontra a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF). Essa comissão tem por atribuição autorizar a preparação de projetos ou programas do setor público com financiamento proveniente de fontes externas, podendo os projetos serem de interesse da União, das unidades federativas, dos municípios, de administrações diretas ou de autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

A autorização das operações de crédito para preparação de projetos ou programas é condicionada aos seguintes requisitos:

- ✓ Avaliação favorável pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia quanto à capacidade de pagamento e trajetória de endividamento e cumprimento de contratos de renegociação de dívidas entre o proponente mutuário, a União e o programa de ajuste fiscal
- ✓ Avaliação favorável pela Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Economia quanto aos aspectos técnicos e operacionais do projeto ou programa:
- ✓ A Resolução nº 3 de maio de 2019 determina que os municípios e suas respectivas administrações diretas, autarquias, fundações ou empresas dependentes terão suas propostas analisadas pela Comissão caso haja garantia da União, financiamento de organismo internacional ou agência governamental estrangeira, e caso atendam aos critérios: população superior a 100 mil habitantes e contrapartida de, pelo menos, 20% do valor total do investimento a ser financiado.

A avaliação pela COFIEIX é realizada através dos critérios dispostos na Resolução nº 1, de janeiro de 2020, sendo:

- ✓ A proposta deve apresentar objetivo claro e bem definido quanto à relação de cooperação entre os consorciados, as quais devem ter por objetivo ações de desenvolvimento ou solução de problema de interesse comum;
- ✓ O consórcio público deve apresentar o valor total do projeto a ser financiado e o valor de contrapartida, assim como o valor da quota referente a cada ente público participante da operação, assim como a quota da contrapartida de cada parte;
- ✓ A contrapartida deve atender aos requisitos dispostos na Resolução COFIEIX nº 3, de 29 de maio de 2019 (ou da resolução que vier a sucedê-la);
- ✓ As garantias ou contragarantias oferecidas pelos entes da Federação consorciados deverão ser proporcionais à apropriação do valor total do financiamento;
- ✓ As cartas-consultas apresentadas devem ser somente para operações caracterizadas como de investimentos.

As propostas apresentadas à COFIEIX devem ser realizadas pela internet no site do Sistema de Gerenciamento Integrado da SAIN-ME através de cartas-consultas, indicando o tipo de pleito. Após o recebimento das propostas é realizada a avaliação pelos grupos técnico e de trabalho da COFIEIX, os quais farão o acompanhamento das propostas. Após aprovação do financiamento, é iniciado o processo de preparação do projeto ou do programa entre os entes envolvidos. Após as devidas negociações, o processo é enviado ao Senado Federal para deliberação do crédito.

As principais fontes externas de crédito para operações no Brasil são:

### ***Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)***

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) possui base em Washington D.C. e é uma das principais fontes de financiamento para países em desenvolvimento econômico, social e

institucional localizados na América Latina e Caribe. O Grupo BID é composto por três instituições:

- ✓ Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): as áreas prioritárias de atendimento são projetos que promovam a equidade social, redução da pobreza, reforma econômica e modernização do Estado e integração social. As áreas de atuação são os países da América Latina e Caribe;
- ✓ Corporação Interamericana de Investimentos (CII): financiamentos voltados para o estabelecimento, ampliação e modernização de empresas privadas de pequeno e médio porte localizadas na América Latina e Caribe;
- ✓ Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN): voltado para o atendimento de micro e pequenas empresas.

### ***Banco Mundial (BM)***

O Banco Mundial (BM) é uma instituição financeira de caráter multilateral composta de 189 países membros. O BM possui quatro agências:

- ✓ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD): realiza empréstimos e cooperação técnica não reembolsável para os países-membros elegíveis;
- ✓ Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA): realiza empréstimos em termos altamente concessionais e doações para países menos desenvolvidos;
- ✓ Corporação Internacional de Financiamento (IFC): realiza empréstimos, participação acionária e assistência técnica para o setor privado dos países em desenvolvimento;
- ✓ Agência Multilateral de Garantias de Investimento (MIGA): concede garantias para investidores de países em desenvolvimento contra perdas causadas por riscos não comerciais.

### ***Corporação Andina de Fomento (CAF)***

A Corporação Andina de Fomento (CAF) é uma instituição financeira multilateral com sede em Caracas, voltada para atividades relacionadas ao crescimento econômico e integração regional. A CAF financia projetos no setor de infraestrutura, como: rodovias, transporte, telecomunicações, geração e transmissão de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento ambiental, assim como ações relacionadas à integração regional nas regiões de fronteira entre os países acionistas.

### ***Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA)***

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), com sede na Bolívia, em Santa Cruz de La Sierra, apoia a cooperação entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de contribuir para a redução das disparidades socioeconômicas, assim como para a promoção da complementariedade e sinergia dos esforços das instituições de desenvolvimento nacional. O FONPLATA financia projetos das

seguintes áreas: transporte e logística, desenvolvimento produtivo, meio ambiente, água e saneamento, desenvolvimento urbano, saúde e educação.

### ***Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW)***

O Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW) é um banco de fomento do governo alemão com sede em Frankfurt para apoio aos países em desenvolvimento. Trata-se de uma cooperação bilateral, financiada com recursos do governo alemão a fundo perdido, sendo os recursos destinados a: programas de infraestrutura econômica e social; investimentos nos setores agropecuário e industrial; projetos de conservação do meio ambiente e dos recursos naturais; projetos de pequenas e médias empresas, e; financiamento de estudos e serviços.

### ***Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)***

A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) é uma instituição financeira pública com sede em Paris, com o objetivo de financiar projetos e programas para melhoria da qualidade de vida da população, promover o crescimento econômico e proteger o meio ambiente. A AFD oferece os seguintes serviços a governos e entidades públicas ou privadas: subvenção a projetos e programas de alto impacto, sem rentabilidade imediata, que possibilitem captação de empréstimos; garantias para incentivar instituições financeiras a conceder empréstimos a empresas pequenas e médias, e; participações em fundos próprios geridos pela PROPARCO (Sociedade para Promoção e Participação na Cooperação Econômica, subsidiária da AFD), responsável pelo financiamento do setor privado.

### ***Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)***

A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) é um órgão do governo japonês com sede em Tóquio, com o objetivo de promover o crescimento e a estabilidade socioeconômica nos países em desenvolvimento, contribuir para a paz e para o desenvolvimento da sociedade internacional. A JICA oferece empréstimos e cooperação técnica nas seguintes áreas: saneamento, mobilidade e infraestrutura urbana, meio ambiente e prevenção de desastres.

### ***New Development Bank (NDB)***

O New Development Bank (NDB) é um banco multilateral de desenvolvimento com sede em Xangai, criado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outros países em desenvolvimento. O NDB fornece, também, assistência técnica para projetos e programas com o objetivo de contribuir para a obtenção de sustentabilidade ambiental e social.

### ***Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF)***

O Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF) é uma organização financeira independente com sede em Washington D.C., composta por 183 países com o papel de ser agente catalisador para melhorias do meio ambiente mundial. O GEF financia projetos relacionados à biodiversidade, mudanças climáticas e à degradação do solo.



### ***Banco Europeu de Investimentos (BEI)***

O Banco Europeu de Investimentos (BEI) é uma instituição financeira vinculada aos países da União Europeia, com o objetivo de melhorar o potencial da Europa em termos de empregos e crescimento; apoiar ações para atenuar alterações climáticas, e; promoção de políticas europeias no exterior. Para isso, o BEI disponibiliza apoio financeiro nas seguintes modalidades:

- ✓ Empréstimos: o BEI financia clientes grandes e pequenos para apoiar o crescimento e emprego;
- ✓ Financiamento Misto: o BEI permite aos clientes que sejam realizados financiamentos em conjunto com investimentos adicionais.

## **17. PREVISÃO DE EVENTOS DE CONTINGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS**

### **17.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

A previsão de eventos de contingências e emergências tem por objetivo corrigir de forma rápida e efetiva situações adversas que comprometam a segurança, qualidade, regularidade e continuidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, reduzindo os riscos para a população e para o meio ambiente.

A adoção das proposições descritas na sequência é importante para proporcionar uma rotina de operações estáveis e minimizar as ocorrências de interrupção dos serviços. De caráter preventivo, em sua maioria, buscam conferir grau adequado de segurança aos processos e instalações operacionais, evitando descontinuidades e danos à população e ao meio ambiente.

Salienta-se que o grau de segurança adotado em todo projeto, obra e operação dos serviços de saneamento, deve seguir as legislações e normas técnicas pertinentes, bem como experiências adquiridas. Porém, deve haver um ponto de equilíbrio econômico entre o grau de segurança e os riscos aceitáveis, pois quanto maiores forem os níveis de segurança, maiores serão os custos de implantação e operação.

Portanto, observa-se que a adoção sistemática de altíssimos níveis de segurança para todo e qualquer tipo de obra ou serviço acarretaria um enorme esforço da sociedade para a implantação e operação da infraestrutura necessária à sua sobrevivência e conforto, atrasando seus benefícios. E o atraso desses benefícios, por outro lado, também significa prejuízos à sociedade.

Assim, nos **Quadros 17.1** e **17.2**, são identificadas as ocorrências, suas origens, com exemplos de possíveis eventos e estruturas operacionais afetadas e, por fim o Plano de Contingências, com as ações a serem tomadas para minimizar os efeitos negativos das ocorrências e reestabelecer a prestação dos serviços. Diante de outras ocorrências não elencadas neste documento, os operadores deverão promover a elaboração de novos planos de atuação.

**QUADRO 17.1 - AÇÕES DE CONTINGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Ocorrência	Origem	Plano de Contingências	Responsável
1. Falta d'água generalizada	Inundação das captações de água com danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas	Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil	Gerente
		Reparo das instalações danificadas	Equipe de manutenção escalada
	Deslizamento de encostas / movimentação do solo / solapamento de apoios de estruturas, com comprometimento do sistema de adução de água bruta ou tratada	Comunicação às autoridades / Defesa Civil	Gerente
		Evacuação das áreas atingidas, apoio aos atingidos e reparo das instalações danificadas	Defesa Civil
	Interrupção prolongada no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água	Comunicação ao órgão responsável pelo fornecimento de energia	Encarregado
		Controle da água disponível em reservatórios	Gerente
	Vazamento de cloro nas instalações de tratamento de água	Implementação do Plano de Atendimento de Emergência <sup>13</sup> – Cloro	Encarregado
	Situação de seca, vazões críticas de mananciais	Deslocamento de frota de caminhões tanque	Encarregado
		Controle da água disponível em reservatórios	Gerente
		Implementação de rodízio de abastecimento	Gerente
	Ações de vandalismo	Comunicação à Polícia	Gerente
		Reparo das instalações danificadas	Equipe de manutenção escalada
Para todas as origens	Comunicação externa	Arsesp; Defesa Civil; Cetesb; Corpo de Bombeiros	
2. Falta d'água parcial ou localizada	Deficiências de água nos mananciais em períodos de estiagem	Deslocamento de frota de caminhões tanque	Encarregado
		Controle da água disponível em reservatórios	Gerente
		Implementação de rodízio de abastecimento	Gerente
	Interrupção temporária no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água	Comunicação ao órgão responsável pelo fornecimento de energia	Encarregado
		Controle da água disponível em reservatórios	Gerente
	Interrupção no fornecimento de energia elétrica em setores de distribuição	Comunicação ao órgão responsável pelo fornecimento de energia	Encarregado
	Danos em equipamentos de estações elevatórias de água tratada	Reparo das instalações danificadas	Equipe de manutenção escalada
	Danos em estruturas de reservatórios e elevatórias de água tratada	Controle da água disponível em reservatórios	Gerente
		Abertura das válvulas de manobras entre setores de abastecimento	Equipe de manutenção escalada
		Reparo das instalações danificadas	Equipe de manutenção escalada

<sup>13</sup> Este plano seria para uso em caso de um vazamento acidental de cloro, hidróxido de potássio, hidróxido de sódio, hipoclorito de sódio, cloreto de hidrogênio ou em atendimento a uma violação à segurança para minimizar o impacto.

<i>Ocorrência</i>	<i>Origem</i>	<i>Plano de Contingências</i>	<i>Responsável</i>
	Rompimento de redes e linhas adutoras de água tratada	Comunicação às autoridades / Defesa Civil	Gerente
		Evacuação das áreas atingidas, apoio aos atingidos e reparo das instalações danificadas	Defesa Civil
	Ações de vandalismo	Comunicação à Polícia	Gerente
		Reparo das instalações danificadas	Equipe de manutenção escalada
Para todas as origens	Comunicação externa	Arseps; Defesa Civil; Cetesb; Corpo de Bombeiros	

**QUADRO 17.2 – AÇÕES DE CONTINGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA O SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

<i>Ocorrência</i>	<i>Origem</i>	<i>Plano de Contingências</i>	<i>Responsável</i>
1. Paralisação da estação de tratamento de esgoto	Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de tratamento	Comunicação à concessionária de energia elétrica	Encarregado
		Acionamento dos geradores ou aluguel de geradores de energia durante a interrupção do fornecimento de energia elétrica nas unidades	Equipe operacional
		Instalação de tanque de acumulação e amortecimento do esgoto extravasado, com o objetivo de evitar a poluição do solo e água	Equipe de manutenção escalada
	Danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas	Utilização dos equipamentos reserva	Encarregado
		Comunicação aos órgãos de controle ambiental dos problemas com os equipamentos	Gerente
		Reparo das instalações danificadas	Equipe de manutenção escalada
	Ações de vandalismo	Comunicação à Polícia	Gerente
		Reparo das instalações danificadas	Equipe de manutenção escalada
	Para todas as origens	Comunicação externa	Arseps; Defesa Civil; Cetesb; Corpo de Bombeiros
	2. Extravasamentos de esgoto em estações elevatórias	Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de bombeamento	Comunicação à concessionária de energia elétrica
Acionamento dos geradores ou aluguel de geradores de energia durante a interrupção do fornecimento de energia elétrica nas unidades			Equipe operacional
Instalação de tanque de acumulação e amortecimento do esgoto extravasado, com o objetivo de evitar a poluição do solo e da água			Equipe de manutenção escalada
Danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas		Utilização dos equipamentos reserva	Encarregado
		Reparo das instalações danificadas	Equipe de manutenção escalada

<i>Ocorrência</i>	<i>Origem</i>	<i>Plano de Contingências</i>	<i>Responsável</i>
	Ações de vandalismo	Comunicação à Polícia	Gerente
		Reparo das instalações danificadas	Equipe de manutenção escalada
	Para todas as origens	Comunicação externa	Arsesp; Defesa Civil; Cetesb; Corpo de Bombeiros
3. Rompimento de linhas de recalque, coletores tronco, interceptores e emissários	Desmoronamentos de taludes / paredes de canais	Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil	Encarregado
		Sinalização e isolamento da área como meio de evitar acidentes	Equipe de manutenção escalada
		Reparo das áreas de unidades danificadas	Equipe de manutenção escalada
	Erosões de fundos de vale	Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil	Gerente
		Comunicação aos órgãos de controle ambiental sobre o local do rompimento do sistema de coleta de esgoto	Gerente
		Sinalização e isolamento da área como meio de evitar acidentes	Equipe de manutenção escalada
		Reparo das áreas de unidades danificadas	Equipe de manutenção escalada
	Rompimento de travessias	Comunicação às autoridades de trânsito / Prefeitura Municipal / órgãos de controle ambiental sobre o rompimento da travessia	Gerente
		Sinalização e isolamento da área como meio de evitar acidentes	Equipe de manutenção escalada
		Reparo das áreas de unidades danificadas	Equipe de manutenção escalada
	Para todas as origens	Comunicação externa	Arsesp; Defesa Civil; Cetesb; Corpo de Bombeiros
	4. Ocorrência de retorno de esgoto em imóveis	Lançamento indevido de águas pluviais em redes coletoras de esgoto	Comunicação à vigilância sanitária
Ampliação da fiscalização e monitoramento de interferências entre a rede de drenagem pluvial e a rede de esgotamento, juntamente com aplicação de multas			Equipe operacional
Obstruções em coletores de esgoto		Isolamento do trecho danificado do restante da rede, com o objetivo de manter o atendimento das áreas não afetadas pelo rompimento	Equipe de manutenção escalada
		Execução dos trabalhos de limpeza da rede obstruída	Equipe de manutenção escalada
Para todas as origens		Comunicação externa	Arsesp; Defesa Civil; Cetesb; Corpo de Bombeiros

## 18. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA. ANA publica atualização da agenda de edição das normas de referência para o saneamento até 2023. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/ana-publica-atualizacao-da-agenda-de-edicao-das-normas-de-referencia-para-o-saneamento-ate-2023>>. Acesso em: fev. 2022.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA. Anexo IV – Minuta de Norma de Referência. Disponível em: <[https://participacao-social.ana.gov.br/api/files/NR\\_Indicadores\\_Metas\\_Avaliacao-1640011919514-1643311425492.pdf](https://participacao-social.ana.gov.br/api/files/NR_Indicadores_Metas_Avaliacao-1640011919514-1643311425492.pdf)>. Acesso em: fev.2022.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA. Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021. Aprova a Norma de Referência ANA nº 2. Documento nº 02500.050900/2021-25. Disponível em: <[https://arquivos.ana.gov.br/\\_viewpdf/web/?file=https://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2021/0106-2021\\_Ato\\_Normativo\\_4112021\\_20211105084322.pdf](https://arquivos.ana.gov.br/_viewpdf/web/?file=https://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2021/0106-2021_Ato_Normativo_4112021_20211105084322.pdf)>. Acesso em: fev.2022.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA. Atlas Águas: Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano - Brasília: ANA, 2021, 332 p.
- AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARSESP, Nota Técnica Preliminar, Metodologia e Cálculo do Nível Econômico de Perdas – Determinação da Meta Regulatória de Perdas para a 3ª Revisão Tarifária Ordinária da SABESP. São Paulo, Setembro de 2020.
- AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARSESP. Relatório Analítico de Saneamento Básico Lorena, 2019. Disponível em: <<http://www.arsesp.sp.gov.br/>> Acesso em: jan. 2021.
- AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARSESP. Convênio de Cooperação de Lorena - nº 1.468/07. Disponível em <<http://www.arsesp.sp.gov.br>>. Acesso em: jan.2021.
- ALVARES, C.A. *et al.* Köppen's climate classification map for Brasil. Meteorologic Zeitschrift, Vol. 22, nº 6, 711-728. Stuttgart: Gebrüder Borntraeger, 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 8160: Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução. Rio de Janeiro, 1999. 74p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 13.969: Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação. Rio de Janeiro, 1997. 60p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 7.229: Projeto, Construção e Operação de Tanques Sépticos. Rio de Janeiro, 1993. 15p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 12.211: Estudo de Concepção de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água - Procedimento. Rio de Janeiro, 1992. 14p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 12.209: Projetos de estações de tratamento de esgoto sanitário. Rio de Janeiro, 1992. 12p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 9.649: Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário - Procedimento. Rio de Janeiro, 1986. 7p.

AZEVEDO NETTO, J.; ALVAREZ, G. Manual de hidráulica. 7. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1982. 335 p. v. 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 888, de 04 de maio de 2021. Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-888-de-4-de-maio-de-2021-318461562>>. Acesso em: mai.2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 490, de 22 de março de 2021. Estabelece os procedimentos gerais para o cumprimento do disposto no inciso IV do caput do art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e no inciso IV do caput do art. 4º do Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-490-de-22-de-marco-de-2021-309988760>>. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento - SNS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: 25º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2019. Brasília: SNS/MDR, 2020. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>> Acesso em: nov 2020.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan. 2007. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>>. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 05, de 28 de setembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/29/PRC-5-Portaria-de-Consolida----o-n---5--de-28-de-setembro-de-2017.pdf>>. Acesso em: mar.2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento - SNS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: 25º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2019. Brasília: SNS/MDR, 2020. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>> Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 396, de 3 de abril de 2008. Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=562>>. Acesso em: mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm)>. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459>>. Acesso em: mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 abr. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm)>. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm)>. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 fev. 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8987cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm)>. Acesso em: nov. 2020.

CLIMATE-DATA.ORG. Lorena Clima. Disponível em: <<https://pt.climate-data.org/>> Acesso em: ago.2021.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO PARAÍBA DO SUL – CBH-PS. Relatório de Situação da UGRHI 02 - 2020 - Ano Base 2019. 2020. Disponível em: <



<http://www.sigrh.sp.gov.br/relatoriosituacaodosrecursoshidricos> >. Acesso em dez. 2020.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO PARAÍBA DO SUL - CBH-PS. Plano de Bacia (2016 – 2027) da UGRHI 02. 2016. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/relatoriosituacaodosrecursoshidricos>> Acesso em dez.2020.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB. Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo 2020. Apêndice J – Dados de Saneamento por Município. São Paulo, 2021.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB. Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo 2020. Apêndice L – Resultados do Monitoramento -2020. São Paulo, 2021.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB. Relatório de Qualidade das Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo 2020. São Paulo, CETESB, 2021.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB. Relatório de Qualidade das Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo 2019. São Paulo, CETESB, 2020.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM. Breve Descrição das Unidades Litoestratigráficas Aflorantes no Estado de São Paulo. Mapa Geológico do Estado de São Paulo. Escala 1: 750.000, 2006

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP. Anexo I – Informações correspondentes aos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e informações comerciais do município de Lorena, ano base 2019. 2020.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP. Superintendência de Gestão de Empreendimentos – TE. Departamento de Valoração para Empreendimentos – TEV. Estudos de Custos de Empreendimentos. Janeiro de 2019.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP. Contrato de Programa de Lorena - nº 089/2008. Disponível em <<http://www.arsesp.sp.gov.br/ConcessionariaContratos>>. Acesso em dez.2020.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP. Plano Diretor de Saneamento Básico dos Municípios operados pela SABESP nas Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (2) e Serra da Mantiqueira (1), 2003.

CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - COFEHIDRO. Anexo II da Deliberação COFEHIDRO N° 158/2015. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://fehido.saisp.br/fehido/gerais/sigrh/> manual-de-

procedimentos-operacionais-para-investimento-2015-atualizado-ate-dez-2020.pdf> .  
Acesso em: fev. 2021

CONSÓRCIO ICF KAISER-LOGOS. Projeto qualidade das águas e controle da poluição hídrica PQA do Paraíba do Sul. São Paulo: ICF Kaiser-Logos, 1999.

DELGADO, I. M., et al. Parte II - Tectônica. In: BIZZI, L. A., et al. (org.). Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil. Brasília: CPRM, 2003. p. 292-334.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE. Pesquisa de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www.aplicacoes.dae.sp.gov.br/usuarios/DaeewebDpo.html>> . Acesso em: ago. 2021.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DAEE. Banco de dados hidrológicos. Disponível em: <<http://www.hidrologia.dae.sp.gov.br>> . Acesso em: jan. 2021.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DAEE. Banco de dados de outorga. Disponível em< <http://www.dae.sp.gov.br/site/outorga>> . Acesso em: ago. 2021.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DAEE. Sistema de Informações para o Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/>> . Acesso em: nov. 2020.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE. Estudo de águas subterrâneas, Região Administrativa 3 (São José dos Campos e Faixa Litorânea). São Paulo: ENCO, 1979.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). Árvore do Conhecimento: Solos Tropicais. Rio de Janeiro, 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). Sistema brasileiro de classificação de solos. 2. ed. – Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006.

FERNANDES, F. L.; CHANG, H. K. Modelagem gravimétrica da Bacia de Taubaté - vale do rio Paraíba do Sul, leste do Estado de São Paulo. Rev. Bras. Geof., São Paulo, v. 19, n. 2, p. 131-144, Ago. 2001.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. Dados Municipais. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>> . Acesso em: nov. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. Projeção da população e dos domicílios para os municípios do Estado de São Paulo 2010-2050. São Paulo, 2015.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Aglomerados subnormais 2019. Classificação preliminar para o enfrentamento à COVID-19. 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: jun.2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Dados do Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Dados dos municípios. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: ago. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Histórico. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: nov. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. PIB – Produto Interno Bruto dos Municípios Brasileiros, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>> Acesso em: dez. 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT. Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo. São Paulo, 1981.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2020. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: mai. 2021.
- INSTITUTO TRATA BRASIL. Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no Brasil. São Paulo, 2018.
- LORENA. Prefeitura Municipal. Perfil da Cidade. Disponível em: <<http://www.lorena.sp.gov.br/wordpress/index.php/perfil-da-cidade-lorena/>>. Acesso em: jan. 2021.
- LORENA. Prefeitura Municipal. Atualização da Lei Orgânica Municipal, de 29 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.camaralorena.sp.gov.br/lei-organica-municipal/>>. Acesso em: ago.2021.
- LORENA. Lei Complementar nº 244, de 15 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Lorena, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.lorena.sp.gov.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/10/Lei-Complementar-244-16-PLANO-DIRETOR-TEXTO-DA-LEI.pdf>>. Acesso em: mai. 2021.
- LORENA. Prefeitura Municipal. Plano Municipal de Saneamento de Lorena. 2011. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/conesan/planos-de-saneamento-basico/#pmsb-l>>. Acesso em: ago.2021.

LORENA. Prefeitura Municipal. Lei Ordinária nº 3.169, de 04 de setembro de 2007. Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria da Educação, inserir a educação ambiental como prática educativa integrada, contínua e permanente, no programa curricular do ensino básico e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.lorena.sp.gov.br/leis/leis\\_ordinarias/2007/Lei%203.169.pdf](http://www.lorena.sp.gov.br/leis/leis_ordinarias/2007/Lei%203.169.pdf)>. Acesso em: set. 2021.

PERROTTA, M. M. *et al.* Geologia e recursos minerais do estado de São Paulo: Sistema de Informações Geográficas - SIG. Rio de Janeiro: CPRM, 2006.

ROSS, J. L. S. e MOROZ, I. C. Mapa geomorfológico do estado de São Paulo. São Paulo, DG-FFLCH-USP, IPT, FAPESP, 1997.

ROSSI, M. Mapa pedológico do Estado de São Paulo: revisado e ampliado. São Paulo: Instituto Florestal, 2017.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Plano Estadual de Recursos Hídricos: primeiro plano do Estado de São Paulo. São Paulo, DAEE, 1990. Disponível em: < <https://www.sigrh.sp.gov.br/arquivos/perh/perh90/index.html>> Acesso em: ago. 2021.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Plano Estadual de Recursos Hídricos 2000-2003. São Paulo, Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos, 2000. Disponível em: < <https://www.sigrh.sp.gov.br/arquivos/perh/perh2000idx.html>> Acesso em: ago. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei Estadual nº 17.293, de 15 de outubro de 2020. Altera a denominação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, criada pela Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007, para Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, Palácio dos Bandeirantes, 16 out. 2020. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=195740>>. Acesso em: mar. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 64.059, de 01 de janeiro de 2019. Dispõe sobre as alterações de denominação, transferências e desativações que especifica e dá providências correlatas (extingue a SSRH e SMA e institui a SIMA). Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, Palácio dos Bandeirantes, 01 jan. 2019. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=189125> >. Acesso em: mai. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Estadual nº 63.754, de 17 de outubro de 2018. Autoriza a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com Municípios paulistas, tendo como objeto a elaboração, revisão, atualização ou consolidação de planos municipais integrados ou dos serviços específicos de saneamento básico previstos na Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 out. 2018.

Disponível em: < <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>>. Acesso em: fev. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Estadual nº 61.825, de 04 de fevereiro de 2016. Fica a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos autorizada a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas que venham a constar de relações aprovadas por despacho governamental, publicadas no Diário Oficial do Estado, tendo como objeto a elaboração de planos municipais específicos que poderão abranger um ou mais dos serviços que, em conjunto, compõem o saneamento básico, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 fev. 2016. Disponível em: < <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>>. Acesso em: fev. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Estadual nº 57.689, de 27 de dezembro de 2011. Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 57.479, de 2011, que instituiu o Programa estadual Água é Vida, para veicular minuta-padrão de convênios a serem celebrados pelo Estado de São Paulo com os municípios participantes. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, Palácio dos Bandeirantes, 28 dez. 2011. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/164952>>. Acesso em: mar. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Estadual nº 57.479, de 1 de novembro de 2011. Institui o Programa Estadual Água é Vida para localidades de pequeno porte predominantemente ocupadas por população de baixa renda, mediante utilização de recursos financeiros estaduais não reembolsáveis, destinados a obras e serviços de infraestrutura, instalações operacionais e equipamentos e dá providências correlatas. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, Palácio dos Bandeirantes, 2 nov. 2011. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/163788>>. Acesso em: mar. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Estadual nº 52.895 de 11 de abril de 2008. Autoriza a Secretaria de Saneamento e Energia a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com Municípios paulistas, ou consórcio de Municípios, visando à elaboração de planos de saneamento básico e sua consolidação no Plano Estadual de Saneamento Básico. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, Palácio dos Bandeirantes, 8 dez. 2007. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=76786>>. Acesso em: nov. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007. Transforma a Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE em Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, dispõe sobre os serviços públicos de saneamento básico e de gás canalizado no Estado, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, Palácio dos Bandeirantes, 8 dez. 2007. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/74753>>. Acesso em: nov. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7663-30.12.1991.html>>. Acesso em: nov. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Estadual nº 10.755 de 22 de novembro de 1977. Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976 e dá providências correlatas. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, Palácio dos Bandeirantes, 23 nov. 1977. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/153028>>. Acesso em: abr. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Estadual nº 8.468 de 08 de setembro de 1976. Aprova Regulamento que disciplina a execução da Lei n. 997, de 31/05/1976, que dispõe sobre controle da poluição do meio ambiente. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, Palácio dos Bandeirantes, 9 set. 1976. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/62153>>. Acesso em: abr. 2021.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO. Programa DesenvolveSP, que fornece linha de crédito aos municípios paulistas. Disponível em: <https://www.desenvolvesp.com.br/municipios/opcoes-de-credito/economia-verde-municipios/>. Acesso em: fev. 2021

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - SIMA. Convênio SIMA e Prefeitura Municipal de Lorena - nº 124/2019 (30/09/2019) – Objetivo: Revisão e Atualização de Planos Municipais de Saneamento Básico dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário. São Paulo, 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - SIMA. Convênio SIMA e ARSESP - nº 01/2019 (09/05/2019) – Conjugação de esforços visando a Revisão e Atualização de Planos Municipais de Saneamento Básico dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, dos municípios regulados e fiscalizados pela ARSESP. São Paulo, 2019.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – SIMA. Resolução SMA nº 187, de 19 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a definição das linhas de atuação e princípios gerais para ações de educação ambiental no Sistema Ambiental Paulista. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 20 dez. 2018. Disponível em: <<https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/2018/12/resolucao-sma-187-2018-processo-4483-2016-definicao-das-linhas-de-atuacao-e-principios-das-acoes-de-educacao-ambiental.pdf>>. Acesso em: mar. 2021.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SMA. Mapeamento de Cobertura da Terra do Estado de São Paulo. São Paulo, 2010.

- SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SSRH. Resolução SSRH nº 10, de 05 de junho de 2014. Estabelece as condições para a participação de Municípios paulistas no Programa Estadual Água é Vida, para localidades de pequeno porte predominantemente ocupadas por população de baixa renda e dá providências correlatas. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 05 de junho de 2014.
- SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SISAN. Informações gerais. Disponível em: <<http://www.sisan.sp.gov.br/>> Acesso em: jan. 2021.
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIFESP. Inventário Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/>>. Acesso em: ago. 2021.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS - SNIRH. Informações gerais. Disponível em: <<https://www.snirh.gov.br/>> Acesso em: mar, 2021.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS. Diagnósticos: Água e Esgotos. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>> Acesso em: nov 2020.
- TSUTIYA, M. T.; SOBRINHO, P. A. Coleta e Transporte de Esgoto Sanitário. 3ª ed. São Paulo: ABES, 2011. 548 p.
- TSUTIYA, M. T. Abastecimento de Água. 3ª ed. São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2006. 644 p.
- VON SPERLING, M. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 3ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

---

# ***ANEXO I - BASES E FUNDAMENTOS LEGAIS DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO***

---

---



## **APRESENTAÇÃO**

O documento Bases e Fundamentos Legais dos Planos Municipais de Saneamento é apresentado em anexo à Revisão/Atualização de Planos Municipais de Saneamento Específicos dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, dos Municípios Regulados e Fiscalizados pela ARSESP, por tratar-se de uma atualização completa de toda a legislação existente voltada ao Saneamento Básico, incluindo também aspectos relacionados aos outros dois elementos, quais sejam Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, e Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas.

Está baseado na significativa estruturação das sensíveis alterações e inovações trazidas pela Lei nº 14.026/2020 ao Marco Legal do Saneamento Básico – Lei nº 11.445/2007.

Dada a sua abrangência, não caberia ser inserido ao longo do texto da Revisão/Atualização dos Planos Específicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

O presente documento é, basicamente, um instrumento de apoio aos Municípios para que possam elaborar seus Planos de Saneamento, utilizando-se de todo o aparato legal disponível, e, mais do que isso, implementá-los, buscando dotar suas populações de plena utilização dos serviços de saneamento básico, promotores da saúde pública e indutores relevantes do desenvolvimento social.

Todos os Municípios encontrarão neste documento as informações necessárias para se posicionarem em relação a suas atribuições e seus direitos em todas as etapas que precisam percorrer para implantar seus sistemas de saneamento.

A primeira delas é a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento e de suas revisões periódicas, em que o Planejamento é a palavra-chave. Planejar significa dizer o que se quer fazer, em que prazo, com qual objetivo, a que custo, e como pagar e cobrar pelos serviços oferecidos.

Consolidado o Planejamento, as etapas seguintes estarão relacionadas à implementação das ações indicadas, ressaltando as articulações institucionais necessárias para viabilizar a elaboração e o financiamento dos Projetos, nos quais o que foi planejado será detalhado, a Construção e, finalmente, a Operação e a Manutenção, atividades estas interdependentes durante toda a vida útil dos empreendimentos que vierem a ser implantados, ressaltando que a implementação do Plano depende da participação de inúmeros atores, no âmbito das atribuições de cada um.

## ÍNDICE

PÁG.

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>5</b>
<b>2. FUNDAMENTOS DA NORMA BRASILEIRA.....</b>	<b>7</b>
<b>3. NATUREZA JURÍDICA DOS SERVIÇOS .....</b>	<b>11</b>
<b>4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E RESPECTIVAS ETAPAS .....</b>	<b>13</b>
4.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL .....	13
4.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	15
4.3 LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS .....	15
4.4 DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.....	17
<b>5. CONCEITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>19</b>
5.1 UNIVERSALIZAÇÃO E INTEGRALIDADE.....	19
5.2 CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.....	20
5.3 ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS .....	21
5.4 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DOS SERVIÇOS .....	22
5.5 EFICIÊNCIA .....	23
5.6 CONTROLE SOCIAL.....	24
5.7 PERDAS, RACIONALIZAÇÃO DO CONSUMO, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E REÚSO.....	26
5.8 PRESTAÇÃO REGIONALIZADA .....	27
5.9 SELEÇÃO COMPETITIVA DOS PRESTADORES DE SERVIÇO .....	32
<b>6. TITULARIDADE DOS SERVIÇOS.....</b>	<b>33</b>
<b>7. O PAPEL DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>36</b>
<b>8. ATRIBUIÇÕES DO TITULAR: PODERES E DEVERES .....</b>	<b>38</b>
8.1 PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO .....	38
8.2 PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	38
8.3 DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS VISANDO À GARANTIA DA SAÚDE.....	39
8.4 DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS .....	39
8.5 SISTEMA DE INFORMAÇÕES.....	40
8.6 INTERVENÇÃO E RETOMADA DA OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	41
<b>9. A GOVERNANÇA NAS REGIÕES METROPOLITANAS.....</b>	<b>44</b>
<b>10. FORMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....</b>	<b>46</b>
10.1 SERVIÇOS PRESTADOS DIRETAMENTE, PELO MUNICÍPIO .....	46
10.2 SERVIÇOS PRESTADOS MEDIANTE CONTRATO.....	47

---

<b>11.</b>	<b>PLANEJAMENTO: RELEVÂNCIA.....</b>	<b>50</b>
11.1	FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PMSB.....	51
11.2	CONTEÚDO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) .....	51
11.3	RELAÇÃO ENTRE OS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO, OS PLANOS DE BACIA HIDROGRÁFICA E OS PLANOS DIRETORES.....	52
11.4	ARRANJO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.....	54

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto tem por objeto o **novo marco legal do saneamento básico**, considerando as alterações havidas na Lei nº 11.445/2007, que instituiu as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, pela Lei nº 14.026/2020. Essa norma trouxe mudanças significativas em vários aspectos à lei anterior. Como exemplo, podem-se citar a titularidade, a fixação de prazos para o atingimento da universalização dos serviços, as alterações nos contratos, a vedação aos contratos de programa, entre outros tópicos que são aqui abordados.

Com o advento da **pandemia da Covid - 19**, a questão do saneamento no país tornou-se mais nevrálgica, pois ficou explicitado que 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável<sup>14</sup>, quando uma das formas de prevenção dessa grave doença é a lavagem das mãos e de objetos.

A Lei nº 11.445/2007 estabelece, como um dos princípios fundamentais a serem observados na prestação dos serviços, a *articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante*<sup>15</sup>. Foi incluída pela nova lei nesse dispositivo a política de recursos hídricos, que tem importância para o saneamento, inclusive no que se refere ao planejamento, como será visto.

Do ponto de vista da relação entre saneamento, recursos hídricos, meio ambiente e saúde, há diretrizes introduzidas pela nova lei que também aproximam esses temas, que são interdependentes no âmbito da gestão. Dessa forma, para abordar o saneamento básico no ordenamento jurídico brasileiro, é necessário considerar as interfaces dessa política pública com outras políticas, como é o caso da Política Nacional de Recursos Hídricos, da Política Nacional do Meio Ambiente, da Política de Saúde e da Política Urbana.

Trata-se de políticas públicas, criadas por leis distintas com princípios, diretrizes e objetivos específicos, competências, instrumentos e sistemas de gestão próprios. Sendo leis editadas em épocas diferentes e administrativamente organizadas em formas diversas, criou-se a impressão equivocada de que são temas estanques. Porém, para garantir a melhoria da qualidade e da quantidade de água disponível para o abastecimento, e para garantir a proteção dos corpos hídricos, é necessário que a sua implementação seja feita de modo articulado, pois o denominador comum, afinal, é a água.

A Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020, é **norma geral** vigente para todo o território nacional e estabelece os conceitos, os princípios fundamentais, as regras para o exercício da titularidade e para a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, assim como as diretrizes para o planejamento. Trata também da regulação dos serviços em seus aspectos econômicos, sociais e técnicos, da participação de órgãos colegiados no

<sup>14</sup> TRATA BRASIL. Água. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/agua> Acesso: 24 fev.2021.

<sup>15</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 2º, VI.

controle social e das diretrizes para a política federal de saneamento básico. Os contratos também estão sob o foco da lei de uma maneira mais detalhada.

Cabe salientar ainda que as decisões normativas no campo das políticas públicas de saneamento básico, urbanismo, saúde e recursos hídricos no Brasil não são isoladas, mas fazem parte de uma construção em nível global, capitaneada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com vistas à **melhoria da qualidade de vida** das pessoas. É o caso, por exemplo, do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030 - e da Agenda Habitat.

Nos próximos capítulos são abordados, primeiramente, os temas julgados relevantes acerca das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, considerando, primeiramente, os **movimentos de cunho internacional** que vêm balizando esse tema no País, e que atuam como fundamentos da norma brasileira.

Em seguida, é feita uma breve caracterização da **natureza jurídica** dos serviços, ressaltando o seu caráter público e sua essencialidade para a saúde da população e a proteção do meio ambiente, sobretudo dos recursos hídricos. No âmbito da Lei nº 11.445/2007, com as modificações introduzidas pela Lei nº 14.026/2020, são caracterizados os quatro serviços de saneamento básico e suas especificidades, com a **descrição das respectivas etapas**.

No tópico seguinte, são abordados os **conceitos** legais e os **princípios** fundamentais da lei, com as alterações introduzidas em 2020.

Na sequência, o tema tratado é a **titularidade dos serviços** e as **atribuições do titular**, compreendendo o planejamento, a organização, a prestação, a regulação e a fiscalização das normas aplicáveis, com uma ênfase em tópico específico, sobre o **papel do município** nas questões relacionadas com o saneamento e a gestão de recursos hídricos.

A **governança** é importante instrumento para o alcance das metas e padrões voltados à melhora dos serviços. Considerando que as ações a serem realizadas envolvem muitos atores, é imprescindível que se estabeleçam ambientes de acordo e negociação.

As **formas de prestação dos serviços** são objeto de um item próprio, que descreve os diversos arranjos institucionais permitidos pela norma para a função de prestação dos serviços de saneamento básico.

O **planejamento** e sua relevância serão abordados, assim como a sua relação com os entes reguladores, nos planos municipais de saneamento básico, instrumento fundamental para o avanço do saneamento no país, na busca da universalização. Em seguida, é abordada a **regulação** em seus aspectos econômicos, sociais e técnicos. Caberá tratar do novo papel da **Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)** na elaboração das **normas de referência**, assim como abordar os demais entes reguladores, incluindo a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP). Finalmente, será abordada a **fiscalização**.

## 2. FUNDAMENTOS DA NORMA BRASILEIRA

As questões relacionadas à melhoria e acesso aos serviços de saneamento básico, assim como a qualidade da água para o consumo humano não se restringem ao Brasil. No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), vêm ocorrendo há décadas esforços no sentido de obter avanços nesses temas, com efetivos resultados e rebatimentos nas políticas públicas brasileiras. De forma direta ou indireta, verifica-se uma relação intrínseca entre os temas tratados e o saneamento básico, com ênfase ao **direito humano à água e ao esgotamento sanitário**.

Além da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo, Suécia, em 1977, a ONU realizou uma primeira conferência internacional sobre o tema da água em Mar del Plata, Argentina. A **Declaração de Mar del Plata** trata das diretrizes para a gestão, levando em conta que as demandas do desenvolvimento humano implicam maior atenção na regulação dos recursos hídricos, assim como a *consciência da estreita ligação entre água e meio ambiente, os assentamentos humanos e a produção de alimentos*. Nessa conferência, o **direito à água** foi expressamente reconhecido pela primeira vez em um documento internacional <sup>16</sup>.

Em 1992, a **Conferência de Dublin sobre Água e Desenvolvimento Sustentável**, provida pela ONU, apontou a existência de sérios problemas relacionados à disponibilidade hídrica e estabeleceu princípios para a **gestão sustentável** da água, que influenciaram a formulação das políticas nacional e estaduais de recursos hídricos no Brasil.

São princípios dessa Declaração:

- ✓ a água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente;
- ✓ desenvolvimento e gestão da água devem ser baseados numa abordagem participativa que envolva usuários, planejadores e agentes políticos em todos os níveis;
- ✓ as mulheres desempenham um papel central no fornecimento, gestão e proteção da água;
- ✓ a água tem valor econômico em todos os seus usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico, para evitar desperdício e poluição. A cobrança é uma ferramenta para o uso eficiente e equitativo e um meio de fomentar a conservação e proteção dos recursos hídricos. No entanto, a cobrança pelo uso do recurso não pode comprometer o consumo humano, pois todo ser humano tem o direito fundamental de acesso à água potável e ao saneamento.

Na década de 1980, a ONU convocou nova conferência para tratar de meio ambiente e desenvolvimento. A Comissão instituída para levantar os problemas ambientais e sugerir estratégias, estabelecendo uma agenda global para mudança apresentou como resultado o Relatório Brundtland, documento que apontou para um desenvolvimento econômico que não

<sup>16</sup> LAVÍN, Antonio Riva Palacio. El Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales. Colección del sistema universal de protección de los derechos humanos - fascículo 4. Ciudad de México: Comisión Nacional de los Derechos Humanos, 2012.

se dê em detrimento da justiça social e da preservação do planeta. Essa forma de desenvolvimento desejada deveria ser *sustentável*, isto é, *capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atendimento às gerações futuras*<sup>17</sup>.

A Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) - Rio/92 aborda os princípios da cooperação, da participação e do direito ao desenvolvimento, a serem exercidos com o atendimento equitativo das necessidades de desenvolvimento e da proteção ambiental para as gerações presentes e futuras. Outras Conferências da ONU foram realizadas, na mesma linha da necessidade de proteger os recursos naturais para as futuras gerações, na busca de um desenvolvimento permanente e sustentável. A Lei nº 11.445/2007 inclui, no seu escopo, tanto a *proteção dos recursos naturais*<sup>18</sup> como o princípio do *desenvolvimento sustentável*<sup>19</sup>,

Em 2000, a ONU instituiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com previsão de 15 anos. A meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio nº 7 menciona *reduzir para metade, até 2015, a proporção de população sem acesso sustentável a água potável segura e a saneamento básico*. Em 28 de Julho de 2010 a Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução A/RES/64/292 declarou a água limpa e segura e o saneamento um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos<sup>20</sup>.

Em continuidade aos ODM, foram instituídos em 2015 os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030, endereçada aos Estados nacionais, governos subnacionais – estados federados, DF, regiões, municípios, sociedade civil e iniciativa privada, dentro das atribuições e realidades de cada um.

São 17 objetivos e 169 metas, sendo que o ODS 6 trata da água limpa e do saneamento básico, refletindo uma visão inovadora das Nações Unidas ao colocar a água como elemento central de temas que possuem relação com diversos outros ODS, como a saúde pública e o meio ambiente. O ODS 6 abrange 8 metas, apresentadas a seguir:

- ✓ até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos;
- ✓ até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade;
- ✓ até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzir à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentar a reciclagem e reutilização segura globalmente;
- ✓ até 2030, aumentar a eficiência do uso da água e assegurar retiradas sustentáveis e reduzir o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;

<sup>17</sup> COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991, p. 9.

<sup>18</sup> Lei nº 11.445/2007, arts. 2º, III, 10-A, I, 11, § 2º, II e 54-B, II.

<sup>19</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 48, II.

<sup>20</sup> A título de esclarecimento, o conceito de saneamento utilizado pela ONU consiste na provisão de instalações e serviços para o gerenciamento e o descarte de resíduos líquidos e sólidos gerados por atividades humanas. Já a Lei nº 11.445/2007 ao instituir as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, aborda o tema sob outra ótica, incluindo no escopo dos serviços o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, assim como a drenagem e o manejo de águas pluviais.

- ✓ até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive a transfronteiriça;
- ✓ até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos;
- ✓ até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento;
- ✓ apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Na **Figura 2.1** estão indicadas as Metas do Objetivo 6 dos ODS<sup>21</sup>.



**Figura 2.1 – Metas do Objetivo 6 dos ODS**

A meta 6.1 – até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos – refere-se ao abastecimento de água potável e tem a ver com a qualidade da água, em atendimento aos **padrões de potabilidade**, cuja definição de parâmetros mínimos compete à União<sup>22</sup>. Essa meta também se aplica ao princípio da universalização dos serviços.

A meta 6.2 - até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade -, refere-se aos serviços de esgotamento sanitário. Importante considerar a presença da população sem teto nas cidades, e também sem acesso formal a banheiros, em total situação de vulnerabilidade e risco, o que deve ser considerado nos Planos Municipais de Saneamento Básico.

A meta 6.3, ao tratar da melhoria da qualidade da água, indiretamente refere-se ao tratamento de esgotos e também à proteção de mananciais utilizados na captação de água bruta, uma das etapas dos serviços de abastecimento de água potável.

<sup>21</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). ODS 6 no Brasil: visão da ANA sobre os indicadores/Agência Nacional de Águas. – Brasília: ANA, 2019, pg. 10. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/ acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/ods6/ods6.pdf> Acesso: 19 fev. 2021.

<sup>22</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 43, § 1º.



A meta 6.4. abrange, entre outros itens, o controle de perdas, pois refere-se ao princípio da *eficiência*, termo que é mencionado 24 vezes na Lei nº 11.445/2007.

Além do ODS 6, o ODS 17 refere-se a fortalecer os meios de **implementação** e revitalização da parceria global, mas também local, para o desenvolvimento sustentável. Nessa ótica, cabe destacar:

- ✓ 17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da **capacitação** em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável;
- ✓ 17.14 Aumentar a **coerência das políticas** para o desenvolvimento sustentável;
- ✓ 17.17 Incentivar e promover **parcerias** públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência de mobilização de recursos dessas parcerias.

Ressalta-se que as metas são globalmente fixadas, mas a sua aplicação tem caráter local. Assim, no que se refere ao saneamento básico, cabe à União, Estados e Municípios, cada qual no âmbito de suas competências, de acordo com as regras de competência estabelecidas na Constituição Federal, buscar o avanço do atendimento dos serviços para toda a população.

Tendo em vista os impactos atuais e futuros, a Nova Agenda Urbana da ONU (Habitat III), na Declaração de Quito sobre cidades e assentamentos urbanos para todos, firmou o compromisso de *promover a conservação e o uso sustentáveis da água por meio da reabilitação dos recursos hídricos nas áreas urbanas, periurbanas e rurais, reduzindo e tratando águas residuais, reduzindo perdas de água, promovendo sua reutilização e aumentando o armazenamento, a retenção e a reposição de água, levando em consideração seu ciclo natural*<sup>23</sup>.

Como se percebe, o acesso à água e ao esgotamento sanitário são condicionantes da saúde, e da sustentabilidade das áreas urbanas, compondo um quadro muito claro sobre as relações entre esses fatores e o desenvolvimento da sociedade. E o papel dos Planos de Saneamento Básico (PMSB) vai justamente na direção de estabelecer as bases de ação para o alcance desses objetivos, que fazem parte tanto das agendas globais quanto da legislação brasileira, destacando-se a universalização como o princípio fundamental da norma.

<sup>23</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/71/256, Nova Agenda Urbana. Português, 2019.

### 3. NATUREZA JURÍDICA DOS SERVIÇOS

De acordo com a Constituição, a competência legislativa para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, incluindo habitação, **saneamento básico** e transportes urbanos, pertence à União<sup>24</sup>. Independentemente disso, o art. 24 da Constituição estabelece a competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre temas correlatos ao **saneamento**, como a proteção da saúde e do meio ambiente.

No que se reporta às competências administrativas, é competência comum da União, dos Estados e dos Municípios a promoção de **programas de saneamento básico**<sup>25</sup>. O saneamento possui uma interface marcante com a saúde, cabendo ao Sistema Único de Saúde (SUS) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico<sup>26</sup>.

O saneamento básico é uma espécie do gênero serviço público. Trata-se de atividade cujo desenvolvimento compete *preferencialmente* ao Poder Público, mas *não exclusivamente*<sup>27</sup>, pois é possível que a prestação seja assumida pelo privado, *em regime de concessão ou permissão*. Todavia, a titularidade, em sentido amplo, é do Poder Público, a quem compete regular o serviço.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, os serviços públicos são atividades materiais que o Estado [...] assume como próprias, por considerar seu dever prestá-las ou patrocinar-lhes a prestação, a fim de **satisfazer necessidades** [...] do todo social, reputadas como fundamentais em dado tempo e lugar<sup>28</sup>.

A finalidade do serviço público é atender a uma necessidade de interesse geral. O traço de distinção entre o serviço público e as outras atividades econômicas é o fato de o primeiro ser **essencial para a comunidade**. A não prestação, a má prestação, ou ainda, a prestação insuficiente do serviço pode causar danos ao patrimônio, à saúde das pessoas e ao meio ambiente<sup>29</sup>.

Os serviços de saneamento básico são necessários para a sobrevivência do grupo social e do próprio Estado. Tanto esse tema é nevrálgico, que a Resolução da Assembleia Geral da ONU A/64/L.63/Rev.1, de jun./2010 declarou o *direito à água potável e ao saneamento*<sup>30</sup> como um direito humano, essencial para a completa satisfação da vida e de todos os direitos humanos. Para tanto, a ONU conclamou os Estados e as organizações internacionais para prover, em particular os países em desenvolvimento, de recursos financeiros, capacidade construtiva e transferência de tecnologia, por meio da assistência e cooperação internacional.

<sup>24</sup> CF/88, art. 21, XX.

<sup>25</sup> CF/88, art. 23, IX.

<sup>26</sup> CF/88, art. 200, IV.

<sup>27</sup> NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo, 9ª. ed. São Paulo: GEN, 2019, p. 508.

<sup>28</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 30ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 683.

<sup>29</sup> GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito ambiental. 5ª ed. Indaiatuba: Foco, 2019, p. 594.

<sup>30</sup> Lembrando que, com exceção do Brasil, o termo *água* e a expressão *saneamento básico* referem-se a serviços distintos, sendo que o primeiro trata do abastecimento de água potável e a segunda diz respeito ao apenas ao esgotamento sanitário. A Lei nº 11.445/2007, inclui na expressão *saneamento básico*, quatro serviços distintos: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos e drenagem e manejo de resíduos sólidos.

A ONU menciona os Estados nacionais e as organizações internacionais como responsáveis pelo provimento de recursos a países em desenvolvimento. Todavia, não apenas as pessoas jurídicas de direito internacional são atores essenciais nesse processo: tomando o exemplo do Brasil, os governos subnacionais, como os Estados federados e os municípios, de acordo com a Constituição Federal, possuem papel estratégico na **condução coordenada**, visando à execução das ações relacionadas com o saneamento básico, objetivando o alcance da universalização. E é nos Planos Municipais de Saneamento Básico que se estabelecem as ações a serem realizadas, na busca da universalização dos serviços.

Além desses atores, algumas organizações não governamentais (ONG) vêm atuando de forma incisiva na formulação de estratégias voltadas à **sustentabilidade dos mananciais** de água doce para o abastecimento público. Como exemplo, pode-se citar o documento “Análise do Retorno do Investimento na Conservação de Bacias Hidrográficas: Referencial Teórico e Estudo de Caso do Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú, Santa Catarina, Brasil”, desenvolvido pela The Nature Conservancy (TNC)<sup>31</sup>. Esse estudo tratou de como os prestadores de serviços de abastecimento podem contribuir com a proteção dos mananciais, por meio da aplicação de um percentual da tarifa de água em ação baseadas na natureza, com impacto na diminuição do custo de tratamento.

Estabelecendo um corte na conceituação do saneamento básico, a lei dispõe que tais serviços são aqueles voltados para as comunidades. *Não se caracteriza como serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador*<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> KROEGER Timm; KLEMZ, Claudio; SHEMIE, Daniel; BOUCHER, Timothy; FISHER, Jonathan R. B.; ACOSTA, Eileen, P.; DENNEDY-FRANK, James; CAVASSANI, Andre Targa; GARBOSSA, Luis; BLAINSKI, Everton; SANTOS, Rafaela Comparim; PETRY, Paulo, GIBERTI, Silvana; DACOL, Kelli. Análise do Retorno do Investimento na Conservação de Bacias Hidrográficas: Referencial Teórico e Estudo de Caso do Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú, Santa Catarina, Brasil. The Nature Conservancy, Arlington, VA.

<sup>32</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 5º.

## 4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E RESPECTIVAS ETAPAS

### 4.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

Conforme o art. 3º - A, da Lei nº 11.445/2007, incluído pela Lei nº 14.026/2020, consideram-se **serviços públicos de abastecimento de água** a sua distribuição mediante ligação predial, incluídos eventuais instrumentos de medição, bem como, quando vinculados a essa finalidade, as seguintes atividades:

- ✓ reservação de água bruta;
- ✓ captação de água bruta;
- ✓ adução de água bruta;
- ✓ tratamento de água bruta;
- ✓ adução de água tratada; e
- ✓ reservação de água tratada.

Destaca-se que o citado dispositivo incluiu a **reservação de água bruta** na relação dos serviços públicos de abastecimento de água. Na definição da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), *água bruta é a água encontrada naturalmente nos rios, riachos, lagos, lagoas, açudes e aquíferos, que não passou por nenhum processo de tratamento*<sup>33</sup>. Ou seja, a água que não foi submetida a *processos físicos, químicos ou combinação destes, visando atender ao padrão de potabilidade*<sup>34</sup>. Esse manancial é tutelado pela política de recursos hídricos e a água bruta “reservada” constitui um corpo hídrico com barramento, para servir de manancial de determinada captação, o que incorpora, nesses casos, o manancial ao serviço.

O Ministério da Saúde, sobre o Abastecimento de Água, define os sistemas de abastecimento de água (S.A.A) como *obras de engenharia que, além de objetivarem assegurar o conforto às populações e prover parte de infraestrutura das cidades, visam prioritariamente superar os riscos à saúde impostos pela água. Um sistema de abastecimento de água, em geral é composto por: manancial, captação, adução, tratamento, reservação ou reservatório, rede de distribuição e ligações prediais, estações elevatórias ou de recalque*<sup>35</sup>.

Os **padrões de potabilidade**, definidos como o *conjunto de valores permitidos como parâmetro da qualidade da água para consumo humano*<sup>36</sup> são fixados na Portaria de Consolidação nº 5/2017, que estabeleceu a Consolidação das Normas sobre as Ações e os Serviços de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

<sup>33</sup> ANA. Portaria ANA nº 149/2015, que aprova a “Lista de Termos para o Thesaurus de Recursos Hídricos”. Disponível em: [http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/noticias/20150406034300\\_Portaria\\_149-2015.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/noticias/20150406034300_Portaria_149-2015.pdf) Acesso: 22 mar. 2021.

<sup>34</sup> Portaria de Consolidação MS nº 5/2017, art. 5º, II.

<sup>35</sup> MINISTÉRIO DA SAÚDE. Glossário Saneamento e Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.aguabrasil.icict.fiocruz.br/index.php?pag=sane> Acesso em: 26/02/2020.

<sup>36</sup> Portaria de Consolidação MS nº 5/2017, Anexo XX, art. 5º, III.

A legislação ambiental – Resolução CONAMA nº 357/2005, que dispõe sobre a **classificação** dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu **enquadramento**, estabelece em seu art. 4º que as águas doces destinadas ao **abastecimento para consumo humano**, com diversos tipos de desinfecção ou tratamento, são as de classe Especial, 1, 2 e 3. As águas de classe 4 destinam-se apenas à navegação e à harmonia paisagística, não sendo permitida a captação para fins de abastecimento público nessas águas.

Isso significa que a legislação ambiental e as normas de saúde interferem nos serviços de saneamento básico, apontando qual o nível de qualidade exigido nos corpos hídricos para o consumo humano e o respectivo tratamento a ser efetuado para cada classe. Se as águas de uma possível fonte de abastecimento estão fora das classes que permitem a captação, o abastecimento fica vedado, com base no entendimento que, a partir de um certo grau de poluição, não é seguro captar água para o abastecimento público. Em outras palavras, o corpo hídrico não pode servir como manancial.

A Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/1981, estabeleceu, em seu art. 2º, como princípios a manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um *patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido*, tendo em vista o *uso coletivo*, o *planejamento e fiscalização* do uso dos recursos ambientais, a *proteção de áreas ameaçadas* de degradação e a *recuperação das áreas já degradadas*, além de um constante acompanhamento do estado da qualidade ambiental.

Na Política Nacional de Recursos Hídricos, essa mesma proteção aparece diretamente nos objetivos estabelecidos no art. 2º da Lei nº 9.433/1997, no que toca à *utilização racional e integrada dos recursos hídricos*, com vistas ao *desenvolvimento sustentável* e a assegurar à atual e às futuras gerações a *necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos*. Tal proteção é fundamental, tendo em vista que a água é um recurso natural *limitado*<sup>37</sup>, de *domínio público*<sup>38</sup> e que deve estar disponível para proporcionar o *uso múltiplo*<sup>39</sup>, sendo que o seu *uso prioritário*, em caso de escassez, deve ser o consumo humano e a dessedentação de animais<sup>40</sup>.

Embora haja leis diferentes, tratando de matérias supostamente distintas, os seus conteúdos explicitam de modo inequívoco a integração da gestão água com o meio ambiente e também com a saúde e o saneamento básico.

<sup>37</sup> Lei nº 9.433/1997, art. 1º, II.

<sup>38</sup> Lei nº 9.433/1997, art. 1º, I.

<sup>39</sup> Lei nº 9.433/1997, art. 1º, IV.

<sup>40</sup> Lei nº 9.433/1997, art. 1º, III.

---

## 4.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

---

De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, o serviço de esgotamento sanitário é constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de **infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários**, desde as ligações prediais até sua destinação final para **produção de água de reúso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente**.

Houve uma alteração da norma, no que se refere à composição dos serviços de esgotamento sanitário. Incluiu-se na lei uma alternativa, inexistente na norma anterior, que é a possibilidade de os esgotos tratados não serem lançados unicamente no ambiente, mas eventualmente serem conduzidos para uma **planta de produção de água de reúso**<sup>41</sup>.

A norma não fez qualquer distinção no que se refere à **finalidade** da água de reúso, se para fins potáveis ou não. Em uma interpretação dessa regra, a falta de especificidade indica que não importa a finalidade a que será destinada a água de reúso. Assinala-se que para o **reúso não potável** vigora a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 54/2005, não havendo, até o momento, norma específica sobre o reúso para fins potáveis<sup>42</sup>.

A Lei nº 14.026/2020 também alterou a Lei nº 9.984/2000, que criou e definiu novas atribuições para a agora denominada Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. As alterações introduzidas estabeleceram para a ANA a função de instituir **normas de referência** para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras.

Entre as novas atribuições da ANA, está definir **normas de referência sobre reúso dos efluentes sanitários tratados**, em conformidade com as normas ambientais e de saúde pública. Todavia, esse tema não está incluído na agenda até 2022.

---

## 4.3 LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

---

Segundo a Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020, consideram-se serviços públicos especializados de **limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos** *as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e destinação final dos:*

- ✓ resíduos domésticos;
- ✓ resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, em quantidade e qualidade similares às dos resíduos domésticos, que, por decisão do titular, sejam considerados resíduos sólidos urbanos, desde que tais resíduos não sejam de

---

<sup>41</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 3º, I, b.

<sup>42</sup> Sobre esse tema, consultar: GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Qualidade da água: um enfoque jurídico e institucional do reúso indireto para fins potáveis. Revista Novos Estudos Jurídicos. DOI: 10.14210/nej.v24n2.p453-482.

responsabilidade de seu gerador nos termos da norma legal ou administrativa, de decisão judicial ou de termo de ajustamento de conduta; e

- ✓ resíduos originários dos serviços públicos de limpeza urbana, tais como:
  - ✧ serviços de varrição, capina, roçada, poda e atividades correlatas em vias e logradouros públicos;
  - ✧ asseio de túneis, escadarias, monumentos, abrigos e sanitários públicos;
  - ✧ raspagem e remoção de terra, areia e quaisquer materiais depositados pelas águas pluviais em logradouros públicos;
  - ✧ desobstrução e limpeza de bueiros, bocas de lobo e correlatos;
  - ✧ limpeza de logradouros públicos onde se realizem feiras públicas e outros eventos de acesso aberto ao público; e
  - ✧ outros eventuais serviços de limpeza urbana.

Cabe observar que essa categoria de serviços se distingue de forma estrutural dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, o que merece algumas considerações, inclusive quanto à sua regulação e mesmo no que concerne à titularidade e à elaboração de normas de referência pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

A própria natureza dos serviços impõe dificuldades para o seu enquadramento, sobretudo em relação à titularidade, no caso do **interesse comum**. Para os serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, é muito claro o fundamento do interesse comum em regiões metropolitanas, em microrregiões ou aglomerações urbanas, porque muitas vezes o manancial é o mesmo e o despejo de esgotos ocorre em um mesmo corpo hídrico.

No caso da limpeza urbana e do manejo de resíduos sólidos urbanos, não ocorre, necessariamente, essa conexão de estruturas e equipamentos. Daí a dificuldade em organizar esses serviços de forma compulsória, com base no critério regional. A Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com forte relação com a lei do saneamento, privilegia as **soluções consorciadas** de forma **voluntária**, estabelecendo a possibilidade de financiamento para os entes que buscarem a organização dos serviços em conjunto.

Como exemplo, o art. 18, § 1º da Lei nº 12.305/2010 estabelece que *serão priorizados no acesso aos recursos da União, os Municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos.*

A Lei nº 11.445/2007 explicitou a possibilidade de os municípios se organizarem mediante a gestão associada. Nessa linha, determina que *o exercício da titularidade dos serviços de saneamento poderá ser realizado também por gestão associada, mediante consórcio público ou*

convênio de cooperação, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, observadas as seguintes disposições<sup>43</sup>:

- ✓ fica admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente composto de Municípios, que poderão prestar o serviço aos seus consorciados diretamente, pela instituição de autarquia intermunicipal;
- ✓ os consórcios intermunicipais de saneamento básico terão como objetivo, exclusivamente, o financiamento das iniciativas de implantação de medidas estruturais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais, vedada a formalização de contrato de programa com sociedade de economia mista ou empresa pública, ou a subdelegação do serviço prestado pela autarquia intermunicipal sem prévio procedimento licitatório.

Embora a regra sirva para todos os serviços, no caso da limpeza urbana trata-se de alternativa a ser considerada de forma especial, em face das características específicas desses serviços.

Outro ponto a ser indicado refere-se à medição dos serviços, para fins de cobrança do usuário. No abastecimento de água potável, o recurso flui da rede pública para uma tubulação com um hidrômetro acoplado a ela no ponto de ligação predial, medindo a quantidade de água consumida. Aos esgotos produzidos aplica-se a mesma sistemática, sendo que em geral se paga pelos serviços de esgotamento sanitário um percentual daquilo que se paga pelo abastecimento de água. Isso significa que o controle desse serviço é automatizado, cabendo apenas a leitura mensal do hidrômetro.

Por sua vez, os resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos nos domicílios são simplesmente colocados nas calçadas pelo munícipe, para posterior coleta. Estabelecer regras para esse serviço sempre foi mais complexo do que para o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, inclusive no que se refere à sua cobrança, em função das discussões acerca da viabilidade ou não de medição dos volumes de resíduos deixados pelo munícipe em sua calçada. Essa polêmica relativa à aferição do volume posto para coleta prejudicou a sustentabilidade dos serviços, na medida que, em muitos casos, o valor cobrado não corresponde às quantidades coletadas, que não são medidas, sendo insuficiente para fazer frente, de modo efetivo, aos custos dos serviços.

#### **4.4 DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS**

A Lei nº 11.445/2007 considera como *serviços públicos de manejo das águas pluviais urbanas* aqueles constituídos por 1 (uma) ou mais das seguintes atividades:

- ✓ drenagem urbana;
  - ✧ transporte de águas pluviais urbanas;
  - ✧ detenção ou retenção de águas pluviais urbanas para amortecimento de vazões de cheias;

<sup>43</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 8º, 1º.



✧ tratamento e disposição final de águas pluviais urbanas.

Os serviços de drenagem possuem algumas particularidades em relação aos demais serviços de saneamento básico: a sua prestação adequada visa à **prevenção de inundações**, por meio de várias ações: obras, manutenção do sistema, educação ambiental, campanhas de comunicação social etc. A eficácia da prestação desses serviços é notada apenas na ocorrência de chuvas fortes. Não é o que acontece, por exemplo, com o abastecimento de água, cuja prestação gera o fornecimento de água nas residências e outros estabelecimentos 24 horas por dia. Na falta de água, imediatamente a mídia é acionada e os responsáveis pela prestação dos serviços são obrigados a dar respostas objetivas sobre o problema ocorrido. O mesmo ocorre com o lixo, que deve ser coletado diariamente, sob pena de graves danos às pessoas e à saúde pública.

Já na drenagem, os serviços de prevenção tendem a ser prestados sem que se deem a eles a devida importância, principalmente pela sazonalidade da ocorrência de chuvas e indeterminação dos locais de ocorrência de inundação. A drenagem bem-sucedida, em verdade, não aparece. Apenas quando ocorre a inundação é que a população, sofrendo os seus efeitos, percebe a falha do Poder Público. A falta da prestação do serviço, a má prestação ou ainda, a prestação descontinuada, apenas são percebidas pela população na época das chuvas, e se ocorrerem inundações, em espaços de tempo descontinuados. Assim, o controle social da prestação do serviço não se verifica de forma sistemática, ficando as autoridades municipais como que “desoneradas” da pressão popular, até a ocorrência da próxima tempestade e seus efeitos.

Além disso, os serviços de drenagem urbana, embora entendidos como parte de um saneamento ambiental, não tiveram, ao longo do tempo, um tratamento legal sistemático, principalmente no que se refere à sua compreensão, sob o aspecto jurídico-legal, como espécie de serviço público essencial e sujeito a mecanismos e procedimentos necessários à avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Tampouco a drenagem foi considerada, ao longo dos anos, como parte do planejamento urbano, que necessita de espaços específicos para a adequada vazão das águas das chuvas. Também não se cogitava em definir, com objetividade, as fontes de financiamento desse serviço, cujos recursos financeiros, tradicionalmente, provêm do Tesouro.

A Lei federal nº 11.445/2007 mudou essa lógica, incluindo os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais no mesmo patamar de importância e complexidade institucional do abastecimento de água potável, do esgotamento sanitário e dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

Embora os serviços públicos de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas sejam prestados, em geral, pelas administrações públicas, sem regimes contratuais mais complexos ou estrutura de remuneração consolidada, as alterações do Marco Legal do Saneamento Básico, possibilitam expressamente a prestação de tais serviços mediante cobrança de tarifa. Com isso, há uma expectativa de que haja *desenvolvimento e aprimoramento no setor, com remuneração adequada do prestador, inclusive sob regime de concessão*<sup>44</sup>.

<sup>44</sup> GUREVICH, Eduardo Isaías; ROSA, Vanessa. Remuneração dos serviços. In: OLIVEIRA, Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo marco do saneamento básico no Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 149.

## 5. CONCEITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Houve pela nova lei a inclusão de outros princípios fundamentais, como o de seleção competitiva do prestador, o da regionalização da prestação e o da prestação concomitante de água e esgotamento sanitário. Em relação aos conceitos, ocorreu a redefinição daqueles previstos no art. 3º, principalmente o de serviço de saneamento básico – agora detalhado nos novos arts. 3º-A, 3º-B, 3º-C, 3º-D e art. 7º, o de gestão associada e, em especial, o de prestação regionalizada.

Além disso, foram incluídos conceitos urbanísticos estratégicos, como o de núcleo urbano, inclusive o informal e o consolidado, em linha com a legislação de regularização fundiária, além dos conceitos de operação regular do serviço, de serviços de saneamento de interesse comum e de interesse local, entre outros.

### 5.1 UNIVERSALIZAÇÃO E INTEGRALIDADE

A **universalização** do acesso e efetiva prestação do serviço é um dos princípios fundamentais da lei<sup>45</sup> e consiste na *ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico, em todos os serviços de interesse comum, incluídos o tratamento e a disposição final adequados dos esgotos sanitários*<sup>46</sup>. Note-se que a lei trata especificamente nesse dispositivo dos serviços de **interesse comum**, e não explicita os serviços de **interesse local**. Todavia, a inclusão do termo **universalização** na lei é bastante abrangente e aplica-se a vários tópicos da lei como a finalidade dos **subsídios**<sup>47</sup> e a função dos **contratos**, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até 31 de dezembro de 2033<sup>48</sup>.

Nesse sentido, a lei determina que *os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento*<sup>49</sup>.

O custeio da universalização consiste na finalidade da criação de fundos instituídos *por entes da Federação, isoladamente ou reunidos em consórcios públicos*<sup>50</sup>. Além disso, os **Planos Municipais de Saneamento Básico** devem conter *objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais*<sup>51</sup>.

Verifica-se, dessa forma, que a Lei nº 14.026/2020, ao alterar as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, tem como objetivo principal a *promoção da universalização dos serviços*

<sup>45</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 2º, I.

<sup>46</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 3º, III.

<sup>47</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 3º, VII.

<sup>48</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 10-B.

<sup>49</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 11-B.

<sup>50</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 13.

<sup>51</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 19, II.

de saneamento básico até **2033**, estimulando a realização de investimentos para o desenvolvimento das infraestruturas de saneamento básico no país através da maior participação do setor privado na prestação dos serviços de saneamento<sup>52</sup>. E os Planos de Saneamento Básico são instrumentos fundamentais para o alcance desse objetivo.

A **integralidade** consiste no conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados<sup>53</sup>.

## **5.2 CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**

Ao tratar da forma como deve ser realizada a prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos a Lei nº 11.445/2007 incluiu a **conservação dos recursos naturais**, além da adequação à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

O art. 2º, III, é explícito nesse sentido, ao estabelecer, como princípio fundamental, o *abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente*.

No que se refere aos **contratos** relativos à prestação dos serviços públicos de saneamento básico, esses instrumentos deverão conter, expressamente, sob pena de nulidade, as cláusulas essenciais previstas no art. 23 da Lei nº 8.987/1995, além entre outras disposições, das *metas de expansão dos serviços, de redução de perdas na distribuição de água tratada, de qualidade na prestação dos serviços, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, do reúso de efluentes sanitários e do aproveitamento de águas de chuva, em conformidade com os serviços a serem prestados*<sup>54</sup>.

Em relação à *condição de validade dos contratos, ao tratar dos serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa*, a lei determina que as *normas de regulação abordem a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de redução progressiva e controle de perdas na distribuição de água tratada, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados e com o respectivo plano de saneamento básico*<sup>55</sup>.

Além disso, a **disponibilidade**, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, refere-se à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado.

<sup>52</sup> MARQUES, Rui Cunha. A reforma do setor de saneamento no Brasil: o reforço da regulação e do papel da ANA. In: OLIVEIRA, Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luíza Machado. Novo marco do saneamento básico no Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 37.

<sup>53</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 2º, II.

<sup>54</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 10-A, I.

<sup>55</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 11, § 2º, II.

### 5.3 ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS

Um princípio a destacar, em relação à **articulação** do saneamento básico *com as políticas públicas*, para as quais o saneamento básico seja fator determinante, foi a inclusão da política de **recursos hídricos**, que passou a constar expressamente do texto legal, junto com o desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida.

A **articulação de políticas**, nos termos da lei, implica a implementação dos instrumentos de gestão estabelecidos pelas diversas leis, de modo **coordenado**. Todos os atores envolvidos na implementação dessas políticas, pois, necessitam estabelecer conjuntamente processos de governança com vistas a proceder à necessária articulação, considerando, conforme a lei já estabelece, que existe uma forte inter-relação entre elas. Isso se aplica aos Planos Municipais de Saneamento Básico, considerando as diversas interfaces que esse instrumento possui com as políticas municipais de planejamento, finanças, habitação, saúde, educação e meio ambiente, entre outras.

Além disso, a lei deu ênfase à adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as **peculiaridades locais e regionais**. Considerando as dimensões do País, é necessário prever que as soluções de saneamento básico para uma região não é necessariamente a ideal para outra área, com características pluviométricas, geológicas, geográficas e econômicas distintas.

O princípio da **integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos** já vigente na lei anterior, apenas confirma a relação intrínseca existente entre o saneamento básico e a gestão de recursos hídricos.

Cabe aqui destacar que, de acordo com o conteúdo do art. 4º da lei 11.445/2007, *os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico*. De fato, o saneamento é um setor usuário da água, sujeito à outorga de direito de uso de recursos hídricos, instrumento de controle quantitativo e qualitativo das políticas de águas, incluindo a Lei paulista nº 7.663/1991, pioneira no estabelecimento de uma política pública para as águas.

Recursos hídricos são bens públicos e não podem mesmo se confundir com serviços públicos. São regimes jurídicos totalmente distintos. Mas parece que o legislador, se não tinha a intenção de confundir, acabou criando uma ideia equivocada de que esses temas não conversam. Muito pelo contrário, trata-se de relação intrínseca e tanto isso é verídico que a lei de saneamento, sobretudo com as alterações havidas em 2020, aproximou esses temas, pois é imprescindível que todos os atores envolvidos com o saneamento considerem que existe uma necessária relação dos serviços de saneamento básico com as águas.

## 5.4 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DOS SERVIÇOS

O tema da **sustentabilidade econômica** possui fundamental importância, pois refere-se ao financiamento das medidas necessárias à universalização dos serviços. Nessa linha, muitas das novas regras fixadas na política de saneamento básico dizem respeito à promoção eficaz da sustentabilidade econômico-financeira dos serviços, abordando direta ou indiretamente o relevante tema da **remuneração dos prestadores**. Sem remuneração adequada, não há eficiência operacional nem recursos suficientes e bem utilizados visando o propósito maior – que é o atingimento das metas, com a diminuição, o quanto possível, do enorme déficit no saneamento básico do país<sup>56</sup>.

Uma alteração importante, no que se refere à sustentabilidade econômica dos serviços de saneamento básico, refere-se à inclusão, na lei de saneamento, do termo “**disponibilização**” para a *definição dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos*<sup>57</sup>. De acordo com a nova regra, esses serviços devem ser pagos pelas atividades relativas à operação das infraestruturas e instalações, mas também por estarem **colocados à disposição do usuário**, o que tem impacto direto na remuneração do prestador, que poderá cobrar não só pelo serviço prestado, mas também pelo disponibilizado ainda que não usado por mera liberalidade do usuário (sendo que o pagamento não o exime da obrigação de conexão)<sup>58</sup>.

O artigo 45 estabelece que *as edificações permanentes urbanas serão conectadas às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeitas ao pagamento de taxas, tarifas e outros preços públicos decorrentes da disponibilização e da manutenção da infraestrutura e do uso desses serviços. A alteração havida na lei tem por objetivo assegurar a remuneração do prestador, mesmo na hipótese de existir a infraestrutura, ter sido feito o investimento, haver gastos com operação e manutenção, e o usuário não se conectar à rede, o que naturalmente ocasiona um desequilíbrio na remuneração esperada e devida*<sup>59</sup>.

Outra modificação relevante refere-se ao art. 30 da lei. Na redação antiga, a *estrutura de remuneração e de cobrança dos serviços públicos de saneamento básico* poderia considerar os fatores ali estabelecidos. Ou seja, considerar ou não os fatores objetivos e totalmente relacionados com a sustentabilidade dos serviços era uma opção do titular ou regulador. Agora, a lei determina que os seguintes fatores **serão considerados** na *estrutura de remuneração e de cobrança dos serviços*:

- ✓ categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

<sup>56</sup> GUREVICH, Eduardo Isaías; ROSA, Vanessa. Remuneração dos serviços. In: OLIVEIRA, Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo marco do saneamento básico no Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 142.

<sup>57</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 3º, I, a, b e c.

<sup>58</sup> GUREVICH, Eduardo Isaías; ROSA, Vanessa. Remuneração dos serviços. In: OLIVEIRA, Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo marco do saneamento básico no Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 143.

<sup>59</sup> GUREVICH, Eduardo Isaías; ROSA, Vanessa. Remuneração dos serviços. In: OLIVEIRA, Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo marco do saneamento básico no Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 143.

- ✓ padrões de uso ou de qualidade requeridos;
- ✓ quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;
- ✓ custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;
- ✓ ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos;
- ✓ capacidade de pagamento dos consumidores.

Saliente-se os alarmantes índices de perdas físicas de água e também os danos ambientais por lançamentos de esgoto não tratado in natura, ambos decorrentes da falta de investimento nos sistemas de água e esgoto, em parte pela existência de estruturas remuneratórias insuficientes e falhas<sup>60</sup>. O novo texto tem o objetivo de corrigir essa distorção.

No que se refere ao financiamento, a Lei nº 13.329/2016 incluiu à Lei nº 11.445/2007 os artigos 54-A e 54-B, que tratam do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB). O objetivo é estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos por meio da concessão de créditos tributários.

O REISB beneficia as pessoas jurídicas que realizem investimentos voltados para a sustentabilidade e para a eficiência dos sistemas de saneamento básico e em acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico, tais como:

- ✓ alcance das metas de universalização do abastecimento de água para consumo humano e da coleta e tratamento de esgoto;
- ✓ preservação de áreas de mananciais e de unidades de conservação necessárias à proteção das condições naturais e de produção de água;
- ✓ redução de perdas de água e ampliação da eficiência dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano e dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto.

Verifica-se que o REISB é um importante instrumento legal de viabilização do financiamento da proteção de mananciais pelos prestadores de serviços de saneamento que se enquadrem nas condições impostas pela lei.

## 5.5 EFICIÊNCIA

O princípio da eficiência consiste em uma das bases de atuação da Administração Pública, fixada no art. 37 da Constituição. Esse vocábulo vincula-se à ideia de ação, para produzir resultado de modo rápido e preciso. Associado à Administração Pública, o princípio da eficiência determina que a Administração deve agir, de modo rápido e preciso, para produzir

<sup>60</sup> GUREVICH, Eduardo Isaías; ROSA, Vanessa. Remuneração dos serviços. In: OLIVEIRA, Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo marco do saneamento básico no Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 145.

resultados que satisfaçam as necessidades da população. *Eficiência contrapõe-se à lentidão, a descaso, à negligência, à omissão*<sup>61</sup>.

O estímulo à **pesquisa**, ao **desenvolvimento** e à utilização de **tecnologias apropriadas**, consideradas a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução dos custos para os usuários consiste em um dos princípios elencados na lei que se conectam com a noção de eficiência.

A **transparência das ações**, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados também propicia um melhor nível de eficiência nos serviços, pois garante que as decisões ficam mais próximas de se pautarem pela impessoalidade e objetividade.

A **segurança, qualidade, regularidade e continuidade** dos serviços, já previstos na Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre as concessões de serviços públicos, também se referem ao princípio da eficiência, assim como ao **serviço adequado**, definido como aquele que *satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas*<sup>62</sup>.

Um ponto a considerar, em termos de eficiência, é que a prestação dos serviços, incluindo a manutenção de redes de água, esgoto e drenagem deve ser também planejada e monitorada, para evitar retrabalhos e custos desnecessários. O pessoal terceirizado pelos prestadores deve ser **capacitado** para realizar os serviços de forma rápida e efetiva. Sem esse foco na ponta do serviço, todo o investimento fica prejudicado. Esse é um tema a ser desenvolvido nos Planos Municipais de Saneamento Básico.

## 5.6 CONTROLE SOCIAL

O controle social consiste no *conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico*<sup>63</sup>. Cabe aos titulares dos serviços estabelecer os mecanismos e os procedimentos de controle social na formulação de suas políticas públicas<sup>64</sup>.

A respeito desses efeitos, os serviços de saneamento básico estão intrinsecamente atrelados a interesses difusos, uma vez que são ferramenta essencial para a manutenção do meio ambiente equilibrado, para a garantia de saúde pública da população, para a adequada ocupação e uso do solo urbano e para o bem-estar das pessoas<sup>65</sup>.

<sup>61</sup> MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 127.

<sup>62</sup> Lei nº 8.987/1995, art. 6º, 1º.

<sup>63</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 3º, IV.

<sup>64</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 9º, V.

<sup>65</sup> SOUZA, Mariana Campos de. Controle social nas normas de referência da ANA. In: OLIVEIRA; Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo Marco do Saneamento Básico No Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 185.

A introdução da expressão **controle social** na política pública de saneamento básico denota a relevância dada a alguns dos principais atores envolvidos na prestação de serviços públicos de saneamento básico: os seus usuários, diretamente afetados, na medida que usufruem dos serviços, e o restante da comunidade, que sofre os efeitos diretos e indiretos da sua prestação. Essa preocupação não é recente no contexto empresarial. Pelo menos desde a década de 1970, discute-se a responsabilidade social das empresas. Atualmente, o controle social pode ser identificado entre o que se conhece como atributos ESG: *environmental, social and governance*<sup>66</sup>.

No que se refere aos mecanismos de controle social dos serviços de saneamento básico, merece destaque a participação de órgãos colegiados, audiência e consulta públicas das propostas e estudos dos planos de saneamento e das minutas de edital e de contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Em relação às audiências e consultas públicas, é condição de validade de contratos de prestação dos serviços de saneamento básico a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação e a minuta do contrato<sup>67</sup>.

A lei busca garantir a divulgação das propostas dos Planos Municipais de Saneamento Básico e dos respectivos estudos, dispondo sobre a realização de audiências ou consultas públicas. Quanto à necessidade de divulgação de documentos relativos aos planos de saneamento básico por audiência e consulta públicas, dado o que o dispõe o art. 19, § 5º, da Lei nº 11.445, de 2007, o Decreto nº 7.217, de 2010, que regulamenta a Lei, determina que tal divulgação se efetive “por meio da disponibilização integral de seu teor a todos os interessados, inclusive por meio da rede mundial de computadores – internet e por audiência pública”, o que evidencia a importância de que sejam realizadas tanto a consulta quanto a audiência públicas<sup>68</sup>. Cabe citar que os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão ficam excluídos a obrigatoriedade de publicação<sup>69</sup>.

Cabe ainda o exercício do controle social no que se refere à regulação e à fiscalização dos serviços. Segundo a lei, deve ser assegurada a publicidade dos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram a regulação e fiscalização, bem como dos direitos e deveres dos usuários e prestadores<sup>70</sup>. Nesse mesmo dispositivo, é previsto o acesso às informações por qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto. Essa determinação expressa o **interesse difuso** em torno dos serviços públicos de saneamento básico, diante dos efeitos por eles gerados a toda a coletividade<sup>71</sup>.

<sup>66</sup> Souza, Mariana Campos. Controle social nas Normas de referência da ANA. In: OLIVEIRA, Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo marco do saneamento básico no Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 183.

<sup>67</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 11.

<sup>68</sup> Souza, Mariana Campos. Controle social nas Normas de referência da ANA. In: OLIVEIRA, Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo marco do saneamento básico no Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 187.

<sup>69</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 26, § 1º.

<sup>70</sup> Lei nº 11.445, art. 26.

<sup>71</sup> Souza, Mariana Campos. Controle social nas Normas de referência da ANA. In: OLIVEIRA, Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo marco do saneamento básico no Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 187.



Aos usuários é assegurado o acesso a informações sobre os serviços prestados, o prévio conhecimento dos seus direitos, deveres e penalidades a que estão sujeitos, o acesso a manual de prestação dos serviços e de atendimento ao usuário e o acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços<sup>72</sup>.

Cabe ainda destacar outro importante mecanismo de controle social que é o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SNIS), que reúne dados e informações a respeito das condições de prestação dos serviços públicos de saneamento básico em todo o país.

Em termos de norma de regulação sobre controle social, cabe destacar a Resolução da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ) nº 01/2011, que dispõe sobre a instalação e funcionamento dos Conselhos de Regulação e Controle Social, no âmbito dos municípios por ela regulados, conselhos de caráter consultivo que participam do processo decisório da agência. Além da atuação dos Conselhos de Regulação e Controle Social, a ARES - PCJ adota como outros mecanismos de controle social as audiências e consultas públicas, objeto da Resolução ARES-PCJ nº 161/2016, que dispõe sobre formas e mecanismos de Controle Social a serem adotados pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ).

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) publica a lista de Consultas Públicas realizadas por ela, o status de cada uma delas e os documentos relacionados, como o regulamento, nota técnica, contribuições etc.

Conforme disponível no sítio eletrônico dessa Agência, *Consultas e Audiências Públicas são ferramentas promotoras de transparência e ajudam a ARSESP a divulgar amplamente suas decisões. A cada regulamento publicado são realizadas consultas públicas e, conforme o impacto da disciplina, audiências públicas presenciais*<sup>73</sup>.

Estes procedimentos têm por objetivo dar oportunidade à sociedade para manifestar sua opinião e, assim, obter dados e informações que possibilitem maior grau de confiabilidade, clareza e segurança no processo decisório da ARSESP. No caso das Consultas Públicas, é possível enviar contribuições por e-mail ou correspondência.

## **5.7 PERDAS, RACIONALIZAÇÃO DO CONSUMO, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E REÚSO**

A redução e controle das **perdas de água**, inclusive na distribuição de água tratada, o estímulo à **racionalização** de seu consumo pelos usuários e o fomento à **eficiência energética**, ao **reúso** de efluentes sanitários e ao **aproveitamento de águas de chuva**, consistem uma inovação incluída nas Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.

No que se refere às perdas de água nos sistemas de abastecimento, a Lei nº 14.026/2020 tornou obrigatório para os contratos relativos a serviços de saneamento básico (especialmente

<sup>72</sup> Lei nº 11.445, art. 27.

<sup>73</sup> ARSESP. Consultas Públicas. Disponível em: <http://www.arsesp.sp.gov.br/SitePages/consultas-publicas.aspx> Acesso: 25 mar. 2021.

no tocante ao abastecimento de água) que sejam estabelecidas metas de redução de perdas na distribuição de água tratada<sup>74</sup>. Para tanto, o cumprimento dessas metas deve ser acompanhado anualmente pelo ente regulador<sup>75</sup>, que deve estabelecer normas sobre a matéria. A redução progressiva de perdas deve ser tratada expressamente nas normas de regulação<sup>76</sup>. E considerando que as políticas federais deverão contemplar a matéria, verifica-se a importância que as alterações do Marco Legal de Saneamento Básico deram à questão.

Cabe ainda citar o princípio da **prestação concomitante** dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, que vem suprir uma lacuna importante, na medida em que coloca os serviços de esgotamento sanitário no mesmo nível de essencialidade que o abastecimento de água potável. A introdução desse princípio também impacta a qualidade dos corpos hídricos, incluindo os mananciais, considerando a necessidade de tratar os esgotos.

## 5.8 PRESTAÇÃO REGIONALIZADA

A **prestação regionalizada** dos serviços tem a ver com a *geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços*<sup>77</sup>, um dos princípios fundamentais das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. Nos termos da Lei nº 11.445/2007, a **prestação regionalizada** consiste na *modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município*<sup>78</sup>.

A ideia que permeia a prestação regionalizada no País refere-se à necessidade de *superar a situação de inequívoco atraso na implementação do serviço de saneamento básico e as limitações dos municípios (financeiras, de capacidade organizacional e de escala, dentre outras), por meio da comunhão de esforços, ou seja, pelo incentivo à regionalização*<sup>79</sup>. A prestação regionalizada constitui sem dúvida uma orientação do novo marco regulatório, presente em vários dispositivos legais introduzidos ou modificados pela Lei nº 14.026/2020.

Essa modalidade de prestação de serviços pode ser estruturada, de acordo com a lei, nos seguintes formatos:

- ✓ região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião: unidade instituída pelos Estados mediante lei complementar, de acordo com o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, composta de agrupamento de Municípios limítrofes e instituída nos termos da Lei nº 13.089/ 2015 (Estatuto da Metrópole);
- ✓ unidade regional de saneamento básico: unidade instituída pelos Estados mediante lei ordinária, constituída pelo agrupamento de Municípios não necessariamente limítrofes,

<sup>74</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 10-A, I e 11-B.

<sup>75</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 11-B, § 5º.

<sup>76</sup> Lei nº 11.445/2007, arts. 12, IV, 23, XIV, e 43, § 2º.

<sup>77</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 2º, XIV.

<sup>78</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 3º, VI.

<sup>79</sup> SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. Reforma do marco legal e o incentivo à prestação regionalizada. In: OLIVEIRA, Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo marco do saneamento básico no Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 178.

para atender adequadamente às exigências de higiene e saúde pública, ou para dar viabilidade econômica e técnica aos Municípios menos favorecidos;

- ✓ bloco de referência: agrupamento de Municípios não necessariamente limítrofes, estabelecido pela União nos termos do § 3º do art. 52 da Lei e formalmente criado por meio de gestão associada voluntária dos titulares.

Para os fins da Lei, *as unidades regionais de saneamento básico devem apresentar sustentabilidade econômico-financeira e contemplar, preferencialmente, pelo menos 1 (uma) região metropolitana, facultada a sua integração por titulares dos serviços de saneamento*<sup>80</sup>. É prevista uma **estrutura de governança** para as unidades regionais de saneamento básico, que deverá seguir o disposto na Lei nº 13.089/ 2015 (Estatuto da Metrópole).

Na hipótese de os Chefes dos Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios formalizarem a gestão associada para o exercício de funções relativas aos serviços públicos de saneamento básico, fica dispensada, em caso de convênio de cooperação, a necessidade de autorização legal<sup>81</sup>.

Conforme dispõe a Lei nº 11.445/2007, *a adesão dos titulares dos serviços públicos de saneamento de interesse local às estruturas das formas de prestação regionalizada é facultativa*<sup>82</sup>. *Todavia, para que possam receber recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União uma das condições consiste na adesão pelos titulares dos serviços públicos de saneamento básico à estrutura de governança correspondente em até 180 (cento e oitenta) dias contados de sua instituição, nos casos de **unidade regional de saneamento básico**, blocos de referência e gestão associada*<sup>83</sup>.

Ainda para fins de **alocação de recursos públicos** federais e de financiamentos com recursos da União, ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União, O Decreto nº 10.588/2020, que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, determina que será considerada cumprida a exigência de prestação regionalizada nas seguintes hipóteses:

- ✓ para região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, com a aprovação da lei complementar correspondente;
- ✓ para unidade regional de saneamento básico, com a declaração formal, firmada pelo Prefeito, de adesão aos termos de governança estabelecidos na lei ordinária; ou
- ✓ para bloco de referência, com a assinatura de convênio de cooperação ou com a aprovação de consórcio público pelo ente federativo.

<sup>80</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 8º, §2º.

<sup>81</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 8º, §4º.

<sup>82</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 8º.

<sup>83</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 50, VIII.

Nos termos do citado decreto, a União prestará apoio técnico e financeiro para a adaptação dos serviços públicos de saneamento básico às disposições da Lei nº 11.445/2007, no que se refere ao disposto do art. 13<sup>84</sup>, que trata da instituição de fundos. O citado decreto estabelece uma série de atividades, sob a responsabilidade dos titulares dos serviços, que poderão receber apoio técnico e financeiro, condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira:

- ✓ definição das unidades regionais de saneamento básico de que trata o inciso II do § 1º do art. 2º, especialmente nas áreas que compreendem Municípios cujos serviços sejam prestados pelas companhias estaduais de saneamento básico;
- ✓ processo de adesão do titular do serviço público de saneamento básico a mecanismo de prestação regionalizada;
- ✓ estruturação da forma de exercício da titularidade e da governança em cada mecanismo de prestação regionalizada, de modo a se fixarem as responsabilidades de cada ente federativo e a melhor forma de gestão;
- ✓ elaboração ou atualização dos planos municipais ou regionais de saneamento básico, que, em conformidade com os serviços a serem prestados, contemplarão todos os sistemas, considerados os ambientes urbano e rural, com, no mínimo, as seguintes metas:
  - ✧ expansão do acesso aos serviços;
  - ✧ redução de perdas na distribuição de água tratada;
  - ✧ qualidade na prestação dos serviços;
  - ✧ eficiência e uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais;
  - ✧ reúso de efluentes sanitários;
  - ✧ aproveitamento de águas de chuva;
  - ✧ não intermitência do abastecimento; e
  - ✧ melhoria dos processos de tratamento;
- ✓ modelagem da prestação dos serviços em cada mecanismo de prestação regionalizada, considerados os ambientes urbanos e rurais, com base em estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, e de operabilidade e manutenção dos sistemas, com prazo mínimo compatível com as metas de universalização do acesso ao saneamento básico;
- ✓ definição da entidade de regulação e de fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, incluído o apoio à delegação, quando necessário;

---

<sup>84</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 13: Os entes da Federação, isoladamente ou reunidos em consórcios públicos, poderão instituir fundos, aos quais poderão ser destinadas, entre outros recursos, parcelas das receitas dos serviços, com a finalidade de custear, na conformidade do disposto nos respectivos planos de saneamento básico, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico. Parágrafo único. Os recursos dos fundos a que se refere o caput deste artigo poderão ser utilizados como fontes ou garantias em operações de crédito para financiamento dos investimentos necessários à universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

- ✓ elaboração ou atualização das normas de regulação e fiscalização, observadas as normas de referência para regulação dos serviços públicos de saneamento básico emitidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, conforme a sua disponibilização;
- ✓ alteração dos contratos existentes ou preparação de novos contratos, quando couber, com vistas à transição para o novo modelo de prestação, adotada a padronização de contrato proposta pela ANA, quando disponível, e aplicadas as metas definidas no plano regional de saneamento básico;
- ✓ elaboração de edital, realização prévia de audiências e de consulta públicas, e realização de licitação para concessão dos serviços ou para alienação de controle acionário da empresa estatal prestadora dos serviços, aplicadas as metas definidas no plano regional de saneamento básico;
- ✓ apuração do valor de indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados ou depreciados, se houver, na hipótese de substituição dos contratos vigentes por novos contratos de concessão, observadas as normas de referência para regulação dos serviços públicos de saneamento básico emitidas pela ANA, conforme a sua disponibilização;
- ✓ estruturação de política de recuperação de custos, em regime de eficiência, por meio da cobrança dos serviços de saneamento básico e da definição de diretrizes e critérios da estrutura tarifária e da tarifa social, observadas as normas de referência para regulação dos serviços públicos de saneamento básico emitidas pela ANA, conforme a sua disponibilização;
- ✓ contratação de serviços especializados e acompanhamento das atividades, com o objetivo de promover a melhoria da gestão e a eficiência da prestação de serviços públicos de saneamento básico;
- ✓ capacitação de técnicos e gestores que atuam na prestação de serviços públicos de saneamento básico; e
- ✓ outras medidas acessórias necessárias, com vistas à universalização do acesso ao saneamento básico.

A Lei nº 14.026/2020, no âmbito das modificações efetuadas na Lei nº 11.445/2007, criou o Comitê Interministerial de Saneamento Básico (Cisb), colegiado que, sob a presidência do Ministério do Desenvolvimento Regional, tem a finalidade de assegurar a implementação da política federal de saneamento básico e de articular a atuação dos órgãos e das entidades federais na alocação de recursos financeiros em ações de saneamento básico<sup>85</sup>.

Ao Cisb caberá<sup>86</sup>:

- ✓ coordenar, integrar, articular e avaliar a gestão, em âmbito federal, do Plano Nacional de Saneamento Básico;

<sup>85</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 53-A.

<sup>86</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 53-B.

- ✓ acompanhar o processo de articulação e as medidas que visem à destinação dos recursos para o saneamento básico, no âmbito do Poder Executivo federal
- ✓ garantir a racionalidade da aplicação dos recursos federais no setor de saneamento básico, com vistas à universalização dos serviços e à ampliação dos investimentos públicos e privados no setor;
- ✓ elaborar estudos técnicos para subsidiar a tomada de decisões sobre a alocação de recursos federais no âmbito da política federal de saneamento básico;
- ✓ avaliar e aprovar orientações para a aplicação dos recursos federais em saneamento básico.

O Decreto nº 10.430/2020 regulamentou a matéria, dispondo que, no exercício de suas competências, o Comitê Interministerial de Saneamento Básico atuará para:

- ✓ promover a articulação entre o Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos, com base em estudos e relatórios apresentados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, em observância ao disposto no § 12 do art. 4º-A da Lei nº 9.984/2000<sup>87</sup>;
- ✓ assegurar que a alocação de recursos em saneamento básico, administrados ou geridos por órgãos e entidades da administração pública federal, considere:
  - ✧ progressivamente, as diretrizes da política federal de saneamento básico e os critérios de elegibilidade, priorização e seleção definidos no Plano Nacional de Saneamento Básico, no Plano Nacional de Resíduos Sólidos e no Plano Nacional de Recursos Hídricos; e
  - ✧ os critérios de promoção da saúde pública, de maximização da relação benefício-custo e de maior alcance para a população brasileira com vistas à universalização do acesso às infraestruturas de saneamento;
- ✓ priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e à ampliação da oferta dos serviços e das ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda, incluídos os núcleos urbanos informais consolidados, quando não se encontrarem em situação de risco;
- ✓ simplificar e uniformizar os procedimentos para candidatura e acesso aos recursos federais, observados os princípios da eficiência e da transparência no uso de recursos públicos; e
- ✓ aperfeiçoar os critérios de elegibilidade e priorização para o acesso a recursos federais, em observância ao disposto no art. 50 da Lei nº 11.445/2007.

Além disso, o Comitê Interministerial de Saneamento Básico, em sua atuação, deverá observar o disposto no art. 50 da Lei nº 11.445/ 2007, e em sua regulamentação, inclusive promovendo a observância às normas de referência a serem editadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, nos termos do disposto no art. 4º-A da Lei nº 9.984/2000.

Nota-se, na nova redação da Lei nº 11.445/2007, um esforço relevante da União para o alcance da universalização dos serviços de saneamento básico no País. Para tanto, acena com a

<sup>87</sup> Lei nº 9.984/2000, art. 4º.A, § 12º: A ANA contribuirá para a articulação entre o Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

possibilidade de transferência de recursos aos titulares dos serviços, estabelecendo, porém, condicionantes relacionados com a adoção das normas de referência da ANA, e outros comportamentos previstos na lei, como é o caso do art. 50, em que se estabelecem as hipóteses para os repasses.

## **5.9 SELEÇÃO COMPETITIVA DOS PRESTADORES DE SERVIÇO**

A seleção competitiva do prestador dos serviços consiste em um princípio introduzido pela nova lei e possui conexão com a exigência de processo prévio de licitação em qualquer caso. De acordo com a nova regra, a prestação por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório<sup>88</sup>.

O art. 10 da Lei nº 11.445/2007 estabelece que a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária. Dessa forma, os contratos de programa regulares vigentes permanecem em vigor até o advento do seu termo contratual<sup>89</sup>.

<sup>88</sup> Lei nº 8.987/1995, art. 14.

<sup>89</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 10, § 3º.

## 6. TITULARIDADE DOS SERVIÇOS

Por sua própria natureza, o serviço público é estatal e tem como titular uma pessoa jurídica de direito público (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), que o presta diretamente ou por meio de terceiros, de acordo com a lei que rege o serviço específico.

A política pública de saneamento é formada por uma estrutura de cinco pilares: o planejamento, a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação do serviço. A princípio, cabe ao titular do serviço público tomar as decisões políticas necessárias a estruturar esses grupos de tarefas administrativas e distribuí-las, quando considerar conveniente, mas sempre levando em conta algumas balizas, a saber: 1. o planejamento é indelegável, embora possa ser realizado com apoio técnico de terceiros ou de forma conjunta; a prestação pode ser direta, indireta ou associada e 3. a regulação é obrigatória para qualquer tipo de prestação, mas não poderá ser cumulada nas mãos daquele que presta o serviço, ou seja, nenhum prestador, estatal ou não, regulará a si mesmo<sup>90</sup>.

A titularidade de um serviço público refere-se à identificação do ente federado, a quem competem todas as ações inerentes ao serviço, inclusive a decisão de prestá-lo diretamente ou por intermédio de terceiros delegados. Enseja o planejamento, a regulamentação, a prestação do serviço e sua fiscalização.

Por muito tempo, a titularidade do serviço público de saneamento básico foi objeto de conflito entre os Municípios, por intermédio dos Departamentos de Água e Esgotos, autarquias e companhias municipais de saneamento e, de outro lado, os Estados, no que se refere às companhias estaduais de saneamento.

As teses variavam entre duas posições extremas:

- ✓ cada Município, independentemente de sua localização, inclusive o pertencente a regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, e de haver ou não ligação do sistema com outro Município, é o titular dos serviços;
- ✓ o Estado é o titular de todo e qualquer serviço de saneamento, cujos equipamentos não estejam inteiramente contidos nos limites geográficos de um único Município<sup>91</sup>.

A dúvida decorria de uma interpretação da Constituição Federal, que indicou expressamente quais serviços encontram-se sob a titularidade da União e dos Estados, limitando-se a dispor que a organização e prestação dos serviços públicos de interesse local cabe aos Municípios, diretamente ou sob o regime da concessão ou permissão<sup>92</sup>. Paralelamente, a Constituição transferiu aos Estados a competência para instituir regiões metropolitanas, aglomerações

<sup>90</sup> MARRARA, Thiago. Mosaico regulatório: as normas de referência da ANA para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico à luz da lei 14.026/2020. In: OLIVEIRA, Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo marco do saneamento básico no Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 63.

<sup>91</sup> GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito Ambiental. 5ª, ed. Indaiatuba: Foco, 2019, p. 601.

<sup>92</sup> CF/88, art. 30, V.



urbanas e microrregiões, agrupando Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum<sup>93</sup>.

Não havendo consenso nessa matéria, a questão acabou sendo encaminhada para o Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>94</sup>. A grande discussão entre os Ministros do STF, com a apresentação de argumentos que muitas vezes não se articulam, revela a complexidade do tema e a dificuldade de equacionamento dessa matéria, no que se refere a uma definição da titularidade dos serviços de saneamento básico. A partir da decisão do STF, embora o acórdão de 2013 não tenha se expressado de forma clara, convencionou-se que a titularidade pertencia ao município, ainda que em regiões metropolitanas, microrregiões ou aglomerações urbanas, sem se estabelecer qualquer parâmetro normativo para ordenar as relações entre os entes federados nesses espaços.

Posteriormente, em 30 de agosto de 2019, o STF julgou a ADI 2.077/BA e confirmou a titularidade municipal dos serviços de saneamento básico, declarando inconstitucional norma da Constituição do Estado da Bahia que pretendia deslocar a competência/titularidade de tais serviços aos Estados, em prejuízo dos Municípios.

A Lei nº 14.026/2020, na linha de finalmente solucionar a questão, estabeleceu expressamente os sujeitos que atualmente detêm a titularidade dos serviços, conforme segue:

- a) Município, no caso de interesse local e,
- b) Estado e Municípios, no caso de interesse comum

Os serviços públicos de saneamento básico de interesse local referem-se às funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único Município<sup>95</sup>. Nesses casos, cabe ao município exercer a titularidade dos serviços de forma total e independente, tendo em vista que todos os equipamentos e estruturas necessárias a prestação dos serviços encontram-se localizados em um único território. Em relação ao interesse local, não se verificam muitas questões novas, já que o entendimento que prevalecia anteriormente ao novo Marco do Saneamento Básico consistia na titularidade municipal.

Note-se que o artigo 8º-A, do Marco Legal do Saneamento Básico, autoriza a adesão facultativa dos titulares dos serviços públicos de saneamento de interesse local às estruturas das formas de prestação regionalizada, ou seja, abre-se a possibilidade de um novo desenho de parceria, evidenciando-se a liberdade ao Município, mesmo exercendo plenamente a titularidade local sobre os serviços públicos de saneamento básico, de se associar a uma estrutura de prestação regionalizada, o que propicia uma série de benefícios de maior eficiência e economicidade<sup>96</sup>.

<sup>93</sup> CF/88, art. 25, § 3º.

<sup>94</sup> Ação direta de inconstitucionalidade contra Lei Complementar n. 87/1997, Lei n. 2.869/1997 e Decreto nº 24.631/1998, todos do Estado do Rio de Janeiro, que instituem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a Microrregião dos Lagos e transferem a titularidade do poder concedente para prestação de serviços públicos de interesse metropolitano ao Estado do Rio de Janeiro.

<sup>95</sup> Lei nº 11.445, art. 3º, XV.

<sup>96</sup> OLIVEIRA, Raul Miguel Freitas de. A titularidade dos serviços de saneamento básico na lei de atualização do marco legal do saneamento básico. In: OLIVEIRA; Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo Marco do Saneamento Básico No Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 166.

Já o interesse comum diz respeito aos serviços de saneamento básico prestados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões instituídas por lei complementar estadual, em que se verifique o compartilhamento de instalações operacionais de infraestrutura de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário entre 2 (dois) ou mais Municípios, denotando a necessidade de organizá-los, planejá-los, executá-los e operá-los de forma conjunta e integrada pelo Estado e pelos Municípios que compartilham, no todo ou em parte, as referidas instalações operacionais<sup>97</sup>.

Aqui tem-se uma inovação introduzida pelo novo Marco do Saneamento Básico, no sentido de refletir, no campo normativo, uma realidade do País, no que concerne às regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

Segundo Oliveira, a principal conclusão da análise é que a lei atualizadora do Marco Legal do Saneamento Básico assimilou a posição do Supremo Tribunal Federal quanto ao exercício da titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, reconhecendo a natureza de interesse local, quando se trata de Município isolado, como também de interesse comum, quando se trata de Municípios integrantes de regiões metropolitanas e demais arranjos cooperativos, partilhando-se a competência com o Estado<sup>98</sup>. De fato, é necessário estabelecer regras para que os municípios localizados nesses territórios, juntamente com o Estado, possam buscar soluções comuns para os problemas compartilhados.

Todavia, como já foi mencionado, a Lei nº 11.445/2007 admite, para qualquer caso – interesse local ou comum, o exercício da titularidade dos serviços também por gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação, nos termos do art. 241 da Constituição Federal.

---

<sup>97</sup> Lei nº 11.445, art. 3º, XIV.

<sup>98</sup> OLIVEIRA, Raul Miguel Freitas de. A titularidade dos serviços de saneamento básico na lei de atualização do marco legal do saneamento básico. In: OLIVEIRA; Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo Marco do Saneamento Básico No Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 155.

## 7. O PAPEL DO MUNICÍPIO

Em relação aos municípios, cabe aqui traçar um paralelo entre os serviços de saneamento básico e a gestão de recursos hídricos, pois ambos os temas são conexos. A compreensão da importância do município, em matéria de gestão de águas, extrapola os órgãos colegiados – comitês de bacia hidrográfica e conselhos de recursos hídricos - e tem sido menos estudada do que deveria, criando-se uma existência paralela e nem sempre articulada entre os detentores do domínio da água — União e Estados — e os entes municipais.

Os municípios são responsáveis pelo planejamento urbano, inclusive pelo uso e ocupação do entorno dos mananciais, e pela titularidade dos serviços de saneamento básico. Mas não detêm a titularidade dos recursos hídricos. Essa desconexão marginalizou o papel dos municípios na governança da água e, em alguns casos, permitiu que se desenvolvam políticas [municipais] que violam diretamente as regulamentações aplicáveis à bacia<sup>99</sup>.

É importante notar que no meio ambiente urbano:

- ✓ há maior demanda do recurso, seja para o abastecimento público, seja para a indústria;
- ✓ ocorrem impactos negativos relevantes nos corpos hídricos no que se refere à canalização de córregos, loteamentos clandestinos ou não, invasões, lançamento de resíduos sólidos urbanos e de esgoto doméstico sem tratamento;
- ✓ a qualidade da água nos corpos hídricos depende da qualidade dos serviços de saneamento básico, seja no tratamento do esgoto doméstico, seja na coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos, seja ainda na drenagem, em função das cargas difusas que são carregadas para os rios e lagos nas épocas de chuva;
- ✓ as mudanças climáticas causam cada vez mais impactos para a população, por meio dos chamados efeitos danosos das águas, como das enchentes, que anualmente causam mortes e sérios prejuízos, e da escassez hídrica.

Nesse sentido, é de fundamental importância considerar a figura do município como ator relevante nas questões relacionadas com a gestão de recursos hídricos. Além das questões relacionadas aos serviços de saneamento básico, o Município possui a competência constitucional para promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano<sup>100</sup>.

Compete ao município, portanto, inventariar e diagnosticar qual a vocação ecológica das diferentes áreas ou espaços da cidade, definindo quais os seus usos e limitações para que o objetivo seja cumprido. Essa atribuição implica, portanto, que a organização do espaço urbano é condição básica para a proteção ambiental e, conseqüentemente, dos corpos hídricos e da

<sup>99</sup> GARCÍA, María Mancilla; HILEMAN, Jacob; BODIN, Örjan; NILSSON, Annika; JACOBI, Pedro Roberto. The unique role of municipalities in integrated watershed governance arrangements a new research frontier. *Ecology and Society*, Vol. 24, nº. 1 (Mar 2019). "...served to marginalize the role of municipalities in water governance and, in some cases, enabled them to develop policies that directly violate national regulatory statutes or those of the basin."

<sup>100</sup> CF/88, art. 30, VIII.

própria população, cabendo a esse ente federativo um papel relevante na proteção das águas, matéria prima do abastecimento urbano.

O reconhecimento dessa inter-relação resultou na inclusão, em 2012, no Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/2001, da obrigação de o plano diretor ser compatível com as disposições inseridas no plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica em que se situa o município, formulado consoante a Lei nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Esse instrumento, portanto, tornou-se uma importante ferramenta para o planejamento urbano em bases sustentáveis, pois, se elaborado considerando a variável ambiental no processo de controle do uso e ocupação do solo, incorpora à tradicional função econômica da propriedade privada a dimensão socioambiental<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 26 ed., rev., ampl., e atual. São Paulo: Malheiros, 2018, p. 256.

## **8. ATRIBUIÇÕES DO TITULAR: PODERES E DEVERES**

Os titulares dos serviços de saneamento básico são responsáveis pela formulação da respectiva política pública de saneamento básico<sup>102</sup>, organizando para isso os serviços públicos com planejamento e definindo a sua forma de prestação, de regulação e fiscalização. Os objetivos consistem em cidades limpas, livres de enchentes, com esgotos coletados e tratados e água fornecida a todos, nos padrões legais de potabilidade.

Essas atribuições referem-se ao planejamento dos serviços, à regulação, à prestação propriamente dita e à fiscalização. Cada uma dessas atividades é distinta das outras, com características próprias. Mas todas se inter-relacionam e são obrigatórias para o titular, já que a Lei nº 11.445/07, alterada pela Lei nº 14.026/2020, fixa expressamente no art. 9º as ações relativas à titularidade, e que serão objeto de análise em itens específicos neste texto.

### **8.1 PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO**

Cabe ao titular elaborar o plano de saneamento básico. Esse dispositivo foi ampliado para incluir a função de estabelecer metas e indicadores de desempenho e mecanismos de aferição de resultados, a serem obrigatoriamente observados na execução dos serviços prestados de forma direta ou por concessão, o que se refere à eficiência na prestação dos serviços, que por sua vez está diretamente relacionada à universalização.

Trata-se de uma inovação importante, pois não é apenas aplicável aos contratos, que de resto já possuíam essas condições na própria Lei de Saneamento e por força da Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal. Agora, de forma explícita, passa a ter validade para os serviços prestados de forma direta, isto é, mediante órgão ou entidade de sua administração direta ou indireta, inclusive consórcio público do qual participe<sup>103</sup>.

Observe-se que essa atividade de planejamento se liga diretamente ao artigo 19 que descreve o conteúdo mínimo do plano de saneamento básico, contemplando mecanismos de aferição do cumprimento das metas e indicadores de desempenho citados. Portanto, essa regra do artigo 9º, inciso I, é genérica e encontra seu suporte de efetivação nos incisos I a V, do artigo 19<sup>104</sup>. Este tema será desenvolvido com maior profundidade no item 11.1.

### **8.2 PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O titular deve prestar diretamente os serviços, ou conceder a sua prestação. O Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2007, estabelece em seu art. 38 que os serviços de saneamento básico poderão ser executados pelo titular:

<sup>102</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 9º.

<sup>103</sup> Decreto nº 7.217/2010, art. 31, I.

<sup>104</sup> OLIVEIRA, Raul Miguel Freitas de. A titularidade dos serviços de saneamento básico na lei de atualização do marco legal do saneamento básico. In: OLIVEIRA; Carlos Roberto de; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Novo Marco do Saneamento Básico No Brasil. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 168.

- ✓ diretamente, mediante órgão ou entidade de sua administração direta ou indireta, inclusive consórcio público do qual participe; ou
- ✓ mediante delegação, por meio de convênio de cooperação, a órgão ou entidade de outro ente da Federação ou a consórcio público do qual não participe, instituído para gestão associada de serviços públicos.

Em ambos os casos, cabe ao titular definir a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico. O novo texto da lei retirou a parte relativa à previsão dos procedimentos de atuação do órgão regulador que, presume-se, ficará a cargo do próprio órgão ou entidade reguladora definir.

### **8.3 DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS VISANDO À GARANTIA DA SAÚDE**

---

Compete ao titular definir os parâmetros a serem adotados para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo *per capita* de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água.

### **8.4 DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS**

---

Os direitos e deveres dos usuários são matéria da regulação. Nos casos de delegação dos serviços mediante contrato, trata-se de cláusulas essenciais para obtenção e utilização do serviço<sup>105</sup>. São direitos e obrigações dos usuários<sup>106</sup>:

- ✓ receber serviço adequado;
- ✓ receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- ✓ obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder concedente;
- ✓ levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- ✓ comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;
- ✓ contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.
- ✓ levar ao conhecimento do Poder Público e da concessionária as irregularidades de que tenham ciência, referentes ao serviço prestado;
- ✓ comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação de serviços;

---

<sup>105</sup> Lei nº 8.987/1995, art. 23, VI.

<sup>106</sup> Lei nº 8.987/1995, art. 7º.

- ✓ contribuir para a manutenção das boas condições dos bens públicos afetados aos serviços<sup>107</sup>.

A Lei paulista nº 10.294/1999 trata da defesa dos usuários do serviço público, aplicando-se aos serviços públicos prestados por particular, mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação, e prestados pela Administração direta e indireta.

A Lei Federal nº 13.460/2017 dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos usuários de serviços públicos, aplicando-se à Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios<sup>108</sup> e aplicando-se subsidiariamente aos serviços públicos prestados por particulares<sup>109</sup>.

Essa norma estabelece as diretrizes a serem observadas por agentes públicos e prestadores de serviços públicos<sup>110</sup>; apresenta lista de direitos e deveres dos usuários<sup>111</sup>; apresenta obrigação aos órgãos e entidades prestadores da divulgação da Carta de Serviços aos Usuários, com a finalidade de informar ao usuário sobre os serviços prestados, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público<sup>112</sup>; prevê atribuições de ouvidorias na matéria<sup>113</sup>; aventa a participação de usuários mediante conselhos de usuários, sem prejuízo de outras formas de participação<sup>114</sup>; prevê avaliação continuada dos serviços públicos, realizada pelos prestadores<sup>115</sup>.

## 8.5 SISTEMA DE INFORMAÇÕES

Outra atribuição do titular consiste em implementar sistema de informações sobre os serviços públicos de saneamento básico, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SNIS), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), observadas a metodologia e a periodicidade estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional<sup>116</sup>.

Nota-se, nessa nova regra, a intenção do legislador de integrar os sistemas de informações ambientais, tendo em vista que tal articulação deve beneficiar o setor tanto na execução de ações, quanto na contribuição à produção de mais informações ambientais, com maior qualidade, resvalando na consolidação de canais propícios à transparência, participação da sociedade civil e colaboração entre os entes federativos.

Inovando ainda mais, no mesmo artigo 9º estabelece, no parágrafo único, a possibilidade de o titular dos serviços públicos receber cooperação técnica do respectivo Estado, como também

<sup>107</sup> MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 127.

<sup>108</sup> Lei nº 13.460/2017, art. 1º, §1º.

<sup>109</sup> Lei nº 13.460/2017, art. 1º, §3º.

<sup>110</sup> Lei nº 13.460/2017, art. 5º.

<sup>111</sup> Lei nº 13.460/2017, arts. 6º e 8º, respectivamente.

<sup>112</sup> Lei nº 13.460/2017, art. 7º §1º.

<sup>113</sup> Lei nº 13.460/2017, art. 13.

<sup>114</sup> Lei nº 13.460/2017, art. 18.

<sup>115</sup> Lei nº 13.460/2017, art. 23.

<sup>116</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 9º, VI.

basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores dos serviços. Nessa segunda hipótese, supõe-se que se trata de prestação indireta por meio de concessionária. Nesse ponto a lei apenas explicitou aquilo que, normalmente, costuma ser previsto nos instrumentos contratuais de concessão, como obrigação contratual da concessionária.

No que concerne à governança e disponibilização de informação sobre o setor de saneamento, várias ações e melhorias são previstas no novo quadro jurídico, como a criação do Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB) e a substituição do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SNISA)<sup>117</sup>, cujas informações são públicas, gratuitas, acessíveis a todos e devem ser publicadas na internet, em formato de dados abertos<sup>118</sup>.

A Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, em seu art. 53, instituiu o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, para o qual foram estabelecidos os seguintes objetivos essenciais:

- ✓ Coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;
- ✓ Disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;
- ✓ Permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

O SINISA se constitui na evolução do atual Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, com as ampliações de escala e de escopo, complementações de informações e indicadores, coletando informações junto aos titulares, prestadores e entes reguladores e fiscalizadores dos serviços públicos de saneamento básico.

Segundo consta do sítio do SNIS ([www.snis.gov.br/institucional](http://www.snis.gov.br/institucional)), acessado em março de 2021, o SINISA substituirá o atual sistema utilizado para diagnóstico do setor saneamento, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, a partir de 2021.

## **8.6 INTERVENÇÃO E RETOMADA DA OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A intervenção e a retomada da operação dos serviços consistem em um poder discricionário dos titulares dos serviços públicos prestados sob a forma contratual, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes<sup>119</sup>.

Segundo Mello, essa medida justifica-se quando indispensável para assegurar a continuidade dos serviços, sua normalidade ou o adequado cumprimento das obrigações assumidas pela

<sup>117</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 53.

<sup>118</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 53, 1º.

<sup>119</sup> Lei nº 8.987/1995, art. 32.



concessionária, por não existir outro meio mais hábil capaz de salvaguardar os aludidos interesses<sup>120</sup>.

Cabe ao titular intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e nas condições previstas na legislação e nos contratos. Ocorre que a Lei nº 8.987/1995 que, como já dito, dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, não oferece maiores detalhes sobre o tema. Dessa forma, a intervenção associa-se a fatos ocorridos no âmbito do contrato de concessão, e que se referem aos serviços adequados, além do fiel cumprimento das normas contidas nos contratos, nos regulamentos e nas leis.

No que se refere aos serviços adequados, segundo a Lei nº 8.987/1995, trata-se do serviço que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.<sup>121</sup>

A regularidade dos serviços indica que a sua prestação não deve sofrer alterações. A continuidade refere-se à não interrupção da prestação dos serviços. Em termos de abastecimento de água potável, o fornecimento não deve ser interrompido. No que se refere à limpeza urbana. E ao manejo de resíduos sólidos urbanos, tampouco é possível que os serviços sofram qualquer tipo de descontinuidade, pois há impactos na saúde das pessoas, nessas ocorrências. Nessa linha aplica-se a ressalva mencionada para a regularidade dos serviços, já que o fornecimento de água estará sempre condicionado à não ocorrência de eventos que possam comprometer a disponibilidade hídrica.

A segurança na prestação dos serviços implica os cuidados que a concessionária deve ter com os sistemas instalados, sobretudo com a manutenção dos equipamentos, pois qualquer falha pode causar problemas no fornecimento contratado, sobretudo nos casos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, comprometendo a regularidade e a continuidade dos serviços, independentemente das condições climáticas. É obrigação contratual da concessionária zelar pela segurança na prestação do serviço, respondendo pelos danos que causar, conforme previsto na Constituição Federal.<sup>122</sup>

Pode-se afirmar que a atualidade na prestação dos serviços refere-se à utilização de equipamentos com tecnologias modernas voltadas, por exemplo, ao uso racional da água. A renovação dos sistemas, com vistas a evitar o desperdício do recurso, assim como a manutenção dos equipamentos, são fatores preponderantes para garantir a observância do princípio. No caso do esgotamento sanitário, novas tecnologias de tratamento e a possibilidade de reúso dos efluentes prevista na Lei nº 11.445/2007<sup>123</sup>, são formas de inovar na prestação dos serviços, garantindo a sua atualidade.

A generalidade encontra-se associada ao atendimento de todos, de acordo com as necessidades. A cortesia por parte dos prestadores dos serviços públicos refere-se à urbanidade no tratamento dos usuários, na prontidão no atendimento às demandas, na informação de problemas e falhas e no encaminhamento de soluções.

<sup>120</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 30ª. Ed. São Paulo: Malheiros, 2013, pg. 748.

<sup>121</sup> Lei nº 8.987/95, art. 6º, § 1º.

<sup>122</sup> CF/88, art. 37, § 6º.

<sup>123</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 3º, I, b.

A modicidade tarifária decorre da própria regulação do serviço. É a norma da concessão, imposta no edital de licitação e no respectivo contrato, que definirá os parâmetros para o cálculo da tarifa, suas revisões e reajustes.

Finalmente, a eficiência dos serviços refere-se à qualidade da sua prestação, por parte da concessionária. A eficiência pode ser indicada, para o caso em tela, como o cumprimento do conjunto de obrigações relacionadas com a prestação dos serviços e das metas fixadas.

O Decreto nº 7.217/2010, que regulamentou a Lei nº 11.445/2007, estabelece em seu art. 39, § 2º, que é condição de validade para a celebração de contratos de concessão e de programa cujos objetos sejam a prestação de serviços de saneamento básico que as normas prevejam, entre outros itens, as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços<sup>124</sup>.

Isso significa que, além do serviço adequado, o contrato de concessão deverá conter as hipóteses de intervenção e retomada dos serviços, ou seja, caberá ao titular dos serviços inserir essa regra quando da formulação dos editais de licitação. Assim, fica garantida a validade contrato, permitindo-se a sua celebração.

No que se refere ao procedimento, o qual deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção<sup>125</sup>, a Lei nº 8.987/1995 dispõe que a intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida<sup>126</sup>.

Uma vez declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa. Como se pode verificar, trata-se de procedimento administrativo cujos pressupostos encontram-se na Constituição Federal<sup>127</sup>, na Lei federal nº 9784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e na Lei estadual de São Paulo nº 10.177/1998, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

Na hipótese de se comprovar que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, o serviço deve ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização<sup>128</sup>. Ao final da intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão<sup>129</sup>.

<sup>124</sup> Decreto nº 7.217/2010, art. 39, § 2º, IV.

<sup>125</sup> Lei nº 8.987/1995, art. 33, § 2º.

<sup>126</sup> Lei nº 8.987/1995, art. 32, parágrafo único.

<sup>127</sup> CF/88, art. 5º, LV.

<sup>128</sup> Lei nº 8.987/1995, art. 33, § 1º.

<sup>129</sup> Lei nº 8.987/1995, art. 34.

## 9. A GOVERNANÇA NAS REGIÕES METROPOLITANAS

Antes de tratar especificamente da governança interfederativa, objeto do Estatuto da Metrópole e também da Lei n  11.445/2007, será feita uma breve abordagem desse conceito.

O termo governança vem sendo utilizado n  apenas no setor privado, mas também no setor público, como uma ferramenta a ser adotada quando o consenso   necessário. O conceito de governança foi definido inicialmente pela Comissão sobre Governança Global, instituída pela Organiza o das Na es Unidas (ONU) no início dos anos 1990. Trata-se do processo por meio do qual atores estatais e não estatais interagem para conceber e implementar políticas públicas no âmbito de um dado conjunto de regras informais que moldam e são moldadas pelo poder <sup>130</sup>.

A ideia da governança n  se limita a arranjos institucionais no âmbito de uma organiza o. Tampouco se refere apenas a constituir mecanismos internos que produzam resultados mais efetivos em diversos aspectos, como transparência, controle e fiscaliza o. Embora esses aspectos sejam relevantes, a governança vai além e compreende três pontos essenciais<sup>131</sup>:

- ✓ a governança   meio e processo capaz de produzir resultados eficazes que, no caso do saneamento básico, consiste na efetiva melhoria dos serviços de saneamento básico, com impactos positivos na saúde e no meio ambiente, sobretudo nos recursos hídricos;
- ✓ na governança   fundamental a participa o ampliada, compreendendo, no caso do saneamento, além do Estado e Municípios, os órgãos e entidades, públicas e privadas, prestadoras dos serviços e, no segmento da participa o e controle social, as organiza es não governamentais, a comunidade científica e as associa es;
- ✓ sua a o se desenvolve na busca do consenso e da persuasão nas rela es e a es, muito mais do que a coer o ou a obriga o de fazer.

Construir a governança interfederativa, no caso do saneamento básico,   estabelecer novas formas de organiza o interna e processos de participa o e tomada de decisões. Muitas vezes   preciso mudar culturas, comportamentos e atitudes. O sentido da governança   criar um ambiente em que seja possível aos vários atores discutir questões e problemas complexos, buscando, em conjunto, solu es acordadas e efetivas.

Pode-se indicar como eixos centrais das discussões entre os entes federados – Estados e Municípios - o respeito às diferenças, a confiança entre os membros e os atores envolvidos e a transparência.

Como parâmetro a ser observado, cita-se o trabalho elaborado no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU), no qual se menciona a governança no setor público como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e

<sup>130</sup> BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRU O E DESENVOLVIMENTO/BANCO MUNDIAL. Relatório de Desenvolvimento Mundial. Governança e a Lei, p. 3. Grupo Banco Mundial, 2017. Disponível em:

<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25880/210950ovPT.pdf?sequence=15&isAllowed=y> Acesso: 17 fev. 2021.

<sup>131</sup> GONÇALVES, Alcindo; COSTA, Jose Augusto Fontoura, Governança Global e Regimes Internacionais, Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Almedina, 2011, p. 53.

monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. A governança, dessa forma, está relacionada a três funções básicas<sup>132</sup>:

- ✓ avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros;
- ✓ direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e
- ✓ monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

A Lei nº 13.089/2015 instituiu o Estatuto da Metrópole, estabelecendo diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas. Além disso, institui normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, assim como critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano. A governança interfederativa, mencionada nessa norma, é justamente a articulação e a cooperação que devem ocorrer, em regiões metropolitanas.

Pode-se considerar que um dos propósitos mais desafiantes da Lei nº 13.089/2015 consiste em lançar as primeiras sementes relacionadas à governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano<sup>133</sup>, que se conecta totalmente com o saneamento básico.

Com a nova definição da titularidade dos serviços de saneamento básico, não será possível avançar no desenvolvimento das ações necessárias, quando ocorrer a hipótese de interesse comum, sem tratar da governança.

<sup>132</sup> TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Governança pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014, pg. 42. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/governanca-publica-referencial-basico-de-governanca-aplicavel-a-orgaos-e-entidades-da-administracao-publica-e-acoes-indutoras-de-melhoria.htm> Acesso: 17 fev. 2021.

<sup>133</sup> SALEME, Edson Ricardo. Comentários ao Estatuto da Cidade. Belo Horizonte: Arraes, 2018, p. 239.

## 10. FORMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O titular dos serviços de saneamento básico<sup>134</sup> poderá prestar os serviços de saneamento básico mediante os modelos institucionais a seguir relacionados:

- ✓ administração direta concentrada: refere-se à prestação dos serviços por intermédio de órgão do titular dos serviços, facultada a contratação de terceiros no regime da Lei nº 14.133/2021, nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que revogou a Lei nº 8.666/1993;
- ✓ administração direta descentralizada: refere-se à criação por lei, de uma pessoa jurídica com finalidade específica para prestar um serviço público, em geral autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista que integre a administração do titular. Nesse caso ocorre delegação dos serviços, por meio de lei;
- ✓ administração indireta, em que o titular delega os serviços por contrato de concessão ou permissão, mediante licitação prévia na modalidade concorrência pública, no regime da Lei nº 14.133/2021;

Cabe destacar que possibilidade de gestão associada de serviços públicos, mediante contrato de programa foi vedada no novo marco regulatório do saneamento básico.

Nos termos do art. 10 da Lei nº 11.445/2007, com a nova redação dada pela Lei nº 14.026/2020, a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

Os contratos de programa em vigor, quando estiverem regulares, permanecem vigentes até o advento do seu termo contratual<sup>135</sup>.

### 10.1 SERVIÇOS PRESTADOS DIRETAMENTE, PELO MUNICÍPIO

Quando os serviços são prestados por órgão da prefeitura ou por empresa pública ou ainda autarquia municipal, a delegação dos serviços ocorre por lei. Nesses modelos, não há contrato, metas, prazos, nem uma relação entre a tarifa, o custeio e os investimentos necessários. Mas os prestadores dos serviços têm a obrigação de observar o PMSB, competindo à Agência Reguladora que recebeu delegação do município verificar o cumprimento desse plano.

As revisões tarifárias a serem realizadas pela Agência Reguladora nos casos de prestação direta ou indireta (autarquia ou empresa municipal), não se baseiam em um contrato com as condições e parâmetros claramente fixados, como ocorre no caso das empresas estaduais – contrato de programa, vedados pela lei, mas mantidos aqueles em vigor – e dos prestadores privados – contrato de concessão.

<sup>134</sup> Decreto nº 7217/2010, art. 38.

<sup>135</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 10, § 3º.

Nesses casos, as decisões sobre a revisão tarifária dos serviços prestados pelos municípios resvalam para um vazio normativo, dificultando qualquer tentativa de instituir um modelo de financiamento da proteção de mananciais a partir da tarifa. É necessário que a norma de regulação institua fórmulas paramétricas que permitam os cálculos necessários e objetivos, e que possam tratar do financiamento das ações necessárias, como a proteção dos mananciais, incluindo parte desses custos na tarifa.

Cabe destacar que a ARES-PCJ editou a Resolução nº 115/2015, que fixa uma normativa sobre condições, procedimentos e metodologia de cálculo das tarifas a serem observados pelos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, exceto aqueles com contratos de concessão e de parceria público-privada, nos municípios associados à Agência Reguladora PCJ, quando da solicitação de reajuste e revisão tarifária.

## **10.2 SERVIÇOS PRESTADOS MEDIANTE CONTRATO**

Os serviços cuja prestação é regida por contrato referem-se à prestação de forma indireta, mediante concessão ou permissão, sempre precedida de licitação.

A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado<sup>136</sup>.

A concessão de serviço público precedida da execução de obra pública refere-se à construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegados pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado<sup>137</sup>.

A permissão de serviço público consiste na delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco<sup>138</sup>.

Os contratos de programa, previstos na lei anterior, foram vedados, não mais cabendo a possibilidade de contratação sem prévio processo licitatório. Cabe salientar que essa nova regra não impede de empresas estatais venham a participar de licitações com vistas a celebrar contratos de concessão. O que está vedada é a possibilidade de celebração de contratos de programa, ou mesmo qualquer outra modalidade, sem licitação prévia.

Quando a delegação se realiza mediante contratos, esses instrumentos têm como objetivo detalhar as regras da prestação dos serviços, os prazos, a política tarifária, as obrigações de cada

<sup>136</sup> Lei nº 8.97/1995, art. 2º, II.

<sup>137</sup> Lei nº 8.97/1995, art. 2º, III.

<sup>138</sup> Lei nº 8.97/1995, art. 2º, IV.

parte, entre outros aspectos, como o estabelecimento de metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados.

São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, entre outras, as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas, a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas e política de subsídios<sup>139</sup>.

Nos termos do art. 10-B da Lei nº 11.445/2007, os contratos em vigor, incluídos aditivos e renovações, autorizados nos termos da Lei, bem como aqueles provenientes de licitação para prestação ou concessão dos serviços públicos de saneamento básico, estarão condicionados à comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada, por recursos próprios ou por contratação de dívida, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até 31 de dezembro de 2033. A lei estabelece de forma clara a necessidade de capacidade econômico-financeira por parte do prestador, para que se possa garantir a viabilização da universalização dos serviços de saneamento básico.

Na mesma linha de buscar a garantia do alcance da universalização dos serviços, a lei dispõe que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento<sup>140</sup>. Essa regra, embora mencione os contratos, refere-se na verdade à formulação dos editais de licitação, atribuição que pertence ao titular dos serviços.

Além das concessões previstas na Lei nº 8.987/1995, cabe destacar as Parcerias Público-Privadas (PPP), objeto da Lei nº 11.079/2004. Trata-se de contratos de concessão, porém com características específicas, aplicando-se a elas o regime jurídico das concessões previstos na Lei nº 8.987/1995.

Segundo essa norma, em seu art. 2º, parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. A Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. A Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Aplica-se a adoção desse tipo de contrato quando o valor do contrato for superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); quando período de prestação do serviço seja superior a

<sup>139</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 11.

<sup>140</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 11-B.

5 (cinco) anos; não podendo ter como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Nos termos do art. 10-B da Lei nº 11.445/2007, os contratos em vigor, incluídos aditivos e renovações, autorizados nos termos da Lei, bem como aqueles provenientes de licitação para prestação ou concessão dos serviços públicos de saneamento básico, estarão condicionados à comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada, por recursos próprios ou por contratação de dívida, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até 31 de dezembro de 2033, nos termos do § 2º do art. 11-B, que dispõe que os contratos firmados por meio de procedimentos licitatórios que possuam metas diversas daquelas previstas no caput deste artigo, inclusive contratos que tratem, individualmente, de água ou de esgoto, permanecerão inalterados nos moldes licitados, e o titular do serviço deverá buscar alternativas para atingir as metas definidas no caput deste artigo, incluídas as seguintes:

- ✓ prestação direta da parcela remanescente
- ✓ licitação complementar para atingimento da totalidade da meta;
- ✓ aditamento de contratos já licitados, incluindo eventual reequilíbrio econômico-financeiro, desde que em comum acordo com a contratada

A lei também estabeleceu que a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada será regulamentada por decreto do Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias. Nessa linha, a Portaria nº 2.069/2020 dispõe sobre a Consulta Pública a respeito da metodologia para comprovação dessa capacidade econômico-financeira prevista no art. 10-B da Lei nº 11.445/2007. Essa consulta teve sua abertura 31/07/2020 e encerramento em 21/08/2020. Aguarda-se, pois, a edição do respectivo decreto.



## 11. PLANEJAMENTO: RELEVÂNCIA

O planejamento dos serviços de saneamento básico consiste no conjunto de atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais o serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada<sup>141</sup>. De todas as funções inerentes ao saneamento básico, a cargo do titular, o planejamento é o único não passível de delegação.

O processo de planejamento do saneamento básico envolve a elaboração, entre outros, de:

- ✓ Plano Nacional de Saneamento Básico, elaborado pela União;
- ✓ Planos Municipais de Saneamento Básico.

No âmbito federal, o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) deve ser compatível com os planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas<sup>142</sup>, destacando-se os seguintes conteúdos<sup>143</sup>:

- ✓ diretrizes e orientações para o equacionamento dos condicionantes de natureza político-institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica com impacto na consecução das metas e objetivos estabelecidos;
- ✓ proposição de programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas da política federal de saneamento básico, com identificação das fontes de financiamento, de forma a ampliar os investimentos públicos e privados no setor;
- ✓ diretrizes para o planejamento das ações de saneamento básico em áreas de especial interesse turístico;
- ✓ mecanismos e procedimentos, incluindo indicadores numéricos, para avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;
- ✓ ações da União relativas ao saneamento básico nas áreas indígenas, nas reservas extrativistas da União e nas comunidades quilombolas;
- ✓ proposta de revisão de competências setoriais dos diversos órgãos e entidades federais que atuam no saneamento ambiental, visando racionalizar a atuação governamental.

A finalidade do Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB é estabelecer um conjunto de diretrizes, metas e ações para o alcance de níveis crescentes dos serviços de saneamento básico no território nacional e a sua universalização<sup>144</sup>. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) consiste no planejamento integrado do saneamento básico, considerando seus quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, coleta de lixo e manejo

<sup>141</sup> Decreto nº 7.217/2010, art. 2º, I.

<sup>142</sup> Decreto nº 7.217/2010, art. 57, § 1º.

<sup>143</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 52, I, e Decreto nº 7.217/2010, art. 60.

<sup>144</sup> Decreto nº 8.141/2013, revogado pelo Decreto nº 10.473/2020.

de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, e possui o horizonte de 2019 a 2033<sup>145</sup>.

### **11.1 FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PMSB**

Em termos da lei de saneamento, um ponto importante a ressaltar refere-se à atribuição da entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços na verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais<sup>146</sup>. Na mesma linha, o Decreto nº 7.217/2010 estabelece que o disposto no plano de saneamento básico é vinculante para o Poder Público que o elaborou e para os delegatários dos serviços públicos de saneamento básico<sup>147</sup>.

Quando a prestação dos serviços é realizada por meio de um modelo institucional baseado em contrato de concessão, as metas e mecanismos de aferição de seu cumprimento, assim como a equação econômico-financeira do contrato estão definidas. É certo que o contrato deve espelhar o conteúdo do Plano de Saneamento. Mas nesses casos, o ente regulador, ao proceder à revisão tarifária ou ao controle do cumprimento das metas terá muito mais instrumentos de avaliação.

Nos casos de prestação direta pelo município, isto é, por intermédio de departamentos, ou direta por descentralização, ou seja, por autarquias ou empresas municipais, não há contrato. O Plano Municipal de Saneamento Básico, dessa forma, é o único instrumento capaz de balizar e viabilizar qualquer tipo de controle sobre o cumprimento de metas. Daí a importância de frisar que a Lei nº 11.445/2007 estabelece expressamente essa competência dos entes reguladores.

### **11.2 CONTEÚDO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB)**

No âmbito local, os planos municipais de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas e com planos diretores dos Municípios em que estiverem inseridos, ou com os planos de desenvolvimento urbano integrado das unidades regionais por eles abrangidas<sup>148</sup>, e devem apresentar o seguinte conteúdo:

- ✓ diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores de saúde, epidemiológicos, ambientais, inclusive hidrológicos, e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;
- ✓ metas de curto, médio e longo prazos, com o objetivo de alcançar o acesso universal aos serviços, admitidas soluções graduais e progressivas e observada a compatibilidade com os demais planos setoriais;

<sup>145</sup> AGERSA. Plano Nacional de Saneamento Básico. Versão de 7 mar. 2019. Disponível em [http://www.agersa.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Versaoatualizada07mar2019\\_consultapublica.pdf](http://www.agersa.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Versaoatualizada07mar2019_consultapublica.pdf) Acesso: 23 abr..2021.

<sup>146</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 20, parágrafo único.

<sup>147</sup> Decreto nº 7.217/2010, art. 25, § 5º.

<sup>148</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 19 § 3º.

- ✓ programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;
- ✓ ações para situações de emergências e contingências; e
- ✓ mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Esse conteúdo é abrangente e deve ser analisado à luz do principal objetivo das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, que é a universalização dos serviços, apesar de todos os entraves existentes. Nesse sentido, o Plano de Saneamento é o instrumento que pode viabilizar, de fato, um avanço na situação de cada Município, pois as ações a serem empreendidas deverão pautar-se em seu conteúdo. Para tanto, deve mapear as dificuldades e apontar caminhos, seja de natureza técnica, seja de ordem institucional.

### **11.3 RELAÇÃO ENTRE OS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO, OS PLANOS DE BACIA HIDROGRÁFICA E OS PLANOS DIRETORES**

A gestão dos recursos hídricos constitui elemento fundamental na própria prestação do serviço de saneamento básico, sendo imprescindível para as prestadoras dos serviços de abastecimento de água (e seu prévio tratamento) a disponibilidade hídrica para a captação de sua matéria prima. A Lei nº 9.433/1997, marco legal da gestão dos recursos hídricos no País, estabelece que a água é um bem de domínio público e recurso natural limitado, dotado de valor econômico, e sua gestão tem como uma de suas prioridades o atendimento do consumo humano em caso de escassez e a garantia de disponibilidade hídrica às gerações atual e futuras.

A Lei nº 11.445/2007 tem como princípio fundamental a universalização de acesso à água e sua integralidade. A garantia do acesso à água de qualidade é, portanto, uma atribuição do Estado, consubstanciando-se em serviço público essencial destinado a satisfação de necessidades essenciais e condição para implementação da saúde pública<sup>149</sup>.

As atividades de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos são geralmente motivadas pela percepção de que há problemas para resolver e oportunidades para obter aumento dos benefícios do uso de água e do território<sup>150</sup>. O planejamento seria a forma de conciliar recursos escassos com necessidades abundantes. Trata-se de uma função técnica que demanda um esforço de previsão, de harmonização e de programação, além da implementação de ações. É o que se pode chamar de gerenciamento, e que se aplica aos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Antes que qualquer plano possa ser desenvolvido, os objetivos devem estar inseridos em um acordo: quais usos serão protegidos, quais índices de qualidade serão buscados, quais compromissos devem ser acertados entre os usos conflitantes. Conhecidos os objetivos, e tendo

<sup>149</sup> PRADO, Ivan Pereira; MENEGUIN, Fernando. Os serviços de saneamento básico, sua regulação e o federalismo brasileiro. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td248> 16 mar. 2021.

<sup>150</sup> LOUCKS, Daniel P.; VAN BEEK, Eelco. Water resources systems planning and management: a introduction to methods, models and applications. UNESCO, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001434/143430e.pdf> Acesso: 16 mar. 2021.

havido consenso, é necessário buscar um caminho para realizá-los. Por essa razão, há a necessidade de traçar diretrizes de implementação do plano, buscando estratégias factíveis e acordadas entre todos os atores envolvidos, garantida a participação da sociedade civil, para que os instrumentos e demais ações propostas possam ser implementadas. E sobretudo ajustar os meios de acesso aos recursos financeiros necessários à implementação das medidas definidas em comum acordo.

Há uma relação intrínseca entre União e Estados, responsáveis pela gestão das águas e pela implementação dos instrumentos de gestão das políticas de águas, e os Municípios, a quem compete o ordenamento territorial e a atuação como titulares de serviços de saneamento básico que, se não prestados de forma adequada, de acordo com as características regionais, são os principais agentes causadores da poluição hídrica, com riscos à saúde e pressionando o Sistema Único de Saúde (SUS).

A elaboração do plano de bacia hidrográfica, por sua vez, deve considerar a situação de cada município e os estudos realizados em âmbito local para a elaboração de seus próprios instrumentos de planejamento municipal, identificando aqueles que, por exemplo, possuem assentamentos irregulares no entorno de mananciais e, ainda, não tratam seus esgotos e que não prestam de forma correta os serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana. Para tanto, a articulação entre os técnicos deve ser sistemática. Trata-se, em realidade, de um trabalho de mão dupla.

A Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 145/2012, norma que estabelece as diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, regulamentando a Lei nº 9.433/1997 nesse aspecto, ao tratar da articulação para harmonização do plano de recursos hídricos da bacia com outros planos e estudos, dispõe que os planos de bacia devem considerar os demais planos, programas, projetos e estudos existentes relacionados à gestão ambiental, aos setores usuários, ao desenvolvimento regional, ao uso do solo, à gestão dos sistemas estuarinos e zonas costeiras, incidentes na área de abrangência das respectivas bacias hidrográficas<sup>151</sup>.

Indiretamente, a norma menciona temas relacionados com a competência dos municípios, como o uso do solo e mesmo os setores usuários, pois o saneamento é um importante usuário da água. Mas não fica explícita a relação intrínseca entre os impactos que o mau planejamento do uso do solo e a prestação deficiente dos serviços de saneamento básico causam na qualidade dos recursos hídricos.

Além disso, a citada resolução menciona a palavra saneamento apenas quando trata do conteúdo do diagnóstico da situação dos recursos hídricos, que deverá incluir, entre outros, a avaliação do saneamento ambiental<sup>152</sup>. A Lei nº 9.433/1997 é bastante clara nessa matéria, ao dispor que na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promoverão a integração das políticas locais de

<sup>151</sup> Resolução CNRH nº 145/2012, art. 8º.

<sup>152</sup> Resolução CNRH nº 145/2012, art. 11, III.

saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos<sup>153</sup>.

Os planos de recursos hídricos constituem instrumentos técnicos que abordam um espaço determinado: a bacia hidrográfica, cuja delimitação deve ser especificada no ato de criação do respectivo comitê de bacia hidrográfica - plano de bacia hidrográfica - responsável por sua gestão, um Estado da Federação - plano estadual de recursos hídricos - ou ainda o território nacional - plano nacional de recursos hídricos. Os planos de bacia hidrográfica estão sob a responsabilidade dos órgãos e entidades federais e estaduais, de acordo com o domínio do curso de água principal.

Trata-se, dessa forma, do instrumento orientador das ações a serem realizadas na bacia hidrográfica, com vistas, em última análise, à melhoria da qualidade e quantidade do recurso. Na Política Nacional de Recursos Hídricos fixou-se, como norma jurídica, que o Plano de Recursos Hídricos é o instrumento que vem em primeiro lugar, por sua importância<sup>154</sup>.

No âmbito municipal, ou seja, em cada município que forma o território da bacia hidrográfica, é obrigatória a elaboração de um Plano Municipal de Saneamento Básico. Esse instrumento possui um foco de busca da universalização e melhoria da qualidade dos serviços. Como uma forma lógica de fazer a conexão entre os dois instrumentos de planejamento, a Lei nº 11.445/2007 determina que os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos<sup>155</sup>.

Trata-se, no âmbito do saneamento básico, da única disposição legal que expressamente coloca o plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica como um instrumento a ser observado pelos municípios. Essa questão é relevante na medida em que as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico tratam de serviços públicos que são, em sua essência, estreitamente relacionados com os recursos hídricos, muito além constituir um setor usuário da água, submetido à obtenção de outorgas de direito de uso de recursos hídricos e à cobrança pelo uso da água<sup>156</sup>.

## **11.4 ARRANJO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

### **11.4.1 Identificação dos atores**

No Plano Municipal de Saneamento Básico, é necessário estabelecer um processo de governança acerca da sua implementação. Tanto nos planos de bacia hidrográfica, como nos planos municipais de saneamento básico, as ações propostas referem-se a temas diversos, a serem realizadas por atores distintos. Por isso é importante que o plano contenha estratégias de implementação, com vistas ao alcance da eficiência e eficácia das ações propostas.

<sup>153</sup> Lei nº 9.433/1997, art. 31.

<sup>154</sup> POMPEU, Cid Tomanik. Direito de águas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 234.

<sup>155</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 19, § 3º.

<sup>156</sup> GRANZIERA, Maria Luíza Machado; JEREZ, Daniela Malheiros. Implementação de Políticas Públicas: desafios para integração dos planos diretores, de saneamento básico e de bacia hidrográfica. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 9, n. 3 p.230-248, 2019.

No âmbito dos municípios, várias são as secretarias municipais envolvidas com a implementação do plano de saneamento: planejamento, obras, saúde, meio ambiente, serviços, educação e outras, de acordo com a organização político-administrativa de cada município.

Somente se houver um sistema de articulação permanente entre essas secretarias municipais, para compreender com exatidão o âmbito e os limites da participação de cada uma delas, haverá êxito na implementação e o plano poderá ser considerado como um diferencial em relação à qualidade, não apenas dos serviços públicos de saneamento e de desenvolvimento urbano, mas também dos recursos hídricos do entorno do território, com importantes rebatimentos na saúde e bem-estar da população.

Além disso, muitas ações a serem implementadas necessitam de apoio financeiro ou técnico de outros entes, seja o Estado, seja a União, seja um organismo de fomento. Dessa forma, é necessário mapear os atores envolvidos em todas as etapas de implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico.

O mesmo se pode dizer do plano de bacia hidrográfica. O plano de ações, que indica o rol de atividades a serem desenvolvidas em curto, médio e longo prazos, diz respeito à atuação de inúmeros atores, inclusive os municípios localizados nesse espaço geográfico. Na sua implementação, por exemplo, no que diz respeito às metas de racionalização de uso<sup>157</sup>, se o plano dispuser que há obrigatoriedade de implantação, pelos usuários, de programas de racionalização do uso de recursos hídricos, com metas estabelecidas nos atos de outorga, caberá aos municípios ou aos prestadores por meio de contrato, na qualidade de usuários do recurso, implantar tais metas e promover incentivos e fomentos a ações voltadas à redução de perdas e desperdícios nos sistemas urbanos de abastecimento de água.

Outro exemplo de ação que necessita de articulação para a sua implementação é a proposta de criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos. Os parques lineares, correspondentes aos trechos urbanos dos rios, enquadram-se nessa categoria. E a competência para criá-los é dos municípios, de acordo com as diretrizes de seu plano diretor, a menos que se trate de um rio muito importante em região metropolitana. Esse sistema de decisões deve, portanto, ser construído em conjunto desde o início, mediante a comunicação, e a articulação no âmbito dos sistemas de gestão, incluindo a União, se houver corpos hídricos de domínio da União, os Estados e os Municípios. Sem o exercício da governança, dificilmente esses interesses comuns poderão tornar-se realidade<sup>158</sup>.

Os Planos Municipais de Saneamento Básico também possuem relevância na medida em que cabe a esses instrumentos tecer um diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas<sup>159</sup>. Nesses instrumentos, é possível identificar não apenas a situação dos serviços, mas também as dificuldades existentes

<sup>157</sup> Lei nº 9.433/97, art. 7º, IV.

<sup>158</sup> GRANZIERA, Maria Luiza Machado; JEREZ, Daniela Malheiros. Implementação de Políticas Públicas: desafios para integração dos planos diretores, de saneamento básico e de bacia hidrográfica. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 9, n. 3 p.230-248, 2019.

<sup>159</sup> Lei nº 11.445/2007, art. 19, I.

para a implementação do plano de ações previsto. Essa análise implica um levantamento da situação institucional do município, sobretudo em casos de conurbação, em que muitas vezes os problemas e soluções podem estar localizados fora do território do município.

Nesse sentido, os Planos devem focar, também, o arranjo institucional de governança necessário para a sua implementação, pois esse é o objetivo do planejamento. Deve também observar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica e verificar as possíveis parcerias com outros municípios e demais atores, como associações técnicas e a sociedade civil, com vista ao alcance da efetividade das ações.

Esse conteúdo encontra-se no dispositivo que inclui os mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas<sup>160</sup>. Se serão avaliadas a eficiência e eficácia das ações é preciso verificar, de antemão, ainda no processo de planejamento, quais as dificuldades existentes e que poderão comprometer as ações, se não forem sanadas.

---

<sup>160</sup> A título de esclarecimentos, a eficiência é a relação entre o esforço empregado na execução de uma ação e os resultados alcançados. A eficácia consiste na relação entre os objetivos definidos pela política e os resultados por ela alcançados. E a efetividade refere-se aos impactos, no ambiente ou na sociedade, oriundos das ações da política.

# ***ANEXO II - MINUTA DE LEI PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO***



MINUTA DE PROJETO DE LEI Nº [ \_\_\_\_\_ ], DE [ \_\_\_\_\_ ]

Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de [ \_\_\_\_\_ ], Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

**I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Na implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, constante do Anexo I, parte integrante desta Lei, o Município de [ \_\_\_\_\_ ] deverá articular e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para a garantia da execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020.

**Art. 2º.** São diretrizes do Plano Municipal de Saneamento Básico a melhoria da qualidade dos serviços de saneamento básico, a garantia dos benefícios da salubridade ambiental para toda a população, a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e o fortalecimento dos instrumentos disponíveis ao Poder Público e à coletividade.

**Parágrafo único.** Na implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverão ser considerados:

- I. O Plano Regional Integrado de Saneamento Básico da UGRHI [ \_\_\_\_\_ ], instituído pelo Decreto [ \_\_\_\_\_ ]; e,
- II. O Plano da Bacia Hidrográfica do [ \_\_\_\_\_ ].

**Art. 3º.** Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- I. Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- II. Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- III. Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;  
e,
- IV. Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

**Art. 4º.** O Plano Municipal de Saneamento Básico será considerado para um horizonte de 20 (vinte) anos, devendo ser revisto periodicamente em prazos não superiores a 10 (dez) anos.

§ 1º. As revisões de que trata o *caput* deste artigo deverão preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de [\_\_\_\_], nos termos do art. 19, § 4º, da Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara dos Vereadores, com as eventuais alterações, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

## II. DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

**Art. 5º.** O Plano Municipal de Saneamento Básico tem por objetivo geral promover a universalização do saneamento básico em todo o território de [\_\_\_\_], ampliando

progressivamente o acesso de todos os domicílios permanentes aos serviços, conforme estabelecido na Lei nº 14.026/2020, o novo marco legal do saneamento básico.

**Parágrafo único.** Para alcançar o objetivo geral de universalização, em conformidade com a Lei nº 14.026/2020, são objetivos específicos do Plano de Saneamento Básico de [\_\_\_\_\_]:

- I. A garantia da qualidade e eficiência dos serviços, buscando sua melhoria e extensão às localidades ainda não atendidas;
- II. A sua implementação em prazos razoáveis, de modo a atingir as metas fixadas no plano, de acordo com o novo marco legal;
- III. A criação de meios e instrumentos para regulação, fiscalização, monitoramento e gestão dos serviços;
- IV. A promoção de programas de educação ambiental de forma a estimular a conscientização da população em relação à importância do meio ambiente equilibrado e à necessidade de sua proteção, sobretudo em relação ao saneamento básico; e,
- V. A viabilidade econômico-financeira dos serviços, considerando a capacidade de pagamento pela população de baixa renda na definição de taxas, tarifas e outros preços públicos.

**Art. 6º.** Além dos princípios expressos acima, serão observados, para a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, os seguintes princípios fundamentais:

- I. Integralidade dos serviços de saneamento básico;
- II. Preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente;

- III. Adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- IV. Articulação com outras políticas públicas;
- V. Eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;
- VI. Utilização de tecnologias apropriadas;
- VII. Transparência das ações;
- VIII. Controle social;
- IX. Segurança, qualidade e regularidade;
- X. Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

### III. DOS INSTRUMENTOS

**Art. 7º.** Os programas e projetos específicos, voltados à melhoria da qualidade e ampliação da oferta dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e drenagem constituirão os instrumentos básicos para a gestão dos serviços, devendo incorporar os princípios e diretrizes contidos nesta Lei.

**Parágrafo único.** Os programas e projetos específicos do setor de saneamento básico deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo Municipal, na medida em que forem criados, inclusive com a especificação dos recursos orçamentários a serem aplicados.

**Art. 8º.** A implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, a cargo da Secretaria Municipal de [\_\_\_\_], pressupõe a participação dos diversos agentes envolvidos, inclusive os demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, operadores dos serviços, associações de bairro e demais entes da sociedade civil organizada.

#### IV. DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES ENVOLVIDOS COM O SANEAMENTO BÁSICO

**Art. 9º.** A prestação dos serviços de saneamento básico é de titularidade do Poder Executivo Municipal e poderá ser delegada a terceiros mediante contrato, sob o regime de direito público, para execução de uma ou mais atividades.

§ 1º. A delegação da prestação dos serviços de saneamento básico não dispensa o cumprimento, pelo prestador, do Plano Municipal de Saneamento Básico, constante do Anexo I.

§ 2º. Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico, constante do Anexo I.

§ 3º. Os contratos mencionados no *caput* não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações dos serviços contratados.

§ 4º. No caso de mais de um prestador executar atividade interdependente de outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato, devendo entidade única ser encarregada das funções de regulação e fiscalização, observado o disposto no Art. 12, da Lei nº 11.445/2007.

§ 5º. Na hipótese de entidade da Administração Pública Municipal ser contratada para a prestação de serviços de saneamento básico nos termos do presente artigo, deverá submeter-se às regras aplicáveis aos demais prestadores.

**Art. 10.** O Município deverá regular e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, ficando desde já autorizado a delegar essas atividades a entidade reguladora independente, constituída dentro dos limites territoriais do Estado de São Paulo, nos termos do §1º, do Art. 23, da Lei nº 11.445/2007, alterado pela Lei 14.026/2020.

**Parágrafo único.** Caberá ao ente regulador e fiscalizador dos serviços de saneamento básico a verificação do cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, constante do Anexo I

desta Lei, por parte dos prestadores dos serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

**Art. 11.** Como forma de garantir a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, são deveres dos prestadores dos serviços:

- I. Prestar serviço adequado e com atualidade, na forma prevista nas normas técnicas aplicáveis e no contrato, quando os serviços forem objeto de relação contratual;
- II. Prestar contas da gestão do serviço ao Município de [\_\_\_\_\_] quando os serviços forem objeto de relação contratual, e aos usuários, por escrito, mediante solicitação destes;
- III. Cumprir e fazer cumprir as normas de proteção ambiental e de proteção à saúde, aplicáveis aos serviços;
- IV. Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço;
- V. Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço; e,
- VI. Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, considera-se serviço adequado, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, bem como a modicidade tarifária.

§ 2º. A atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

**Art. 12.** Tendo em vista que os usuários diretos e indiretos dos serviços de saneamento básico são os beneficiários finais do Plano Municipal de Saneamento Básico, constituem seus direitos e obrigações:

- I. Receber serviço adequado;
- II. Receber dos prestadores informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III. Levar ao conhecimento do Município de [\_\_\_\_\_] e do prestador as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- IV. Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos eventualmente praticados na prestação do serviço;
- V. Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

#### V. DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 13.** Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, as infrações ao disposto nesta Lei e seus instrumentos, cometidas pelos prestadores de serviços, acarretarão a aplicação das seguintes penalidades, pelo ente regulador, observados, sempre, os princípios da ampla defesa e do contraditório:

- I. Advertência, com prazo para regularização; e,
- II. Multa simples ou diária.

**Art. 14.** A advertência poderá ser aplicada mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º. Sem prejuízo do disposto no *caput*, se o ente regulador constatar a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§ 2º. Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o ente regulador certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo.

§ 3º. Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o ente regulador certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.

§ 4º. A advertência não excluirá a aplicação de outras sanções cabíveis.

**Art. 15.** Para a aplicação da penalidade da multa, a autoridade competente levará em conta a intensidade e extensão da infração.

§1º. A multa diária será aplicada em caso de infração continuada.

§ 2º. A multa será graduada entre R\$ [\_\_\_\_\_] e R\$ [\_\_\_\_\_].

§ 3º. O valor da multa será recolhido em nome e benefício do Fundo Municipal de [\_\_\_\_\_], instituído pela Lei [\_\_\_\_\_] e suas alterações.

§ 4º Para cálculo do valor da multa são consideradas as seguintes situações agravantes:

- I. Reincidência; ou,
- II. Quando da infração resultar, entre outros:
  - a) na contaminação significativa de águas superficiais e/ou subterrâneas;



- b) na degradação ambiental que não comporte medidas de regularização, reparação, recuperação pelo infrator ou às suas custas; ou,
- c) em risco iminente à saúde pública.

## VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 17.** Constitui órgão executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico, constante do Anexo I, a Secretaria Municipal de [\_\_\_\_], na forma da Lei Municipal [\_\_\_\_].

**Art. 18.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de [\_\_\_\_], Estado de São Paulo, [\_\_\_\_] de 2022.

\_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal de [\_\_\_\_]

X - X - X

## ANEXO I

### PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

*Consórcio*



**Engecorps Engenharia S.A.**

Alameda Tocantins 125, 12º andar - cj.1202 - 06455-020

Alphaville - Barueri - SP - Brasil | Tel: 55 11 2135 5252

e-mail: [comercial@engecorps.com.br](mailto:comercial@engecorps.com.br)

[www.engecorps.com.br](http://www.engecorps.com.br)

**maubertec**

**Maubertec Tecnologia em Engenharia Ltda.**

Largo do Arouche, 24 - 10º andar - 01219-902

República - São Paulo - SP - Brasil | Tel: 55 11 3352 9090

e-mail: [maubertec@maubertec.com.br](mailto:maubertec@maubertec.com.br)

[www.maubertec.com.br](http://www.maubertec.com.br)